

quem decide concorrer



Bruno Bolognesi
Karolina Roeder
Flávia Babireski
(orgs.)



Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná

Massimo Editorial



quem decide
concorrer

**QUEM DECIDE CONCORRER:
A ELEIÇÃO E VEREADORES EM CURITIBA**

Organizadores

Bruno Bolognesi
Karolina Mattos Roeder
Flávia Roberta Babireski

© Copyright dos autores

Conselho Editorial

Adriano Codato (UFPR)
António Costa Pinto (University of Lisbon)
Bruno Bolognesi (UFPR)
Caroline Cordeiro Viana e Silva (Uninter)
Felipe de Moraes Borba (Unirio)
Flavio M. Heinz (UFRRJ)
Gabriel Avila Casalecchi (UFSCar)
Gabriel Vommaro (UNGS)
Jaqueline Porto Zulini (FGV-SP)
Luciana C. Farias Santana (UFAL)
Luiz Augusto Campos (IESP-UERJ)
Luiz Domingos Costa (PUC-PR/Uninter)
Marcelo da Silveira Campos (UFGD)
Mariana Batista (UFPE)
Mariana Gene (CONICET)
Marta Arretche (USP)
Paolo Ricci (USP)
Pedro Tavares de Almeida (NOVA University of Lisbon)
Renato Perissinotto (UFPR)
Robert Bonifácio (UFG)
Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas (UFPI)

quem decide **concorrer**

a eleição e os vereadores em Curitiba

Bruno Bolognesi
Karolina Roeder
Flávia Babireski
organizadores



Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná

Massimo Editorial



Presidente e Diretor da EJE/PR

Desembargador Gilberto Ferreira

Vice-Presidente e Corregedor

Desembargador Tito Campos de Paula

Diretor Executivo da EJE/PR

Juiz Antônio Franco Ferreira
da Costa Neto

Coordenadora Executiva da EJE/PR

Juliana Paula Zigovski

Direção Geral

Valcir Mombach

Editor-chefe da Paraná Eleitoral

Prof. Rogério Carlos Born

Editor

Lucas Massimo Tonial
Antunes de Souza

Coordenação Editorial

Lucas Massimo Tonial
Antunes de Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Agência Brasileira do ISBN - Bibliotecária Priscila Pena Machado CRB-7/6971

Q3 Quem decide concorrer : a eleição e os vereadores em Curitiba /
orgs. Bruno Bolognesi, Karolina Roeder e Flávia Babireski. —
Curitiba : TRE-PR : Massimo Editorial, 2018.
264 p. ; 23 cm.

ISBN: 978-65-80044-00-9 (versão impressa)

ISBN: 978-65-80044-01-6 (versão e-book)

1. Eleições. 2. Ciência política. 3. Vereadores.

4. Candidatura. I. Bolognesi, Bruno. II. Roeder, Karolina. III. Babireski,
Flávia. IV. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR). V. Título.

CDD 324.6

Os conceitos e interpretações contidos nos trabalhos assinados
são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Agradecimentos

Os agradecimentos em publicações que resultam de pesquisas coletivas são praxe e muitas vezes trazem informações importantes sobre como foram conduzidas as atividades de campo e qual a estrutura utilizada pelos investigadores durante a empreitada científica. No nosso caso, o Capítulo 10 deste livro traz um relato detalhado sobre a condução do campo, os deleites e as dificuldades no fazer Ciência Política. Contudo, não poderíamos deixar de expressar aqui agradecimentos para pessoas e instituições que foram fundamentais para que pudéssemos concluir o projeto e publicar esta pequena contribuição.

Em primeiro lugar, é preciso salientar que a pesquisa foi conduzida de forma rigorosamente voluntária. Não contou com nenhuma espécie de financiamento, seja de instituições de fomento regionais ou nacionais, seja por parte de entidades privadas. Nesse sentido, alguns colegas foram fundamentais para mobilizar o interesse de suas instituições e de seus alunos em colaborar com esta pesquisa. O trabalho jamais poderia ser realizado sem a ajuda de Luiz Domingos Costa, docente da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da Uninter, Eneida Desireé Salgado, colega da UFPR no Departamento de Direito Público, e André Barsch Ziegmann, professor da Uninter.

A pesquisa também não teria sido possível sem a colaboração e o apoio do jornal *Gazeta do Povo*. A sede do jornal nos foi facultada para servir como base de aplicação dos questionários e recebimento dos candidatos a vereador nas eleições durante dois meses. O jornal nos proveu a publicidade necessária para atrair os respondentes, estrutura física e estrutura de comunicação. Se imaginarmos a mesma pesquisa sendo conduzida dentro de gabinetes da universidade, não estamos certos do mesmo sucesso.

Não obstante, não seria possível a publicação desta pequena contribuição para o debate sobre as eleições no Brasil e, especialmente, a competição política em nível local sem o estimado apoio do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Ainda, talvez o apoio mais precioso que contamos durante o dia a dia da pesquisa foi de alunos de graduação e pós-graduação que cederam parte de seu tempo, paciência e dedicação suportando horas em salas fechadas e participando de treinamentos e discussões sobre a aplicação dos questionários sem receber qualquer remuneração. Cito-os aqui nominalmente, um por um, pois sem eles essa pesquisa voluntária não seria possível: Aléxia Andrade, Amanda Fantato Sangalli, Andressa Buttore Kniess, Breno Pacheco Leandro,

Diego Augusto Silva Ultramari, Diogo Tavares, Eduardo Salomão Gregio Vargas, Francisco Somavilla, Gabirel Marcondes de Moura, Gabriel Percegon Santos, Geissa Franco, Giorgio Beltrami Gonzalez, Giovanna Castro da Cruz, Gustavo Martinelli Tanganelli Gazotto, Juan Arrom Suhurt, Juliano Pietzack, Luan Orlando Lima Azevedo, Liza Liana Larriera Rojas, Maiane Aldlin Bittencourt, Maykow Luiz Januário, Milton Wagner da Silva, Mylena Peixoto de Mattos, Pedro Henrique Moura Leite, Rafael Perich, Rodrigo Antonio dos Santos Dias, Tailaine Cristina Costa, Thais Madeira, Vanessa Ladaniuski, Verônica Castro Hiller, Vinicius Paiva Scott, Yachan Seiji Takeshita Horra Pinsag.

Sobre os autores

Adriano Codato é professor de Ciência Política na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordena o *Observatory of social and political elites of Brazil*. É pesquisador do CNPq.

Aléxia Luiza Pereira de Andrade, graduanda do curso de Direito na UFPR, participante do grupo de pesquisa Política por/de/para Mulheres.

André Barsch Ziegmann é graduado em Ciências Sociais pela UFPR e mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Desde 2015, é professor dos cursos de Ciência Política e de Relações Internacionais do Centro Universitário Internacional (Uninter), onde exerce também a função de tutor de ambos os cursos.

Bruno Bolognesi, cientista político, coordena o Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários (LAPeS). É professor na UFPR e no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da mesma instituição. Editor associado da *Revista de Sociologia e Política* e pesquisador do Núcleo de Partidos Políticos Latino-Americanos (Neppla).

Eneida Desiree Salgado, mestre e doutora em Direito do Estado, professora de Direito Constitucional e de Direito Eleitoral na UFPR, líder do Núcleo de Investigações Constitucionais, coordenadora do Política por/de/para Mulheres.

Fábio Vasconcellos é doutor em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e mestre em comunicação social pela Uerj. Além de professor da Uerj e Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

Flávia Roberta Babireski, doutoranda em Ciência Política na UFPR, mestre e graduada na mesma instituição. Pesquisadora do Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários (LAPeS). Editora-chefe da *Revista Eletrônica de Ciência Política*.

Gabriel Marcondes de Moura é cientista político formado pela Uninter e pesquisador do Núcleo de Práticas e Pesquisas em Ciência Política (NuPP) da referida instituição.

Gabriel Percegon Santos é acadêmico de Direito da Universidade Federal do Paraná. Pesquisador e extensionista da Clínica de Direito do Trabalho (CDT-UFPR). Bolsista do Programa de Iniciação à Docência (PID-UFPR).

Geissa Franco é mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Sexualidade Humana pelo Grupo Positivo. Graduada em Ciência Política pela Uninter, em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (Unicuriitiba), e em Secretariado Executivo Trilíngue pelo Grupo Uninter. Integrante do Núcleo de Prática e Pesquisas em Ciência Política (NuPP).

Giovanna Castro da Cruz, graduada em Ciências Sociais pela UFPR e mestranda em Ciência Política pela mesma instituição. Pesquisadora do Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários (LAPeS).

Glauro Peres da Silva é doutor em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas. É professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), colaborador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) e pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

Graziele Silotto é mestre e doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. É pesquisadora no Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (Neci) e no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).

Gustavo Martinelli Tanganeli Gazotto é acadêmico de Direito da Universidade Federal do Paraná, pesquisador bolsista do Programa de Educação Tutorial. Participa do Núcleo de Estudos em Investigações Constitucionais (Ninc).

Ivan Jairo Junckes é professor na UFPR no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável (PPGDTs). Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), realizou pós-doutorado na Universidad Complutense de Madrid e no Kings College London.

Juan Francisco Arrom Suhurt é mestrando em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná. Bacharel em Ciência Política pela Uninter. Pesquisador

no Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira (Nusp), membro do Observatory of social and political elites of Brazil e do Grupo de Pesquisa em Instituições, Comportamento Político e Tecnologias Digitais (Geist).

Juliano Glinski Pietzack é graduando em Direito pela UFPR. Integrante do Programa de Ensino Tutorial e membro do III Grupo de Pesquisa em Ciência Política e Direito Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR).

Karolina Mattos Roeder é mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na UFPR, pesquisadora do Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários (LAPeS). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Itajaí e em Gestão Pública, pela mesma universidade. Editora assistente da *Revista de Sociologia e Política*.

Luan Orlando Lima Azevedo é bacharel em jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), mestre em Ciência Política pela UFPR.

Luiz Fernando Zelinski é mestrando em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná, bacharel em Gestão Pública pela mesma instituição. Pesquisador no Laboratório de Análise de Redes (LAR).

Maiane Aldlin Bittencourt é graduada em Ciência Política pela Uninter e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política Uninter (NuPP-CiPol) no Laboratório de Análise do Campo Científico (LaCC).

Maria Cecília Eduardo é doutoranda em Ciência Política pela UFPR. Mestra em Ciência Política pela mesma instituição. Graduada em Ciência Política pela Uninter. Pesquisadora do Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários (LAPeS).

Marina Merlo é doutoranda e mestra em Ciência Política pela USP e bacharela em Ciências Sociais pela mesma universidade. É pesquisadora do Núcleo de Instituições Políticas e Eleições do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Nipe/Cebrap) e pesquisadora e cofundadora do Grupo de Estudos de Gênero e Política (Gepô).

Milton Wagner da Silva, graduado em Direito pela UFPR e pós-graduado em Direito Contemporâneo pela Instituição Luiz Carlos. Pesquisador e bolsista do Programa de Educação Tutorial de Direito da UFPR.

Rodrigo Horochovski é professor dos programas de pós-graduação em Ciência Política e em Desenvolvimento Territorial Sustentável na UFPR. Coordena o Laboratório de Análise do Campo Científico (LaCC).

Tailaine Cristina Costa é mestranda em Direito pela PUC, especialista em Direito Eleitoral pela Universidade Positivo, especialista em Direito Administrativo pelo Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, membro do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano, membro do grupo de pesquisa Política por/de/para Mulheres, membro do Iprade.

Tiago Daher Borges é professor de Ciência Política e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Ciência Política pela USP.

Lista de tabelas

Capítulo 1

Tabela 1 – As empresas (pessoas jurídicas) estão proibidas de financiar as campanhas eleitorais	32
Tabela 2 – Para se eleger é preciso conseguir um número de votos equivalente a no mínimo 10% do quociente eleitoral	33
Tabela 3 – Os candidatos a vereador não aparecem mais no horário eleitoral gratuito em bloco, apenas nos <i>spots</i> ao longo do dia	33
Tabela 4 – Os votos válidos são contabilizados antes para as coligações e partidos e depois para os candidatos	34
Tabela 5 – A quantidade de candidatos que cada partido ou coligação pode lançar mudou desde a última eleição	35

Capítulo 2

Tabela 1 – Composição da Câmara de Vereadores de Curitiba por alinhamento ideológico (1988-2016)	45
Tabela 2 – Composição partidária da Câmara de Vereadores de Curitiba (1988-2012)	46
Tabela 3 – Eleitos para a Câmara de Vereadores de Curitiba, por sexo, nas eleições de 2012 e 2016	48
Tabela 4 – Número de candidatos(as) e eleitos(as) para a Câmara de Vereadores de Curitiba nas eleições de 2016	49
Tabela 5 – Candidatos e eleitos para a Câmara de Vereadores de Curitiba nas eleições de 2016, por grau de instrução	50
Tabela 6 – Pessoas com 25 anos ou mais de idade por nível de instrução em Curitiba e no Brasil segundo o censo de 2010	51
Tabela 7 – Tipos de curso superior dos candidatos a vereador em Curitiba nas eleições de 2016	52
Tabela 8 – Tipos de curso dos vereadores eleitos em Curitiba nas eleições de 2016	52
Tabela 9 – Distribuição da população brasileira por cor/raça	53
Tabela 10 – Cor/raça dos deputados federais e dos senadores eleitos em 2014	53
Tabela 11 – Distribuição da população por cor/raça em Curitiba segundo o censo de 2010	54

Tabela 12 – Cor dos candidatos a vereador em Curitiba nas eleições de 2016	54
Tabela 13 – Cor/raça dos vereadores eleitos nas eleições de 2016	55
Tabela 14 – Distribuição da população brasileira por religião segundo o censo de 2010	56
Tabela 15 – Distribuição da população de Curitiba por religião segundo o censo de 2010	57
Tabela 16 – Religião dos candidatos a vereador de Curitiba nas eleições de 2016	57
Tabela 17 – Religião dos vereadores eleitos em Curitiba nas eleições de 2016	58

Capítulo 3

Tabela 1 – Distribuição dos candidatos a vereador em Curitiba em 2016 conforme posição no espectro ideológico	71
Tabela 2 – Medidas de associação entre as variáveis categóricas selecionadas	75
Tabela 3 – Contribuições à variância das dimensões por variáveis	77

Capítulo 4

Tabela 1 – Classificação dos partidos nas eleições municipais de 2016 em Curitiba, de acordo com sua força organizacional	93
Tabela 2 – Requisitos informais para candidatura nas eleições municipais de 2016 em Curitiba por força organizacional	95
Tabela 3 – <i>Selectorate</i> nas eleições municipais de 2016 em Curitiba por força organizacional	97
Tabela 4 – Descentralização social na seleção de candidatos nas eleições municipais de 2016 em Curitiba, por força organizacional	98
Tabela 5 – Forma de seleção de candidatos nas eleições municipais de 2016 em Curitiba, por força organizacional	99
Tabela 6 – Motivação para candidatura nas eleições municipais de 2016 em Curitiba por força organizacional	101

Capítulo 5

Tabela 1 – Média da correlação espacial cruzada por grupos de candidatos	120
---	-----

Capítulo 6

Tabela 1 – Frequência relativa e resíduos padronizados por religião e tipo de partido nas eleições de 2016 em Curitiba	140
Tabela 2 – Apoio obtido nas eleições de 2016 por tipo de partido	142
Tabela 3 – <i>Selectorate</i> e tipo de partido nas eleições de 2016 em Curitiba	143
Tabela 4 – Participação em associações civis por tipo de partido dos candidatos nas eleições de 2016 em Curitiba	144

Capítulo 7

Tabela 1 – Candidatos, agentes partidários e financiadores em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016	158
Tabela 2 – Receitas de candidatos e agentes partidários em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016	159
Tabela 3 – Receitas dos candidatos a prefeito e vereador em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016	159
Tabela 4 – Origem das receitas dos candidatos em Curitiba – Eleições de 2012	160
Tabela 5 – Origem das receitas dos candidatos em Curitiba – Eleições de 2016	160
Tabela 6 – Origem das receitas de doação de partidos políticos para candidatos	162
Tabela 7 – Origem das receitas dos candidatos a prefeito em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016	162
Tabela 8 – Origem das receitas dos candidatos a vereador em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016	163
Tabela 9 – Para quem doam as pessoas físicas	163
Tabela 10 – Situação final – Financiamento × Incumbência	167
Tabela 11 – Situação final – Financiamento × Ocupação anterior de cargo	167
Tabela 12 – Situação final – Financiamento × Tempo de filiação ao partido	167
Tabela 13 – Situação final – Financiamento × Filiação anterior a partido	168
Tabela 14 – Situação final – Financiamento × Horas dedicadas à atividade política	168
Tabela 15 – Situação final – Financiamento × Gênero	169
Tabela 16 – Situação final – Financiamento × Raça/cor	170
Tabela 17 – Situação final – Financiamento × Escolaridade	170

Capítulo 8

Tabela 1 – Candidatos a vereador que já ocuparam cargos políticos	183
Tabela 2 – Estratégias de campanha dos candidatos a vereador	183
Tabela 3 – Ocupou cargo político × Votação média	184
Tabela 4 – Estratégia de campanha × Média de votos	185
Tabela 5 – Já ocupou cargos políticos × Estratégia de campanha	186
Tabela 6 – Estratégias de campanha × Ocupou cargo político	187
Tabela 7 – Estratégias de campanha × Não ocupou cargo político	188
Tabela 8 – Já ocupou cargos políticos × Estratégia individualista	188
Tabela 9 – Já ocupou cargos políticos × Estratégia partidária	189

Capítulo 9

Tabela 1 – Profissão declarada pelas candidatas à Câmara de Vereadores de Curitiba em 2016	196
Tabela 2 – Dados de população, eleitorado e filiados, por gênero	198
Tabela 3 – Tempo de dedicação a atividades partidárias	200
Tabela 4 – Tempo de dedicação a atividades políticas	200
Tabela 5 – Estratégias de campanha mais importantes	201
Tabela 6 – Característica mais importante para se tornar vereador	202
Tabela 7 – Principal razão para se candidatar a vereador(a)	203
Tabela 8 – Ocupação de cargo político anterior à candidatura	204
Tabela 9 – Quantidade de candidaturas a vereador antes de 2016	204
Tabela 10 – Fatores para viabilizar a candidatura	205
Tabela 11 – Forma de seleção da candidatura	206
Tabela 12 – Facilidade e dificuldade de candidaturas femininas nas eleições	207

Lista de quadros

Capítulo 2

Quadro 1 – Prefeitos eleitos, seus partidos e coligações em Curitiba (1988-2016)	41
--	----

Capítulo 3

Quadro 1 – Modelo de análise: dimensões de <i>status</i> dos candidatos a vereador de Curitiba em 2016	72
--	----

Capítulo 4

Quadro 1 – Modelo e operacionalização da estrutura organizacional	92
---	----

Capítulo 6

Quadro 1 – Partidos confessionais e critérios de pertencimento	137
Quadro 2 – Incentivos organizacionais e tipologia teórica dos recrutados	139

Lista de gráficos

Capítulo 5

Gráfico 1 – Estatísticas para o índice G para grupos de candidatos 119

Gráfico 2 – Posição do candidato na lista geral do partido e em seu bairro por partido 122

Capítulo 9

Gráfico 1 – Distribuição dos candidatos, por sexo, segundo grupo de patrimônio declarado 208

Gráfico 2 – Distribuição dos candidatos, por sexo, segundo grupo de receita declarada 209

Lista de figuras

Capítulo 3

- Figura 1** – Mapa de pontos de objeto (candidatos a vereador em Curitiba em 2016) rotulados por “ideologia” 76
- Figura 2** – Vetores das contribuições à variância das dimensões por variáveis 78
- Figura 3** – Mapa perceptual obtido através da análise de correspondência múltipla (pontos de categoria e autopoisição ideológica) 79

Capítulo 5

- Figura 1** – Concentração e dispersão de votos por QL – Legislativo municipal, Curitiba, 2016 116

Capítulo 7

- Figura 1** – Gráficos de regressão linear simples – Receita x Votos em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016 165
- Figura 2**– Gráficos de regressão linear simples – Receitas de pessoas físicas x Votos em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016 165

Lista de siglas

ACM – Análise de Correspondência Múltipla
AD – Assembleia de Deus
Aije – Ação de Investigação Judicial Eleitoral
Aime – Ação de Impugnação de Mandato Eletivo
Anpocs – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais
CDT-UFPR – Clínica de Direito do Trabalho da Universidade Federal do Paraná
CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEM – Centro de Estudos da Metrópole
CMP – Comparative Manifestos Project
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas
DC – Democracia Cristã
DEM – Democratas
FEFC – Fundo Especial de Financiamento de Campanha
FGV – Fundação Getúlio Vargas
Geist – Grupo de Pesquisa em Instituições, Comportamento Político e Tecnologias Digitais
Gepô – Grupo de Estudos de Gênero e Política
HGPE – Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM – International Business Machines
Iesp – Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Ippuc – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IURD – Igreja Universal do Reino de Deus
LaCC – Laboratório de Análise do Campo Científico
LAPeS – Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários
LAR – Laboratório de Análise de Redes Sociais
Marpor – Manifesto Research on Political Representation
MRG – Manifesto Research Group
Neci – Núcleo de Estudos Comparados Internacionais
Neppla – Núcleo de Partidos Políticos Latino-Americanos
Ninc – Núcleo de Estudos em Investigações Constitucionais
Nipe/Cebrap – Núcleo de Instituições Políticas e Eleições do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

NOVO – Partido Novo

NuPP – Núcleo de Pesquisa e Prática em Ciência Política

Nusp – Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PEN – Partido Ecológico Nacional

PID-UFPR – Programa de Iniciação à Docência da Universidade Federal do Paraná

PPGDTs – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável

REDE – Rede Sustentabilidade

PCO – Partido da Causa Operária

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PROS – Partido Republicano da Ordem Social

PRP – Partido Republicano Progressista

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PODEMOS – antigo Partido Trabalhista Nacional (PTN)

PP – Partido Progressista

PPD – Pequenos Partidos de Direita

PPL – Partido Pátria Livre

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN – Partido Trabalhista Nacional. Atual Podemos
PUC-RJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PV – Partido Verde
RCED – Recurso Contra expedição Expedição de Diploma
SD – Solidariedade
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Uerj – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas
UniCuritiba – Centro Universitário Curitiba
Uninter – Centro Universitário Internacional
USP – Universidade de São Paulo

Sumário

Apresentação	3
<i>Adriano Codato e Bruno Bolognesi</i>	
1 Eleição 2016: as regras do jogo	7
<i>Eneida Desiree Salgado, Tailaine Costa, Milton Wagner, Gustavo Martinelli Gazotto, Gabriel Percegon, Juliano Pietzack, Aléxia Andrade</i>	
2 O perfil social e ideológico dos eleitos para a Câmara de Vereadores	37
<i>Andre Barsch Ziegmann, Geissa Franco, Maiane Aldlin Bittencourt, Gabriel Marcondes de Moura</i>	
3 Os três extremos da ideologia: direitistas, centristas e esquerdistas nas eleições municipais	65
<i>Adriano Codato, Karolina Mattos Roeder, Juan Arrom Suhurt</i>	
4 Seleção de candidatos em nível local: eleições 2016	89
<i>Karolina Mattos Roeder, Flávia Roberta Babireski, Bruno Bolognesi e Giovanna da Cruz</i>	
5 A conexão eleitoral nas eleições de 2016 em Curitiba	109
<i>Glauco Peres e Grazielle Silotto</i>	
6 Candidatos da fé: bases sociais e estratégias eleitorais dos partidos confessionais	129
<i>Tiago Daher Borges, Flávia Roberta Babireski e Bruno Bolognesi</i>	
7 Financiamento dos candidatos nas eleições de 2016 em Curitiba	151
<i>Rodrigo Horochovski, Ivan Jairo Junckes e Luiz Fernando Zelinski da Silva</i>	

8	Incerteza eleitoral, estratégia de campanha e voto na disputa para a câmara de vereadores de Curitiba em 2016	175
	<i>Fábio Vasconcellos</i>	
9	A participação de mulheres nas eleições de 2016 em Curitiba	193
	<i>Maria Cecília Eduardo e Marina Merlo</i>	
10	1.114 candidatos em 38 dias: relato sobre a aplicação de um <i>survey</i>	217
	<i>Flávia Roberta Babireski e Luan Orlando Lima Azevedo</i>	

Apresentação

quem decide concorrer?

Cientistas políticos estão preocupados com questões sobre o macrofuncionamento dos sistemas políticos: valores e atitudes dos eleitores em competições nacionais, formação de gabinetes ministeriais e as chances de coalizões políticas de apoio a presidentes, volatilidade e número efetivo de candidatos, programas e perfis ideológicos de partidos políticos, e assim por diante. Poucas são as pesquisas que investigam o microfuncionamento do mundo político; por exemplo, o tipo de candidato que se apresenta em eleições municipais. Há aí toda uma agenda nova de investigação, centrada no recrutamento político na base do sistema político, que precisa mobilizar um conjunto de dados e informações diferentes daquelas disponíveis nas grandes estatísticas eleitorais e nas informações oficiais dos candidatos.

Afinal, quem decide disputar uma posição na política representativa municipal? Qual o seu perfil ideológico e profissional? Qual a sua base social? Em nome de que os candidatos a candidato disputam um lugar na lista do partido? O que ou quem eles pretendem representar? Estas são questões fundamentais que este livro quer responder. Foram estudados 781 aspirantes que concorreram nas eleições para a Câmara Municipal em Curitiba em 2016, compreendendo 70,1% do universo de 1.114 candidatos.

“Quem decide concorrer”, a frase que dá título ao livro, é um assunto tradicionalmente ligado à ambição política. Ambição política significa tanto a intenção dos titulares de posições políticas de concorrerem a um cargo mais alto e mais importante, quanto o desejo daqueles que não possuem cargos, no Executivo ou Legislativo, de disputar uma posição eletiva. Na Ciência Política, há pelo menos duas maneiras para se entender a ambição política. A primeira foca as oportunidades e incentivos que um determinado sistema de cargos políticos assegura ao competidor e que definem as chances na competição. A segunda maneira olha para as características ou propriedades daqueles que decidem concorrer a um emprego político (*“social backgrounds”*).

Schlesinger defende que se “pode aprender mais” sobre como funciona a política representativa a partir do estudo da “carreira das lideranças políticas” estabelecidas do que pesquisando “quem eles foram e de onde vieram” (1966, vii). Por isso, sua pesquisa sobre governadores e senadores nos Estados Unidos

ilustra a ideia – vinda da Economia – segundo a qual a política é conformada por “uma série de escolhas marginais racionais feita por homens que competem pelo poder sob um conjunto de regras políticas” (1966, viii). O fundamental aqui são as regras e a estrutura de oportunidades que um sistema de posições políticas nesse sistema faculta. Essa abordagem foi continuada e aprofundada pelo artigo de Black (1972), que desenvolveu uma teoria da escolha racional da ambição política individual contra a alegação dos próprios políticos de que o que os animaria seria o desejo de servir ao público e perseguir o bem comum. A ambição política seria basicamente o resultado líquido da avaliação do político sobre “custos, benefícios e oportunidades” envolvidos na sua decisão (Black, 1972, 145). Rohde (1979) conseguiu formalizar essa proposição estudando as opções de carreira dos deputados federais norte-americanos.

O oposto disso é a visão sobre o recrutamento político que assume – a partir da Sociologia – que processos de socialização secundária, marcações sociais de gênero, de raça ou de classe são, ou podem ser, mais decisivos, seja para conformar uma vocação política, seja para impulsionar uma carreira vitoriosa nesse mundo. Para Fowler e MacLure (1990), por exemplo, estudar quem decide concorrer implica estudar também quem decide não se apresentar em eleições, já que há inúmeros fatores pessoais e contextuais envolvidos em uma candidatura competitiva. Dada a complexidade de uma campanha, os custos financeiros envolvidos, as estruturas partidárias que podem apoiá-la e as injunções do contexto, a vocação para a política não depende apenas de um “cálculo racional” do indivíduo.

O surgimento da ambição política (“vocação”), de um lado, e, de outro, a ambição política em direção a um cargo de maior prestígio e/ou poder (“ambição progressiva”) resultam de fatores – pessoais, partidários, institucionais, legais – diferentes (Maestas *et al.*, 2006). A questão fundamental é saber quais são esses fatores, quando eles agem e se agem em diferentes contextos políticos.

A originalidade deste livro está em estudar, através de um *survey* aplicado entre agosto e outubro de 2016, a política em um único distrito, pesquisando tanto os amadores como os profissionais que conformam uma disputa eleitoral no Brasil. Assim, não são apenas os vitoriosos, mas toda a multidão de personalidades – novatos, franco-atiradores, políticos de carreira, mandatários, figurantes e inviáveis – que potencialmente integram a classe política nacional, que ganham carne e osso aqui.

O livro está organizado da seguinte forma. O primeiro capítulo, de Eneida Salgado, Tailane Costa, Milton Wagner, Gustavo Martinelli, Gabriel Pecegon, Juliano Pietzack e Alécia Andrade, trata do enquadramento legal em que ocorreram as eleições municipais de 2016. Os autores apontam como a legislação interfere e regula o pleito, além de apresentarem dados iniciais do *survey*

mostrando de que modo os candidatos mostram conhecimento de novas regras e as possíveis consequências destas para a competição eleitoral.

O segundo capítulo, de André Ziegmann, Geissa Franco, Maiane Bittencourt e Gabriel de Moura, aborda, a partir da Sociologia Política, o resultado que saiu das urnas. Partindo do clássico debate entre Robert Michels e Robert Dahl, os autores examinam o perfil social e ideológico dos eleitos na capital paranaense. Realizam um balanço sobre a política estadual e mostram que o Legislativo de Curitiba é predominantemente ocupado por homens brancos, com ensino superior, característica de democracias ainda pouco desenvolvidas e que se assemelha ao quadro nacional de representantes políticos. Debatendo ideologia de forma mais detida, Adriano Codato, Karolina Roeder e Juan Suhurt, no terceiro capítulo, mostram que, analisando pontos do espectro ideológico, encontramos diferenças importantes entre esquerda, centro e direita, mesmo no nível local. Através de Análise de Correspondência Múltipla, os autores mobilizam variáveis políticas e sociais e apontam as diferenças entre candidatos de cada polo ideológico.

O quarto capítulo, de Karolina Roeder, Flávia Babireski, Bruno Bolognesi e Giovanna Cruz, analisa o processo de seleção de candidatos segundo a percepção e as experiências que os pleiteantes tiveram em seus partidos políticos. Os autores mostram que não há diferenças significativas entre os tipos de partidos, se mais ou menos estruturados. A seleção dos candidatos é realizada valorizando os aspectos individuais das candidaturas e o personalismo é a tônica no processo eleitoral local. No Capítulo 5, Glauco Peres e Grazielle Silotto mostram como os candidatos se conectam com suas bases geográficas durante o processo eleitoral. Os autores concluem que a dimensão espacial é um importante fator a ser considerado na competição e no sucesso eleitoral.

O Capítulo 6, de Tiago Borges, Flávia Babireski e Bruno Bolognesi, relaciona a base religiosa com os tipos de partidos a que os candidatos pertencem. Os autores mostram que os partidos confessionais tendem a apresentar candidaturas com representação, ainda que o partido político seja um elo pouco importante nessa relação. O sétimo capítulo traz o debate sobre o financiamento de campanha. Rodrigo Horochovski, Ivan Junckes e Luiz Fernando Zelisnki apontam que o recurso financeiro segue central para as eleições e para a dinâmica competitiva municipal, ainda que tenha se observado uma redução nos gastos das campanhas municipais. No capítulo seguinte, Fábio Vasconcellos conclui que as estratégias eleitorais dos candidatos nessa eleição são mais bem aproveitadas por aqueles que possuem cargos políticos anteriores e o modo de fazê-las é predominantemente individualista e que tal traço é mais eficaz na conquista de votos pelos novatos do que por políticos profissionais. Maria Cecília Eduardo e Marina Merlo, no Capítulo 9, esquadrinham como se deu a participação das mulheres

como candidatas no pleito de 2016 em Curitiba. As autoras mostram como o perfil das eleitas se assemelha aos achados encontrados por Ziegmann *et. al.* no segundo capítulo. Por outro lado, candidatas utilizam com maior frequência apoio de movimentos sociais e organizações de que fazem parte para angariar votos.

Por fim, Flávia Babireski e Luan Azevedo fazem um relato sobre a “cozinha” da pesquisa. Mostram as dificuldades logísticas, metodológicas e práticas na tarefa de entrevistar com questionários estruturados 1.114 candidatos a vereador. Ainda que a pesquisa tenha conseguido 781 entrevistas, o trabalho de campo teve de lidar com mais de mil candidatos de 34 partidos diferentes em menos de quarenta dias para que os dados fossem coletados. Sem a estrutura de um grande centro ou de uma grande empresa de pesquisa, os questionários foram respondidos presencialmente e preenchidos em papel, de modo que a atividade de campo, olhando retrospectivamente, parece uma aposta arriscada.

Curitiba, novembro de 2018

Adriano Codato e Bruno Bolognesi

Referências

BLACK, G. S. (1972). A theory of political ambition: career choices and the role of structural incentives. *The American Political Science Review*, vol. 66, n. 1, p. 144-59.

FOWLER, L. L.; MCCLURE, R. D. (1990). *Political ambition: who decides to run for Congress*. Yale: Yale University Press.

KANTHAK, K.; WOON, J. (2015). Women don't run? Election aversion and candidate entry. *American Journal of Political Science*, vol. 59, n. 3, p. 595-612.

MAESTAS, C. D. *et al.* (2006). When to risk it? Institutions, ambitions, and the decision to run for the U.S. House. *American Political Science Review*, vol. 100, n. 2, p. 195-208.

ROHDE, D. W. (1979). Risk-bearing and progressive ambition: the case of members of the United States House of Representatives. *American Journal of Political Science*, vol. 23, n. 1, p. 1.

SCHLESINGER, J. A. (1966). *Ambition and politics: political careers in the United States*. Chicago: Rand McNally.

Eleição 2016: as regras do jogo

*Eneida Desiree Salgado, Tailaine Costa, Milton Wagner,
Gustavo Martinelli Gazotto, Gabriel Percegon,
Juliano Pietzack, Alécia Andrade*

A dificuldade de jogar com o regulamento no campo eleitoral

A reforma política é um tema frequente na agenda legislativa brasileira desde o Império. Em 1872 já se dizia: “Não é possível adiar a reforma eleitoral [...] é uma exigência nacional que há de ser atendida, custe o que custar. [...] A reforma eleitoral é um pregão patriótico e enérgico contra o nosso desmoralizado regime eleitoral” (Souza, 1979 [1872]).

De lá para cá, a tendência não mudou. Os governos – principalmente os autoritários – utilizaram as alterações da legislação eleitoral como um artifício para (tentar) condicionar o resultado das eleições. Assim ocorreu com a ditadura e a Lei 4.740/1965, o Ato Institucional 2/1965, o Ato Complementar 4/1965, a Lei 5.682/1971, o Decreto-Lei 6.639/1976, o Pacote de Abril de 1977 (com alterações na Constituição e na legislação eleitoral), a Lei 6.767/1979, a Lei 6.978/1982, entre outras (Salgado, 2016, 76-8).

Mesmo depois da Constituição de 1988, a inconstância se mantém. Cada eleição conta com uma lei específica para sua regulação. Assim, com mudanças às vezes sutis, às vezes significativas (principalmente em matéria de financiamento), foram editadas as leis 7.773/1989, 8.214/1991, 8.713/1993 e 9.100/1995. Também neste período foram aprovadas a Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar 64/1990) e a Emenda Constitucional 4/1993, dando nova redação ao art. 16, que trata da anterioridade eleitoral. Em 1997, elaborou-se, a partir do Projeto de Lei 2.695/1997 apresentado pelo deputado Edinho Araújo, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, a Lei 9.504, com a intenção de regulamentar todas as eleições, trazendo um arcabouço normativo estável para a disputa eleitoral. Concomitantemente, a Emenda Constitucional 16/1997 permitiu a reeleição para as chefias do Poder Executivo.

Logo depois da primeira eleição sob a chamada Lei das Eleições, a Lei 9.840/1999 alterou a legislação, com três modificações na Lei 9.504/1997 e uma no Código Eleitoral. Mais uma eleição e sobreveio a imposição da verticalização das coligações pelo Tribunal Superior Eleitoral e a aprovação da Lei 10.408/2002, que modificou 14 dispositivos da Lei das Eleições. Essa lei foi alterada novamente depois de uma eleição, em nove dispositivos, pela Lei 10.740/2003. Uma eleição depois, houve a aprovação da Emenda Constitucional 52/2006 para acabar com a verticalização e a Lei 11.300/2006 trouxe 60 alterações na Lei 9.405/1997. Em dezembro de 2006, o Supremo Tribunal Federal afastou a cláusula de barreira prevista na Lei dos Partidos e seus reflexos na divisão dos recursos públicos e da propaganda partidária. Outra modificação promovida pelo Poder Judiciário foi a invenção da perda de mandato por desfiliação partidária sem justa causa, em 2007. Entre as eleições de 2008 e 2010, a Lei 12.034/2009 fez uma ampla reforma na legislação eleitoral, com 172 modificações na Lei das Eleições, duas no Código Eleitoral e 22 na Lei dos Partidos Políticos. Em junho de 2010, a Lei Ficha Limpa entrou em vigor, mudando fortemente a Lei das Inelegibilidades. Em dezembro, a Lei 12.350 modificou a Lei 9.504/1997 em seis dispositivos.

Depois das eleições de 2012, as reformas se intensificaram. Duas leis de 2013 (Lei 12.875 e Lei 12.891) alteraram 105 dispositivos: 6 no Código Eleitoral, 17 na Lei dos Partidos e 82 na Lei das Eleições. A Lei 12.976/2014 modificou em três pontos a Lei das Eleições. E duas leis de 2015 (13.107 e 13.165) trouxeram 257 mudanças: 33 no Código Eleitoral, 71 na Lei dos Partidos e 153 na Lei das Eleições. O Supremo Tribunal Federal, em setembro, declarou inconstitucional a possibilidade de doações de pessoas jurídicas para partidos políticos e campanhas eleitorais, que vigorava desde 1993. Em fevereiro de 2016, a Emenda à Constituição 91 abriu uma janela de desfiliação partidária sem perda de mandato.

Em 2017, novamente, o debate da reforma política instalou-se sob o discurso da necessidade de melhorar a política e os políticos via alterações normativas. Foi aprovada a Emenda Constitucional 97, que veda coligações partidárias nas eleições proporcionais, impõe uma cláusula de barreira e estabelece regras de transição. Duas leis eleitorais modificaram o Código Eleitoral, a Lei das Eleições e a Lei dos Partidos Políticos. Não se sabe se todas resistirão a uma eventual análise de conformidade com a Constituição.

Somem-se a todas essas alterações as mudanças promovidas pelas resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, que inovam no ordenamento jurídico mesmo sem autorização constitucional, e a absoluta inconstância na legislação eleitoral se revela a marca fundamental da democracia brasileira.

As regras de escalação na eleição de 2016: quem podia ser candidato?

Nas disputas eleitorais de 2016, a Emenda 91 permitiu, de maneira “excepcional e em período determinado” – nos trinta dias seguintes à promulgação da reforma constitucional –, o desligamento, sem prejuízo do mandato, do partido pelo qual o mandatário foi eleito. Assim, um mês antes do prazo de desincompatibilização, houve intensa movimentação de parlamentares entre os partidos para buscar uma legenda que mais os favorecesse.

As coligações para as eleições proporcionais e majoritárias eram permitidas. As convenções para deliberar e decidir sobre coligações e para escolher os candidatos deveriam se realizar entre os dias 20 de julho e 5 de agosto, sendo exigido o registro em ata e sua publicação em até 24 horas. A convenção partidária municipal que se opusesse às diretrizes do órgão nacional poderia ser anulada pelo órgão nacional e, caso necessário, a nova escolha de candidatos poderia ser registrada na Justiça Eleitoral até dez dias depois da deliberação pela anulação.

As condições de elegibilidade reguladas na Lei 9.504/1997 se referiam às exigências de um ano de domicílio eleitoral e seis meses de filiação partidária a contar da data da eleição.

Cada partido ou coligação (independentemente do número de partidos que formassem a coligação) podia apresentar até 150% do número de candidatos em relação ao número de vagas, exceto em municípios com até cem mil eleitores, em que as coligações puderam registrar até 200%. Na chapa registrada não podia haver mais de 70% nem menos de 30% de candidatos de cada gênero (sexo, na dicção legislativa). Como consequência do descumprimento das cotas de candidatura ou, ainda, pela fraude em seu cumprimento, algumas decisões judiciais impuseram a negativa do registro da chapa ou a perda de mandato de todos os eleitos pela chapa¹.

O registro de candidatos teve como prazo final o dia 19 de agosto. Se um filiado tivesse sido escolhido em convenção como candidato, mas seu registro não tivesse sido realizado pelo partido, seu prazo para pedido individual de candidatura era de 48 horas após a publicação, pelo cartório eleitoral, da lista de candidatos registrados.

1. Há decisões em ações de investigação judicial eleitoral e ações de impugnação de mandato eletivos dadas por juízes eleitorais. Nos tribunais, a maioria delas foi afastada por falta de prova robusta de fraude. Até 13 de outubro de 2017, apenas o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo havia decidido no sentido de reconhecer a fraude, no recurso 37.054, em acórdão de 1º de agosto de 2017.

Em caso de não preenchimento de todas as vagas, os partidos podiam preencher as remanescentes até trinta dias antes da eleição, observada a reserva de gênero. Desde a eleição de 2014 não é permitido substituir o candidato à eleição majoritária nos últimos vinte dias de campanha, exceto em caso de morte; o prazo de substituição é o mesmo para os cargos proporcionais.

O deferimento do pedido de registro de candidatura é vinculado ao preenchimento das condições de elegibilidade e à inexistência de inelegibilidade ou incompatibilidade. As condições de elegibilidade estão na Constituição, no parágrafo terceiro: nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral na circunscrição, filiação partidária, idade mínima (no caso de eleições municipais, 18 anos para vereador e 21 para prefeito e vice-prefeito). Interessante ressaltar que, embora a Constituição proíba a filiação partidária de militar (art. 142, parágrafo V), permite sua candidatura (art. 14, §8º), o que levou, desde 2004, à criativa solução construída pelo Tribunal Superior Eleitoral que permite a candidatura de militar – não filiado – desde que registrado por partido político após escolha em convenção (Resolução 21.608/2004).

No momento do registro deveriam ser verificadas as condições de elegibilidade exigidas constitucionalmente, com exceção da idade mínima para cada cargo; pela Lei 9.504/1997, alterada em 2015, “a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data da posse, salvo quando fixada em dezoito anos, hipótese em que será aferida na data-limite para o pedido de registro”.

Algumas inelegibilidades também estão na Constituição, todas no art. 14: a impossibilidade de concorrer a um terceiro mandato na chefia do Poder Executivo (§5º); os estrangeiros, conscritos e analfabetos (§§2º e 4º); e a inelegibilidade por parentesco – “no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição” (§7º).

Alguns obstáculos à candidatura estão na Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/1990). Essa lei, amplamente modificada pela Lei Ficha Limpa, traz tanto incompatibilidades como inelegibilidades.

As incompatibilidades têm por objetivo evitar que o poder ou cargo ocupado possa causar desequilíbrio no pleito, de forma a tentar manter a equidade entre os candidatos. Dessa forma, um servidor público, ou empregado da Administração Pública Direta, precisou se afastar de suas funções, com antecedência mínima de três meses para se candidatar no pleito de 2016, tendo

assegurado o aferimento integral dos vencimentos. No caso de um servidor comissionado, a medida que se impôs foi a exoneração, e no caso, por se tratar de eleições municipais, esse ato deveria ter ocorrido quatro meses antes do pleito. Para aqueles que exerceram função de chefia de sindicatos, o afastamento do cargo ocorreria, necessariamente, com no mínimo quatro meses de antecedência, caso a candidatura fosse para prefeito ou vice, e, nas hipóteses de o cargo pretendido ser para exercício da vereança, a desincompatibilização deveria ser efetivada com seis meses de antecedência. A única exceção aos seis meses é para as hipóteses de que a função exercida não tenha ingerência sobre fiscalização, lançamento ou arrecadação de tributo; caso as funções do servidor não se enquadrem nas descritas, a desincompatibilização deve ocorrer com três meses de antecedência.

Membros do Ministério Público e da Defensoria Pública têm regramento diferente. Para concorrer ao cargo de chefe do Poder Executivo municipal, o afastamento do cargo deve ocorrer com quatro meses de antecedência; por sua vez, caso o cargo pretendido seja do Legislativo municipal, a desincompatibilização necessariamente tem que se efetivar com seis meses de antecedência. Dirigentes de empresas que tenham contrato celebrado com o poder público também devem se desincompatibilizar; a exceção à regra é para contratos de cláusulas uniformes. Em relação à desincompatibilização, cada cargo exercido pelo servidor público, efetivo ou comissionado, ou por empregados a ele assemelhados, possui um período específico, principalmente em decorrência das funções por ele exercidas. A regra geral é de quatro meses para desincompatibilização, podendo variar entre três e seis meses. Alguns cargos, em razão da ausência de previsão legal, têm as desincompatibilizações estabelecidas por decisões judiciais, como é o caso dos radialistas, comunicadores, apresentadores de televisão, comunicadores e repórteres, só se podendo veicular programa televisivo ou de rádio com a apresentação deles até 29 de junho do ano da eleição.

A incompatibilidade é transitória e, dentro do lapso temporal adequado, ela pode ser superada, de forma a não impedir a candidatura. Por sua vez, a inelegibilidade é um estado que não é possível se reverter de imediato, sendo necessário aguardar a alteração da situação, que pode ser decorrente da passagem do tempo ou de uma mudança promovida por decisão judicial, ou, ainda, pela alfabetização. A Lei 64/1990, com a redação que a Lei Ficha Limpa concedeu, estabelece um rol longo de inelegibilidades.

Para além das inelegibilidades constitucionais, que são ratificadas pela lei, a primeira inelegibilidade prevista é a decorrente de perda de mandato legislativo determinada por maioria dos membros do Poder Legislativo, com

a inelegibilidade sendo válida para as que ocorrerem durante a vigência do mandato e pelos oito anos seguintes a contar do final da legislatura na qual houve a cassação. Ainda sobre cassação, a mesma regra vale para o Poder Executivo; no caso de *impeachment*, aquele que tiver seu mandato cassado fica inelegível e impossibilitado de exercer qualquer cargo público pelo período de oito anos a contar do final do mandato. Não obstante, caso a renúncia do mandato ocorra após a instauração de procedimento que pode acarretar a cassação do mandato, gera-se, de todo modo, a inelegibilidade pelo período de oito anos, pois entende-se que a renúncia foi apenas um artifício para impedir o julgamento; logo, para afastar a inelegibilidade é necessário que o motivo para o afastamento seja anterior à instauração do procedimento.

Ademas, estão impedidos de participar do jogo aqueles que tenham sido condenados por abuso de poder econômico e político. A decisão reconhecendo esses abusos deve ser proferida pela Justiça Eleitoral e ter transitado em julgado ou já ter decisão por órgão colegiado; a vigência da inelegibilidade é de oito anos, a contar da eleição na qual foi cometido o abuso. Outra alínea da lei, a “h”, traz como inelegibilidade, para além daquele que cometeu o ato, ao detentor de cargo público que, utilizando-se de suas funções, beneficiou a si próprio ou a terceiro. Possuindo mesma forma de contagem de duração, e com o mesmo período de inelegibilidade, aqueles que tenham contra si condenação por captação ilícita de sufrágio, doação ou captação ilícita de recursos financeiros para campanhas eleitorais, bem como condenação por conduta vedada estão impedidos de participar do jogo eleitoral por oito anos. Porém, para que de fato gere inelegibilidade, é necessário que haja cassação do registro ou do diploma, pois a mera aplicação de multa não gera a inelegibilidade (Gomes, 2016, 239).

Outro impedimento de participar do jogo político como candidato é a vida pregressa do indivíduo. Além da inelegibilidade daqueles que tenham contra si condenação criminal com suspensão de direitos políticos enquanto durarem os efeitos, a Lei Complementar 64/1990 trouxe uma lista de delitos que geram inelegibilidade pelo período de oito anos a contar da extinção da pena, sendo esses crimes os que se enquadrarem nas seguintes situações: (1) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; (2) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; (3) contra o meio ambiente e a saúde pública; (4) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; (5) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; (6) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; (7) de tráfico de entorpecentes e drogas

afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; (8) de redução à condição análoga à de escravo; (9) contra a vida e a dignidade sexual; e (10) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando. A grande questão é justamente o longo período que o indivíduo pode ficar inelegível, pois existem vários momentos de inelegibilidade, desde a condenação até oito anos após o final do cumprimento da pena (Gomes, 2016, 242).

Aqueles que tenham perdido suas patentes oficiais, desde que o militar tenha sido condenado com pena privativa de liberdade, por período superior a dois anos, são inelegíveis por oito anos. O mesmo prazo de inelegibilidade atinge aqueles que nos doze meses anteriores ao pleito eleitoral tenham exercido cargo de administração ou representação em estabelecimento de crédito, financiamento ou seguro que seja objeto de liquidação, estão inelegíveis, enquanto inexistir a exoneração de qualquer responsabilidade.

Também estão impedidos de “entrar em campo” aqueles “que tiverem suas contas relativas a exercício de cargo ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente”. Nas eleições de 2014, o entendimento foi no sentido de que valeria o julgamento pelo Tribunal de Contas e pelo Legislativo, contudo, o entendimento acerca de quem seria o órgão competente para julgar as contas dos agentes públicos mudou em 2016. O Supremo Tribunal Federal, em decisão com repercussão geral nos Recursos Extraordinários 848.826 e 729.744, firmou o entendimento de que compete à Câmara Municipal julgar contas de governo do prefeito, atuando o Tribunal de Contas como mero auxiliar do julgamento dessas contas. Atribuiu-se ao Legislativo a competência originária. Desse modo, mesmo que exista decisão da Corte de Contas, esta apenas passa a valer caso seja ratificada pela análise do Poder Legislativo; enquanto não houver análise pelo órgão competente – Câmara Municipal –, inexistente qualquer efeito, em relação à inelegibilidade, da decisão proferida pelo Tribunal de Contas. Nesse sentido, a decisão dos tribunais de contas apenas é competente para gerar inelegibilidade quando se tratar de eventual convênio com o governo estadual ou federal, mas caso a questão se refira a qualquer prestação de contas que seja estritamente municipal, seja ela de gestão ou de governo, apenas a decisão da Câmara Municipal é competente para gerar a inelegibilidade.

Outra causa de inelegibilidade é a suspensão de direitos políticos em decorrência de condenação por ato doloso de improbidade que implique lesão ao erário e enriquecimento ilícito. Para que o dispositivo legal seja concretizado, é necessário que ambas as situações sejam realizadas, análise que deve ser realizada pela justiça comum, cabendo à Justiça Eleitoral apenas interpretar a

decisão já exarada. Assim, apenas uma condenação por improbidade que ao mesmo tempo condene o agente por ato doloso de improbidade que lesionou o patrimônio público e – indispensável o segundo elemento – ocasionou enriquecimento ilícito, seja próprio ou de terceiro, gera a inelegibilidade prevista no dispositivo legal. Assim, apenas condenações em ações de improbidade com fundamento nos arts. 9º e 10 da Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) são aptas a gerar a inelegibilidade em questão.

As previsões sobre inelegibilidades também se estendem para casos de exclusão do exercício profissional, logo, uma decisão do órgão profissional excluindo o sujeito do quadro, em decorrência de infração ético-profissional, gera inelegibilidade pelo período de oito anos, a contar do ato da exclusão. Outra incidência de inelegibilidade é para casos de simulação de desfazimento de vínculo conjugal com o fim de afastar a inelegibilidade. Como anteriormente visto, a Constituição Federal estabelece algumas inelegibilidades decorrentes dos vínculos matrimoniais; caso seja apurada, após uma condenação judicial por fraude, alguma situação na qual se simula uma dissolução do matrimônio apenas para não configuração da inelegibilidade por laços afetivos, declara-se a inelegibilidade dos envolvidos pelo período de oito anos.

A demissão do serviço público, por força de processo administrativo ou judicial, também gera inelegibilidade ao indivíduo pelo período de oito anos após a decisão demissória. Ainda relacionada ao servidorismo público, a aposentadoria compulsória de magistrado ou de membro do Ministério Público também atrai a inelegibilidade pelo período de oito anos. Em relação a essa situação, existe a declaração de inelegibilidade para as hipóteses de decisão sancionatória ou de pedido de exoneração ou de aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, seguindo a lógica de que se aplica a inelegibilidade mesmo para as circunstâncias nas quais o indivíduo tenta se livrar da penalização administrativa.

Por entender que a todos é imposto o dever de obedecer às regras eleitorais, aquele que realizar doações ilegais para as campanhas eleitorais também é declarado inelegível, seja pessoa física ou representante legal da pessoa jurídica, pelo período de oito anos a contar do trânsito em julgado ou decisão colegiada acerca da ilegalidade da doação.

As regras para estabelecer quem não pode estar no jogo são bem abrangentes, de modo que, após a promulgação da Lei Ficha Limpa, o número de quem “está fora do jogo” é bem grande. Como as regras ainda são recentes, existe muita interpretação sendo realizada pelo Judiciário, de modo que o jogo começa com regras em um sentido e, após o início da partida, as regras são alteradas, tornando-se possível alterar a lista dos possíveis jogadores.

O sistema de jogo: as características do sistema eleitoral

O sistema eleitoral é o conjunto de regras que define como o eleitor pode determinar suas escolhas políticas no formato de votos e de que forma estes são contabilizados para definir mandatos.

A classificação mais costumeira e conhecida dos sistemas eleitorais é entre sistemas majoritários, os quais buscam a eleição do(s) candidato(s) com maior número de votos, e sistemas proporcionais, os quais objetivam a distribuição dos mandatos de acordo com a votação recebida pelos candidatos concorrentes. Ainda é possível pensar em uma gama de sistemas mistos, que mesclam as características dos modelos apresentados.

No Brasil, as eleições para a chefia do Executivo, em âmbito federal, estadual e municipal, em cidades com população superior a 200 mil habitantes, segue o modelo do sistema majoritário de dois turnos, em que o candidato eleito é aquele que alcança a maioria absoluta (superior a 50%) dos votos válidos, e, não havendo candidatos aptos na primeira disputa da eleição, é realizado um segundo turno, incluindo apenas os dois mais votados do processo anterior.

Por sua vez, as eleições para a chefia do Executivo em âmbito municipal de cidades com número de habitantes inferior a 200 mil, bem como a disputa pelas vagas no Senado Federal de cada estado, dão-se por sistema de maioria simples, ganhando o candidato que conseguir o maior número de votos, sem a ocorrência de um segundo turno.

No entanto, no que se refere às eleições para deputados federais, estaduais, distritais e vereadores, o Brasil segue modelos proporcionais, os quais dão mais espaço para a representatividade de minorias políticas e partidos pequenos, porém fragmentam o Congresso e dificultam a maioria absoluta de um partido e o governo unipartidário, forçando o governo de coalizão (Nicolau, 2004 [1999], 37-8).

Sistemas majoritários tendem a se dar em distritos eleitorais – local onde se realiza o pleito – uninominais, isto é, com apenas uma cadeira (mandato) em disputa; por sua vez, sistemas proporcionais costumam ocorrer em distritos plurinominais, com a disputa de uma diversidade de cadeiras. Esse número de posições em disputa é conhecida pela ciência política como magnitude e tem fundamental relevância na constituição do sistema eleitoral, tendo em vista que o número de cadeiras em disputa pode alijar um partido menor de representação, ou o contrário (Nicolau, 2004 [1999], 46-7).

No Brasil, por exemplo, as eleições para deputados federais têm como distrito as unidades federativas estaduais e a magnitude irá depender da população de cada estado, havendo o número mínimo de oito cadeiras em disputa para cada

estado e o total de 513 deputados federais a comporem o Congresso; para a escolha de deputados estaduais, segue-se lógica semelhante. A disputa pelo posto de vereador, por sua vez, tem como distrito eleitoral o município, e sua magnitude é definida pelo número de habitantes do município, de acordo com a decisão do STF emitida ao recurso extraordinário 197.917-8, do estado de São Paulo.

Dessa forma, o sistema brasileiro se conforma, nas eleições para deputados e vereadores, como proporcional e via lista aberta, isto é, cada partido, ou coligação, apresenta uma lista de candidatos aptos a concorrer para a função desejada; entre estes, o eleitor tem a possibilidade de escolher um, ou votar na legenda partidária. Os votos concedidos ao partido ou coligação irão determinar o número de cadeiras que este terá na Câmara e as vagas serão ocupadas pelos mais votados entre os candidatos dessa lista. Portanto, o voto não se atribui diretamente ao candidato, mas ao partido, havendo uma preferência do eleitor para que o cargo seja ocupado por aquele escolhido, mas ela não é determinante.

Logicamente, isso é uma ficção do sistema, não podendo se afirmar que os eleitores definam seus votos pensando em legendas partidárias, tal como demonstram os dados eleitorais do pleito de 2014, no qual houve 89.206.713 votos nominais para candidatos a deputado federal, aproximadamente 91,63% do total, em clara contraposição aos 8.149.936 votos nas legendas partidárias, que somam pouco mais de 8,37%. Para as eleições de deputado estadual do mesmo pleito, a situação pouco muda, havendo 10.195.512 votos em legendas (10,44%) contra 87.440.240 votos nominais (89,56%). Outros dados anteriores e apresentações da doutrina também apontam nessa direção (Salgado, 2015 [2010], 69-70).

No formato proporcional via lista é necessária a definição de uma fórmula para a divisão das cadeiras entre os partidos em disputa. Tais fórmulas podem ser divididas entre as de maiores médias, que utilizam um divisor, e as definidas pelas maiores sobras, que utilizam algum tipo de quota. No Brasil, usa-se o segundo formato de fórmula.

Dessa forma, o cálculo de distribuição das cadeiras entre os partidos no Brasil passa por duas fases. No primeiro momento, calcula-se o quociente eleitoral, dividindo-se o número total de votos válidos pelo número de cadeiras em disputa; dessa forma, todo partido que atingir tal quociente elege um de seus candidatos para cada vez que o fizer. No segundo momento, restam as sobras, isto é, as cadeiras não ocupadas por nenhum partido após a determinação do coeficiente. Para determiná-las é calculado o quociente eleitoral, dividindo-se a votação total do partido pelo número de cadeiras alcançadas até o momento, somando-se mais um. As cadeiras restantes, as sobras, vão para os partidos, ou coligação, com o maior quociente eleitoral.

Apesar de seguir um modelo proporcional de lista aberta bem conhecido ao redor do mundo, o sistema eleitoral brasileiro possui algumas particularidades. Primeiramente, a inexistência de uma divisão interna das coligações para determinar os partidos a que pertencem os mandatos; dessa forma, um partido pequeno, coligado com um maior, é capaz de eleger uma figura popular à custa dos votos de seu aliado. Outra característica singular é o próprio voto em legenda, o qual não é possível em outros países que usam o modelo de lista aberta, tal como Finlândia, Polônia e Chile.

No entanto, as coligações em breve deixaram de ser uma questão no sistema brasileiro. Com a aprovação da Emenda Constitucional 97/2017, as coligações nas eleições proporcionais foram vedadas, sendo 2018 a última vez em que se realizarão.

Outra característica relevante para a definição do sistema eleitoral é a existência de algum tipo de barreira de exclusão, que veda candidatos ou partidos com poucos votos de assumir as posições que de outra forma estariam legitimados a ocupar. No Brasil, o quociente eleitoral também funciona como barreira de exclusão, impedindo partidos ou coligações que não o alcancem a ocupar as cadeiras em disputa, impedindo uma fragmentação nociva nas Câmaras legislativas.

Os patrocinadores na eleição 2016: quem podia colaborar com os partidos e campanhas

As discussões que envolvem o financiamento de campanhas têm grande relevância e estão sempre presentes nas pautas eleitorais². O tema desperta grande atenção, especialmente em candidatos e partidos políticos, na medida em que o dinheiro consubstanciado nos financiamentos é fundamental na determinação dos resultados da disputa eleitoral. Nesse sentido, alguns estudos indicam que os candidatos com maior soma de recursos depositados na campanha têm mais probabilidade de saírem vencedores do pleito (Lemos, Marcelino e Pederiva, 2010).

Portanto, sendo central no jogo político a questão do financiamento de campanhas, qualquer alteração que a afete tem consideráveis repercussões, ensejando intensos debates.

2. Segundo Mancuso (2015), os estudos da Ciência Política no Brasil sobre financiamento de campanha se desdobraram em três eixos: o primeiro, procurando compreender as doações de campanha; o segundo, tentando explicar a repercussão das doações sobre o número de votos obtidos e o sucesso eleitoral; o terceiro, procurando avaliar a relação entre a doação e a “vinculação” da atuação do candidato eleito ao financiador.

Foi o que aconteceu em relação às eleições de 2016. A Lei 13.165 e a Resolução 23.463, do Tribunal Superior Eleitoral, editadas em setembro e dezembro de 2015, respectivamente, modificaram algumas regras atinentes ao financiamento eleitoral.

A alteração mais impactante da reforma de 2015 diz respeito ao financiamento das campanhas por empresas. A repercussão dessa decisão é inquestionável, uma vez que as doações empresariais, em comparação com o financiamento público ou por pessoas físicas, influenciam de maneira decisiva o resultado das eleições (Cervi, 2010, 152-62).

Dessa maneira, nas eleições de 2016, sob a justificativa de redução dos custos das campanhas, vedou-se a possibilidade de financiamento eleitoral por empresas. Antes da promulgação da referida lei e da edição da resolução do TSE, o Supremo Tribunal Federal já havia se manifestado, na ADI 4.650, de relatoria do ministro Luiz Fux, no sentido de declarar a inconstitucionalidade dos dispositivos que autorizavam a contribuição de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais, decisão esta com aplicabilidade já às eleições de 2016 e às seguintes, independente da publicação do acórdão. Até então, as empresas podiam realizar doações de até 2% de seu rendimento bruto do ano anterior à eleição.

A versão final da Lei 13.165, de 29 de setembro, apenas corroborou o entendimento manifestado pelo STF. Isso porque o texto inicial, anterior ao veto presidencial, permitia a doação por empresas em determinadas circunstâncias³, por exemplo, doações de empresas que não contratassem com o poder público, ou doações feitas por pessoas jurídicas apenas ao partido político. Ademais, o art. 25 da Resolução 23.463/TSE vedou expressamente a doação por pessoas jurídicas.

Conclui-se, portanto, a partir das alterações indicadas, que puderam patrocinar as campanhas eleitorais os próprios candidatos, os partidos políticos e as pessoas físicas, no limite de 10% dos rendimentos brutos auferidos pelo doador no ano anterior à eleição.

No que diz respeito às fontes admitidas para tais doações, estas encontram previsão no art. 14 da Resolução, podendo ser recursos do próprio candidato (até o limite de gastos estabelecido para o cargo ao qual concorre), recursos próprios do partido, de outros partidos ou de outros candidatos, doações em dinheiro ou em bens ou serviços estimáveis em dinheiro por pessoas físicas (no caso de bens móveis ou imóveis, não deveriam ultrapassar o valor de

3. O texto do veto pelo Executivo pode ser encontrado em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13165-29-setembro-2015-781615-veto-148261-pl.html>>.

R\$80.000,00, conforme nova redação do art. 21, §2º do mesmo dispositivo), além de valores advindos da comercialização de bens ou serviços ou da promoção de eventos de arrecadação realizados pelo candidato ou pelo partido (cujo regramento específico se dá pelo art. 24), ou de receitas decorrentes da aplicação dos recursos da campanha. Frise-se que, mesmo na doação de recursos pelos partidos políticos aos candidatos, dever-se-ia identificar a origem dos valores repassados (conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal na ADI 5.394).

As pessoas físicas somente poderiam realizar doações, inclusive pela internet, por meio de transação bancária com identificação do doador e doação ou cessão temporária de bens e serviços, se demonstrassem ser proprietárias do bem ou responsáveis diretas pela prestação do serviço (art. 18 da Resolução do TSE). Ainda, as doações de valor igual ou superior a R\$ 1.064,10 só poderiam ser realizadas mediante transferência eletrônica entre as contas bancárias do doador e do beneficiário da doação.

Os recursos utilizados pelo partido político para patrocinar campanhas, por sua vez, poderiam advir do Fundo Partidário, de doações de pessoas físicas ao partido, da contribuição de seus filiados, da comercialização de bens, serviços ou promoções de arrecadação, tudo conforme reza o art. 14 da Resolução 23.463.

Quanto à forma de doação, consta no parágrafo 3º ao art. 39 da Lei de Partidos Políticos que as doações somente poderiam ser efetuadas nas contas de partidos políticos (e não mais “em nome do partido”) por meio de (1) cheques cruzados e nominais ou transferência eletrônica de depósitos, (2) depósitos em espécie devidamente identificados ou (3) mecanismo disponível em *site* do partido na internet que permita inclusive o uso de cartão de crédito ou de débito e que atenda aos seguintes requisitos: (a) identificação do doador e (b) emissão obrigatória de recibo eleitoral para cada doação realizada.

No entanto, após consultado, o Tribunal Superior Eleitoral vetou, por unanimidade, a possibilidade de financiamento coletivo de campanha por meio de aplicativos ou *sites* de *crowdfunding*. À consulta proposta pelos deputados Alessandro Molon e Daniel Coelho, o pleno do tribunal firmou entendimento, na ocasião, de que essa espécie de financiamento não encontrava previsão na legislação. A Lei 13.488/2017, contudo, autorizou expressamente a arrecadação de recursos por meio de financiamento coletivo.

Merece destaque a alteração promovida em relação à utilização de recursos do Fundo Partidário para financiamento de candidaturas de mulheres. Segundo a nova redação do art. 44 da Lei de Partidos Políticos, alternativamente à “criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação

política das mulheres” (inciso V), autorizou-se a acumulação desses recursos em diferentes exercícios financeiros, bem como sua destinação ao patrocínio de campanhas de candidatas (§7º). Mais que isso, a Lei 13.165/2015, em seu art. 9º, dispõe que nas três eleições que se seguirem a sua publicação, os partidos devem reservar em contas bancárias específicas no mínimo 5% e no máximo 15% dos recursos do Fundo Partidário destinado ao financiamento para aplicá-los nas campanhas de candidatas.

Além disso, houve alteração quanto à administração dos recursos da campanha, que deveria ser feita pelo candidato ou por pessoa por ele designada, utilizando-se os recursos repassados pelo partido – e não mais por comitês financeiros, conforme previa o art. 19 da Lei de Eleições. Além disso, deveria o candidato inscrever-se no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e realizar abertura de conta bancária específica para registro da movimentação financeira da campanha, segundo os arts. 22 e 22-A da Lei de Eleições.

O jogo jogado: as regras de comunicação política na eleição municipal

Parte significativa da disputa eleitoral passa pela produção e exposição de propaganda. Seja pessoalizada na figura do candidato, seja na divulgação do partido, o *marketing* é determinante para o sucesso ou fracasso na concorrência por eleitores. Tal qual a demanda de um produto no mercado pode ser modulada a partir da propaganda, o mesmo ocorre no período eleitoral: o candidato deve convencer o eleitorado acerca de sua competência, de sua lisura e probidade, da solidez de seus valores, enfim, deve vender um nome e ideia.

Se a maneira de apresentação durante o pleito eleitoral é tão determinante para o convencimento público, não poderia o legislador deixar de regulamentar a matéria. Conforme sustenta Luiz Gonzaga Mendes Marques (2009, 321-3), em legislações anteriores que primavam por maior liberdade de *marketing* e a falta de controle, o pleito eleitoral era decidido muito mais em razão das imagens e *slogans* dos candidatos do que pelas propostas e ideias veiculadas durante a campanha. Cada vez mais os partidos começaram a investir em meios de divulgação de seus candidatos, utilizando-se de especialistas no ramo, valendo-se de grandes apresentações na rua, explorando os meios de comunicação com técnicas para cativar o eleitorado.

É o caso, por exemplo, dos chamados *showmícios*, comícios eleitorais que reuniam grandes artistas e famosos aclamados pelo público em geral para declarar apoio ao candidato. Evidentemente, esse tipo de promoção contratada agregava uma infinidade de pessoas que, muito mais em razão do lazer

e do espetáculo, comparecia ao comício e poderia ouvir e ser convencida acerca das propostas dos candidatos envolvidos. Assim, a Lei 11.300/2006 impôs a proibição da realização de *showmícios* e eventos assemelhados para a promoção de candidatos, tal qual a proibição ao artista de se apresentar, ainda que sem remuneração, para animar comícios ou reuniões eleitorais (Marques, 2009, 323)

Ocorre que a formação do voto com base na exposição imagética e puramente marqueteira do candidato gera distorções na disputa eleitoral. Não que essas interferências afastem a opinião pública da vontade popular que liga o representante e o representado, mas incorrem em desvios jurídicos diante do modelo de disputa eleitoral esperado e estabelecido pela Constituição Federal. Isso porque a gestão e difusão da imagem importam em custos elevados nem sempre possíveis de serem arcados por todos os candidatos. Candidatos detentores de poder econômico e dos meios de comunicação possuem, desde logo, uma vantagem em relação aos demais competidores justamente porque conseguem uma maior exposição diante do público. Para evitar abusos de poder econômico e social, bem como a fim de manter maior equilíbrio na disputa, o procedimento eleitoral prevê vedações na propaganda. (Tolentino e Costa, 2008, 134).

Em se tratando de fontes jurídicas constitucionais, encontramos uma primeira interpretação de vedações a partir do princípio da isonomia e da paridade na campanha eleitoral. Eis aqui um entendimento já pacificado nos tribunais acerca da ponderação entre a liberdade de expressão e a garantia de isonomia do pleito. Para Edilson Pereira Nobre Júnior (2011), o direito à liberdade de expressão que fundamenta a publicidade eleitoral deve ser lido à luz dos limites exigidos para a preservação do ideal democrático e republicano, sempre ameaçado quando não há igualdade entre os candidatos aos negócios públicos. Assim, tendo em vista o *caput* do art. 1º da Constituição Federal – donde se extraem os ideais de republicanismo e democracia –, destila-se a proteção da máxima igualdade na disputa eleitoral, o *dever ser* responsável por evitar privilégios e vantagens não disponíveis a todos os candidatos (Salgado, 2011, 120).

Nada obstante a interpretação constitucional que vincula o controle da propaganda eleitoral, é preciso que lei prévia estabeleça com clareza e detalhadamente quais são os limites à exposição publicitária dos candidatos e de suas campanhas. Nesses termos, a legislação eleitoral sofreu novas mudanças com a Lei 13.165/2015, já em vigor durante as eleições de 2016.

No que concerne à propaganda eleitoral, o diploma legislativo trouxe alterações drásticas. Reduziu-se o período de propaganda em mais de um mês: se antes era facultado ao candidato pleitear votos pelos canais adequados a

partir de 5 de julho do ano eleitoral, após a promulgação da Lei 13.165/2015, a propaganda fica permitida somente após o dia 15 de agosto do mesmo ano. Apesar disso, deixaram de ser interpretadas como propaganda antecipada as menções à pretensa candidatura, bem como a exaltação de qualidades pessoais dos pré-candidatos, podendo o partido se valer da internet para tanto, desde que não envolva o pedido explícito de votos.

Manteve-se a vedação de propaganda em bens sob titularidade do poder público, ainda que cedidos para concessionárias e particulares em colaboração. A alteração legal se deu somente com a expansão do rol exemplificativo das proibições. Trata-se de importante alteração, visto que a norma eleitoral deve ser a mais clara possível e evitar generalidades ambíguas. Destarte, restringiu-se com multa de até R\$8.000,00 a propaganda através de pichação, inscrição à tinta e exibição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos ou qualquer outro meio de exposição.

Em relação aos debates transmitidos pelas emissoras de rádio ou televisão, na campanha de 2016 restringiu-se a obrigatoriedade de participação somente aos candidatos dos partidos com representação superior a nove deputados no Congresso Nacional. Eis aqui uma espécie de cláusula de barreira ou cláusula de desempenho para presença nos debates. Isso porque, na vigência da lei anterior, era assegurada a participação de todos os candidatos dos partidos com representação, mínima que fosse. O resultado disso é que, para os debates das eleições proporcionais, deveria ser assegurada a participação de ao menos 22 candidatos, se tomada a representação do ano de 2017. Com a alteração legislativa, abreviou-se para 15 o número de candidatos com participação garantida.

Por fim, maior impacto se deu no âmbito das propagandas em horário eleitoral gratuito, transmitidas pelas emissoras de rádio e televisão. Com Lei 13.165/2015, os candidatos tiveram que remodelar as estratégias de *marketing* a fim de se destacar nas inserções diminuídas ao longo do dia. Para prefeitos, a exposição na televisão diminuiu de 30 para míseros 10 minutos, nos blocos das 13h às 13h 10min e das 20h 30min às 20h 40min. Ainda, dispõem de inserções de até 60 segundos distribuídas ao longo da programação veiculada entre as 5h e as 24h. Houve compensação da perda, no entanto, visto que anteriormente a propaganda para prefeitos era feita somente às segundas, quartas e sextas-feiras, passando a ocorrer de segunda a sábado na nova redação.

Mudança mais radical ocorreu com os vereadores, os quais, por sua vez, perderam o espaço reservado às terças e quintas-feiras e aos sábados para prefeitos e remanesceram tão somente com as inserções de 30 a 60 segundos

difundidos ao longo da programação. Destaca-se que essas inserções ainda concorrem com as de prefeito, sendo distribuídas na proporção de 60% para aspirantes à prefeitura e 40% para os vereadores. Igualmente, houve remodelação da distribuição do tempo com base no desempenho do partido. Com a nova lei, a distribuição igualitária do tempo diminuiu de um terço para somente 10% da disponibilidade. Os demais 90% são compartilhados proporcionalmente, conforme o número de representantes na Câmara dos Deputados. Por tudo isso, tantos os candidatos à vereança quanto à prefeitura tiveram que se adaptar às novas regras de propaganda eleitoral e buscar formas alternativas de atingir e convencer o público sobre a melhor escolha de candidatos.

Os comentaristas: restrições para os meios de comunicação

Em qualquer jogo, os comentaristas são parte essencial da compreensão da disputa. Narram os movimentos e as jogadas, cobrem as faltas e punições, detalham a escalação e até criticam os jogadores e suas manobras falhas. No campo eleitoral, não seria diferente. O jogo dos candidatos é divulgado e coberto pelos meios de comunicação durante toda a disputa eleitoral, desde a especulação dos possíveis nomes com pretensão à candidatura até a divulgação dos eleitos.

A liberdade de imprensa nesse aspecto caracteriza-se como uma garantia substantiva da democracia (Machado, 2002, 613-9), permitindo um amadurecimento da reflexão coletiva, auxiliando na formação das convicções pessoais, na opinião pública e na vontade política autônoma (Sarmiento, 2007, 20).

A imprensa, sendo esse poderoso instrumento de formação da opinião pública, desempenha três funções sociais: (1) *função política*, referente à divulgação de fatos atinentes às atividades político-administrativas, como forma de controle e defesa contra excessos de poder; (2) *função de subsídio* do cidadão para a formação de opinião a respeito de temas ligados ao interesse público, por meio da qual assegura e pauta as escolhas políticas; e (3) *função de fixar a agenda política* da sociedade, selecionando os fatos e argumentos a serem debatidos na esfera pública (Pinto, 2013, 200).

Em razão de suas funções sociais, a cobertura do jogo pelos comentaristas também deve seguir as regras, sob pena de configurar abuso dos meios de comunicação, ferindo a isonomia entre os candidatos. Nesse aspecto, o princípio constitucional da máxima igualdade na disputa eleitoral impõe a observância da imparcialidade dos meios de comunicação e do pluralismo na informação política e eleitoral. Desse modo, o uso indevido dos meios de comunicação durante a campanha eleitoral deve ser coibido, a fim de evitar que a livre formação da

vontade do eleitor seja viciada e que a igualdade entre os candidatos seja ferida (Salgado, 2015 [2010], 189-203).

Assim, a legislação eleitoral prevê diversas restrições legais aos meios de comunicação, especialmente durante o pleito eleitoral. Destaca-se que, ao analisar as restrições, devem ser consideradas as distinções entre as emissoras de rádio e de televisão e a imprensa escrita, seja pelo regime jurídico diferenciado das concessionárias de serviço público, pelas liberdades constitucionais asseguradas à comunicação escrita ou pela diferença do alcance da informação divulgada pelos diferentes meios (Salgado, 2015 [2010], 218).

Nas eleições de 2016, as restrições aos meios de comunicação iniciaram-se logo no período pré-eleitoral. Com a ampliação das exceções de propaganda eleitoral antecipada promovida pelas Leis 13.165/2015 e 12.891/2013, os pré-candidatos, desde que não realizassem pedido expresso de voto, tinham a permissão de realizar diversos atos, constantes nos incisos do art. 36-A da Lei das Eleições, sem configurar propaganda antecipada, que poderiam ser cobertos pelos meios de comunicação social.

No que se referia a possibilidade de os filiados a partidos políticos e pré-candidatos participarem de entrevistas, programas, encontros e debates, para divulgação de projetos políticos e exposição de plataformas, a legislação eleitoral impôs que as emissoras de rádio e televisão conferissem o mesmo tratamento isonômico. Em relação à observância do tratamento isonômico, o TSE consignou que “eventuais abusos por veículos de comunicação podem ensejar a configuração dos ilícitos previstos no art. 22 da Lei complementar 64/90, a atingir, eventualmente, o próprio candidato, dada a sua condição de beneficiário da conduta”, no julgamento do Agravo Regimental em Recurso Especial Eleitoral 120-61, de relatoria do ministro Henrique Neves, julgado em 01/10/2013.

Além disso, a minirreforma eleitoral vedou a transmissão ao vivo das prévias partidárias pelos agentes de comunicação social, ainda que permita a cobertura. Outrossim, não era permitido aos profissionais de comunicação social no exercício da profissão realizarem pedido de apoio político e divulgação de pré-candidatura, com o fim de atingir uma maior isonomia entre as candidaturas.

Desde 30 de junho, antes mesmo do início do período das convenções partidárias, era vedada a transmissão de programa apresentado ou comentado por pré-candidato, sob pena, caso fosse escolhido na convenção partidária, de multa eleitoral e cancelamento do registro de candidatura do beneficiário.

A partir do encerramento das convenções partidárias em 5 de agosto, sob pena de multa, era vedado às emissoras de rádio e televisão transmitirem, ainda que sob a forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral, nos casos em

que havia identificação do entrevistado ou manipulação de dados. Ademais, as rádios e televisão não podiam veicular propaganda política, tampouco dar tratamento privilegiado a candidato, partido e coligação, em sua programação normal e em seu noticiário.

Em relação à programação, com exceção dos programas jornalísticos e debates políticos, as emissões de televisão e rádio estavam proibidas de veicular ou divulgar filmes, novelas, minisséries ou qualquer outro programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político, ainda que dissimuladamente. Além disso, os nomes dos programas não poderiam se referir a candidato, ainda quando preexistente, inclusive se coincidente com o nome do candidato ou variação nominal adotada. Na hipótese de o nome do programa ser idêntico ao do candidato, ficava proibida a sua divulgação, sob pena de cancelamento do registro de candidatura.

As restrições elencadas nos incisos II e III, segunda parte, do art. 45 da Lei das Eleições, não foram aplicadas nas eleições de 2016 por estarem suspensas por liminar referendada pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.451, de 02/09/2010.

A veiculação dos debates eleitorais pelas emissoras de rádio e televisão também teve que observar as imposições legislativas. Os veículos de comunicação deveriam assegurar a participação de candidatos dos partidos com representação superior a nove deputados. Nas eleições majoritárias, a apresentação dos debates deveria ser feita (1) em conjunto, com todos os candidatos do mesmo cargo eletivo, (2) em grupos, com no mínimo três candidatos. Nas eleições proporcionais, deveria ser assegurada a presença de número equivalente de candidatos de todos os partidos e coligações de um mesmo cargo eletivo, sendo vedada a presença do mesmo candidato em mais de um debate da mesma emissora. Somente era admitida a realização de debate sem presença de algum candidato caso o veículo de comunicação comprovasse ter lhe convidado com 72 horas de antecedência.

Na hipótese de descumprimento das disposições envolvendo propaganda eleitoral, a requerimento de partido, coligação ou candidato, a Justiça Eleitoral poderia determinar a suspensão, por 24 horas, da programação da emissora, sendo possível o período ser duplicado a cada reiteração de conduta.

Por fim, cabe apontar que a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral entende que para a configuração do uso indevido dos meios de comunicação não se exige o nexo de causalidade entre o abuso e o resultado do pleito. Por outro lado, é necessária a demonstração da gravidade da conduta em desequilibrar as condições dos candidatos em disputa ao emprestar força desproporcional à candidatura do beneficiário(a) de maneira ilegítima. Desse modo,

o subjetivismo sobre o que seria uma conduta com gravidade para influenciar no pleito eleitoral torna a caracterização do abuso dos meios de comunicação de difícil comprovação judicial.

As faltas e punições

Nem sempre há o cumprimento espontâneo das regras do jogo eleitoral, ocasionando faltas e, conseqüentemente, punições aos participantes. Os ilícitos eleitorais são objeto das ações eleitorais, que preveem sanções tipicamente político-eleitorais, restringindo e limitando a esfera do candidato e do eleito.

Na Justiça Eleitoral ainda vigora na jurisprudência a tipicidade dos meios no direito processual eleitoral, não sendo admitidas ferramentas processuais que não possuam previsão expressa do legislador. Na Ac. 4.598, de 03/06/2004, o relator ministro Fernando Neves consignou que “não há como se admitir ilimitado exercício do direito de ação na Justiça Eleitoral porque isso implicaria a insegurança dos pleitos, comprometendo o processo eleitoral como um todo, também regido por normas constitucionais, que atendem ao interesse público, daí decorrendo a tipicidade dos meios de impugnação que vigora nesta Justiça Especializada”.

Entre as ações eleitorais, destacam-se as representações eleitorais, o direito de resposta, a ação de investigação judicial eleitoral, a ação de impugnação de mandato eletivo e o recurso contra a expedição de diploma.

A Lei das Eleições prevê a representação, em seu art. 96, como a demanda judicial adequada para averiguar o descumprimento de seus preceitos e para impor as sanções nela previstas, como nos casos de propaganda irregular, divulgação de pesquisa irregular etc. O procedimento dessa ação eleitoral rege-se pelas características de simplicidade de suas peças e celeridade do rito, com prazos menores aos encontrados no procedimento comum do processo civil.

Além desse rito, a Lei das Eleições estabelece procedimentos especiais para outras representações específicas, como é o caso da representação por captação ilícita de sufrágio, por captação e gastos ilícitos de recursos para fins eleitorais e por conduta vedada.

A representação do art. 41-A, LE, por captação ilícita de sufrágio, procura verificar se a vontade do eleitor foi viciada ou corrompida, podendo ser ajuizada até a data da diplomação. Conforme o aludido artigo, constitui captação de sufrágio “o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive”.

Para a caracterização da conduta ilícita, não é necessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo. Além disso, também é cabível a

representação contra quem praticar atos de violência ou grave ameaça à pessoa com o fim de obter-lhe o voto.

Desse modo, em face da alta proteção do bem jurídico protegido pelo art. 41-A, LE, basta a ocorrência do fato lesivo para a aplicação de sanção dúplice: cassação do registro ou diploma e multa, não havendo espaço para aplicação do princípio da proporcionalidade na fixação da pena (Ac.-TSE, de 05/10/2010, AgRegRO 97917), tampouco exigindo-se a aferição da potencialidade do fato em desequilibrar o pleito (Ac.-TSE, de 08/10/2009, no RO 2373; de 17/04/2008, no Respe 27104).

Destaca-se que, caso o candidato não tenha sido eleito, não haverá perda do objeto da representação do art. 41-A, visto que permanece a possibilidade de aplicação de sanção pecuniária, com possível reflexo da inelegibilidade (art. 1º, L, j, da LC 64/1990).

Na representação do art. 30-A da LE, por captação e gastos ilícitos de recursos para fins eleitorais, verifica-se possível quebra do princípio da isonomia entre os candidatos em razão de violação das normas relativas à arrecadação e gastos eleitorais, com pena de cassação ou denegação do diploma (art. 30-A, §2º, LE).

Qualquer partido, coligação ou o Ministério Público Eleitoral, com exceção do candidato, pode representar à Justiça Eleitoral, no prazo de 15 dias da diplomação, pedindo a abertura de investigação judicial de condutas irregulares na arrecadação e gastos de recursos. A representação segue o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar 64/1990, no que couber.

Para incidência da sanção de cassação ou denegação do diploma, há necessidade de aferição da gravidade e relevância jurídica do ilícito; por outro lado, não é exigida a demonstração da potencialidade do dano em relação ao pleito (Ac.-TSE, de 11/06/2014, Respe 184; de 13/03/2014, no RO 711468; e, de 01/12/2011, no RO 444344). Na fixação das sanções, não haverá possibilidade de adoção do princípio da proporcionalidade, ou seja, caso procedente, será aplicada exclusivamente a pena de cassação ou denegação do diploma, com efeito imediato (art. 30-A, §2º, LE).

A seu turno, a representação por conduta vedada é cabível no caso de prática dos atos elencados no art. 73 e seguintes da Lei das Eleições por agentes públicos, condutas estas que possuem a potencialidade de afetar a igualdade de oportunidades entre os candidatos no pleito eleitoral, especialmente, mas não somente, tendo em vista a possibilidade de o candidato à reeleição utilizar o cargo público para obter vantagem no processo eleitoral.

Com fulcro no art. 73, §12, da Lei 9.504/1997, deve ser observado o rito do art. 22 da LC 64/1990, podendo ser ajuizada a representação até a data

da diplomação e ficando o agente público sujeito às penas de cassação do registro ou do diploma.

O Tribunal Superior Eleitoral compreende que a mera ocorrência do fato vedado leva à procedência do pedido, com a objetiva aplicação da multa, enquanto o princípio da proporcionalidade incide apenas no momento da fixação da pena para a imposição ou não da cassação do registro ou do diploma (art. 73, §5º, Lei das Eleições), a depender da gravidade dos fatos e não potencialidade do agravo (Ac.-TSE, de 01/10/2014, no AgR-Respe 43580; de 21/10/2010, no Rp 295986).

Outra ação com regulação específica é a ação de direito de resposta. O direito de resposta é assegurado ao candidato, partido ou coligação, atingidos por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica. A ação de direito de resposta encontra-se regulada nos arts. 58 e seguintes da Lei das Eleições, sendo assegurado o instituto desde o momento da escolha dos candidatos.

Em observância ao princípio da igualdade de armas e ao princípio da equivalência entre a resposta e a ofensa, o ofendido pode divulgar resposta no mesmo veículo, em tamanho ou tempo igual ao da ofensa. Para tanto, o pedido do exercício do direito de resposta deve observar os prazos diferenciados para cada veículo de comunicação (art. 58, §1º), sendo de natureza decadencial, contados a partir da veiculação da ofensa.

Conforme a jurisprudência do TSE, não cabe resposta se a propaganda tiver foco em matéria jornalística, apenas noticiando conhecido episódio (AC-TSE, de 01/09/2010, na Rp 254151); se o fato mencionado for verdadeiro, ainda que prevaleça a presunção de inocência (Ac.-TSE, de 19/09/2006, na Rp 1080); se caracterizar crítica genérica, inespecífica, despida de alusão clara a determinado governo, candidato, partido ou coligação (Ac.-TSE, de 23/09/2014, na Rp 119271).

Em relação ao pedido de resposta no horário eleitoral gratuito, a resposta concedida é veiculada no horário do partido ou coalizão responsável pela ofensa. A resposta deve necessariamente responder aos fatos veiculados na ofensa, do contrário, o ofendido perde tempo idêntico em seu respectivo programa eleitoral. Na hipótese de o ofendido não ser candidato, partido ou coligação, caso não responda aos fatos da ofensa, fica sujeito a multa e a suspensão de igual tempo em futuros pedidos de resposta.

Novidade nas eleições de 2016 foi a regulação expressa do direito de resposta na internet, estabelecendo que a resposta deveria ficar disponível para acesso pelos usuários de internet por tempo não inferior ao dobro em que esteve disponível a mensagem ofensiva.

Considerando a necessidade de rápida resposta jurisdicional durante a campanha, a ação de direito de resposta possui trâmite preferencial em relação

aos demais processos em curso na Justiça Eleitoral, e os prazos para recursos e decisões são de 24 horas.

A Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije) destina-se a investigar e coibir a prática de atos tendentes a afetar a igualdade das disputas eleitorais, consubstanciados no abuso de poder econômico, no abuso de poder político, bem como no uso indevido dos meios de comunicação social. A Constituição, utilizando no art. 14, §9º a expressão “influência do poder econômico” (e não apenas abuso), autoriza interpretação mais abrangente na análise dos fatos (Gomes, 2016, 124).

A ação encontra previsão na Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/1990), especialmente nos arts. 19 a 22. São legitimados ativos para a propositura da ação, os partidos políticos (mesmo os que não estejam participando do pleito eleitoral) ou coligações, o candidato e o Ministério Público Eleitoral. O eleitor, segundo jurisprudência consolidada do TSE, não teria legitimidade ativa, cabendo-lhe apenas noticiar o fato do abuso ao órgão do Ministério Público.

Por sua vez, são legitimados passivos da demanda aquele que tenha contribuído para o ato, ou seja, o responsável, e o candidato beneficiado por ele. Há consolidado entendimento do TSE na compreensão de que o vice também deve integrar o polo passivo da demanda em litisconsórcio necessário, nas situações em que tem sua esfera jurídica afetada pela decisão, como nas chapas majoritárias.

Até as eleições de 2014, o entendimento majoritário do TSE era de que a citação do agente público envolvido era necessária somente nas representações, facultando-se, na Aije, sua integração no polo passivo da demanda. Contudo, no julgamento do Respe 84356/2012, fixou-se novo entendimento, que passou a valer para as eleições de 2016 e seguintes, no sentido da obrigatoriedade da citação do agente público responsável pela prática do ato beneficiador para que ele também tenha direito a defesa.

O termo inicial para propositura de Aije é o registro da candidatura, podendo ser ajuizada até a data da diplomação. Segundo a Súmula 19, do TSE, “o prazo de inelegibilidade decorrente da condenação por abuso do poder econômico ou político tem início no dia da eleição em que este se verificou e finda no dia de igual número no oitavo ano seguinte”. Ainda, segundo redação do art. 22, XIV da Lei Complementar 64/1990, pode-se cassar o registro do candidato diretamente beneficiado, autorizando-se a remessa dos autos ao Ministério Público Eleitoral para instauração do processo cabível.

A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (Aime) tem previsão constitucional (art. 14, §§10 e 11), destinando-se à apuração e eventual impugnação do mandato obtido com abuso de poder econômico, corrupção ou fraude. Os

legitimados ativos são os mesmos previstos para a Aije, alterando-se o polo passivo da demanda, ou seja, podem sofrer Aimes os candidatos diplomados. Pode ser proposta em até 15 dias, contados da diplomação.

A Aime segue o procedimento estabelecido na Lei das Inelegibilidades, aplicando, subsidiariamente, conforme determinação da Resolução 23.372/TSE, o Código de Processo Civil. Embora público o processo, ele tramita em segredo de justiça.

São efeitos da decisão na Aime: (1) a cassação do mandato eletivo, tendo eficácia imediata, ou seja, não se aplicando a determinação constante no art. 216 do Código Eleitoral (regra que autoriza o exercício do mandato pelo diplomado enquanto o Tribunal Superior não decidir sobre a expedição do diploma), e (2) a anulação dos votos, conforme leitura dada aos arts. 222 e 224 do Código Eleitoral pelo TSE (Ac.-TSE, de 18.12.2007, no MS 3.649).

Por fim, o Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED), cuja finalidade é desconstituir o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, encontra previsão legal no art. 262 do Código Eleitoral. Segundo esse dispositivo, é cabível o RCED nos casos de inelegibilidade superveniente ou de natureza constitucional e de falta de condição de elegibilidade.

Preservam-se os legitimados ativos das ações anteriores, de modo que o demandado será o candidato já diplomado, ou seja, aquele que teve sua eleição atestada pelo ato de entrega de diploma. Além disso, o prazo para ajuizamento do RCED é de três dias a contar da sessão da diplomação.

A competência para julgamento dos RCEDs é da instância imediatamente superior ao juízo da diplomação, que pode cassar o diploma do eleito, podendo este exercer seu mandato em toda sua plenitude até que o Tribunal aprecie o recurso (art. 216 do Código Eleitoral), ou pode ensejar a anulação dos votos obtidos.

Os jogadores e as regras: os candidatos e as novidades na legislação eleitoral

As regras eleitorais formam a estrutura vertebral do jogo político. São elas o instrumento para a garantia da eficiência e êxito do processo eletivo, e, por conseguinte, da segurança da votação, sendo que regras claras, transparentes e uniformes são fundamentais para o adequado funcionamento do maquinário eleitoral.

Imperiosa se torna a difusão das regras do jogo político-eleitoral, sendo mister o conhecimento destas para todos os envolvidos, mormente para aqueles que visam exercer o poder soberano na forma de representantes da população, faculdade esta concedida pelo povo através do voto. Doutro lado, não se ignora

a inconstância na legislação eleitoral brasileira, que sobressai como uma marca da democracia do país. Ainda que – e sobretudo porque – a legislação eleitoral do Brasil seja caracterizada pela dinamicidade, é de extrema importância que não apenas os candidatos, mas também gestores públicos e a população estejam sintonizados com essas regras.

No *survey* aplicado e que atravessa este livro, buscou-se medir o conhecimento dos candidatos sobre algumas dessas novidades na legislação eleitoral, tomando como pano de fundo o contexto de crise institucional pelo qual passa o país, tendo como objeto de análise os candidatos à Câmara Municipal de Curitiba nas eleições de 2016. As questões utilizadas para a elaboração do índice foram as seguintes:

Você sabia que: (I) as empresas (pessoas jurídicas) estão proibidas de financiar as campanhas eleitorais; (II) para se eleger é preciso conseguir um número de votos equivalente a no mínimo 10% do quociente eleitoral; (III) os candidatos a vereador não aparecem mais no horário eleitoral gratuito em bloco, apenas nos *spots* ao longo do dia; (IV) os votos válidos são contabilizados antes para as coligações e partidos e depois para os candidatos; (V) a quantidade de candidatos que cada partido ou coligação pode lançar mudou desde a última eleição?

A pesquisa baseia-se na aplicação de um questionário fechado a 781 candidatos a vereador municipal na cidade de Curitiba nas eleições de 2016.

Observe-se, por fim, que, do ponto de vista metodológico, os limites do banco de dados não nos permitem formular conclusões sobre o real conhecimento dos candidatos sobre as regras do jogo em geral, porquanto se tratam de questões fechadas. Entretanto, podemos fazer considerações com alguma segurança sobre o nível de consciência e articulação dos candidatos, sobretudo no que se refere às questões mais elementares do jogo político alteradas pelas novidades na legislação em 2016.

Parece que a forma como o sistema partidário está estruturado no país, sendo fortemente criticado por ser uma estrutura que estimula a corrupção, influencia de forma direta os conhecimentos dos candidatos sobre as regras eleitorais. Os maiores índices de conhecimento entre os candidatos entrevistados estão relacionados às alterações na legislação que envolvem questões partidárias de maneira mais direta que as outras questões: as mudanças para financiamento de campanha e para propaganda política. Por outro lado, as questões referentes ao sistema proporcional tiveram menor índice de conhecimento entre os candidatos entrevistados.

O primeiro aspecto a ser analisado trata do financiamento das campanhas eleitorais. A Lei das Eleições (Lei 9.504/1997) foi alterada, tendo sido extinta a possibilidade de doações de pessoas jurídicas para as campanhas eleitorais. A mudança foi introduzida pela recente Reforma Eleitoral (Lei 13.165/2015), que ratificou a decisão do Supremo Tribunal Federal, na análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.650, que declarou os dispositivos legais que autorizavam esse tipo de contribuição como inconstitucionais.

Constata-se que, do total de candidatos entrevistados (Tabela 1), 98,85% dos entrevistados afirmaram que sabiam da alteração, sendo que apenas 1,15% disse que não tinha conhecimento dessa novidade nas regras eleitorais. Dentre os candidatos do bloco de centro, essa porcentagem sobe proporcionalmente para 3,61%, e, para os candidatos no segmento de esquerda, aumenta para 1,90% dos candidatos, ao passo que, entre os candidatos do bloco de direita, essa porcentagem praticamente mantém-se a mesma de forma proporcional (1,18%).

Tabela 1 – As empresas (pessoas jurídicas) estão proibidas de financiar as campanhas eleitorais

	Conhecimento sobre proibição de financiamento privado		
	Não	Sim	Total
Centro	1	165	166
Direita	6	502	508
Esquerda	2	103	105
Total	9	770	779

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Por envolver um tema central da campanha eleitoral, é intuitivo que o nível de difusão de conhecimento dessa informação seja maior que o das demais alterações legislativas aqui analisadas.

O segundo aspecto a ser analisado trata da nova regra eleitoral que instituiu uma mudança nos arts. 108 e 109 do Código Eleitoral, e segundo a qual os candidatos a deputado federal, deputado estadual e a vereador precisarão alcançar, de modo individual, um total de votos que corresponda a pelo menos 10% do quociente eleitoral.

No tocante a essa alteração (Tabela 2), a porcentagem dos candidatos que afirmaram ter conhecimento dessa novidade na legislação cai para 87,1%, mantendo-se proporcionalmente semelhante na análise conforme o bloco partidário (87,6% no bloco de esquerda, 89,1% no segmento de centro e 86,4% no bloco de direita). Dedutivamente, pode-se afirmar que esses

números são sintomáticos das dificuldades de compreensão do sistema proporcional e de lista aberta para a eleição no Poder Legislativo, deixando alheios ao modo como funciona o sistema os principais interessados nessa questão: os candidatos.

Tabela 2 – Para se eleger é preciso conseguir um número de votos equivalente a no mínimo 10% do quociente eleitoral

	Conhecimento da quota eleitoral		
	Não	Sim	Total
Centro	18	148	166
Direita	69	439	508
Esquerda	13	92	105
Total	100	679	779

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

O terceiro ponto a ser analisado trata do fim da propaganda eleitoral para candidatos a vereador durante o horário eleitoral gratuito, limitando-se a *spots* ao longo da programação.

Em relação à pesquisa, verifica-se que (Tabela 3) 88,31% dos candidatos afirmou ter conhecimento dessa alteração, mantendo-se essa parcela proporcionalmente igual entre os blocos: com 86,6% entre o bloco de esquerda, 89,9% de direita e 84,33% dos candidatos do segmento de centro.

Tabela 3 – Os candidatos a vereador não aparecem mais no horário eleitoral gratuito em bloco, apenas nos *spots* ao longo do dia

	Conhecimento dos <i>spots</i> eleitorais		
	Não	Sim	Total
Centro	26	140	166
Direita	51	457	508
Esquerda	14	91	105
Total	91	688	779

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

O quarto ponto diz respeito à contagem dos votos válidos primeiramente para coligações e partidos e, então, para os candidatos. Ou seja, caso o candidato em que o eleitor votou não se eleja, seus votos se somarão aos demais votos de sua legenda ou coligação, ajudando a eleger outra pessoa.

Assim, o voto deverá levar em conta também o partido ou coligação como um todo, pois estará favorecendo os demais candidatos que pertençam a mesma legenda. O total de candidatos (Tabela 4) que afirmaram ter conhecimento da fórmula eleitoral cai para 81,7%, sendo 82,6% entre os candidatos do segmento de esquerda, 81,6% do segmento de direita e 83,03% entre os candidatos do bloco de centro.

Tabela 4 – Os votos válidos são contabilizados antes para as coligações e partidos e depois para os candidatos

	Conhecimento da fórmula eleitoral		
	Não	Sim	Total
Centro	28	137	165
Direita	96	411	507
Esquerda	18	86	104
Total	142	634	776

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

O quinto aspecto diz respeito a outro ponto das eleições proporcionais. No que se refere ao número de candidatos que é possível registrar por partido ou coligação, houve alterações introduzidas pela Lei 13.165/2015. Os partidos e coligações poderão lançar candidatos para a Câmara Legislativa, assembleias legislativas, Câmara dos Deputados e câmaras municipais no total de até 150% do número de lugares a preencher, havendo exceção para estado com até 12 cadeiras a preencher na Câmara dos Deputados (200% das respectivas vagas de cada partido ou coligação para deputado federal e estadual ou distrital), e também nos municípios com até 100 mil eleitores (cada coligação poderá registrar candidatos no total de até 200% do número de lugares a preencher. Se não forem preenchidas todas as vagas possíveis de candidatos, os partidos poderão indicar mais candidatos até 30 dias antes do pleito).

No âmbito da pesquisa (Tabela 5), foi a questão com menor índice de conhecimento pelos candidatos entrevistados. Apenas 77,6% dos candidatos afirmaram ter conhecimento dessa alteração nas regras eleitorais. No bloco de esquerda, essa parcela representa 84,6% dos candidatos; no segmento de direita, 78,1% dos candidatos, e no bloco de centro, 71,6% dos candidatos. Este foi o único aspecto que apresentou significativa discrepância na análise entre os segmentos.

Depreende-se, portanto, que o conhecimento dos candidatos sobre as regras eleitorais ainda está muito ligado a interesses partidários, estando aquém,

portanto, do ideal de político enquanto representante do povo, interessado no jogo político em si. O conhecimento sobre o sistema eleitoral também se demonstra deficiente.

Tabela 5 – A quantidade de candidatos que cada partido ou coligação pode lançar mudou desde a última eleição

	Conhecimento da quantidade de candidatos		
	Não	Sim	Total
Centro	47	119	166
Direita	111	397	508
Esquerda	16	88	104
Total	174	604	778

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Referências

CERVI, E. U. (2010). Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de Estado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 135-67. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/6521>>. Acesso em: 15 out. 2017.

MATOS, Gilberto Clóvis Farias. (2015) Breves comentários sobre a Ação de Investigação Judicial Eleitoral. *Emerj*. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/7/seminariodedireitoeleitoral_123.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

GOMES, J. J. (2016). *Direito eleitoral*. 12 ed. São Paulo: Atlas.

LEMONS, L. B.; MARCELINO, D.; PEDERIVA, J. H. (2010). Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. *Opin. Pública*, Campinas, vol. 16, n. 2, p. 366-93. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762010000200004-&lng=en&nrm-isso>. Acesso em: 17 out. 2017.

MACHADO, J. E. M. (2002). *Liberdade de expressão: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social*. Coimbra: Coimbra Editora.

MANCUSO, W. P. (2015). Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012). *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, n. 54, p.155-83.

MARQUES, L. G. M. Algumas reflexões sobre o direito eleitoral no Brasil e alguns aspectos da propaganda eleitoral com as mudanças da Lei nº 11.300/2006. In: COSTA, D. C. G. da (org.). (2009). *Temas atuais de direito eleitoral: estudos em homenagem ao ministro José Augusto Delgado*. São Paulo: Pillares.

NICOLAU, J. (2004 [1999]). *Sistemas eleitorais*. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV.

NOBRE JÚNIOR, E. P. (2011) O novo regramento da propaganda eleitoral. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-novo-regramento-da-propaganda-eleitoral>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

PINTO, I. L. F. (2013). Liberdade de expressão, Lei de Imprensa e discurso do ódio: da restrição como violação à limitação como proteção. *A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, ano 13, n. 53, p. 195-229.

SALGADO, E. D. (2016). *Administración de las elecciones y jurisdicción electoral: un análisis del modelo mexicano y una crítica a la opción brasileira*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Jurídicas.

SALGADO, E. D. (2011). Os princípios constitucionais eleitorais como critérios de fundamentação e aplicação das regras eleitorais: uma proposta. *Estudos Eleitorais*, vol. 6, n. 3, p. 103-29.

SALGADO, E. D. (2015 [2010]). *Princípios constitucionais eleitorais*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum.

SARMENTO, D. (2007). Liberdade de expressão, pluralismo e o papel promocional do Estado. *Revista Diálogo Jurídico*, Salvador, n. 16.

SOUZA, F. B. S. de (1979 [1872]). *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal.

TOLENTINO, L. F. S.; COSTA, D. C. G. da (2009). A propaganda eleitoral extemporânea sob o enfoque da lei, doutrina e jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. In: COSTA, D. C. G. da (org.). *Temas atuais de direito eleitoral: estudos em homenagem ao ministro José Augusto Delgado*. São Paulo: Pillares.

O perfil social e ideológico dos eleitos para a Câmara de Vereadores

*Andre Barsch Ziegmann, Geissa Franco,
Maiane Aldlin Bittencourt, Gabriel Marcondes de Moura¹*

Quais são as funções de um município? Não é incomum as pessoas confundirem as tarefas dos níveis de governo. Isso não é fruto apenas do habitual desinteresse pela política. A divisão de funções é complexa e muitas vezes as responsabilidades são superpostas. Também é frequente escutarmos pessoas defendendo uma municipalização dos serviços públicos. A justa argumentação para isso é que os cidadãos estão mais perto da prefeitura, o que facilitaria o controle e a fiscalização. Outros, no entanto, afirmam o contrário. O Brasil não tem a longa e bem-sucedida tradição americana do autogoverno local. Além disso, os governos subnacionais, sejam eles estaduais ou municipais, têm dado mostras seguidas de clara incapacidade para oferecer serviços públicos de qualidade. A segurança é o caso mais dramático. O interessante é que a discussão sobre os fracassos nessa área e na saúde, por exemplo, raramente vem acompanhada de uma reflexão sobre o papel dos governos locais.

Esse papel está basicamente descrito no art. 30 da Constituição Federal de 1988. Entre as várias funções, os municípios devem suplementar legislação federal ou estadual quando couber, organizar o transporte coletivo, promover o ordenamento territorial e o planejamento do seu uso, e prestar serviços de saúde à população, entre outros. Esses resumidos exemplos nos mostram a importância dos governos municipais no cotidiano dos brasileiros. Isso por si só justifica o estudo das elites políticas locais. Dessa forma, prefeitos, vereadores, secretários municipais e chefes de autarquias, do alto de suas posições, tomam decisões que afetam a nossa vida.

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Aqui já percebemos a aplicação da sociologia política americana e seus estudos sobre elites dirigentes. Pois a liderança política ocupa as principais posições da organização política local. Obviamente, essas posições são restritas, de modo que os que ocupam esses lugares jamais constituem a maioria da população de um município. Por isso, a elite é sempre uma minoria, mas que decide legitimada pelos altos cargos que ocupa.

Esse nada mais é do que o debate metodológico entre C. Wright Mills (1981) e Robert Dahl (1970). O primeiro acreditava que a elite se encontra nas posições mais altas das principais organizações de qualquer sociedade, por isso seu método ficou conhecido como posicional. Já o segundo afirmava que a elite é sempre uma minoria que faz prevalecer a sua vontade diante dos demais grupos, e devido a essa interpretação seu método foi classificado como decisional. Vejamos o caso de Curitiba.

Somando o prefeito, os vereadores, secretários e chefes de autarquias como o Ippuc e o Cohab Curitiba, temos um conjunto de aproximadamente 70 pessoas². Esse grupo minoritário, e postado em funções de destaque, impõe a sua vontade aos quase 2 milhões de habitantes da capital paranaense. A taxa do IPTU, algumas regras e modificações de trânsito, o preço do transporte coletivo, normas de ocupação de terrenos, a gestão da educação infantil e da saúde são exemplos bastante didáticos do poder da elite sobre o cotidiano do dito homem comum. Vemos aqui, a despeito do debate entre Mills e Dahl, que os seus métodos são mais complementares do que excludentes. Também verificamos como o poder é concentrado e mal distribuído na sociedade.

A visível concentração de poder nos leva a uma discussão clássica da ciência política, que é inclusive anterior ao debate metodológico de Mills e Dahl. É o debate sobre uma tendência irresistível de todos os organismos políticos de se dividirem em uma minoria de governantes e uma massa de governados. O exemplo do grupo de 70 indivíduos que governa 2 milhões de pessoas é ilustrativo. Segundo Gaetano Mosca (1992), essa é uma regularidade científica, por isso sempre encontraremos uma elite dirigente em qualquer sociedade razoavelmente complexa. Aliás, nem mesmo organizações tidas como mais democráticas escapam desse destino. É o caso do Partido Social-Democrata Alemão.

Robert Michels (1982), sociólogo e economista alemão, estudou o primeiro partido de massas da história. Ele foi fundado em 1875, com a participação do próprio Marx e tendo como base social o vigoroso operariado da Alemanha.

2. Chegamos a esse número somando o prefeito, os 38 vereadores e os chefes dos 32 órgãos e secretarias listados na página da Prefeitura Municipal de Curitiba. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/secretarias/>>.

Entretanto, esse partido era controlado por uma minoria, ou, nas palavras de Michels, uma oligarquia, que é o governo de poucos segundo a divisão clássica da teoria das formas de governo (Bobbio, 1992). Isso o levou a desenvolver a chamada “lei de ferro da oligarquia”, pois toda organização estaria fadada a ser controlada por uma minoria de poucos indivíduos.

É Robert Dahl, no clássico *Poliarquia* (1997), que irá conciliar elitismo com democracia. Segundo ele, os processos eleitorais nada mais são do que uma competição entre grupos pelo poder. Cabe ao eleitor escolher qual grupo irá comandar os destinos políticos de seu país, estado ou município. Mas essa elite não ganha uma carta branca, pelo contrário. Segundo Dahl, ao disputar o voto dos eleitores, os grupos, para vencer a competição, precisam se comprometer com algumas preferências dos cidadãos. Assim, nas eleições locais de 2016, após uma competição entre minorias organizadas, os curitibanos promoveram uma circulação da elite no poder. Trocaram o então candidato à reeleição por Rafael Greca, que voltou ao comando do município depois de duas décadas.

A expressão “circulação de elites” foi usada por Vilfredo Pareto (1984), sociólogo e economista italiano, e considerado um autor clássico da teoria das elites, assim como Mosca e Michels. Para ele, em toda atividade humana existiria um grupo minoritário que se destacaria do restante. Seriam os melhores, ou a aristocracia. Assim sendo, a história seria um cemitério de aristocracias, que circulam pelas posições de mando incessantemente.

Apesar da mudança de alguns nomes, a volta de Rafael Greca estabeleceu o retorno do tradicional grupo de centro-direita curitibano à frente da prefeitura. Organizado por Jaime Lerner ainda nos 1980, esse campo político também está à frente do Palácio do Iguazu. Isso mostra que essa elite está longe do cemitério, muito pelo contrário. A causa disso é a pouca disposição do eleitor em fazer circular o grupo que dirige sua cidade. Vinho velho em odres não tão novos.

Nosso intuito neste capítulo é conhecer a trajetória de uma parte da elite que governa a capital do estado do Paraná; estamos falando especificamente dos vereadores. Nas páginas seguintes, vamos analisar o perfil ideológico e social dos 38 representantes eleitos no último pleito para a Câmara Municipal de Curitiba. Pretendemos verificar se os atributos sociais desse conjunto de indivíduos são significativamente diversos daqueles encontrados no restante da população.

Vamos utilizar os dados coletados, além do *survey* aplicado aos candidatos a vereador, estatísticas e informações encontradas nas páginas eletrônicas de três órgãos oficiais: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além dessas três fontes, encontramos muitas informações valiosas no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

O nosso estudo será dividido em três partes, além desta introdução. Na primeira, vamos analisar o perfil ideológico dos vereadores. Para tanto, faremos uma retrospectiva da dinâmica partidária da capital paranaense e analisaremos dados históricos sobre o Legislativo municipal. Depois, na segunda parte, será o momento de investigar as características sociais dos vereadores eleitos. Assim, a escolaridade, sexo, religião e cor/raça dos representantes serão comparados com dados similares sobre o Brasil e Curitiba. Por fim, na conclusão, iremos discutir os resultados à luz da teoria das elites e da Sociologia Política de Pierre Bourdieu.

Um perfil ideológico conservador

Nas últimas eleições, em 2016, estavam aptos para votar em Curitiba 1.289.974 eleitores. Isso faz da capital paranaense o município com o maior eleitorado no Sul do país, além de ser o sexto maior colégio eleitoral municipal do Brasil (TSE)³. A cidade representa 16,4% dos eleitores paranaenses. Esse percentual, somado à importância política e econômica de qualquer capital estadual, transformou o Executivo municipal curitibano em uma espécie de “trampolim” para o Palácio do Iguaçu. Todos os governadores eleitos na nova ordem constitucional (pós-1988), antes de chefiarem o Executivo estadual foram eleitos prefeitos de Curitiba⁴.

Esse eleitorado numeroso e influente tem mostrado uma inclinação ideológica para a centro-direita quando se trata de eleições municipais. Essa tendência fica clara ao analisarmos o Quadro 1 e a Tabela 1, que trazem informações sobre as eleições para prefeito e vereador em Curitiba, entre 1988 e 2016.

Desde 1988, a política curitibana é dominada pelo grupo de centro-direita forjado pelo ex-prefeito e ex-governador Jaime Lerner. Nessa formação não há um partido político dominante⁵. Isso fica evidenciado no Quadro 1. Nele podemos notar a variação de legendas que emprestaram o seu espaço para os candidatos

-
3. Os cinco primeiros são: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte e Fortaleza. Brasília tem menos eleitores apenas que São Paulo e Rio de Janeiro (TSE). Entretanto, como informa a Constituição no seu artigo 32, a capital federal não é considerada apenas um município, pois também acumula funções específicas dos estados.
 4. São eles: Jaime Lerner foi governador entre 1995 e 2003. Antes disso, foi três vezes prefeito de Curitiba. Duas vezes indicado pelo regime militar em 1971 e 1979, e uma vez eleito, em 1988 (CPDOC). Roberto Requião de Mello e Silva foi governador em dois períodos, entre 1990 e 1994 e 2003 e 2010. Em 1986 foi eleito prefeito da capital paranaense, o primeiro após o golpe de 1964. Por fim, Beto Richa (Carlos Alberto Richa), que está à frente do Palácio do Iguaçu desde 2010. Ele chefiou o Executivo municipal de Curitiba entre 2005 e 2010 (TRE/PR).
 5. O PDT ganhou quatro eleições municipais desde 1988. Mesmo assim não pode ser considerado um partido dominante. Adiante explicaremos as idas e vindas do partido de Leonel Brizola em Curitiba, então essa afirmação ficará mais clara.

ao Executivo municipal do referido grupo. Entretanto, é possível verificar uma clara continuidade, especialmente pela permanência de alguns nomes⁶.

Quadro 1 – Prefeitos eleitos, seus partidos e coligações em Curitiba (1988-2016)

Eleição	Prefeito	Partido	Partido/Coligação
1988	Jaime Lerner	PDT	sem coligação
1992	Rafael Greca	PDT	PDT, PTB
1996	Cássio Taniguchi	PDT	PDT, PPB, PFL, PTB e PSC
2000	Cássio Taniguchi	PFL	PFL, PL, PPB, PRN, PRP, PSB, PSC, PSD, PSL, PST, PT do B, PTB e PTN
2004	Beto Richa	PSDB	PSDB, PSB, PDT, PP, PAN, PTN, PRONA e PSL
2008	Beto Richa	PSDB	PSDB, PP, PSL, PDT, DEM, PSB, PPS, PR, PSDC, PRP, PTN
2012	Gustavo Fruet	PDT	PDT, PT, PV
2016	Rafael Greca	PMN	PMN, PSDB, PTN, PSB, PT do B, PSDC e DEM

Fonte: TSE, TRE-PR, *Jornal Gazeta do Povo* e G1, elaboração própria.

O primeiro nome, evidentemente, é o de Jaime Lerner. Eleito em 1988, faz o sucessor, Rafael Greca, no pleito de 1992. Este, por sua vez, repetiria o feito do antecessor, apoiando Cássio Taniguchi, prefeito eleito na disputa de 1996. Taniguchi irá se reeleger no ano 2000. Para esse pleito, ele convidaria para o lugar de vice-prefeito na chapa o então deputado estadual Beto Richa. Quatro anos mais tarde, o vice-prefeito Beto Richa não é o candidato oficial do governo municipal. Entretanto, uma vez eleito prefeito de Curitiba, ele irá recompor o grupo político. Tempos depois, em 2016, Beto Richa, já como governador do Paraná, apoiou a candidatura do ex-prefeito Rafael Greca para chefia do Executivo municipal curitibano, que acabaria por voltar a prefeitura depois de 20 anos⁷.

6. As vidas partidárias dos principais líderes do grupo são reveladoras dessa tendência. Greca iniciou a carreira política no antigo PDS. Depois filiou-se ao PDT, PFL, PMDB e PMN. Richa foi do PTB e do PSDB, e Taniguchi foi membro do PDT e do PFL/DEM. Lerner passou por PDT, PFL e PSB. Com informações de: CPDOC, TSE e Tribuna do Paraná. Adiante discutiremos mais sobre o apartidarismo da centro-direita curitibana.

7. No período em que Jaime Lerner foi governador Beto Richa fez parte da sua base de apoio na Assembleia Legislativa. Segundo o TSE, o atual governador foi eleito deputado estadual em 1994 pelo PSDB, que fazia parte da coligação de Jaime Lerner (CPDOC). Quatro anos mais tarde Richa é candidato ao legislativo estadual pelo PTB, que também estava aliado

Esse domínio teve um breve interregno. A vitória de Gustavo Fruet em 2012, apoiado por uma coligação formada por PDT, PT e PV, de claro viés de centro-esquerda. No entanto, o próprio Fruet é uma espécie de dissidente do grupo político hegemônico em Curitiba. O ex-prefeito não conseguiu sair candidato a prefeito em 2004 pelo PMDB, que apoiou Ângelo Vanhoni do PT. Ele então se filiou ao PSDB, onde se destacaria pela forte oposição ao governo Lula na Câmara Federal. Em 2006, seria eleito o deputado federal mais votado do Estado e, quatro anos mais tarde, ficaria em terceiro na disputa por uma vaga no Senado Federal. Já em 2012, ao perceber que o governador Beto Richa e os tucanos apoiariam a candidatura de Luciano Ducci (PSB) para a prefeitura de Curitiba, ele inicia um gradual rompimento com o Palácio do Iguaçu. Em seguida, Fruet se aproximaria dos maiores expoentes do lulismo em terras paranaenses, o ex-ministro Paulo Bernardo e a senadora Gleisi Hoffman. Repetirá assim, o movimento feito pelo ex-senador Osmar Dias entre 2006 e 2010.

A movimentação de Fruet, e também de Osmar Dias, nos ajudam a explicar o papel do PDT e sua relação com o grupo político do qual estamos falando. Como é possível notar no Quadro 1, nas três primeiras eleições municipais pós-1988, os prefeitos eleitos eram filiados ao PDT; além dessas, houve a vitória de Fruet em 2012. Então, como podemos afirmar que o grupo político forjado por Jaime Lerner, e dominante na cena política curitibana até os dias de hoje, é de centro-direita? Como bem sabemos, o PDT foi fundado por Leonel Brizola, ícone da esquerda brasileira. Com razão os estudiosos classificam essa organização partidária nesse espectro ideológico. Contudo, esse partido, como tantos outros, foi penetrado pelo fisiologismo e apartidarismo, fenômenos corriqueiros da política brasileira. Apenas isso explicaria a entrada do ex-prefeito biônico da ditadura e seus aliados na legenda trabalhista. A outra explicação seria uma súbita adesão à ideologia brizolista. Tal interpretação, devido à trajetória de Jaime Lerner, parece muito pouco provável.

O ex-governador nunca foi um “homem de partido” (Perissinotto; Codato, 2007). Tanto é assim que, em 1997, em seu primeiro mandato na chefia do Executivo estadual, ele saiu do PDT para ingressar no centro-direitista PFL. Em sua guinada, Lerner percorreu praticamente todo o espectro ideológico. Mas o

ao candidato à reeleição Jaime Lerner (TSE). Greca, quando foi deputado estadual, liderou a oposição ao governador Roberto Requião na Assembleia Legislativa (CDPOC). Depois de exercer o mandato de prefeito, foi ainda Secretário Chefe da Casa Civil de Jaime Lerner. Já Cássio Taniguchi foi presidente do Ippuc entre 1989 e 1994, nas gestões de Lerner e Greca à frente da prefeitura de Curitiba. Foi ainda Secretário de Planejamento de Jaime Lerner e Beto Richa (CPDOC e *Gazeta do Povo*).

PFL tinha seus atrativos. Era o partido do então vice-presidente Marco Maciel. Os pefelistas ainda apareciam como a principal força da coalizão de sustentação do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Mas é inegável que essa mudança trouxe mais coerência ideológica ao grupo que estamos abordando. A sua ideologia tecnocrática e apartidária (Perissinotto; Codato, 2007)⁸ e também liberal e conservadora casava perfeitamente com o PFL.

A ação de Lerner levou ao inchaço do PFL, como bem salientaram Cervi e Codato (2006). Esse partido já pontuava como aliado de Lerner e seus correligionários antes da mudança. Mas a filiação do ex-governador transformou o PFL no grande protagonista da cena partidária estadual na virada do milênio. Nessa época, também começa o “zigue-zague” do PDT, na feliz expressão de Bolognesi e Costa (2014). Já em 1998, os pedetistas apoiam Roberto Requião para governador (TSE). Dessa forma, aliam-se com o outro “polo” da política paranaense, cujo maior símbolo é justamente o ex-governador e atual senador pelo MDB (Bolognesi; Costa, 2014). Em 2002, é a vez de Álvaro Dias “usar” a legenda brizolista em terras paranaense. O então candidato ao Palácio do Iguazu saía do PSDB. Derrotado no segundo turno por Requião, que obteve o apoio de Lula, Álvaro Dias retornaria ao PSDB para ser um dos mais destacados opositores do governo petista no Senado Federal. Quatro anos mais tarde, o irmão de Álvaro, e também senador da República, Osmar Dias, lideraria uma coalizão de centro-direita contra Requião. No segundo turno, o então candidato do PDT recebeu o apoio do presidenciável tucano Geraldo Alckmin. Ele perderia aquela disputa por uma pequena margem de votos. Mas, nos quatro anos seguintes, ocorreriam três acontecimentos significativos.

O primeiro foi a ascensão de Beto Richa, que fez uma gestão muito bem avaliada à frente da prefeitura de Curitiba. Isso limitou severamente o espaço para Osmar Dias dentro do tradicional grupo de centro-direita. O segundo foi a popularidade do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que o transformou no grande cabo eleitoral das eleições de 2010. E, por fim, o fato de o governo liderado por Roberto Requião não ter nenhuma candidatura realmente competitiva para a sucessão ao Palácio do Iguazu. Esses fatos explicam por que Osmar Dias passou de líder da oposição de centro-direita em 2006 para candidato da situação de centro-esquerda em 2010.

Esse “zigue-zague” pode ser notado também em Curitiba. O partido serviu de ninho para o grupo de Lerner e liderou a centro-direita na capital do estado nos primeiros anos da Nova República. A mesma organização, agora

8. Sobre o perfil ideológico de Jaime Lerner e seu grupo político, ver: Perissinotto e Codato (2007).

sob o comando de Gustavo Fruet e aliada ao PT, interrompeu por quatro anos o domínio do mesmo grupo. Essa trajetória do partido de Leonel Brizola no Paraná desde 1988 nos leva à seguinte constatação: ou o partido compõe e lidera a centro-direita estadual, ou recebe desertores dela para liderar a centro-esquerda⁹.

Como vemos, a ideologia apartidária explica a incoerência do embarque na organização trabalhista. Mas também é possível comprovar o viés de centro-direita do referido grupo político analisando a sua composição partidária. Isso pode ser verificado no Quadro 1, que mostra as coligações vitoriosas nas eleições para prefeito de Curitiba entre 1988 e 2016. As informações evidenciam que, mesmo antes de Lerner deixar a legenda brizolista, a maioria dos parceiros de coligação do PDT pertenciam ao espectro conservador do sistema partidário. Essa tendência se acentua após a mudança para os liberais do PFL.

Também é possível notar que alguns partidos aparecem com certa frequência nas alianças que tiveram êxito. São os casos do PTB e do PFL/DEM, além dos chamados Pequenos Partidos de Direita, como o PSL. Outro bastante corriqueiro nas coalizões vencedoras é o PSDB. Classificado como um partido de centro, se tem ciência que os tucanos privilegiam as composições com a centro-direita desde 1994. Ainda temos o PSB, considerado de esquerda. Em solo paranaense, a organização fundada por Miguel Arraes tem preferido juntar-se à centro-direita. Isso empresta um perfil mais centrista ao partido no estado. Como vemos, essa heterogeneidade pode confundir à primeira vista. Mas, a despeito de o grupo que controla a política de Curitiba desde o início da Nova República ter organizações de centro-direita, centro e centro-esquerda, é visivelmente hegemonizado por forças de centro-direita.

A explicação que desenvolvemos anteriormente é necessária para introduzir o debate sobre a trajetória dos vereadores. Ficou claro que existe um grupo hegemônico na política curitibana desde 1988. Esse domínio se reflete no Legislativo da capital. Como nos mostra a Tabela 1, a Câmara Municipal tem apresentado nessas três décadas da Nova República um claro perfil de centro-direita.

Os partidos de direita não elegeram a maioria dos vereadores de Curitiba apenas em 2008. Entretanto, nesse ano, o PSDB do então prefeito Beto Richa teve um desempenho extraordinário nas eleições proporcionais. Na ocasião, os tucanos conquistaram 13 cadeiras na Câmara Municipal, ou seja, 36,4% do total. Mas, como já foi discutido, a coligação que apoiou Richa

9. Para saber mais sobre a dinâmica partidária paranaense, e acerca do papel do PDT no jogo dos partidos políticos do estado, ver: Bolonesi e Costa (2014).

em sua jornada de reeleição à prefeitura da capital era de centro-direita. Aliás, nem em 2012, com a vitória de Fruet, essa hegemonia conservadora foi interrompida.

Ao desagregarmos as informações por alinhamento ideológico, e verificarmos o desempenho dos partidos políticos nas eleições para a Câmara Municipal na Tabela 2, veremos que nenhum partido político é hegemônico no interior da centro-direita curitibana. No entanto, há certas organizações que se destacam pela continuidade. É o caso do PFL/DEM e do PTB. O primeiro elegeu ao menos um representante em todas as eleições entre 1988 e 2016. Já o PTB não entrou na Câmara de Vereadores apenas no pleito de 2008. Mas essa permanência não está restrita às legendas conservadoras. PMDB, PT e PDT conquistaram pelo menos uma cadeira no Legislativo municipal em todas as eleições desde 1988. Por sua vez, o PSDB não logrou eleger um vereador apenas na primeira eleição do período analisado.

Tabela 1 – Composição da Câmara de Vereadores de Curitiba por alinhamento ideológico (1988-2016)

		Alinhamento Ideológico			Total
		Centro-direita	Centro	Centro-esquerda	
1988	Cadeiras	12	12	9	33
	%	36,40	36,40	27,30	100
1992	Cadeiras	16	6	11	33
	%	48,50	18,20	33,30	100
1996	Cadeiras	13	11	11	35
	%	37,20	31,40	31,40	100
2000	Cadeiras	19	6	10	35
	%	54,30	17,10	28,60	100
2004	Cadeiras	15	13	10	38
	%	39,50	34,20	26,30	100
2008	Cadeiras	9	20	9	38
	%	23,70	52,60	23,70	100
2012	Cadeiras	18	11	9	38
	%	47,40	28,90	23,70	100
2016	Cadeiras	22	7	9	38
	%	57,90	18,40	23,70	100

Fonte: TSE e TRE-PR, elaboração própria.

Tabela 2 – Composição partidária da Câmara de Vereadores de Curitiba (1988-2012)

Partido	1988		1992		1996		2000		2004		2008		2012		2016	
	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%	Cadeiras	%
Direita																
PFL/DEM	3	9,10	3	9,10	4	11,40	9	25,70	5	13,10	3	7,90	2	5,30	2	5,30
PL/PR	4	12,10	5	15,10	-	-	-	-	3	7,90	-	-	-	-	1	2,60
PPD*	-	-	3	9,10	-	-	1	2,80	-	-	2	5,30	4	10,50	5	13,10
PPB/PP	-	-	-	-	5	14,30	4	11,40	3	7,90	2	5,30	2	5,30	1	2,60
PRB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,60	1	2,60	1	2,60
PROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,60
PSC	-	-	-	-	-	-	3	8,60	-	-	1	2,60	6	15,80	3	7,90
PSD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,60	4	10,50
PTB	5	15,10	5	15,10	4	11,40	2	5,70	4	10,50	-	-	2	5,30	2	5,30
SD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5,30
Centro																
PMDB	12	36,40	4	12,10	4	11,40	3	8,60	4	10,50	2	5,30	1	2,60	1	2,60
PSDB	-	-	2	6,10	7	20	3	8,60	4	10,50	13	34,20	4	10,50	3	7,90
PPS	-	-	-	-	-	-	-	-	4	10,50	2	5,30	3	7,90	1	2,60
PV	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,60	3	7,90	3	7,90	2	5,30
Esquerda																
PC do B	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2,60	-	-	-	-	-	-
PDT	6	18,20	8	24,20	8	22,80	2	5,70	3	7,90	3	7,90	2	5,30	5	13,10
PSB	-	-	-	-	-	-	2	5,70	3	7,90	3	7,90	4	10,50	3	7,90
PT	3	9,10	3	9,10	3	8,60	6	17,10	3	7,90	3	7,90	3	7,90	1	2,60
Total	33	100	33	100	35	100	35	100	38	100	38	100	38	100	38	100

*PPD: Pequenos Partidos de Direita (PSL, PRP, PMN e PSDC)

Fonte: TSE e TRE-PR, elaboração própria.

A discussão sobre o perfil ideológico dos vereadores e acerca do desempenho dos partidos no Legislativo curitibano nos mostra a primeira característica do universo que analisamos: os representantes eleitos para a Câmara Municipal são, em sua maioria, ideologicamente de centro-direita. Essa característica, no entanto, não é específica da atual legislatura. A perspectiva histórica evidencia que, nesse aspecto, não houve mudança ou circulação nas eleições de 2016. Sendo assim, e pelas razões debatidas antes, desde 1988 há um predomínio conservador na Câmara de Vereadores de Curitiba.

Uma imagem às avessas: um domínio branco, masculino e instruído

Quais são as características da população brasileira? Resumidamente, poderíamos dizer que ela é mestiça na dimensão racial, com mais de 50% de sua população sendo não branca, especialmente formada por pardos e negros. Já quando olhamos para a distribuição por sexo, vemos que pouco mais da metade daqueles que habitam o país são mulheres. Além disso, trata-se de um país cristão, onde as confissões católicas e evangélicas se destacam. Por fim, no quesito instrução, temos uma nação onde o acesso ao ensino superior é limitado, o analfabetismo persiste e quase metade da população não concluiu o ensino fundamental (IBGE, 2011). E Curitiba? Sem dúvida, é melhor quando o tema é educação, pois quase $\frac{1}{4}$ de seus habitantes possuem ensino superior. Não é diferente em termos religiosos e na presença das mulheres no conjunto populacional. Em termos raciais, e nesse caso reside a diferença demográfica mais acentuada, a população é mais branca. Mesmo assim, existe um contingente significativo de pardos e negros vivendo na capital paranaense. Essas imagens demográficas do Brasil e de Curitiba serão comparadas com o perfil social dos candidatos a vereador nas eleições de 2016. Iniciamos esse procedimento analisando dados sobre a participação de homens e mulheres no último pleito para a Câmara de Vereadores.

A democracia brasileira é um domínio masculino. Isso pode ser notado pelo baixíssimo número de mulheres que ocupam cargos eletivos. Dados que evidenciam essa realidade são abundantes. Por exemplo: em 2014, apenas 51 mulheres foram eleitas para a Câmara Federal, aproximadamente 10% (TSE). No Senado, o resultado não foi muito diferente. Das 27 vagas em disputa naquela eleição, apenas cinco foram conquistadas por mulheres. Somadas as outras seis que já atuavam na “casa da federação”, a partir de 2015, teríamos 11 mulheres na câmara alta, ou irrisórios 13,6% do total (Gandra, 2017). E não custa lembrar que as mulheres representam pouco mais da metade

da população brasileira¹⁰. Mesmo assim, alguém poderia afirmar que o Brasil apenas reproduz uma realidade de exclusão típica das democracias. Ledo engano. Segundo o Projeto Mulheres Inspiradoras (Gandra, 2017), a média de mulheres nos parlamentos de 138 países pesquisados é de 23%. Sendo assim, é aproximadamente o dobro do resultado verificado no Brasil. O Brasil ficou em 115º no *ranking* dessa pesquisa. Mas, e Curitiba? Reproduz a padrão nacional nesse tema, ou apresenta desempenho mais próximo a realidade mundial?

Como sabemos, Curitiba elege 38 representantes para o Legislativo municipal. Sendo assim, a Tabela 3, mostra que foram eleitas oito vereadoras no pleito de 2016, ou aproximadamente 21%. Esse percentual, como vemos, é bem superior ao verificado no Congresso Nacional, e um pouco inferior à média internacional registrada pelo Projeto Mulheres Inspiradoras. Cabe lembrar que, em relação às eleições de 2012, houve um avanço considerável na representação feminina da Câmara de Vereadores da capital paranaense. Naquela eleição, foram eleitas apenas cinco mulheres, ou 13,1% do total (TSE). Todavia, a despeito da melhora, Curitiba não foge à regra nacional e está distante, assim como a média internacional, de qualquer equidade de sexo na representação política¹¹.

Tabela 3 – Eleitos para a Câmara de Vereadores de Curitiba, por sexo, nas eleições de 2012 e 2016

	2012		2016	
	Frequência	%	Frequência	%
Mulheres	5	13,10	8	21
Homens	33	86,90	30	79
Total	38	100	38	100

Fonte: TSE.

Ao olharmos o quadro mais geral e analisarmos todas as candidaturas, veremos que a desigualdade continua. De acordo com a Tabela 4, Curitiba teve 1.114 candidatos à Câmara Municipal em 2016. Desses, apenas 31,3% eram mulheres. Além disso, quando comparamos esses números com os dados

10. Segundo o Censo 2010 do IBGE, o último realizado, naquele ano éramos 190.755.799 brasileiros. Desse total, 97.348.809 eram mulheres, ou aproximadamente 51% (IBGE, 2011).

11. Segundo o TSE, em 2016 foram eleitos 57.844 vereadores no Brasil. Desses, 86,5% ou 50.034 eram homens. Chegaram aos legislativos municipais, 7.810 mulheres, ou 13,5% do total (TSE). Esse número reforça a constatação do predomínio masculino na política nacional.

sobre os vencedores, percebemos que 2,3% das candidatas mulheres foram eleitas e 3,9% dos postulantes homens tiveram êxito. Esses dados poderiam nos levar a taxar o eleitor curitibano de machista. Mas isso seria simplificar uma questão bastante complexa. Foge do escopo deste capítulo buscar as raízes profundas dessa desigualdade. Mas podemos elaborar alguns questionamentos. *A condição social da mulher, sabidamente desigual em relação ao homem, limita severamente a sua participação na política? E aquelas que entram em algum partido, recebem as mesmas condições? As candidatas têm o mesmo suporte que os homens? Ou a desigualdade entre homens e mulheres também se reflete nas preferências das organizações partidárias?*

Tabela 4 – Número de candidatos(as) e eleitos(as) para a Câmara de Vereadores de Curitiba nas eleições de 2016

	Candidatos(as)		Eleitos(as)	
	nº	%	nº	%
Mulheres	349	31,30	8	2,30
Homens	765	68,70	30	3,90
Total	1114	100	38	

Fonte: TSE.

Outra dimensão importante quando analisamos o perfil de uma elite é o grau de instrução. Segundo o historiador fluminense José Murilo de Carvalho, mais especificamente em sua obra *A construção da ordem*, a formação universitária foi essencial para a coesão da elite imperial. Os estudos da maioria desse grupo na Universidade de Coimbra em Portugal, e no curso de Direito, seria a explicação para a unificação da antiga América Portuguesa no Brasil independente, ao contrário do que ocorreu com as ex-colônias da América Espanhola, que se dividiram em 17 novos países (Carvalho, 2007). Além disso, a formação universitária proporcionava um grau de distinção aos membros da elite. Isso aproximava ainda mais os seus componentes, fortalecendo desse modo a sua unidade, ao mesmo tempo que os afastava do restante da população brasileira. Não por outra razão, o autor afirmou que a elite imperial era uma “ilha de letrados em um mar de analfabetos” (Carvalho, 2007, 65). Outro importante autor que destacou a importância da educação para a prática política foi o sociólogo francês Pierre Bourdieu. Segundo ele, há certas condições de acesso ao campo da política, e uma delas seria a educação (Bourdieu, 2011).

E o grupo que estamos abordando? A educação é um quesito importante para fazer parte dele? A Tabela 5 nos evidencia que a formação superior é um

atributo crucial não apenas para conquistar uma cadeira na Câmara Municipal, mas, primeiramente, para se ter acesso a uma vaga entre os seus postulantes.

Entre esses, 41,2% tinham curso superior completo quando disputaram as eleições em 2016. Já entre aqueles que se elegeram, e de fato tiveram acesso à elite, esse percentual aumenta de forma significativa. Nas últimas eleições, aproximadamente 63% dos vereadores eleitos da capital paranaense tinham graduação universitária.

Tabela 5 – Candidatos e eleitos para a Câmara de Vereadores de Curitiba nas eleições de 2016, por grau de instrução

Grau de instrução	Candidatos		Eleitos	
	nº	%	nº	%
Lê e escreve	16	1,40	–	–
Ensino fundamental incompleto	37	3,30	1	2,60
Ensino fundamental completo	98	8,80	1	2,60
Ensino médio incompleto	42	3,80	1	2,60
Ensino médio completo	346	31,10	9	23,70
Superior incompleto	116	10,40	2	5,90
Superior completo	459	41,20	24	63,10
Total	1114	100	38	100

Fonte: TSE, elaboração própria.

A influência do ensino superior na composição da elite política curitibana e o seu efeito de diferenciação se tornam mais evidentes quando comparamos os dados da Tabela 5 com os expostos na Tabela 6. Nela vemos que pouco mais de ¼ dos curitibanos com mais de 25 anos possuem o curso superior completo. Da mesma forma, apenas 11,2% dos brasileiros possuem uma graduação em qualquer curso universitário. Números esses que tornam a realidade da capital do Paraná até certo positiva nesse aspecto específico. Enfim, parafraseando José Murilo de Carvalho, os membros do Legislativo municipal de Curitiba também formam uma ilha de letrados que está em um mar de pessoas com níveis consideravelmente menores de instrução¹².

Mas a questão educacional e sua relação com a política não se esgota na simples apreciação de quem tem ou não curso superior. Sendo assim, é preciso analisar se algum tipo de formação possui afinidade com a atividade

12. Em 2016, foram eleitos 15.210 vereadores com ensino superior, ou 26,3% do total (TSE).

política. Essa relação foi analisada por Bourdieu (2011). O sociólogo francês, ao teorizar sobre o conceito de campo político, afirmou que nele é construída e opera uma competência específica. Dessa forma, a política teria um jogo próprio, assim como os outros campos da atividade humana, como a religião, por exemplo. Por isso, aquele que atua no campo da política deve entender as suas singularidades. Nele há uma cultura que se aprende na prática e nas confrontações, muito diferente, portanto, daquela que se aprende na academia (Bourdieu, 2011). Assim, nossa intenção em discutir o tipo de formação dos candidatos é verificar se alguma formação em especial contribui para o domínio da competência específica da política.

Tabela 6 – Pessoas com 25 anos ou mais de idade por nível de instrução em Curitiba e no Brasil segundo o censo de 2010

Grau de instrução	Curitiba (%)	Brasil (%)
Sem instrução e fundamental incompleto	28,4	49,2
Fundamental completo e médio incompleto	15,2	14,6
Médio completo e superior incompleto	30	24,5
Superior completo	25,9	11,2
Não determinado	0,4	0,27
Total	100	100

Fonte: IBGE¹³, elaboração própria.

Nossa equipe entrevistou 781 dos 1.114 candidatos a vereador em Curitiba no pleito de 2016. Desses, 360 afirmaram possuir algum curso superior. Como nos mostra a Tabela 7, as formações em Artes e humanidades, Negócios e em Ciências Jurídicas e Políticas foram as mais frequentes, pois quase 80% dos candidatos fizeram alguma graduação nessas três grandes áreas. Agora, será que elas são decisivas para a conquista de uma cadeira no Legislativo municipal? Elas possuem afinidades com a competência específica do campo da política, dando assim uma vantagem para aqueles formados nesses ramos do conhecimento?

13. Para encontrar essas informações é preciso acessar o seguinte link: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/educacao_e_deslocamento/default_mu_xls.shtm>. Sobre Curitiba, é preciso clicar no link municípios e depois no link Paraná. As estatísticas usadas acima estão na Tabela 4.21.1.5. Acerca do Brasil, é preciso acessar o link Brasil; os dados estão na Tabela 1.1.11.

Tabela 7 – Tipos de curso superior dos candidatos a vereador em Curitiba nas eleições de 2016

Tipos de curso superior*	Frequência	%
Artes e Humanidades	114	31,7%
Engenharias e tecnologias	38	10,6%
Jurídicas e Políticas	82	22,8%
Medicas e Biológicas	41	11,4%
Negócios	85	23,6%
Total	360	100%

*Trouxemos alguns exemplos das graduações que compõem cada um dos tipos listados na Tabela 7. Artes e humanidades: Teologia, Pedagogia, Filosofia, Comunicação Social e Artes Plásticas. Jurídicas e Políticas: Gestão Pública e Direito. Engenharias: Engenharia Civil, Engenharia Mecânica. Médicas e Biológicas: Ciências Biológicas, Medicina e Odontologia. Negócios: Administração, Economia e Contabilidade.

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Tabela 8 – Tipos de curso dos vereadores eleitos em Curitiba nas eleições de 2016

Tipo de curso superior	Frequência	%
Artes e Humanidades	6	26,1%
Engenharias	2	7,7%
Jurídicas e Políticas	5	19,2%
Médicas e Biológicas	4	15,4%
Negócios	6	26,1%
Total	23	100%

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Foram 23 os eleitos em 2016 que responderam o nosso questionário e afirmaram possuir o curso superior. Novamente, as formações nas áreas de Negócios, Artes e Humanidades e Jurídicas e Políticas se destacam. Sendo assim, parece existir uma afinidade entre esses cursos e as competências específicas do campo da política. Obviamente, é necessária uma pesquisa mais aprofundada, mas esses dados indicam preliminarmente que algumas formações específicas treinam melhor os postulantes para a atividade política.

A escolaridade mostrou-se um atributo essencial para eleger-se vereador. Diferentemente do que diz certo senso comum, não falta “estudo” para os líderes políticos. O que devemos criticar então é o descompasso entre a população e a

elite. Muito instruída em relação ao brasileiro comum, ela não logrou ampliar de forma significativa o acesso ao ensino superior. Fato que dificulta a mobilidade social, e mantém intacta as grandes diferenças sociais no Brasil. Cabe lembrar que essas desigualdades nacionais também possuem cor.

Segundo o Censo de 2010 do IBGE, 43,1% dos brasileiros se declaram pardos e 7,6% negros. Entretanto, essa realidade não se repete na Câmara Federal e no Senado. O quadro é justamente o inverso. Em 2014, apenas 81 ou 15,8% dos deputados federais eleitos se declaravam pardos. Além disso, somente 22 negros se elegeram para a câmara baixa brasileira, ou 4,3%. Quando olhamos a situação da câmara alta, a tendência se acentua. Em 2014, nenhum negro se elegeu senador, e apenas cinco ou 18,5% eram pardos. Atualmente, existe apenas um senador negro atuando na casa de federação; é Antônio Paim, que representa o Rio Grande do Sul pelo Partido dos Trabalhadores (Delgado, 2017). As duas tabelas a seguir sintetizam o quadro de predomínio branco no Congresso Nacional.

Tabela 9 – Distribuição da população brasileira por cor/raça

Cor ou raça	%
Brancos	47,7%
Pardos	43,1%
Negros	7,6%
Amarelos	1,1%
Indígenas	0,4%
Sem declaração	0,7%
Total	100%

Fonte: IBGE (2011), elaboração própria.

Tabela 10 – Cor/raça dos deputados federais e dos senadores eleitos em 2014

Cor ou raça	deputados federais		senadores	
	n	%	n	%
Brancos	22	81,5%	410	79,9%
Pardos	5	18,5%	81	15,8%
Negros	—	—	22	4,3%
Amarelos	—	—	—	—
Indígenas	—	—	—	—
Total	27	100%	513	100%

Fonte: Sardinha (2014), elaboração própria.

Como é possível analisar na Tabela 11, a população de Curitiba é marcadamente branca. Os percentuais de negros e pardos são consideravelmente menores do que os da média nacional. Isso significa que pode existir na Câmara de Vereadores de Curitiba uma distribuição de cor ou raça que reflita de forma mais fidedigna a demografia racial da capital paranaense? Ou existirá no Legislativo curitibano um predomínio branco, assim como existe um masculino?

Tabela 11 – Distribuição da população por cor/raça em Curitiba segundo o censo de 2010

Cor ou Raça	%
Branco	78,9
Negro	2,8
Amarelo	1,3
Parda	16,9
Indígena	0,1
Sem Declaração	—
Total	100

Fonte: Ippuc com dados IBGE¹⁴, elaboração própria.

Tabela 12 – Cor dos candidatos a vereador em Curitiba nas eleições de 2016

Cor/raça	Frequência	%
Pardos	110	9,90
Negros	76	6,80
Amarelos	4	3,60
Branços	924	82,90
Total	1.114	100

Fonte: TSE, elaboração própria.

Os dados sobre a cor/raça dos candidatos mostram uma sub-representação dos pardos curitibanos, como deixa clara a Tabela 12. Aproximadamente 10% dos postulantes se classificaram dessa forma. Os demais percentuais se aproximam muito daqueles verificados na população da capital, apesar de

14. Prefeitura de Curitiba. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Curitiba em dados. Disponível em: <<http://curitibaemdados.ippuc.org.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

nenhum candidato ser indígena. Contudo, quando analisamos os vereadores eleitos, o quadro é diverso. Como mostra a Tabela 13, nesse conjunto, quase 95% são brancos, e a falta de representantes pardos se acentua de forma profunda. Soma-se a isso, o fato de apenas um negro ter conquistado uma cadeira de vereador nas eleições de 2016¹⁵. Assim, a despeito de quase 80% dos curitibanos se autodeclararem brancos, essa tendência se torna ainda mais forte no Legislativo municipal. Portanto, mesmo a população da capital sendo majoritariamente branca, a distribuição racial dos representantes eleitos para Câmara de Vereadores é diversa da verificada entre os habitantes da cidade. Assim, podemos afirmar que o parlamento local tem dois predomínios bastante visíveis: no sexo, o masculino; na cor/raça, o branco¹⁶.

Tabela 13 – Cor/raça dos vereadores eleitos nas eleições de 2016

Cor/Raça	Frequência	%
Branco	36	94,70
Pardos	1	2,60
Negros	1	2,60
Total	38	100

Fonte: TSE, elaboração própria.

Os debates acerca das diferenças raciais ganharam novos contornos no Brasil com a implementação das políticas afirmativas. Hoje, as consequências da escravidão, somadas ao histórico de omissões do poder público em relação aos segmentos mais carentes, são analisadas pelo prisma histórico e também através da necessidade de políticas públicas para mitigar as diferenças sociais. Já o fortalecimento da pauta religiosa na agenda pública se deu basicamente por dois motivos: a ascensão de ideias conservadoras no Brasil e o crescimento da participação de evangélicos na política.

Segundo o IBGE, no ano 2000, o Brasil tinha 26,2 milhões de evangélicos. Dez anos depois, eles já somavam 42,3 milhões. Em uma década houve um avanço de 61,45%. Esse fortalecimento torna-se mais evidente quando

15. Adilson Alves Leandro, o Mestre POP. Foi eleito pelo PSC, com 8.210 votos.

16. Segundo o TSE, em 2016 foram eleitos 57.844 vereadores. A distribuição por cor/raça é a seguinte: brancos 57,1% (33.057), pardos 37% (21.412), negros 5% (2.913), amarelos 0,5% (295) e indígenas 0,3% (167). Esses números ainda mostram um sub-representação de pardos e negros. Entretanto, eles retratam de forma mais fidedigna a população brasileira do que a representação das duas casas do Congresso Nacional.

retrocedemos no tempo. Segundo o Censo de 2010, eles representavam 22,2% naquele ano. Já em 1991, eram apenas 9%, e em 1980 o percentual era menor ainda, 6,6%¹⁷.

Como nos evidencia a Tabela 14, é mais correto afirmar que o Brasil é uma nação cristã, e não propriamente católica. Isso devido à significativa presença de evangélicos no conjunto dos habitantes do país. Um em cada cinco brasileiros pertence a essas confissões. É claro que essa nova realidade se reflete na política. Segundo Prandi e Santos (2017), foram eleitos 75 evangélicos para a Câmara Federal em 2014, ou 14,6% do total. No Senado, três lograram êxito, ou pouco mais de 10% dos 27 senadores eleitos naquela ocasião (Prandi e Santos, 2017). Mesmo com a presença cada vez maior dos evangélicos nas mais variadas atividades da sociedade, a participação deles no Congresso Nacional ainda não corresponde ao seu peso relativo na população brasileira. E qual é o cenário da participação dos evangélicos na política em Curitiba?

Tabela 14 – Distribuição da população brasileira por religião segundo o censo de 2010

Religião	Frequência	%
Católicos	123.280.172	64,6
Evangélicos	42.275.440	22,2
Espíritas	3.848.876	2
Umbanda, candomblé e outras religiões afro-brasileiras	588.797	0,3
Outras	5.185.065	2,7
Sem religião	15.335.510	8
Sem declaração e não sabe	241.939	0,1
Total	190.755.799	100

Fonte: IBGE¹⁸, elaboração própria.

A Tabela 15 nos mostra que a distribuição das confissões religiosas em Curitiba é muito parecida com a verificada no plano nacional. Como vemos, o percentual de evangélicos é um pouco maior, mas a diferença não chega

17. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/numero-de-evangelicos-aumenta-61-em-10-anos-aponta-ibge.html>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

18. Para encontrar os dados sobre a religião dos brasileiros no IBGE é preciso acessar o seguinte *link*: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_xls.shtm>. Uma vez acessado esse *link*, é necessário clicar em “Brasil” e depois procurar a Tabela 1.4.2.

a ser relevante. O quadro se repete quando analisamos os dados da Tabela 16, que traz a religião dos 781 candidatos entrevistados em nossa pesquisa. Os percentuais são muito próximos daqueles encontrados entre a população brasileira e os da capital paranaense. Já entre os eleitos, é possível constatar uma sub-representação evangélica no Legislativo municipal da capital paranaense. A Tabela 17 mostra que 18,4% dos vereadores eleitos em 2016 se declaravam evangélicos, ante $\frac{1}{4}$ da população de Curitiba que é adepta de confissões desse tipo.

Tabela 15 – Distribuição da população de Curitiba por religião segundo o censo de 2010

Religião	%
Católica	62
Evangélica	24,2
Espírita	2,8
Outros	10,8
Total	100

Fonte: IBGE, elaboração própria.¹⁹

Tabela 16 – Religião dos candidatos a vereador de Curitiba nas eleições de 2016

Religião	Frequência	%
Católica	465	59,5
Evangélica	164	21
Protestante	41	5,2
Espírita	24	3,1
Umbanda e candomblé	6	0,8
Sem religião	54	6,9
Sem informação	27	3,4
Total	781	100

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

19. Essas Informações estão disponíveis no seguinte link: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>>. Para visualizar os números é necessário passar o mouse ou cursor sobre o gráfico.

**Tabela 17 – Religião dos vereadores
eleitos em Curitiba nas eleições de 2016**

Religião	Frequência	%
Católica	23	60,50
Evangélicas	7	18,40
Protestante	2	5,30
Espírita	1	2,60
Sem religião	1	2,60
Sem informação	4	10,50
Total	38	100

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Um Legislativo branco, masculino e bastante instruído, especialmente diante dos sofríveis níveis educacionais da população. Pelo outro lado, os não brancos, mulheres e evangélicos são sub-representados. É marcante a falta de mulheres no Legislativo municipal, apesar do avanço em relação ao pleito de 2012. De fato, a Câmara de Vereadores não é um espelho fidedigno da população curitibana. Mesmo a cidade sendo reconhecida pelos bons indicadores socioeconômicos, o perfil dos representantes eleitos é uma imagem às avessas da população que representam. Isso é resultado de uma democracia ainda essencialmente instrumental, o que significa que nós temos liberdades políticas, alternância de poder e regras bem conhecidas para a escolha dos governantes. O método de escolha, apesar das conhecidas deformações, é democrático. Mas as desigualdades sociais criam um fosso entre a imagem dos eleitores e o retrato dos eleitos. Os processos sociais de exclusão e reprodução das desigualdades bloqueiam uma maior correspondência entre eles. Dessa forma, os dados mostrados nesta seção do capítulo evidenciam que os segmentos historicamente marginalizados da sociedade brasileira ainda encontram severos obstáculos sociais para acessar a elite política. Precisamos, enfim, de reformas que tragam mais substância ao processo democrático.

Considerações finais

Quais habilidades, posses ou bens são capazes de diferenciar o potencial de candidatos a vereador em uma determinada eleição? O que os eleitos possuem e compartilham e como eles se diferenciam dos demais candidatos?

Estas sempre foram questões centrais que a Ciência e a Sociologia Política buscaram compreender e explicar.

Dentre os conceitos propostos pela Sociologia Política para a análise desse problema de pesquisa, a ideia de campo político, de Pierre Bourdieu, é uma das mais recorrentes nas investigações científicas. Para esse autor, o campo político é um microcosmo social relativamente autônomo do macro, onde os atores políticos adotam e reproduzem suas práticas e valores. Os valores atribuídos no interior do próprio campo não possuem o mesmo significado fora dele. Por isso o campo funciona como um espaço de familiarização de técnicas e conhecimentos compartilhados entre seus membros.

A grande vantagem desse conceito é poder delimitar quais características, técnicas ou posses dos membros do campo da política tendem a ter em comum e compartilham entre os pares. Assim é possível diferenciá-los dos demais candidatos, *outsiders* do campo político. Mas, então, quais habilidades ou características um agente deve possuir a fim de ter acesso ao campo político? Anterior a isso, as condições de acesso à política são desigualmente distribuídas na sociedade. Boa condição financeira, tempo livre e escolaridade são os principais pré-requisitos para o acesso à política. Como foi mostrado, os níveis de escolaridade estão diretamente ligados à propensão política, como também formação em alguns cursos superiores específicos. Nesse caso, tal qual foi debatido anteriormente, destacam-se os estudos nas áreas de Ciências Jurídicas e Políticas, Artes e Humanidades e Negócios.

Essas afinidades trazidas pelo conceito de Pierre Bourdieu também podem ser compreendidas de outra forma. Gaetano Mosca acreditava que a elite possuía alguns atributos socialmente valorizados. Evidentemente, cursar o ensino superior é algo muito bem-visto entre as pessoas. Ser branco e homem não é necessariamente um atributo valorizado socialmente, mas essa combinação praticamente dominou as oportunidades ideais de prestígio em nossa sociedade. Isso empresta uma grande coesão a essa elite. Por isso é muito difícil separar as características desse grupo das decisões que toma. Acreditamos que o grande desafio da teoria das elites é compreender a ação dos líderes pela análise do seu perfil social e político. Ou seja, se a elite é aquela que impõe a sua preferência, como afirmava Dahl, ela é capaz de forjar estados e cidades a sua imagem e semelhança. Isso não significa que Curitiba seja resultado de uma elite branca, masculina, instruída e politicamente conservadora. Apenas depois de um estudo histórico poderíamos fazer tal afirmação. Mas é uma elite com essa cara que irá impor as escolhas ao município até 2020.

Referências

BOBBIO, N. (1985). *A Teoria das Formas de Governo*. Brasília: UnB.

BOLOGNESI, B; COSTA, L. (2014). O sistema partidário no Paraná: do personalismo à estruturação. *Debates*, Porto Alegre, vol. 8, n. 1, p. 221-43.

BOURDIEU, P. (2011). O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 5.

BRAGA, S. S. Jaime Lerner. (S.d.). In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lerner-jaime>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BRASIL. (2014). Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações.

CARVALHO, J. M. (2007). *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CASTRO, E. (2003). Lerner no PSB planeja candidatar-se no Rio. *Tribuna do Paraná*, 01 out. 2003. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/noticias/politica/lerner-no-psb-planeja-candidatar-se-no-rio/>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA (CPDOC). Cássio Tanigushi. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/tanigushi-cassio>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

CERVI, E. U.; CODATO, A. N. (2006). Institucionalização partidária: uma discussão empírica a partir do caso do PFL do Paraná. In: CODATO, A. N.; SANTOS, F. J. (orgs.). *Partidos e eleições no Paraná: uma abordagem histórica*. Curitiba: Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR), p. 267-71.

DAHL, R. (1997). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp.

_____. (1970). Uma crítica ao modelo da elite dirigente. In: AMORIM, M. S. (org.) *Sociologia Política II*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 90-100.

DELGADO, M. (2017). A sub-representação dos negros na política brasileira. UOI Notícias, 29 de setembro de 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2017/09/29/a-sub-representacao-dos-negros-na-politica-brasileira.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

MOSCA, G. (1992). *La classe política*. México: Fondo de Cultura Económica.

DIONÍSIO, B; CASTRO, F. (2012). Gustavo Fruet (PDT) explica aliança e diz que Curitiba precisa de novo ciclo: união com o PT era a maneira de manter o sonho da candidatura, diz Fruet. Ao G1 candidato falou sobre temas de preocupação do candidato. G1 PR, 24 jul. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/parana/eleicoes/noticia/2012/07/gustavo-fruet-pdt-explica-alianca-e-diz-que-curitiba-precisa-de-novo-ciclo.html>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

G1 (2012). Número de evangélicos aumenta 61% em 10 anos. 29 jun. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/numero-de-evangelicos-aumenta-61-em-10-anos-aponta-ibge.html>>. Acesso em 25 mar. 2018.

GANDRA, A. (2017). Brasil ocupa 115º em *ranking* de mulheres na política. Empresa Brasil de Comunicação, 30 mar. 2017. Disponível em: <<http://agencia-brasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-03/brasil-ocupa-115o-lugar-em-ranking-de-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 18 mar. 2017.

GAZETA DO POVO (2008). Curitiba. 11 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2008/curitiba-b4fx7zm2l2pkbpwju-3tiacem>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2011). Censo demográfico 2010: características do domicílio, resultado do universo. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) (2011) Censo Demográfico 2010: educação e deslocamento. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/educacao_e_deslocamento/default_mu_xls.shtm>. Acesso em: 18 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE) (2011) Curitiba. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/curitiba/panorama>>. Acesso em: 25 mar. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE) (2011) Sinopse do censo demográfico 2010 Brasil. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=11&uf=00>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

MICHELS, R. (1982). *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: Editora da UnB.

MOSER, S. (2011). Cássio Taniguchi, secretário estadual de Planejamento. *Gazeta do Povo*, 04 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/cassio-taniguchi-secretario-estadual-do-planejamento-dgk1eadapeza0ixxvl-jhjn4e>>. Acesso em 17 mar. 2018.

PARETO, V. (1984). *Pareto*. São Paulo: Ática. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. (2007). Conclusão: o perfil da elite e o papel das instituições. In: PERISSINOTTO, R. M. et al. *Quem governa?: um estudo das elites políticas do Paraná*. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

PINHEIRO, L. Rafael Greca. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/greca-rafael>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

PRANDI, R; SANTOS, R. W. (2017). Quem tem medo da bancada evangélica: posições sobre moralidade e política no eleitorado brasileiro, no Congresso Nacional e Frente Parlamentar Evangélica. *Tempo Social*, São Paulo, vol. 29, n. 2, p. 187-214.

PREFEITURA DE CURITIBA. Secretarias e Órgãos. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/secretarias/>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

PREFEITURA DE CURITIBA. (2011) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Curitiba em dados. Disponível em: <<http://curitibaemdados.ippuc.org.br/>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

SARDINHA, E. (2014). Só 3% dos eleitos em 2014 se declaram negros. Congresso em Foco, 18 dez. 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/so-3-dos-eleitos-em-2014-se-declaram-negros/>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

WRIGHT MILLS, C. (1981). *A elite do poder*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Fontes consultadas

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
(CPDOC – FGV)

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

INSTITUTO de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc)

TRIBUNAL Superior Eleitoral (TSE)

TRIBUNAL Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR)

Os três extremos da ideologia: direitistas, centristas e esquerdistas nas eleições municipais

Adriano Codato, Karolina Mattos Roeder, Juan Arrom Suhurt¹

Introdução

Pode-se empregar a díade “esquerda-direita” ao eleitorado, tentando entender suas opções de voto eleitoral e os valores subjacentes a elas, ou a governos, através das prioridades e das políticas que um partido adota ao chegar ao Executivo, ou mesmo a movimentos sociais organizados, conforme suas bandeiras, palavras de ordem, pautas reivindicativas etc.

Há, nesse sentido, várias estratégias metodológicas em Ciência Política para rotular ideologicamente políticos, partidos e cidadãos: i) através de questionários estruturados – que podem ser aplicados tanto a eleitores como aos próprios representantes pedindo que eles se classifiquem, classifiquem seus partidos ou classifiquem outros partidos ideologicamente, ou solicitando a especialistas que indiquem que força política pode ser discriminada em que lugar do espectro ideológico²; ii) através da análise do comportamento parlamentar – observando o que pensam e o que fazem os políticos, seja com base em votações individuais em plenário (ou das orientações de votos de seus partidos), em iniciativas de proposição de determinados projetos de lei ou com base em posicionamentos

-
1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
 2. Para uma avaliação das opiniões do eleitorado em termos de esquerda/direita, ver Singer (1999), Colomer e Escatel (2005), Carreirão (2007) e Veiga (2011). Para uma análise de percepções e autopercepções da elite política, ver Ruiz Rodríguez e García Montero (2002), Rosas (2005), Power e Zucco Jr. (2009), Zucco Jr. (2011) e Alcántara Sáez (2012). Para um estudo que junte eleitorado e políticos, consultar Luma e Zechmeister (2005). Para *survey* com especialistas, ver, em especial, Coppedge (1997), Wiesehomeier e Benoit (2007) e Tarouco e Madeira (2015).

públicos diante de temas específicos (união homoafetiva, monopólio estatal sobre exploração de petróleo, cotas em universidades etc.)³; iii) através da análise dos programas registrados dos partidos políticos: o Marpor (*Manifesto Research on Political Representation*) continuou com sucesso o trabalho do *Manifesto Research Group* (MRG) e do *Comparative Manifestos Project* (CMP), que desenvolveram uma metodologia para classificar estatutos partidários e programas eleitorais. Como partidos competem entre si pelo voto eleitoral enfatizando temas diferentes ou opostos (nacionalismo econômico contra internacionalismo, direitos humanos contra segurança pública, livre empresa em vez de planejamento econômico centralizado etc.), isso deve se refletir em seus discursos⁴; e, por fim, iv) através da proximidade estratégica entre diferentes partidos políticos em função das coligações eleitorais que estabelecem⁵.

Ao lado de tudo isso, há outras formas dos partidos se diferenciarem e uma *proxy* que tem sido utilizada para ligar ideologia a organizações políticas é o universo social de onde são recrutados os representantes parlamentares dos partidos políticos. Em seu estudo sobre a Câmara dos Deputados do Brasil, Rodrigues (2002b) constatou uma regularidade notável entre o partido ao qual determinado político estava filiado, a orientação ideológica da sua organização e o meio social de origem dos políticos eleitos em 1998. Assim, partidos de esquerda (PT, PDT) tinham em suas bancadas, *grosso modo*, mais professores e jornalistas, partidos de centro (PMDB, PSDB), mais profissionais liberais e os partidos de direita (DEM, PP), mais empresários⁶.

Se essas diferenças são menos difíceis de se perceber e documentar no nível nacional – todos os analistas referidos acima concordam com a diversidade

-
3. Estudos sobre posicionamentos em plenário e iniciativas de legislação, ver Mainwaring e Pérez Liñan (1998), Figueiredo e Limongi (1999), Leoni (2002), Dias *et al.* (2012), Nery e Silva (2015), Scheeffe (2016).
 4. Documentos partidários e plataformas eleitorais foram estudados, para o caso brasileiro, por Tarouco (2011), Tarouco e Madeira (2013) e Lorenzoni Herrera (2016). Para explicação didática e detalhada do método do MRG, ver Tarouco *et al.* (2015). Para metodologia do Marpor e sua base de dados, consultar o Manifesto Project Database, disponível em: <<https://manifesto-project.wzb.eu/>>. Acesso em: 18 abr. 2018.
 5. Ver Carreirão (2006), Dantas e Praça (2010) e Melo e Soares (2016), entre outros.
 6. Gaxie também já havia mostrado, duas décadas antes, que, para a França dos anos 1950, os partidos políticos eram socialmente diferentes entre si e que essa diferença não era aleatória. O Partido Republicano (centro-direita) foi liderado por políticos de origem social elevada (em especial, pelos profissionais liberais) e em sua bancada quase não se encontravam representantes das classes médias ou populares. O Centro dos Democratas Sociais (CDS, um partido de centro-direita) reunia principalmente industriais e grandes comerciantes, os deputados do partido Coalizão pela República (RPR, de direita) haviam sido, em sua maioria, executivos do setor privado e os representantes do Partido Socialista (centro-esquerda), professores (Gaxie, 1980).

ideológica dos partidos brasileiros –, será que políticos e partidos, *no nível municipal*, também são “ideologicamente” diferentes?

O objetivo deste capítulo é explorar as características sociais, políticas e partidárias dos candidatos a vereador em Curitiba nas eleições de 2016. Através do estudo das respostas ao questionário submetido a 781 competidores entre agosto e outubro de 2016, planeja-se identificar se a diversidade ideológica ocorre também em nível municipal. Mais precisamente: será que políticos que se inscrevem para disputar uma cadeira para a Câmara de Vereadores por partidos de esquerda (conforme a classificação tradicional dessas siglas pela literatura) são essencialmente diferentes daqueles que concorrem por partidos de direita ou de centro? E, se sim, em quais âmbitos se pode constatar essas diferenças: nas estratégias de campanha, nos vínculos prévios com sua base política ou geográfica, ou através de seus perfis sociais?

Na primeira seção, fazemos um inventário muito sintético sobre pesquisas com vereadores ou candidatos a vereador na Ciência Política brasileira, a fim de mostrar como essas perguntas foram (ou não foram) tratadas pela literatura disponível. Na segunda seção, propomos um modelo analítico baseado em três dimensões – *social, política e partidária* – para codificação e interpretação dos dados do *survey* à luz da divisão dos grupos de candidatos entre esquerda, centro e direita e explicamos o método de tratamento dos dados (Escore Ótimo ou Análise de Correspondência Múltipla (ACM), um subtipo da Análise Geométrica de Dados aplicável a dados nominais). A terceira seção expõe os resultados da ACM e a discussão dos seus significados. Nas conclusões, retomamos as questões acima para dar as respostas possíveis a elas à luz dos nossos achados.

Classificação temática da literatura: as eleições municipais em foco

Investigações sistemáticas sobre a política nos municípios brasileiros têm sido menos frequentes do que aquelas voltadas para política federal.

Grosso modo, a literatura disponível – nos tópicos que nos interessam mais de perto nesse capítulo – poderia ser desmembrada em dois grandes blocos conforme suas respectivas ênfases: i) análises do *recrutamento eleitoral* e das *carreiras políticas* da elite municipal, mas sem referência a grupos ordenados e diferenciados por ideologia (esquerda, centro, direita); e ii) diagnósticos sobre a relação entre a *orientação ideológica dos partidos*, de um lado, e os *perfis de candidatos e/ou vereadores*, de outro. Nesse caso, as denominações partidárias servem como uma *proxy* da posição ideológica dos indivíduos. De toda forma,

parece haver, até o momento, muito mais interesse nas eleições para prefeitos do que para os representantes das câmaras municipais⁷.

As referências mais conhecidas para o primeiro tópico – recrutamento e carreiras – são Kerbauy (2005), que traça um panorama da composição social e político-partidária dos legislativos municipais brasileiros em três eleições sucessivas (1996, 2000 e 2004), Maluf (2006), que explora a maior câmara de vereadores do país – São Paulo – como incentivo para a progressão na carreira política dos parlamentares, e Maluf (2010), que aborda o perfil dos políticos “amadores” nos legislativos de São Paulo e Rio de Janeiro. O Rio Grande do Sul foi, possivelmente, o lugar mais estudado nesse sentido: Barreto (2008) pesquisou a ambição política em Pelotas e Lima e Barreto (2014) ampliaram a investigação para os vereadores do estado todo. Resultados do projeto sobre os representantes municipais paulistas (“Organização e funcionamento da política representativa no estado de São Paulo”) começaram a ser publicados há pouco (Braga *et al.*, 2017), tematizando tanto os vínculos de lealdade com partidos políticos, como características socioeconômicas dos vereadores.

Roeder, Babireski e Leveguen (2017) estudaram os efeitos da estrutura partidária e também da liderança personalista no processo de seleção mais ou menos democrático dos candidatos para as eleições de Curitiba em 2016. Oliveira (1991) publicou pesquisa pioneira sobre políticos negros que se apresentaram como candidatos a vereador em Salvador em 1988, mas o tema da etnia não prosperou até recentemente (Campos, 2015). Amaral (2011) fez um estudo de caso sobre um município do Paraná (Maringá) durante quatro legislaturas. Não há muitas análises que tematizem especificamente a questão de gênero nas câmaras municipais: Miguel e Queiroz (2006) discutiram o êxito de candidatas à eleições nas diferentes regiões do Brasil, e um estudo feito mais recentemente voltou à variável sexo dos competidores (Ayres *et al.*, 2017), mas apenas para Santa Catarina. A análise mais abrangente até aqui é o artigo de Meireles e Andrade (2017), que estimou as chances de sucesso eleitoral de candidatas sobre candidatos nas disputas municipais de 2004 e 2008.

Sobre a temática que nos interessa mais especificamente aqui – a *orientação ideológica* dos representantes municipais –, as poucas publicações existentes podem ser ordenadas em dois subtipos de estudos.

O primeiro subtipo trata das concepções e/ou visões de mundo dos vereadores por ideologia. Estudando a cultura política dos representantes municipais

7. Para o estudo das competições para o executivo municipal, ver Barreto (2017), Speck e Mancuso (2013), Codato *et al.* (2013), Cervi (2010), Speck (2018), Felisbino *et al.* (2012), Oliveira (2016), Speck e Cervi (2016).

de Curitiba entre 2009 e 2012, Kauchakje (2012b) mostrou que em termos de direitos sociais o legislativo municipal era mais liberal e conservador do que progressista. Aprofundando a questão, a autora descobriu, em outro trabalho, que “o grupo de parlamentares de partidos de centro-direita e direita expressa maior coerência quanto às orientações políticas sobre direitos sociais do que os de centro-esquerda e esquerda” (Kauchakje, 2012a, 236).

O segundo subtipo de estudos trata do perfil social de candidatos e vereadores eleitos por grupos separados por ideologia.

Rojas e Carlomagno (2014) replicaram a ideia de Rodrigues (2002a) para analisar as características de 5.578 vereadores escolhidos para as câmaras dos 645 municípios de São Paulo em 2012. O estudo confirmou a conexão existente entre estruturas ideológicas e propriedades sociais achadas para a Câmara dos Deputados. Relacionando três marcadores sociológicos, “profissão”, “escolaridade” e “patrimônio”, à divisão dos partidos a que pertenciam os políticos no espectro ideológico, os resultados de Rojas e Carlomagno mostraram que baixas camadas médias integram preferencialmente os partidos de esquerda, a elite dos servidores públicos (aqueles detentores de patrimônio elevado) estava nas siglas do centro, e empresários, ainda que com um percentual bem menor do que no plano nacional (estatisticamente pouco significativo), concorreram por partidos de direita. Esses foram, praticamente, os mesmos resultados que Silva e Silva (2015) obtiveram quando testaram ocupação por “ideologia partidária” em suas análises sobre a composição social dos candidatos à Câmara Municipal de Curitiba em 2012: professores mais concentrados em partidos de esquerda (22,2%), menor presença de trabalhadores urbanos em partidos de centro e uma distribuição de empresários e comerciantes entre a direita (19,8%) e o centro (23,3%) contra apenas 3,7% dessa categoria na esquerda. Guedon (2017), por sua vez, revelou que para os candidatos a vereador no Rio de Janeiro em 2012 e 2016, houve diferença entre detentores de títulos escolares por faixas ideológicas: no centro 51% possuíam ensino superior, na direita, 38%, e na esquerda, 40%. Todavia, o mesmo não ocorre quando se olha o perfil étnico dos eleitos e dos candidatos. Campos (2015) verificou a sub-representação de pretos e pardos tanto nas disputas municipais de Rio de Janeiro como de São Paulo em 2012. Entre a proporção de não brancos que venceram as eleições e conquistaram uma cadeira nas respectivas câmaras, não foi verificada uma diferença substancial para os vereadores entre esses três blocos ideológicos (esquerda, centro, direita)⁸.

8. Campos e Machado (2015, 151) constataram que as “chances eleitorais dos pretos e pardos refletem as dificuldades que esses grupos têm em ascender à pequena elite de candidatos que possuem os maiores financiamentos e as maiores votações”. Os dados, neste

Essas são evidências que sugerem que distinções entre grupos de candidatos e/ou de eleitos no nível municipal, quando existem, não são muito grandes. Todavia, não houve, até aqui, uma pesquisa sistemática que conseguisse mobilizar outras variáveis que não aquelas muito tradicionais em estudos de elites: profissão, sexo, patrimônio, classes de idade etc. Este capítulo pretende dar um passo a mais para mostrar que: i) outras dimensões são mais importantes nesse tipo de análise do que atributos adstritos ou adscritos; e ii) são nessas outras dimensões – explicadas em detalhe mais adiante – que podemos encontrar algumas diferenças perceptíveis entre políticos de esquerda, de centro e de direita, mesmo no nível municipal.

Materiais, método e modelo analítico

Classificação das posições ideológicas

O banco de dados utilizado neste estudo foi formado a partir das respostas ao questionário aplicado a 781 candidatos⁹ a vereador em Curitiba em 2016 de um total de 1.114 concorrentes. O *survey* foi composto de trinta e cinco questões, divididas em quatro blocos: i) dados de identificação do(a) candidato(a); ii) *background* político e profissional; iii) processo de seleção da candidatura; e, iv) mulheres e eleições. O questionário foi aplicado entre os dias 16 de agosto e 1º de outubro de 2016 na cidade de Curitiba¹⁰.

Entrevistamos 75% dos candidatos de cada um dos partidos que disputaram as eleições municipais legislativas de 2016. Os classificamos a partir de sua ideologia política autodeclarada, resultante da média aritmética entre duas variáveis. Perguntamos aos candidatos na questão V31: “Sabendo das posições ideológicas que as pessoas usualmente assumem e tendo em vista uma escala de 1 a 7, onde 1 é extrema-esquerda e 7 é a extrema-direita, o senhor poderia me dizer em que posição se situa?”. Em seguida perguntamos, na V31a: “E o seu partido?, onde se situaria nessa escala de 1 a 7?”. Os candidatos que se encontravam no ponto 1 a 2,5 ficaram, na nossa ordenação, na esquerda; entre os pontos 3 e 5, no centro, e de 5,5 ao 7, na direita. Obtivemos 722 respostas válidas, conforme a Tabela 1.

artigo, não foram controlados por ideologia do partido, mas pode-se estimar as mesmas conclusões de Campos (2015).

9. Para três casos não há informações nas variáveis utilizadas. Retiramos os mesmos da análise, totalizando 778 casos.

10. A pesquisa está bem descrita no capítulo 10 deste livro.

Assim, temos uma distribuição bem desequilibrada entre as posições: apenas 58 (ou 8%) foram considerados “esquerdistas”, 151 (20,9%), “direitistas” e 513 (71,1%), “centristas”.

Tabela 1 – Distribuição dos candidatos a vereador em Curitiba em 2016 conforme posição no espectro ideológico

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
posições no espectro ideológico	1	11	1,4	1,5	1,5
	1,5	8	1,0	1,1	2,6
	2	22	2,8	3,0	5,7
	2,5	17	2,2	2,4	8,0
	3	39	5,0	5,4	13,4
	3,5	58	7,5	8,0	21,5
	4	213	27,4	29,5	51,0
	4,5	87	11,2	12,0	63,0
	5	116	14,9	16,1	79,1
	5,5	49	6,3	6,8	85,9
	6	48	6,2	6,6	92,5
	6,5	17	2,2	2,4	94,9
	7	37	4,8	5,1	100,0
	Total	722	92,8	100,0	
Ausente	Sistema	56	7,2		
Total		778	100,0		

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Um modelo tridimensional de análise

Para identificarmos se havia relação entre as características dos candidatos e a sua respectiva posição no espectro ideológico, criamos um modelo analítico com três dimensões – *social, política e partidária* – a fim de explorarmos se havia aproximação de características específicas de cada uma das dimensões com os candidatos divididos conforme sua respectiva “ideologia”. As perguntas que orientaram nossa pesquisa foram: i) candidatos de esquerda, centro e direita compartilham características em cada um desses espectros? ou ii) há diferenças nos níveis político, social e partidário entre filiações ideológicas mesmo em nível municipal?

As três dimensões foram criadas a partir da teoria e das informações obtidas pelos entrevistados. Elas representam os tipos de recursos que o candidato apresenta no momento da candidatura. Cada dimensão analítica foi formada por dois conceitos a partir de variáveis observáveis, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Modelo de análise: dimensões de status dos candidatos a vereador de Curitiba em 2016

dimensões de análise	conceitos	variáveis	descrição	o que mede	categorias nominais recodificadas	N	%
ideologia (variável dependente)	ideologia política	v31_ideol_individ	autoposicionamento ideológico/	a orientação ideológica do candidato dentro das divisões usuais entre esquerda, direita e centro. A posição no espectro ideológico foi obtida a partir da média aritmética das repostas dos candidatos à V.31 e à V.31.a.	esquerdistas	58	7,5
		v31a_ideol_partido	posicionamento ideológico do partido		direitistas	151	19,4
					centristas	513	65,9
dimensão social (variável independente 1)	a. status social	v9_escolaridade	nível de estudos do candidato	proxy para estimar a posição social do candidato em função do seu nível de estudo, assumindo que as duas coisas estão correlacionadas positivamente	ausente	56	7,2
					fundamental/médio	274	35,2
					técnico/universitário	361	46,4
dimensão política (variável independente 2)	b. conexão social	v11_associativismo	tipo de organizações da sociedade civil de que faz parte	o vínculo do candidato com associações civis e sua natureza	pós-graduação	143	18,4
					sindical	53	6,8
					religiosa	133	17,1
dimensão política (variável independente 3)	c. representatividade	v18_motivação	razão principal para sair candidato	o tipo de grupo (social, profissional, partidário etc.) que o candidato afirma representar	bairro	110	14,1
					mulheres	21	2,7
					não sindical	41	5,3
dimensão política (variável independente 4)	d. conexão política	v20_conexão	o que fez para viabilizar a candidatura	o tipo de conexão política que o candidato estabelece com sua "base" e que impulsiona sua candidatura	cultural	95	12,2
					outras/ausente	325	41,8
					representação profissional	258	33,2
dimensão política (variável independente 5)	e. disciplina partidária	v24_partido_pos_pessoal	divergência entre o partido e a opinião pessoal do candidato	o grau de fidelidade às orientações e programa do partido ao qual está filiado (relação indivíduo-partido)	representação comunitária	375	48,2
					representação partidária	31	4,0
					outras/ausente	114	14,7
dimensão política (variável independente 6)	f. investimento partidário	v25_apoio_partido	tipo de apoio do partido para a campanha eleitoral	o tipo de recurso que o partido investe para viabilizar as chances de disputa do candidato	atuação localista	324	41,6
					milidência sindical	84	10,8
					prestígio social	285	36,6
dimensão política (variável independente 7)	g. recursos materiais			apoio da militância	outras/ausente	85	10,9
					decisão pessoal	554	71,2
					decisão partido	195	25,1
dimensão política (variável independente 8)	h. tempo de mídia			recursos materiais	outras/ausente	29	3,7
					apoio da militância	83	10,7
					tempo de mídia	338	43,4
dimensão política (variável independente 9)	i. outras/ausente			outras/ausente	tempo de mídia	125	16,1
					outras/ausente	232	29,8
					outras/ausente	232	29,8

Fonte: Elaboração dos autores. Respostas com valores ausentes e outras (categorias passivas) foram imputadas com a moda da variável quantificada no cálculo da Análise de Correspondência.

A dimensão social é formada pelos conceitos de *status social* e *conexão social*, medidos pelas variáveis escolaridade e associativismo, respectivamente. Optamos por medir a posição social a partir do nível educacional, pois este parece importar mais que a origem social na ascensão dos recrutados aos seletos grupos das elites políticas, além de educação estar normalmente vinculada à posição econômica do indivíduo (Putnam, 1976; Mills, 1981; Higley e Moore, 2001). Partimos do suposto que os indivíduos que ocupam níveis educacionais mais altos serão aqueles com maior *status social*¹¹. Além de ser um sinal de habilidade e *status*, a educação formal também é vista como um dos requisitos para o ativismo social (Norris e Lovenduski, 1995), a variável do segundo conceito mobilizado nessa dimensão.

Consideramos *conexão social* a ligação que os candidatos estabelecem com a sociedade a partir da sua presença e/ou atuação em associações da sociedade civil (“associativismo”). Acerca disso, Putnam (1993), no estudo sobre a relação entre a comunidade cívica e o desempenho governamental nas cidades italianas, identifica o peso das associações para o engajamento associativo e aumento, assim, do capital social dos indivíduos e de suas relações com a sociedade. Em estudos sobre o caso brasileiro, o associativismo tem demonstrado ser um ativo eleitoral muito relevante para políticos eleitos (Almeida *et al.*, 2012; Coradini, 2007, 2011), para maior visibilidade eleitoral (Araújo e Borges, 2013) ou como um atalho à entrada em um cargo eletivo (Rodrigues, 2006).

A dimensão política é composta pelos conceitos de *representatividade* e *conexão política*, operacionalizadas pelas variáveis “motivação para representar” (ou a razão principal para sair candidato) e “conexão com as bases” (ou o tipo de ligação política que o candidato estabelece com sua “base” e que impulsiona sua candidatura). *Representatividade* foi medida com a pergunta sobre o tipo de grupo (social, profissional, partidário etc.) que o candidato afirma representar. Para nós, importa saber se há sobre-representação ou monopólio de certas categorias de respostas sobre a motivação dos candidatos e se os candidatos dos partidos de esquerda possuem motivações mais partidárias, já que esses costumam ser mais ideológicos e doutrinários (Weber, 1999; Duverger, 1970).

11. O nível educacional é tido, segundo a literatura, como uma variável que circunscreve experiências distintas de acordo com o contexto do país ou região estudado, uma vez que sua importância pode ser maior ou menor em diferentes culturas e sistemas (Searing, 1969). No caso do Brasil, o nível educacional se mostra importante variável de análise nos estudos de elites, uma vez que é utilizada como métrica para a localização da posição social dos indivíduos. Ver, entre outros estudos, Rodrigues (2002b), Rodrigues (2006), Perissinoto *et al.* (2009), Coradini (2014), Neiva e Izumi (2012).

Na *conexão política* buscamos identificar o que viabilizou, politicamente, a candidatura dos pleiteantes. Dentro delas há três opções: i) atuação localista; ii) militância sindical; iii) prestígio social, além de uma categoria residual: outras/sem resposta. Partidos de esquerda, sabe-se, costumam utilizar mais recursos identitários e coletivos para a formação de suas bases sociais do que os partidos de direita, que fazem uso de capitais individuais de seus dirigentes (Marenco dos Santos e Serna, 2007).

Por fim, a dimensão partidária foi organizada a partir dos conceitos de *disciplina partidária* e de *investimento partidário*. O primeiro foi medido pelo posicionamento dos candidatos em uma hipotética situação de divergência com o partido (se, em alguma votação/decisão polêmica, manteriam o seu posicionamento ou seguiriam a posição do partido). Essa é uma questão clássica de disciplina partidária, elemento importante no debate institucionalista (Mayhew, 1974; Weingast e Marshall, 1988; Cox e McCubbins, 1997) quando trata da presença ou ausência de incentivos para a indução dos parlamentares à cooperação, o que fortalece os partidos impedindo-os de agir de forma clientelista no atendimento de seus eleitores.

Já o conceito de *investimento partidário* é medido pelo apoio partidário cedido aos candidatos. Dividimos os respondentes entre os que afirmaram possuir apoio da militância, capacidade de mobilizar recursos materiais, tempo de mídia e outros ou sem resposta. A teoria faz a diferenciação de recursos quando associa “apoio da militância” aos partidos de esquerda, que costumam formar um séquito de filiados mais assíduo, resultado de seu maior enraizamento na sociedade (Duverger, 1970). Considerando ainda o declínio da participação de filiados no mundo ocidental (Katz e Mair, 1993; Dalton e Wattenberg, 2002), a utilização desse tipo de recurso demonstra maior partidarismo.

Para avaliar a consistência analítica do modelo de três dimensões, fizemos testes de associação entre a variável “ideologia política” e todas as outras seis variáveis. Os resultados foram sumarizados na Tabela 2.

Assumindo que $p < 0,05$ é significativo, o que se observa é que há diferenças entre os grupos de candidatos divididos por ideologias (esquerdistas, centristas e direitistas) em cada variável considerada, embora o coeficiente de contingência mostre que a relação entre elas é fraca ou, no máximo, moderada. A seguir descrevemos a técnica empregada para a análise conjunta dos dados.

Tabela 2 – Medidas de associação entre as variáveis categóricas selecionadas

	<i>p-value</i>	coeficiente de contingência
1. nível de estudos * ideologia política	.001	0,156
2. conexão social * ideologia política	.000	0,301
3. representatividade * ideologia política	.000	0,196
4. conexão política * ideologia política	.000	0,313
5. disciplina partidária * ideologia política	.003	0,126
6. investimento partidário * ideologia política	.000	0,319

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Análise de correspondência múltipla

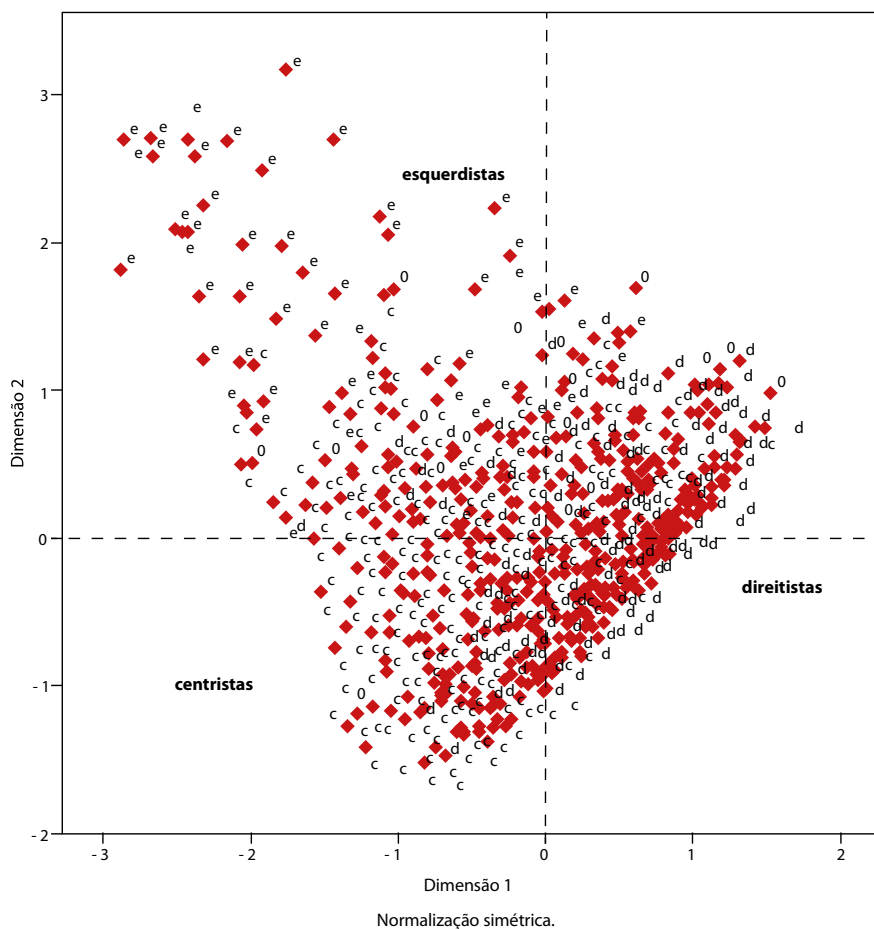
A análise de Correspondência Múltipla (ACM), mais apropriada para análises exploratórias, como a feita aqui, permite uma visualização espacial dos dados e de sua distribuição através de um mapa perceptual em um espaço multidimensional. Ele representa relações de distância e proximidade entre “objetos” (isto é, os casos estudados: candidatos separados conforme suas ideologias) e “atributos” (ou as categorias nominais que definimos para cada conceito que formam as três dimensões analíticas). Assim, a ACM “pode ser pensada como uma análise de componentes principais dos dados em escala no nível nominal múltiplo”. Ela “permite descrever estruturas ou padrões nos relacionamentos que seriam muito difíceis de entender em sua riqueza e complexidade inicial” (IBM, 2016, 8).

Como nosso objetivo é avaliar de que forma diferentes tipos de perfis se aproximam ou distanciam entre si, a distância entre os indivíduos é determinada pelas respostas *diferentes* que eles dão às mesmas questões. Assim, “a distância entre dois indivíduos é tanto maior quanto maior for a divergência entre eles no maior número de questões” (Lebaron, 2006, 82).

Resultados e discussão

A Figura 1 permite visualizar espacialmente a nuvem de indivíduos (“objetos”), os candidatos a vereador em Curitiba, em função de um fator em particular: ideologia.

Figura 1 – Mapa de pontos de objeto (candidatos a vereador em Curitiba em 2016) rotulados por “ideologia”



Legenda: e = esquerda; d = direita; c = centro; 0 = não respondeu.

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Podemos identificar uma delimitação clara entre os três grupos, com a direita se concentrando no quadrante superior e inferior direito, a esquerda no quadrante superior esquerdo e o centro no quadrante inferior esquerdo.

A Tabela 3 resume a contribuição de cada variável do nosso modelo analítico para a explicação das diferenças entre os candidatos.

Tabela 3 – Contribuições à variância das dimensões por variáveis

dimensões	variáveis	Dimensão		Média
		1	2	
social	1. nível de estudos	,476	,169	,323
	2. conexão social	,333	,207	,270
política	3. representatividade	,515	,200	,358
	4. conexão política	,561	,517	,539
partidária	5. disciplina partidária	,017	,189	,103
	6. investimento partidário	,200	,196	,198
	7. ideologia política	,302	,417	,360
Total ativo		2,404	1,896	2,150
Variância para inércia		,343	,271	

OBS.: Em destaque os valores acima da média.

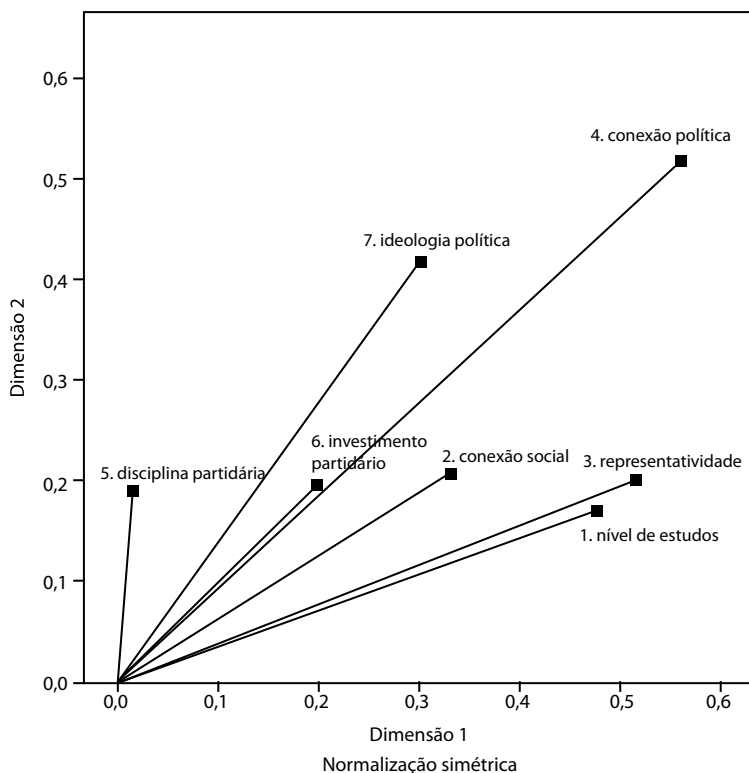
Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Os autovalores acima representam o percentual de variância entre as dimensões e o tamanho dessa diferença. Quanto mais próximos de 1, maior é a diferenciação dos perfis quanto às categorias das variáveis; quanto menor o valor, menor a diferenciação de perfis entre os candidatos.

A dimensão 1 explica 34,3% do modelo, enquanto a dimensão 2 explica 27,1%, ou seja, discrimina nesse percentual os objetos de análise. A maioria das variáveis possui valores relativamente altos nas duas dimensões, o que indica que elas podem ser explicadas por ambas as dimensões. As variáveis “conexão política” e “ideologia” são as mais importantes em ambas as dimensões, seguidas de “representatividade” e “nível de estudos”. “Disciplina partidária” é melhor explicada pela dimensão 2 e “conexão social” pela dimensão 1.

Todas as variáveis possuem valores positivos, próximos e relativamente altos, o que indica que o modelo analítico por nós proposto é homogêneo internamente, com variância interna alta e, portanto, com potencial para gerar agrupamentos fortes entre as categorias, definindo melhor os grupos de “objetos” (candidatos). A Figura 2 representa os mesmos dados da Tabela 3, mas dispõe graficamente a contribuição das nossas variáveis na explicação global do modelo.

Figura 2 – Vetores das contribuições à variância das dimensões por variáveis



Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Os vetores indicam os autovalores de cada variável e a inclinação dos mesmos indica a maior semelhança ou diferenciação por uma dimensão ou outra. Os vetores que estão mais distantes de 0,0 são os que mais diferenciam os perfis de candidatos. As dimensões “investimento partidário” (apoio que o partido aporta à campanha eleitoral) e “disciplina partidária”, uma proxy para medir identificação com a sigla, são as variáveis nas quais os candidatos menos se diferenciam. Já a “conexão política” – isto é, o tipo de conexão que o candidato consegue estabelecer com sua base eleitoral e que impulsiona sua candidatura – é a variável em que os perfis de candidatos mais se diferenciam.

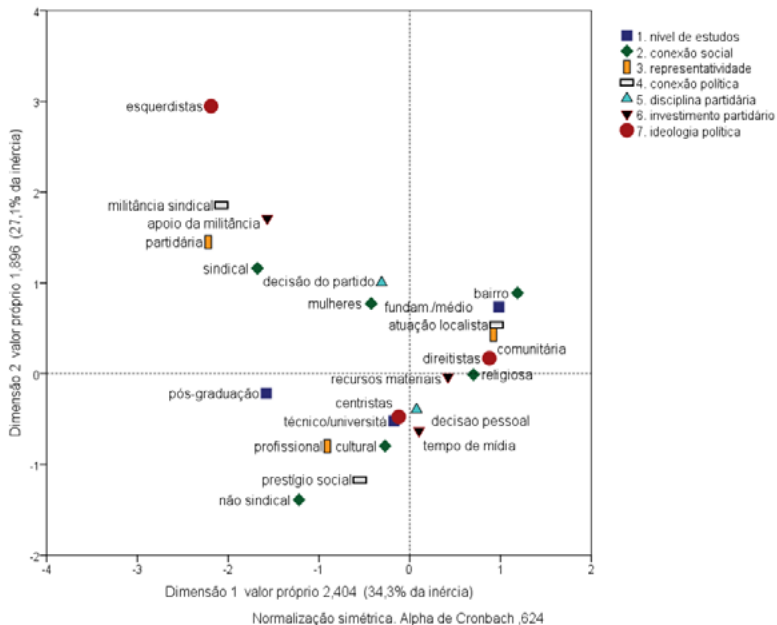
Quando obtemos o mapa perceptual da análise de correspondência múltipla, fica mais clara a associação entre as categorias do modelo e o tipo ideológico (Figura 3).

O nível de confiabilidade do modelo, i.e. o alfa de Cronbach, é de 0,624. Ele estima se e o quanto as variáveis empregadas são coerentes. Esse valor

significa que o modelo consegue explicar 62,4% da variância entre os dados, o que é satisfatório.

O resultado foi uma distinção de perfil entre os diferentes agrupamentos de candidatos a vereador em Curitiba nas eleições de 2016.

Figura 3 – Mapa perceptual obtido através da análise de correspondência múltipla (pontos de categoria e autoposição ideológica)



Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Na dimensão social, direitistas são aqueles com *status* mais baixo (medido pelo nível de escolaridade), mais próximos aqui do ensino fundamental e médio, como já haviam constatado Rojas e Carlomagno (2014) para os candidatos de São Paulo e Silva e Silva (2015) para os candidatos em Curitiba em 2012. Direitistas se conectam com a sociedade através de associações de bairro e associações religiosas. Os centristas, em termos de *status* social, são o oposto: são os que mais detêm títulos de ensino superior (tal como aponta o estudo de Guedon (2017)) e pós-graduação. Seus vínculos sociais são estabelecidos através de organizações culturais e não sindicais. Os candidatos esquerdistas estão mais próximos de altos níveis de escolaridade do que os direitistas e fazem parte de dois tipos de organizações da sociedade civil: sindicais e ligadas às lutas de mulheres.

Na dimensão política, esquerdistas dizem representar seus partidos; centristas, associações profissionais; e direitistas, a comunidade local. Há uma

clara diferença aqui em termos de “representatividade” medida através da razão principal para sair candidato. Em termos de conexão política – isto é, o que fez para viabilizar a candidatura –, centristas disseram contar com o próprio prestígio social; direitistas, com a sua atuação local junto ao bairro; e esquerdistas, com a sua militância em sindicatos. Também aqui se constata diferenças importantes, reafirmando o que a literatura afirma sobre os partidos de esquerda, isto é, um maior vínculo partidário e utilização de recursos coletivos (Marenco dos Santos e Serna, 2007).

Por fim, na dimensão partidária, quando medimos o grau de fidelidade às orientações e ao programa do partido ao qual está filiado, esquerdistas afirmaram, no caso de existir uma divergência pontual entre as orientações políticas de seu partido e as suas próprias opiniões, que prefeririam acompanhar a decisão do partido; direitistas e centristas, a posição pessoal. Em termos do tipo de apoio de seu partido para a campanha eleitoral (o que nós chamamos de “investimento partidário”), direitistas afirmaram contar mais com recursos materiais, centristas com tempo de mídia e esquerdistas com o apoio da militância, indo ao encontro do que a literatura já estabeleceu em nível nacional (Rodrigues, 1990, 2014). A utilização de militância partidária como investimento segue também o que estudos clássicos já afirmaram sobre partidos de esquerda, isto é, eles possuiriam vínculos mais fortes com “a sociedade” e valer-se-iam desse recurso para mobilização eleitoral (Duverger, 1970).

Conclusão

Procuramos colaborar com o conhecimento do perfil dos candidatos ao legislativo municipal a partir de um modelo analítico com três dimensões: social, política e partidária.

Optamos pela utilização da Análise de Correspondência Múltipla, pois com essa ferramenta é possível analisar ao mesmo tempo muitas categorias no mesmo “espaço social”. Este recurso indica as relações de proximidade e distanciamento entre indivíduos e as variáveis, além do peso de cada uma delas no modelo proposto por nós.

Identificamos que há diferenças importantes entre os perfis dos candidatos de esquerda, centro e direita que concorreram às eleições proporcionais municipais de Curitiba em 2016.

Direitistas são aqueles que têm no bairro e a religião medido pela base de suas relações políticas e sociais, possuem status social inferior pela educação formal mais baixa, representam a comunidade e utilizam mais os recursos materiais do partido, ao invés da militância política.

Já os candidatos que se identificaram com o centro político possuem status social mais elevado, maior educação formal, um associativismo ligado à cultura e não a sindicatos. Além disso, na dimensão política, esses candidatos buscam representar categorias profissionais e buscam conexões por meio de prestígio e reputação pessoal e não via vida política ou militância em sindicatos.

Os esquerdistas foram aqueles que demonstraram maior proximidade com o partido e com o sindicato. Esses candidatos não exibiram um perfil educacional característico e suas conexões com a sociedade se faz via sindicatos. São os candidatos mais próximos às orientações dos seus respectivos partidos e que mais utilizam o recurso da militância para suas campanhas.

Ao contrário do que algumas pesquisas apontaram, há, no caso específico aqui estudado, uma lógica social e política que conforma o perfil dos candidatos ao cargo de vereador em Curitiba e que respeita a tríade esquerda-centro-direita no que diz respeito aos atributos sociais, políticos e partidários. Apesar de haver uma ideia geral de que a política em nível local é sustentada em bases oligárquicas, coronelistas, pouco centrada em ideologia (Leal, 1975; Kerbauy, 2005) que partidos políticos pouco importam no Brasil (Mainwaring, 2001; Ames, 2003), a representação tende a ser individualizada e sustentada por currais eleitorais, o nosso estudo mostrou que há algumas diferenças entre os candidatos de cada extremo ideológico e que um modelo mais descritivo, apoiado em mais variáveis pode ajudar a captá-las.

Referências

ALCÁNTARA SÁEZ, M. (2012). *El oficio de político*. Madrid: Tecnos.

ALMEIDA, C.; LÜCHMANN, L. L.; RIBEIRO, E. (2012). Associativismo e representação política feminina no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 8, p. 237-63.

AMARAL, T. V. P. (2011). As elites políticas de Maringá: um estudo sobre a Câmara Municipal, 1997-2012. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, vol. 2, n. 1, p. 7-25.

AMES, B. (2003). *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

ARAÚJO, C. M. O.; BORGES, D. (2013). Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, n. 46, p.69-91.

AYRES, C. S. L. S. S.; OLIVEIRA, R. A.; GIMENES, É. R. (2017). O legislativo municipal catarinense sob a perspectiva de gênero: origem, trajetória e adesão à democracia. *E-Legis*, n. 22, p. 25-43.

BARRETO, A. (2008). Reeleição parlamentar: reflexões metodológicas e análise do caso da Câmara de Vereadores de Pelotas (1976-2004). *Opinião Pública*, vol. 14, n. 1, p.123-48.

BARRETO, A. A. B. (2017). Para onde ir? A trajetória eleitoral dos prefeitos das capitais estaduais brasileiras (1996-2014). *Opinião Pública*, vol. 23, n. 1, p.194-229.

BRAGA, M. S. S.; CASSOTTA, P. L.; SABBAG, G. (2017). Partidos e representação na política local: perfil e vínculos político-partidários dos vereadores paulistas. *Colombia Internacional*, vol. 91, n. 39, p.117-50.

CAMPOS, L. A. (2015). Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Cor e recrutamento partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas eleições de 2012. *Dados*, vol. 58, n. 3, p.689-719.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. (2015). A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p.121-51.

CARREIRÃO, Y. S. (2006). Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, vol. 12, n. 1, p.136-63.

CARREIRÃO, Y. S. (2007). Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, vol. 13, n. 2, p.307-39.

CERVI, E. U. (2010). Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de estado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p.135-67.

CODATO, A.; CERVI, E. U.; PERISSINOTTO, R. M. (2013). Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. *Cadernos Adenauer*, vol. 14, n. 2, p. 61-84.

COLOMER, J.; ESCATEL, L. (2005). La dimensión izquierda-derecha en America Latina. *Desarrollo Económico*, vol. 45, n. 177, p.123-36.

COPPEDGE, M. (1997). *A classification of Latin American political parties*. Notre Dame: The Helen Kellogg Institute for International Studies.

CORADINI, O. L. (2007). Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, n. 28, p.181-203.

CORADINI, O. L. (2011). Representação política e de interesses: bases associativas dos deputados federais de 1999-2007. *Sociedade e Estado*, vol. 26, n. 1, p.197-220.

CORADINI, O. L. (2014). Efeitos da educação formal, categorias ocupacionais e posição social. *Sociedade e Estado*, vol. 29, n 2, p. 511-38.

COX, G. W.; MCCUBBINS, M. D. (1997). *Legislative Leviathan: party government in the house*. Cambridge: Cambridge University Press.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. (eds.). (2002). *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. New York: Oxford University Press.

DANTAS, H.; PRAÇA, S. (2010). Pequenos partidos no Brasil: uma análise do posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. (eds.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. São Paulo: Ed. Unesp. p. 99-133.

DIAS, M. R.; MENEZES, D. B.; FERREIRA, G. C. (2012). A quem serve o Graal? Um estudo sobre a classificação ideológica dos partidos políticos através de seus projetos de lei na Alergs (2003 a 2006). *Civitas*, vol. 12, n. 2, p. 209-35.

DUVERGER, M. (1970). *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar.

FELISBINO, R. A.; BERNABEL, R. T.; KERBAUY, M. T. M. (2012). Somente um deve vencer: as bases de recrutamento dos candidatos à prefeitura das capitais brasileiras em 2008. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 20, n. 41, p. 219-34.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. (1999). *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

GAXIE, D. (1980). Les logiques du recrutement politique. *Revue française de science politique*, vol. 30, n. 1, p. 5-45.

GUEDON, P. C. (2017). Estratégias partidárias e perfil social dos vereadores do Rio de Janeiro: entre o ser e o querer ser. *Almanaque de Ciência Política UFES*, vol. 1, n. 2, p. 4-25.

HIGLEY, J.; MOORE, G. (2001). Political elite studies at the year 2000: introduction. *International Review of Sociology*, n. 11, p. 175-80.

IBM. (2016). *IBM SPSS Categories 24*. Rio de Janeiro: IBM.

KATZ, R. S.; MAIR, P. (1993). The evolution of party organizations in Europe: three faces of party organization. *American Review of Politics*, vol. 14, p. 593-617.

KAUCHAKJE, S. (2012a). Esquerda e direita importam: partidos políticos e valores de vereadores sobre direitos sociais. *Civitas*, vol. 12, n. 2, p. 236-61.

KAUCHAKJE, S. (2012b). Solidariedade e expressão jurídica: valores políticos de vereadores sobre direitos sociais. *Opinião Pública*, vol. 18, n. 2, p. 309-36.

KERBAUY, M. T. M. (2005). As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. *Opinião Pública*, vol. 11, n. 2, p. 337-65.

KIRCHHEIMER, O. (2012). A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 349-85.

LEAL, V. N. (1975). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega.

LEBARON, F. (2006). *L'enquête quantitative en sciences sociales: recueil et analyse des données*. Paris: Dunod.

LEONI, E. (2002). Ideologia, democracia e comportamento parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998). *Dados*, vo. 45, n. 3, p. 361-386.

LIMA, R. N.; BARRETO, A. (2014). A carreira de vereador e a ambição progressiva: análise a partir do caso do Rio Grande do Sul (2002-2010). *Pensamento Plural*, n. 12, p. 91-115.

LORENZONI HERRERA, J. M. (2016). *Análisis de las plataformas electorales de partidos de izquierda en Brasil, Uruguay y Chile: un estudio en base a la metodología del Comparative Manifesto Project*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

LUNA, J. P.; ZECHMEISTER, E. J. (2005). Political representation in Latin America: a study of elite-mass congruence in nine countries. *Comparative Political Studies*, vol. 38, n. 4, p. 388-416.

MAINWARING, S. (2001). *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV.

MAINWARING, S.; PÉREZ LIÑAN, A. (1998). Disciplina partidária: o caso da Constituinte. *Lua Nova*, n. 44, p. 107-36.

MALUF, R. T. (2006). *A carreira política na Câmara Municipal de São Paulo (CMSP)*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

MALUF, R. T. (2010). Carreiras políticas no Brasil: amadores e de passagem nas câmaras municipais de SP e RJ. *Ideias*, vol. 2, n. 1, p. 121-49.

MARENCO DOS SANTOS, A.; SERNA, M. (2007). Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, n. 64, p. 93-113.

MAYHEW, D. R. (1974). *Congress: the electoral connection*. New Haven: Yale University Press.

MEIRELES, F.; ANDRADE, L. V. R. (2017). Magnitude eleitoral e representação de mulheres nos municípios brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 25, n. 63, p. 79-101.

MELO, C. A. V.; SOARES, K. C. C. (2016). Coligações partidárias em eleições proporcionais municipais: fragmentação e sucesso de candidatos com baixa densidade eleitoral. *Análise Social*, vol. 51, n. 220, p. 684-719.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C.M. (2006). Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, vol. 14, n. 2, p. 363-85.

MILLS, C. W. (1981). *A elite do poder*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

NEIVA, P.; IZUMI, M. (2012). Os “doutores” da federação: formação acadêmica dos senadores brasileiros e variáveis associadas. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 20, n. 41, p. 171-92.

NERY, P. F.; SILVA, R. S. (2015). *Comportamento dos partidos políticos no Senado Federal: um mapeamento da Legislatura 2011-2014: consultoria legislativa*. Brasília, DF: Senado Federal.

NEUMANN, S. (1969). Toward a comparative study of political parties. In: BLONDEL, J. (ed.). *Comparative government*. London: Palgrave. p. 69-76.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. (1995). Political recruitment: gender, race, and class in the British Parliament. Cambridge: Cambridge University Press.

OLIVEIRA, C. L. P. (1991). O negro e o poder: os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988. *Caderno CRH*, n. 4, p. 94-116.

OLIVEIRA, C. L. P. (2016). Estratégias eleitorais de políticos negros no Brasil na era do marketing político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 21, p. 321-60.

PERISSINOTO, R.; COSTA, L. D.; TRIBESS, C. (2009). Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. *Sociologias*, n. 22, p. 280-313.

POWER, T. J.; ZUCCO J. C. (2009). Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005. *Latin American Research Review*, vol. 44, n. 1, p. 218-46.

PUTNAM, R. D. (1993). *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.

PUTNAM, R. D. (1976). *The comparative study of political elites*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

RODRIGUES, L. M. (1990). A composição social das lideranças do PT. In: *Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política*. São Paulo: Ática. p. 7-36.

RODRIGUES, L. M. (2002a). Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 48, p. 31-47.

RODRIGUES, L. M. (2002b). *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Edusp.

RODRIGUES, L. M. (2006). *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: PubliFolha.

RODRIGUES, L. M. (2014). *Pobres e ricos na luta pelo poder: novas elites na política brasileira*. Rio de Janeiro: Topbooks.

ROEDER, K. M.; BABIRESKI, F.; LEVEGUEN, B. D. (2017). *Seleção de candidatos em nível subnacional: estrutura partidária e personalismo nas eleições de 2016 em Curitiba*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. *Anais...* São Paulo: USP, 2017. p. 1-27.

ROJAS, F.; CARLOMAGNO, M. (2014). Elite política local e legislativo municipal no estado de São Paulo: partidos, ideologia e composição social. *Agenda Política*, vol. 2, n. 1, p. 94-115.

ROSAS, G. (2005). The ideological organization of Latin American legislative parties an empirical analysis of elite policy preferences. *Comparative Political Studies*, vol. 38, n. 7, p. 824-849.

RUIZ RODRÍGUEZ, L. M.; GARCÍA MONTERO, M. (2002). Coerência partidária nas elites parlamentares latino-americanas. *Opinião Pública*, vol. 8, n. 2, p. 189-229.

SCHEEFFER, F. (2016). Ideologia e comportamento parlamentar na Câmara dos Deputados: faz sentido ainda falar em esquerda e direita? Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

SEARING, D. D. (1969). The comparative study of elite socialization. *Comparative Political Studies*, vol. 1, n. 4, p. 471-500.

SILVA, B. F.; SILVA, B. T. (2015). Perfil social e ideologia partidária: uma análise do recrutamento dos candidatos a vereador em Curitiba (2012). *Mediações: Revista de Ciências Sociais*, vol. 20, n. 2, p. 340-65.

SINGER, A. (1999). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp.

SPECK, B. W. (2018). O efeito contagiante do sucesso feminino: a eleição de prefeitas e o impacto das candidaturas nos próximos pleitos. *Latin American Research Review*, vol. 53, n. 1, p. 57-75.

SPECK, B. W.; CERVI, E. U. (2016). Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. *Dados*, vol. 59, n. 1, p. 53-90.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. (2013). O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. *Cadernos Adenauer*, vol. 14, n. 2, p. 109-26.

TAROUÇO, G. S. (2011). Brazilian parties according to their manifestos: political identity and programmatic emphases. *Brazilian Political Science Review*, vol. 5, n. 1, p. 54-76.

TAROUÇO, G. S.; MADEIRA, R. M. (2013). Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: análise de conteúdo de documentos programáticos. *Debates*, vol. 7, n. 2, p. 93-114.

TAROUÇO, G.; VIEIRA, S.; MADEIRA, R. (2015). Mensuração de preferências políticas: análise de manifestos partidários. *Revista Política Hoje*, vol. 24, n. 2, p. 135-150.

TAROUÇO, G. D. S.; MADEIRA, R. M. (2015). Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas*, vol. 15, n. 1, p. 24-39.

VEIGA, L. F. (2011). O partidarismo no Brasil (2002/2010). *Opinião Pública*, vol. 17, n. 2, p. 400-25.

WEBER, M. (1999). *Economia e sociedade*. Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Editora UnB.

WEINGAST, B. R.; MARSHALL, W. J. (1988). The industrial organization of Congress; or, why legislatures, like firms, are not organized as markets. *Journal of Political Economy*, vol. 96, n. 1, p. 132-63.

WIESEHOMER, N.; BENOIT, K. (2007). *Parties and presidents in Latin America: data from expert surveys in 18 Latin American countries, 2006-2007*. Konstanz: University of Konstanz; Dublin: Trinity College Dublin.

ZUCCO J. C. (2011). Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: POWER, T. J.; ZUCCO, J. C. (eds.). *O Congresso por ele mesmo: auto-percepções da classe política brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 37-60.

Seleção de candidatos em nível local: eleições 2016

*Karolina Mattos Roeder, Flávia Roberta Babireski,
Bruno Bolognesi e Giovanna da Cruz¹*

Introdução

Em 2016, as eleições em Curitiba foram marcadas pelo aumento de 43% no número de candidatos para a Câmara de Vereadores em relação ao pleito anterior², com 34 partidos políticos competindo – também um número recorde – a vagas no Legislativo municipal. A seleção desses candidatos é um dos momentos mais importantes da vida organizativa interna dos partidos – talvez o único (Schattschneider, 1942) –, no qual as organizações utilizam formas distintas de escolher aqueles que irão representar a face pública do partido. Tal processo pode ser mais ou menos complexo, autoritário ou democrático, plebiscitário ou autocrático etc. A legislação brasileira estabelece que as legendas partidárias devem definir em seu estatuto como será a escolha dos candidatos às eleições, havendo, portanto, autonomia das mesmas no estabelecimento de regras e formas de seleção.

A seleção de candidatos é o momento no qual ficam claras as relações de poder intrapartidárias, os conflitos (Schattschneider, 1941), e no qual a organização exerce papel central na conformação da representação política, já que define aqueles que ocuparão os cargos eletivos (Rahat, 2007; Norris, 1997). Revela a relação entre a elite política e a sociedade, quem são os recrutados pelas agremiações, e influencia o comportamento legislativo dos eleitos, uma vez que a coesão e disciplina partidárias seriam conformadas pelas estruturas de incentivos e lealdades do partido definidas pelos tipos distintos de seleção (Rahat, 2007; Siavelis e Morgenstern, 2008).

-
1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
 2. De 730 candidatos em 2012 para 1.114 em 2016.

É comum a todos a legislação eleitoral que determina os requisitos formais para o lançamento de candidatura: ser filiado a um partido político há ao menos 180 dias, ter nacionalidade brasileira, idade mínima de 18 anos, ser alfabetizado, possuir domicílio eleitoral na cidade em que pretende concorrer, estar em pleno exercício dos direitos políticos, estar em dia com a Justiça Eleitoral e, no caso de candidatos homens, ter certificado de reservista. Além disso, é imperativo aos partidos a realização de convenção para a homologação das chapas apresentadas dentro do período estipulado e lançar no mínimo 30% de candidatos de um dos sexos. Sabendo dos requisitos formais, interessa-nos analisar, no presente capítulo, quais são os requisitos informais da seleção, *quem* participa do processo e *como* é realizada a seleção de candidatos em Curitiba. É a partir desse set de critérios que conseguimos determinar os graus de inclusividade e abertura dos processos de nomeação de candidatos.

Se, em nível nacional, por muito tempo houve a predominância da perspectiva de que os partidos políticos brasileiros são desprovidos de enraizamento social e com baixos vínculos entre a organização e seus membros, é unânime a visão de que, em nível municipal, lócus em que o exercício da representação política é orientada pela lógica clientelista, os partidos devem estar à margem da mediação política (Kerbaui, 2014). Ao mesmo tempo, considerando a literatura sobre estrutura organizacional dos partidos (Tavits, 2013; Scarrow *et al.*, 2017), que há partidos com diferentes arranjos organizacionais em um mesmo sistema partidário, e os partidos fracos estruturalmente são aqueles menos estáveis e que dependem mais da personalidade e popularidade dos candidatos.

Buscando relacionar a estrutura organizacional com a seleção de candidatos, classificamos os 34 partidos que lançaram candidatos nas eleições de 2016 em Curitiba em três graus de força organizacional: fraca, média e forte. Após isso, analisamos, com base nas respostas do *survey* aplicado com 781 candidatos a vereador daquele pleito, como foi a seleção de candidatos, com base no *framework* de Rahat e Hazan (2001), analisando, como esses autores orientam, um momento específico e tendo como unidade de análise o partido político. Espera-se que os candidatos dos partidos fracos organizacionalmente sejam selecionados por líderes, de forma não plebiscitária e em estruturas pouco complexas. Já os partidos fortes, por ser tratar daqueles mais estáveis e competitivos, devem ter estruturas mais complexas de seleção em nível local, com o predomínio de votação e a operação majoritária de mais de um *selectorate*.

Materiais e métodos

Os dados do trabalho são resultantes aplicação de um *survey*, no período eleitoral, de agosto a outubro de 2016, com 781 candidatos a vereador de Curitiba, dos 34 partidos políticos concorrentes. A pesquisa, intitulada “Quem decide concorrer? Um estudo dos candidatos a vereador (e de seus partidos) em Curitiba nas eleições de 2016”, analisa no presente capítulo os aspectos do processo de seleção como resultante do grau da estrutura organizacional.

No primeiro momento, colocamos em prática a classificação dos partidos políticos de acordo com os aspectos de sua *estrutura organizacional*, conceito de Tavitz (2013) e também utilizado por Scarrow *et al.* (2017), definido como as estruturas com as quais os partidos políticos contam para tornarem-se instituições, ou seja, a organização burocrática que serve de esteio para a ação política e existe de maneira permanente, independente dos indivíduos que a ocupam, gerando estabilidade. As estruturas são alicerces para a ação política que garantem a sobrevivência do partido. A estrutura organizacional dos partidos é o conjunto, portanto, de alicerces formais de que o partido dispõe para ação política (Tavitz, 2013).

O modelo de estrutura organizacional que utilizamos possui duas dimensões. A primeira refere-se à *infraestrutura*, à parte “dura” do partido e envolve: (1) a presença de diretório ou comissão provisória; (2) complexidade organizacional e (3) a quantidade de membros na estrutura local. A segunda dimensão envolve aspectos do *soft frame*, que abrange: (4) número de filiados no município e (5) idade do partido. A fonte de dados foi o *site* dos partidos na internet e as informações disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral do Brasil (TSE) e, a partir desses dados, criamos tipos de partidos de acordo com sua estrutura organizacional: fraca, média ou forte.

Detalhamos no Quadro 1 cada uma das variáveis coletadas e o que elas indicam.

Para a construção do modelo, cada um dos indicadores foi normalizado numa escala de 0 a 1¹. O resultado se deu pela somatória dos cinco indicadores normalizados².

A divisão por estratos foi construída a partir de grupos de desvio-padrão. Os partidos que estão no estrato inferior (até um desvio-padrão negativo em relação à média) são partidos agregados como estruturalmente fracos (até o

1. $y = (x_i - x_{\min})(b - a) / (x_{\max} - x_{\min})$, onde x_i representa o valor a ser convertido, x_{\min} o menor valor encontrado, x_{\max} o maior valor encontrado, b o valor máximo da escala e a o valor mínimo da escala pretendida. No caso, $a=0$ e $b=1$.

2. $f = \sum_{i=0}^n x_i \Delta(0.1) / n$

mínimo de 0,233). Partidos com estrutura média (intervalo até um desvio-padrão positivo) estão entre 0,234 a 0,467. As legendas acima de dois desvios padrões foram classificadas como organizacionalmente fortes.

Quadro 1 – Modelo e operacionalização da estrutura organizacional

Variável	Explicação	Como foi coletada
Presença de diretório ou comissão provisória	Os diretórios são órgãos formais do partido, já as comissões provisórias são estruturas mais fracas e com menor poder de decisão, pois podem ser destituídas ou implantadas a qualquer momento pelas executivas dos partidos (Braga, 2008). Fica clara a relação entre possuir diretório partidário e ter maior força organizacional.	Contabilizamos a presença de diretórios ou comissões provisórias.
Número de filiados no município	Reflete a capacidade do partido em mobilizar eleitores e sua penetração naquele território.	A quantidade de filiados regulares que o partido possui no município.
Complexidade organizacional	A complexidade aponta para a relação de interdependência no interior da organização. Espera-se que partidos com órgãos especializados tenham procedimentos de distribuição de poder que levem em conta tais estruturas, dando robustez ao papel exercido pela agremiação.	É a quantidade de instâncias que a estrutura local do partido possui, por exemplo: Secretaria da Juventude, Setorial Mulheres, Setorial Sindical, e também estruturas especializadas como Secretaria de Comunicação, Relações Institucionais etc.
Quantidade de membros na estrutura local	No mesmo caminho que a complexidade organizacional, este indicador demonstra a capacidade de inserção de membros de um partido na sua burocracia.	Quanto maior a quantidade de membros na estrutura, quanto mais esse partido insere seus membros na sua estrutura, maior capacidade de fazer valer o peso da organização (Ribeiro, 2014).
Idade do partido	A longevidade indica a capacidade de sobrevivência da legenda, independente de trocas de lideranças e de entradas e saídas de governos. Isso demonstra a capacidade do partido para se adaptar a diferentes contextos políticos, mostrando que a organização está acima dos indivíduos que a ela pertencem (Panebianco, 2005).	O ano de registro da legenda no TSE.

Fonte: Bolognesi *et al.* (2016), adaptado pelos autores.

Na distribuição dos candidatos nos estratos, o maior contingente está concentrado em partidos de média estrutura organizacional, 40,1%, grupo composto por 14 partidos. Partidos organizacionalmente fortes, totalizando sete partidos, concentram 23,6% dos candidatos. Os 13 partidos restantes são de fraca infraestrutura, apresentando 36,4% dos candidatos. Os partidos classificados podem ser conferidos na Tabela 1.

Tabela 1 – Classificação dos partidos nas eleições municipais de 2016 em Curitiba, de acordo com sua força organizacional

Fraca	Média	Forte
36,4%	40,1%	23,6%
PRB	PMN	PDT
PR	NOVO	PT
SD	PTC	PTN/PODE
PSDC	PV	PSDB
PT do B	PP	PPS
PHS	MDB	PRP
PPL	DEM	PSTU
PSL	PCO	
PEN	PRTB	
PSOL	PTB	
PSD	PSC	
PMB	PROS	
REDE	PSB	
	PC do B	

Desvio-padrão: 0,233.

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Como dissemos, nossa hipótese é que a estrutura organizacional dos partidos seria determinante para o tipo de seleção empregada pelas legendas. Legendas fracas organizacionalmente, com baixa complexidade, buscariam seleções mais personalistas, pois, na ausência de estruturas e recursos partidários, a estratégia seria apostar nos recursos individuais dos candidatos e tipo de seleção por indicação. Nesses partidos se opera uma estrutura frágil de lealdade, quase nula, entre os políticos e a organização (Mainwaring, 2001; Samuels, 2016). O oposto ocorreria em partidos fortes organizacionalmente. Com recursos e estruturas do partido, os candidatos apresentados em suas listas seriam mais partidários, com maior identificação e lealdade à agremiação (Tavits, 2013).

Pesquisadores têm demonstrado a importância da organização no controle sobre seus eleitos (Amaral, 2011; Peres *et al.*, 2012; Ribeiro, 2013) e sobre seus métodos de seleção de candidatos (Braga, 2008; Bolognesi, 2013), não sendo razoável assim considerar o sistema partidário brasileiro como um complexo

amorfo, já que os partidos possuem diferenças ideológicas, de composição social e de organização. Apesar de pouco sabermos sobre os partidos políticos nos municípios brasileiros, não é válido supor sem comprovações empíricas que se trata de partidos personalistas, com foco nos líderes e adeptos de práticas clientelistas. Supomos, por conseguinte, que há diferenças entre os partidos no município a partir de sua estrutura organizacional.

Resultados

Os requisitos para lançamento de candidaturas podem ser formais e informais. Como os requisitos formais no Brasil não representam impedimento para a candidatura, aqui lançamos mão de questões que indicam os requisitos informais para a candidatura que não estão registrados nos documentos partidários. Aplicamos, então, as quatro dimensões de análise de Hazan e Rahat (2010): (1) *inclusividade dos requisitos*; (2) *inclusividade do selectorate*; (3) *descentralização do processo*; e (4) *formas de escolha dos candidatos*.

Inclusividade dos requisitos informais

O primeiro aspecto analisado é a inclusividade de quem pode ser candidato a vereador de Curitiba, onde pode haver restrição de regras formais e informais que atuam sobre o cidadão comum à entrada na arena eleitoral. Esse momento é responsável, de acordo com Gallagher e Marsh (1988), pela eliminação de um grande contingente de aspirante à candidatos. Hazan e Rahat (2010) analisam como a *inclusividade dos requisitos* define quem pode ser candidato, em um *continuum* que vai do mais inclusivo ao exclusivo. No extremo de inclusividade estão todos os eleitores de um determinado território e no outro extremo há um conjunto maior de restrições, que podem ser formais e informais, legais ou partidárias, como ocupar cargos na burocracia partidária, contribuir financeiramente com o partido, fazer parte das associações ligadas ao partido etc.

As restrições eleitorais formais no Brasil, como aventamos, para candidatura ao Legislativo municipal são baixas: idade mínima de 18 anos, estar em pleno exercício dos direitos políticos, ser alfabetizado³, ter domicílio eleitoral na circunscrição e estar filiado a um partido político há pelo menos seis meses antes do dia do certame. No entanto, os partidos detêm o monopólio da representação e não há possibilidade de eleitores serem candidatos sem o intermédio deles, o que, de saída, já faz o modelo brasileiro não ocupar posição no extremo de inclusividade.

3. Segundo a Resolução 23.455/2015 do TSE.

Esse critério colocado pela legislação eleitoral permite que os partidos estabeleçam suas próprias regras para escolher candidatos, impõem estruturas de hierarquia no acesso à candidatura ou as estabelecem de forma mais horizontal, havendo geralmente uma cadeia de controle entre o partido e os candidatos e eleitos.

Independente do lugar que o partido ocupa na tipologia partidária, as agremiações brasileiras irão, de uma forma geral, produzir lideranças que servirão de *gatekeepers* e definirão a lista de candidatos, selecionando-os de acordo com suas demandas por votos, cumprindo as normas institucionais e desenvolvendo também a seleção em nível informal (Álvares, 2008). Nossa insistência na dimensão informal não é gratuita. As normas não escritas sempre foram a tônica dos partidos políticos na América Latina (O'Donnell, 1996). As regras informais ocupam lugar central nos processos intrapartidários e na relação com a sociedade, momento coroado pela seleção de candidatos (Helmke e Levitsky, 2004; Freidenberg e Levitsky, 2007). A relação à margem da letra legal foi responsável pelo enraizamento de partidos na sociedade e até mesmo pela mobilização eleitoral por meio da identificação sem o pertencimento formal (Calvo e Murillo, 2004). Assim, importa-nos aqui identificar quais os requisitos *informais* de inclusividade para a candidatura. Perguntamos aos entrevistados quais seriam, na percepção deles, as principais características que os candidatos deveriam possuir para serem escolhidos pelo seu partido. As respostas por grupos de partidos podem ser conferidas na Tabela 2.

Tabela 2 – Requisitos informais para candidatura nas eleições municipais de 2016 em Curitiba por força organizacional

	Partidos (%)		
	Fracos	Médios	Fortes
Conhecimento sobre o funcionamento da "política"	8,5	11,4	8,2
Possuir recursos financeiros próprios	1,8	3,9	2,7
Domínio da oratória e retórica política	1,4	0,6	0
Possuir boas relações com o partido	0,4	0	0
Ter uma boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política	43,1	41,9	54,1
Possuir convicções ideológicas claras	23	22,4	23
Ter apoio de movimentos sociais e associações	13,1	11	6
Disponibilidade (tempo)	8,8	8,8	6
Total n	283	308	183

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Podemos ver na Tabela 2 que há uma concentração de respostas dos três grupos de partidos em uma alternativa: “ter uma boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política”. Fica clara a importância da reputação pessoal na seleção das candidaturas, que ficam dependentes da personalidade e popularidade do pleiteante. As características individuais dos candidatos são as mais valorizadas tanto pelos partidos fracos quanto pelos médios e fortes. Contrariamente à nossa hipótese, houve, no caso dos partidos fortes, uma maior concentração em requisitos individualistas, concentrando mais da metade dos candidatos nessa única alternativa. Contabilizando as características pessoais (“possuir recursos financeiros próprios”, “domínio da oratória” e “reputação pessoal”), a concentração atinge 56,8 pontos percentuais nos partidos com organização forte. Tanto os partidos fracos como os médios e os fortes apresentaram percentuais muito próximos no que diz respeito às características político-partidárias, que envolvem ideologia, disponibilidade de tempo e conhecimento da política. Ter apoio de movimentos sociais e associações (13,1% entre os partidos fracos, 11% entre os médios e 6% entre os fortes) pode ser caracterizado como o apoio dos seus redutos eleitorais, associações de moradores, grupos religiosos, quaisquer que sejam as associações externas ao partido. Em um *continuum* de inclusividade, os partidos dos três tipos estariam localizados no mesmo lugar, imediatamente ao lado do ponto mais inclusivo, tendo em vista a homogeneidade do requisito pessoal para ser eleito por qualquer grupo de partido analisado. Para esta primeira variável, a relação esperada em nossa hipótese não se estabelece.

Inclusividade do selectorate

Já no que diz respeito à *inclusividade do selectorate*, buscamos identificar quem selecionou os candidatos, se um grupo de filiados, órgãos ligados aos partidos, delegados ou o líder do partido. O *selectorate* é quem influenciará e definirá a composição final das listas. Candidatos selecionados por órgãos partidários serão mais leais aos partidos; já os que são nomeados por organizações ligadas aos partidos, mas externas, serão antes leais às organizações do que ao partido; candidatos que se autosselecionam dirigem-se às suas bases eleitorais; e os selecionados por um líder único tenderá a ter lealdade somente a ele.

Há ao menos cinco formas de compor o *selectorate* (Hazan e Rahat, 2010). A votação de eleitores representa a forma mais inclusiva de seleção, o que de saída não ocorre no Brasil, como já dissemos anteriormente, pois aqui a representação é monopólio dos partidos políticos. Depois dela, a indicação ou votação de filiados é a mais inclusiva, sendo seguida pela de delegados, a elite

partidária e, por fim, o *selectorate* único, na forma do líder, mais exclusivo. O ponto de equilíbrio seria aquele em que delegados do partido realizam a seleção.

Devemos ponderar que os partidos políticos não realizam a seleção de candidatos apenas de uma forma, e sim de formas combinadas ou sortidas. De acordo com a literatura, podemos dizer que a seleção de candidatos nas eleições municipais de 2016 corresponde ao modelo “sortido” de seleção, indicado por Hazan e Rahat (2010). No método sortido, diferentes *selectorates* selecionam diferentes candidatos, que se distinguem por seu nível de inclusividade. Uma parte é selecionada por líderes, por exemplo, e outra parte por delegados. Para identificarmos os agentes envolvidos no processo⁴, e o seu grau de inclusividade ou exclusividade, vejamos na Tabela 3 os *selectorates* apontados pelos entrevistados.

Tabela 3 – *Selectorate* nas eleições municipais de 2016 em Curitiba por força organizacional

		Partidos (%)		
		Fracos	Médios	Fortes
<i>Selectorate</i>	Filiados	42,9	34,6	33,3
	Delegados	14,2	22,5	26,6
	Líder ou entidade	42,9	43	40,1
	Total (N)	100	100	100

Coeficiente de contingência 0,134 e *p-value* .003

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Chama a atenção a dispersão de respostas e a similitude entre os três grupos de partidos, não demonstrando diferenças entre partidos fracos, médios e fortes.

O esperado é que em partidos com maior robustez organizacional os espaços de participação de membros sejam maiores, dado que as estruturas são mais complexas e envolvem maior quantidade de instâncias na estrutura partidária (Webb, 2002). O processo de seleção seria mais aberto e inclusivo, permitindo participações mais amplas de seus membros. Em organizações fracas, com

4. Para mensurar a inclusividade foi utilizada a mesma questão da variável anterior, mas agregada a partir do *selectorate*, ficando a agregação em: *filiados*: votação de filiados do partido; indicação de filiados do partido; *delegados*: votação de delegados ou representantes eleitos do partido; indicação de delegados ou representantes eleitos do partido; *líder ou entidade*: indicação de um líder partidário; indicação de uma associação ou organização ligada ao partido foi suprimido de nossos dados nesta análise.

baixa participação de membros, o processo seria mais centralizado na mão de líderes ou até mesmo indicações externas ao partido. Como já foi apontado em estudos, há indícios de formas mais democráticas em partidos mais institucionalizados (Braga, 2008; Bolognesi, 2013).

Os resultados demonstram que a diferença esperada não é encontrada entre os tipos de partidos (coeficiente 0,134 e sig 0,003). Partidos mais ou menos fracos organizacionalmente operam a seleção da mesma forma. Todos têm uma configuração sortida, selecionando seus candidatos de diferentes modos. A principal forma de seleção é por líderes, pontuando acima de 40% da composição das listas. O segundo modo é por meio dos filiados, os delegados configuram a terceira opção de selecionar. Chama a atenção a escolha de candidatos entre os partidos fracos, dividindo-se entre filiados e líderes e em último caso, via delegados. Os partidos fortes distribuem sua seleção de candidatos de forma progressiva, entre líderes, filiados e delegados, respectivamente. Mais uma vez, a indistinção entre esferas organizacionais na distribuição de poder para indicar representantes aponta que os partidos são todos horizontalmente homogêneos no topo da organização, onde líderes concentram poder e as instâncias inferiores são figurativas na concentração de recursos.

Descentralização do processo

Na política municipal, comumente os candidatos ao cargo de vereador são selecionados no próprio município, sem intervenções das instâncias estaduais e nacionais dos partidos. Partimos, então, do pressuposto de que a descentralização territorial, sugerida por Hazan e Rahat (2010), não ocorre, ao menos para Curitiba na eleição de vereadores. Analisamos nessa dimensão se há entre os partidos fracos, médios e fortes a descentralização social e organizacional que esses autores abordam.

Tabela 4 – Descentralização social na seleção de candidatos nas eleições municipais de 2016 em Curitiba, por força organizacional

	Partido (%)		
	Fracos	Médios	Fortes
Seleção por órgãos internos do partido	96,3	96,6	98,3
Indicação por associações ou organizações ligadas ao partido	3,6	3,4	1,7
Total (N)	275	298	177

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

A mesma pergunta que utilizamos na análise do *selectorate*, utilizamos agregada por quem exerceu o papel na seleção, órgãos estritamente internos ao partido e os externos, como associações e instituições ligadas ao partido, para identificar em que medida a seleção é descentralizada socialmente. Como podemos ver na Tabela 4, as organizações externas aos partidos são consideradas irrelevantes na indicação de candidatos a vereador de Curitiba. Os partidos concentram a decisão das listas nos três tipos de partidos e não podemos dizer que haja descentralização social nos partidos analisados.

Formas de escolha dos candidatos

O tipo de seleção, se por votação ou indicação, demonstra a forma escolhida pelos partidos para a condução do processo seletivo. As opções por determinados meios de seleção demonstram o grau de democracia intrapartidária e o lócus de estruturação da lealdade partidária. Seleção por votação, plebiscitária, aponta para uma maior democracia intrapartidária, por outro lado, indicação é um processo menos democrático. A hipótese desta análise é que legendas fracas buscariam o caminho da indicação, pois, sem estruturas de fácil mobilização dos eleitores para participarem da formulação da lista, a estratégia adotada seria a indicação de candidatos para compô-la. Para isso, fizemos a questão: *Qual a forma pela qual o(a) senhor(a) foi escolhido como candidato a vereador por seu partido?*⁵ Os dados encontrados estão na Tabela 5.

Tabela 5 – Forma de seleção de candidatos nas eleições municipais de 2016 em Curitiba, por força organizacional

		Partido (%)		
		Fracos	Médios	Fortes
Tipo de seleção	Votação	25,8	25,2	33,9
	Indicação	74,2	74,8	66,1
	Total (N)	275	298	177

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

5. As respostas foram agregadas da seguinte forma: *Votação*: votação de filiados do partido; votação de delegados ou representantes eleitos do partido. *Indicação*: indicação de filiados do partido; indicação de delegados ou representantes eleitos do partido; indicação de um líder partidário; indicação de um líder partidário.

Os resultados demonstram que não houve a relação esperada na hipótese de pesquisa (coeficiente de contingência 0,134, *p-value* .003), ainda que o coeficiente nos permita alguma extrapolação. O meio de selecionar difere pouco entre os tipos de partidos. Majoritariamente, nos três tipos de partidos ocorre a seleção por meio de indicação, apenas um terço dos selecionados é escolhido por um processo de votação, nos partidos fracos e médios. Nos partidos fortes, há, comparativamente às outras estruturas, maior contingente de selecionados por votação, mas o peso maior é ocupado pela indicação, com 66,1%. Portanto, a complexidade na estrutura do partido não se relaciona com a forma de seleção dos candidatos ao cargo de vereador, sendo elas majoritariamente por indicação.

Motivações

Levando em conta que os partidos em Curitiba são homogêneos entre si no que se refere à sua seleção, buscamos, por fim, saber quais as motivações dos entrevistados para serem candidatos ao cargo de vereador do município. A seleção dos candidatos operacionaliza estruturas e recursos dos partidos, e, a depender da diferença do aporte dos recursos, as lealdades dos candidatos também podem ser distintas (Siavelis e Morgenstern, 2008; Tavits, 2012). Vejamos se, no momento da entrevista, pré-eleições, há diferenças entre os posicionamentos dos mesmos em relação à motivação, que pode ser indicativo de lealdade desses atores. Supusemos que candidatos de partidos fracos apresentassem comportamentos focados em suas personalidades, pois, diante da falta de estrutura ofertada pelas legendas, os recursos pessoais se sobreporiam à vinculação partidária. Comparativamente, legendas fortes buscariam selecionar candidatos com maior vinculação identitária, candidatos que, em primeira instância, representariam o partido e seu programa. Para verificarmos a prioridade no perfil de cada tipo de partido, utilizamos a questão referente à motivação da candidatura, exposta na Tabela 6: *Dentre as razões a seguir, o senhor poderia nos dizer qual a principal motivação que o fez sair como candidato a vereador?*⁶

6. As respostas representam posicionamentos personalistas, partidários e eleitoreiras. *Eleitoreira*: “aumentar as chances de eleição do candidato a prefeito de meu partido ou coligação” e “preencher as vagas para formação da lista do meu partido ou coligação”. *Partidária*: “conseguir votos para a lista do meu partido ou coligação” e “representar meu partido”. *Individualistas*: “representar o meu grupo social ou profissional”; “representar a região/bairro onde atuo”.

Tabela 6 – Motivação para candidatura nas eleições municipais de 2016 em Curitiba por força organizacional

	Partidos (%)		
	Fracos	Médios	Fortes
Representar o seu grupo social ou profissional	38,4	34,4	42,7
Representar a região/bairro onde atua	53,2	59,3	50,6
Representar o partido	3,6	5,6	4,3
Preencher as vagas para formação da lista do partido ou coligação	2,8	0	1,8
Conseguir votos para a lista do partido ou coligação	1,6	0	0,6
Aumentar as chances de eleição do candidato a prefeito do partido ou coligação	0,4	0,7	0
	250	270	164

Coeficiente 0,161 *p-value* .061.

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Novamente, pouca diferença há entre os grupos de partidos. Posicionamentos que privilegiam a reputação pessoal representam quase o total de respostas dos três conjuntos de partidos, “*representar o meu grupo social ou profissional*” e a “*região/bairro onde atuo*”, é onde houve a concentração de todos os três grupos de partidos. Juntas, as duas alternativas individualistas detêm mais de 90% do total de candidatos entrevistados. Respostas com viés partidário foram pouco escolhidas, tais como “representar o partido” e “conseguir votos para a lista do partido”. As de viés “eleitoreiro” também não foram privilegiadas. Esse ponto demonstra o viés altamente individualista das candidaturas à vereança nas eleições de 2016, focado apenas em critérios ligados à própria figura e não a partidos ou eleições para a ocupação da face pública dos partidos.

Discussão

São poucos os estudos sobre os municípios brasileiros que utilizam *survey* com vereadores a fim de obter informações que vão além dos documentos partidários. Um estudo a partir de dados obtidos com esse recurso é o de Maduro (1980), que analisa as opiniões dos vereadores do município do Rio de Janeiro de 1976 acerca do processo de seleção, recrutamento, além de traçar o *background* dos mesmos. A autora busca identificar quais as facilidades em ser lançado como candidato naquelas eleições, ainda em um sistema bipartidário, e quais organizações e pessoas influenciaram no processo de seleção municipal. Apenas três

dos 21 vereadores daquela legislatura identificou o partido como ator influente na seleção de candidatos, a indicação por líderes políticos e associações religiosas ou profissional sendo apontada pelo maior contingente de candidatos, já que metade dos vereadores disseram não ter havido nenhuma influência do partido em sua escolha. As razões que determinaram a candidatura do vereador foram majoritariamente as solicitações de lideranças político-partidárias, seguida da representação de grupos profissionais e, por último, o desejo de participar do processo político. Representar o partido não constituiu opção de nenhum dos vereadores e havia apoio, entre a maioria, dos líderes estaduais e municipais, achados muito próximos do presente capítulo, algumas décadas depois, em um sistema pluripartidário e em um regime democrático.

Outra pesquisa que tem como objetivo identificar os critérios informais de escolha dos candidatos a vereador é sobre Pelotas-RS, em 2008 (Altmann, 2010). A autora entrevistou dirigentes de quatro partidos (PP, PDT, PMDB e PT) e concluiu que os requisitos formais colocados nos estatutos e na legislação (a utilização da convenção, por exemplo) são utilizados apenas de forma simbólica, como um ato homologatório, não havendo escolha de fato naquele momento, com exceção do PT, que utiliza o “Encontro” do partido como lócus de deliberação política por parte dos delegados, que, por sua vez, são escolhidos por filiados. De forma geral, são poucas pessoas que participam das convenções partidárias nos partidos estudados pela autora, indicando a concentração de *selectorates* em outras instâncias que não as formais.

É importante assinalar, contudo, que a deliberação sobre a lista de candidatos, tanto no estudo de Altmann (2010) quanto na presente análise, não é formada de maneira aleatória por quem quer que queira participar, como sugeria Mainwaring (2001), em estudo acerca da fragilidade dos partidos políticos brasileiros. Nosso estudo mostrou uma seleção majoritariamente controlada por líderes, em proporção semelhante à encontrada por Altmann, na qual os dirigentes avalizavam as candidaturas, definindo quem seriam os candidatos e, em nosso estudo, com foco em um *líder único* e a *indicação* como forma de escolha. As conclusões de Mainwaring não procedem e podemos dizer que os líderes possuem controle da seleção de candidatos. Ou seja, o controle não está nem nas mãos dos candidatos, como sugere o brasilianista, nem nas mãos da organização. Além disso, apesar de uma maioria ser escolhida por líder, encontramos diferentes *selectorates* operando de diferentes formas, um modelo “sortido”, conforme sugerido por Rahat e Hazan (2001).

No mesmo sentido, em estudo sobre o caso do estado de São Paulo, Braga (2008), indica controle dos partidos sobre seus representantes, no caso de indicação para o cargo de deputados federais e estaduais, já que o manejo da

lista de candidatos estaria sob a responsabilidade das agremiações, na figura dos líderes operando por indicação. A conclusão de Braga está de acordo com nossos achados de que os líderes partidários figuram como focos de poder, acima até da própria organização e complexidade que a legenda possa apresentar.

Os partidos políticos em nível local não parecem ser organizações amorfas, desprovidas de traços distintivos. Contudo, são empasteladas com o mesmo traço, sendo pouco provável qualquer diferenciação que não circunde um ou outro caso extremo. No entanto, é importante ponderarmos os resultados tendo em vista que a indicação de um líder único em nível local para eleições municipais pode estar atrelada mais à atuação autônoma dos atores do que das agremiações. Os partidos em Curitiba apresentaram uma média de 40% para a indicação por líder e de 20% para a indicação de filiados do partido, o que pode significar, nesse segundo caso, a participação em convenções partidárias, que parecem ser meramente homologatórias, e, no primeiro, uma maior autonomia dos líderes em influenciar a organização e manter em níveis mínimos a democracia intrapartidária. É preciso, em pesquisas futuras, analisar qual o resultado da seleção dos candidatos, como neste caso, majoritariamente realizada por indicação de líderes. Se o controle do partido (via líder partidário) está garantindo, por exemplo, maiores oportunidades à inserção de minorias (Rahat et al., 2008) ou se os resultados são pouco inclusivos de fato e não democráticos.

Ademais, os três conjuntos de partidos apresentaram os quatro possíveis *selectorates* (excetuando os eleitores). Tanto os partidos fracos quanto os médios e fortes selecionaram seus candidatos por filiados, delegados, líder e, embora com baixo índice, organizações ligadas ao partido. Nesse sentido, os três conjuntos de partidos têm um grau acentuado de descentralização organizativa, não se concentrando em apenas uma forma de seleção e utilizando todas as formas possíveis de *selectorate*. Hazan e Rahat (2010) e Bolognesi (2013) apontam que, quando há autonomia regional, na qual cada partido utiliza mecanismos próprios de seleção de acordo com a lógica local, gera uma multiplicidade de *selectorates* que podem estar associados com a região, adaptando-se ao contexto local, aos bairros pelos quais os candidatos são selecionados.

Na concepção de Siavelis e Morgenstern (2008), a descentralização, que pode ser a organizacional, reestrutura os determinantes da inclusividade do *selectorate*, já que a existência de vários deles pode fazer com que a lealdade não vá em uma única direção. A descentralização pode reestruturar, por exemplo, laços com comunidades locais e grupos de interesse que o candidato representa, e o fará prestar contas a um grupo declarado, no entanto, com alto índice de intermediação do partido, já que essa variável apresentou preponderância nos três grupos analisados.

Conclusões

A intenção do presente capítulo foi compreender como os partidos políticos operam na seleção de seus candidatos em nível municipal, para o cargo de vereador. Para tanto, baseamos nosso estudo no modelo proposto por Hazan e Rahat (2010), que sistematizam por dimensões de análise do processo operado bem como identificam maior ou menor inclusividade ou exclusividade dos mesmos.

Os partidos políticos em Curitiba não apresentaram critérios fortes de exclusão: por exemplo, ter ideologia forte, apesar de apresentar uma média de 20 pontos percentuais, não foi o requisito que prevaleceu. As características individuais imperaram nessas eleições. Não houve entre os partidos políticos de estrutura organizacional fraca, média e forte diferenças em imposições de requisitos informais. Os três grupos de partidos demonstraram que as características pessoais são importantes e recursos de reputação pessoal tendem a prevalecer como a principal característica entre os candidatos no município, por isso, os três partidos pairam sobre a mesma posição entre a exigência de ser membro do partido, estabelecida em lei, e as exigências adicionais, sendo mais inclusivos nesse sentido.

A forma de seleção entre partidos fracos, médios e fortes foi a escolha por indicação, em 74% dos casos entre os partidos fracos e médios e 66% entre os partidos fortes. A votação é um recurso mais utilizado neste último grupo de partidos. Quem dá a palavra final na seleção dos candidatos são, em primeiro lugar, os líderes (líder único ou entidade), e, em segundo lugar, os filiados, nos três grupos de partidos. A predominância desses dois seletores pode indicar que parte dos candidatos de um grupo de partidos é selecionado em convenções e, outra parte, por líder único. Um baixo contingente é eleito por delegados nos partidos fracos (14,2%), encontrando-se níveis mais altos nos outros grupos de partidos (22,5% nos médios, 26,6% nos fortes).

A diferença entre o grau de estrutura organizativa e a motivação de candidatura não se mostrou significativa (coeficiente de contingência 0,161 *p-value* .061). Nos postulantes à vereança é residual a proporção de candidatos que têm motivação partidarista. O predomínio, acima de 90%, em todos os tipos de partido, sem grandes diferenças entre si, é da motivação individual. O que faz um membro de um partido se tornar postulante a um cargo eletivo são motivações individualistas. Já os partidos parecem controlar pouco a seleção de candidatos, na medida em que esta ocorre com a presença de diversos *selectorates*; no entanto, faz-se necessário analisar o resultado da seleção quanto à distribuição de poder intrapartidário entre líderes e a participação de filiados, caso em que a balança pende fortemente no sentido dos primeiros.

A ausência de qualquer diferença quanto à força organizacional apenas reforça os achados sobre a política partidária nacional em nível local. As eleições são personalistas, centradas nos candidatos, dependem de recursos individuais, os líderes controlam as zonas de poder e os partidos políticos estão longe de apresentar níveis mínimos de democracia interna.

Referências

ALTMANN, C. (2010). *Política local e seleção de candidatos a vereador: contribuições a partir do caso de Pelotas (RS) em 2008*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

ÁLVARES, M. L. M. (2008). Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 51, n. 4, p. 895-939.

AMARAL, O. (2011). Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, vol. 17, n. 1, p. 1-44.

BOLOGNESI, B. (2013). A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, n. 46, p. 45-68.

BOLOGNESI, B. et.al. (2016) A Revolução Silenciosa dos Trabalhadores no Brasil. *Anais do X Encontro da ABCP*. Belo Horizonte

BRAGA, M. do S. S. (2008). Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, vol. 14, n. 2, p. 454-85. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762008000200008&script=sci_arttext&lng=es>. Acesso em 19 jul. 2012.

CALVO, E.; MURILLO, M. V. (2004). Who delivers? Partisan clients in the Argentine electoral market. *American Journal of Political Science*, vol. 48, n. 4, p. 742-57.

FREIDENBERG, F.; LEVITSKY, S. (2007). Organización informal de los partidos en América Latina. *Desarrollo Económico*, vol. 46, n. 184, p. 539-68.

GALLAGHER, M.; MARSH, M. (1988). *Candidate selection in comparative perspective: the secret garden of politics*. London: Sage Publications.

HAZAN, G.; RAHAT, R. (2010). *Democracy within parties*: candidate selection methods and their political consequences. Oxford: Oxford University Press.

HELMKE, G.; LEVITSKY, S. (2004). Informal institutions and comparative politics: a research agenda. *Perspectives on Politics*, vol. 2, n. 4, p. 725-40. doi: 10.1017/S1537592704040472.

KERBAUY, M. T. M. (2014). Organização partidária e elites políticas parlamentares. In: CONGRESSO DA BRASA, 12., Londres, King' College Londres.

MADURO, L. A. P. (1980). Os representantes do município do Rio de Janeiro. *Revista de Ciência Política*, vol. 23, n. 1, p. 193-239.

MAINWARING, S. P. (2001). *Sistemas partidários em novas democracias*: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV.

NORRIS, P. (ed.). (1997). *Passages to power*: legislative recruitment in advanced democracies. Cambridge: Cambridge University Press.

O'DONNELL, G. (1996). Uma outra institucionalização: América Latina e Alhures. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*, n. 37, p. 5-32.

PANEBIANCO, A. (2005). *Modelos de partido*: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes.

PERES, P. S. et.al. (2012). *How Brazilian parties organize*: centralization by strategic leadership design Bepress. Disponível em: <<http://works.bepress.com/pauloperes/19/>>.

RAHAT, G. (2007). Candidate selection: the choice before the choice. *Journal of Democracy*, vol. 18, n. 1, p. 157-70. doi: 10.1353/jod.2007.0014.

_____ et al. (2008). Democracy and political parties. *Party Politics*, vol. 14, n. 6, p. 663-83. doi: 10.1177/1354068808093405.

_____; HAZAN, R. Y. (2001). Candidate selection methods. *Party Politics*, vol. 7, n. 3, p. 297-322.

RIBEIRO, P. F. (2013). Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 10, p. 225-65.

_____. (2014). An amphibian party? Organisational change and adaptation in the Brazilian Workers' Party, 2012. *Journal of Latin American Studies*, vol. 46, n. 1, p. 87-119. doi: 10.1017/S0022216X13001831.

SAMUELS, D.; ZUCCO, C. (2016). Party-building in Brazil. In: Levitsky, S.; Loxton, J.; Van Dyck, B.; Domínguez, J. (eds.). *Challenges of Party-Building in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 331-355. doi: 10.1017/CB09781316550564.012

SCARROW, S. E. et al. (2017). *Organizing political parties representation, participation, and power*. Oxford: Oxford University Press.

SCHATTSCHENEIDER, E. E. (1941). *Party government*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston.

_____. (1942). *Party government*. Nova York: Holt, Rinehart and Winston.

SIAVELIS, P. M.; MORGENSTERN, S. (2008). Political recruitment and candidate selection in Latin America : a framework for analysis. In: SIAVELIS, P. M.; MORGENSTERN, S. (eds.). *Pathways to power political recruitment and candidate selection in Latin America*. University Park: The Pennsylvania State University Press.

TAVITS, M. (2012). Organizing for success: party organizational strength and electoral performance in postcommunist Europe. *The Journal of Politics*, vol. 74, n. 1, p. 83-97. doi: 10.1017/S0022381611001198.

_____. (2013). *Post-communist democracies and party organization*. Cambridge: Cambridge University Press.

WEBB, P. (2002). Political parties and democratic control in advanced industrial societies. In: WEBB, P. et al. (eds.). *Political parties in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press.

A conexão eleitoral nas eleições de 2016 em Curitiba

Glauco Peres e Grazielle Silotto

Introdução

Ao avaliar a dispersão de votos em uma eleição para vereadores em uma cidade do porte de Curitiba, há teoricamente dois incentivos que se opõem. De um lado, as regras eleitorais favorecem que os candidatos se voltem para suas *constituencies*. Toda a interpretação sobre o voto pessoal como decorrência do sistema proporcional de lista aberta e o consequente comportamento localista do legislador conduz à avaliação de que os políticos terão seus votos concentrados no território (Silva, 2017, 683). Do outro lado, a dimensão geográfica reduzida da cidade torna fácil para os candidatos circular por outras partes da cidade durante sua campanha, o que interage com o trânsito diário dos eleitores por diferentes bairros. Esse movimento populacional que cria fluxos informacionais e facilita a divulgação das candidaturas, associado ao baixo custo do deslocamento na cidade, enfraquece a hipótese da existência de regiões seguras e restritas para cada político. Tanto a campanha pode ser feita em áreas mais abrangentes da cidade, como o fluxo diário dos eleitores favorece a dispersão da informação a respeito dos candidatos. Assim, do ponto de vista teórico, a dispersão territorial dos votos observada na eleição em uma cidade é resultante dessas duas forças opostas. Vamos chamar a primeira de institucional e a segunda de geográfica.

É possível dizer que essas duas forças serão distintas para diferentes perfis de candidato. Espera-se que candidatos associados a regiões onde se concentra parte grande dos postos de trabalho da cidade tenham a força geográfica mais pronunciada, já que nessas regiões o trânsito de pessoas provenientes de outros bairros é muito intenso se comparado com as demais

áreas nas quais as pessoas circulam menos ou apenas de passagem para outros locais. De outra parte, candidatos que se definem como representantes de um bairro específico tendem a ter a força institucional mais marcada do que nos demais casos, pois sugere que sua atenção está espacialmente delimitada. Suas ações como representante eleito ou como candidato durante a campanha devem estar mais focalizadas em uma área específica da cidade. Diante dessas dinâmicas, o padrão de dispersão espacial das votações deve se alterar pela força relativa de cada um dos conjuntos de incentivos para distintos candidatos.

Ademais, essas características dos indivíduos não são desconhecidas dos partidos. Ao contrário, as listas de candidatos são construídas considerando a combinação desses aspectos. Afinal, a competição intrapartidária pode ser evitada e é indesejada tanto pelos candidatos quanto pela cúpula do partido (Carneiro, 2009). Por essa razão, é um comportamento racional de todos os envolvidos coordenarem-se em um jogo no qual diferentes prêmios estão em disputa.

É diante desse cenário que o presente capítulo se organiza. Pretende, ao avaliar a distribuição geográfica dos votos nas eleições para vereador em Curitiba, buscar evidências que contribuam para o debate em torno da interação dos incentivos que provocam padrões de dispersão geográfica de votos. Em torno desse objetivo, o capítulo se divide em quatro partes, além desta introdução: na primeira, são discutidas as teorias que envolvem a dispersão de votos no território e a consequente participação estratégica dos partidos. Em seguida, uma seção desenvolve as hipóteses a serem avaliadas e os resultados empíricos encontrados. Por fim, uma seção de discussão dos resultados e as considerações finais encerram o texto.

Incentivos eleitorais e o contexto

A discussão sobre incentivos eleitorais em sistemas proporcionais de lista aberta na ciência política tradicionalmente aponta para o favorecimento de relações de cunho pessoal entre político e eleitor. Ter mais votos se relacionaria ao prestígio associado ao candidato, ao quanto ele é conhecido pelos eleitores, e não ao seu *label* partidário. Considerando ainda que a disputa se dá em distritos de grandes magnitudes, que favorecem a competição intrapartidária, haveria pouco espaço para a coordenação partidária sobre o processo eleitoral.

A magnitude do distrito eleitoral é chave, ainda, porque, somada à distribuição populacional pelo território, influencia as estratégias possíveis

dos partidos e candidatos, pois, quanto maior o número de cadeiras em disputa e quanto maior o território, mais os votos tendem a ser definidos espacialmente. Esse efeito pode ser entendido como consequência do aumento dos custos de campanha, que tendem a crescer conjuntamente com o eleitorado e o território. Essa cadeia de consequências acrescenta pontos ao já preponderante peso do candidato no processo eleitoral, em detrimento dos partidos.

Por outro lado, uma análise das leis eleitorais revela que a legislação força os partidos a tomar decisões sobre as candidaturas. Apenas eles podem escolher quem comporá as listas que participarão da competição, pois somente “se é candidato quando a oligarquia partidária permite” (Lembo, 1999, 77). Nesse sentido, caberia aos partidos o papel de *gatekeepers* do sistema (Norris, 1993). Como “porteiros”, os partidos seriam responsáveis por decidir pelos nomes que comporão suas listas. Além disso, a imposição legal confere aos partidos uma oportunidade que inexistia numa primeira análise sobre o caso: a possibilidade de gestão estratégica das listas de candidatos.

Conclusões como essas são partilhadas por diversos trabalhos que se debruçam sobre a compreensão do recrutamento e da seleção de candidatos (Bolognesi, 2013; Braga, 2008; Cheibub e Sin, 2015; Guarnieri, 2004; Perissinotto e Miríade, 2009). Se primeiramente a suposição era do absoluto desgoverno partidário do processo eleitoral, agora aos partidos é dado, por lei, um recurso fundamental na formatação da competição e, conseqüentemente, do resultado: é a organização partidária que escolhe e forma suas listas e somente quem ela autoriza é que pode ser candidato.

Se aos partidos é conferida a possibilidade de coordenar a formação das listas, não as organizar estrategicamente inexistia num sentido racional. Se um partido não o faz, outros farão, e isso pode acarretar perdas aos que deixam essa dimensão de lado. O que cabe questionar é quais são as motivações que levam um partido a escolher alguns candidatos, mas não outros.

Cheibub e Sin (2015) apontam para o uso da lista conforme as chances de sucesso dos candidatos. Isto é, partidos procurariam evitar que candidatos bem estabelecidos concorressem entre si, de forma a garantir posição privilegiada àqueles com maiores chances de sucesso eleitoral – e, com isso, garantir que essas pessoas permaneçam no partido. Nesse sentido, candidaturas podem variar entre puxadores de votos, candidatos de categorias trabalhistas ou sindicatos, além das regionalizadas. Essa análise que aponta a diferenciação dos candidatos de acordo com seu potencial eleitoral e estratégias partidárias é, inclusive, coerente com declarações dadas pelos líderes dos partidos quanto ao processo de composição das listas (Carneiro, 2009).

A possibilidade de utilizar estratégia regionalizada é enfatizada por Latner e McGann (2005), que apontam que é possível encontrá-las em sistemas de representação proporcional como uma decorrência da dinâmica da competição eleitoral. Segundo os autores:

Um partido seria extremamente ingênuo em lançar uma lista de candidatos de uma única região [...]. Outros partidos poderiam facilmente se aproveitar disso e usar o regionalismo como um apelo. Além disso, seria bastante útil possuir candidatos locais para fazerem campanhas em regiões diferentes. (Latner e McGann, 2005, 712)

Shugart *et al.* (2005) destacam a importância de atributos pessoais dos candidatos para a concretização dessa estratégia. Em magnitudes elevadas, em que muitos candidatos são lançados em cada lista, eleitores demandariam atalhos heurísticos sobre candidaturas para poder decidir entre um candidato ou outro. Os autores apontam que informações sobre o passado político local e o local de nascimento seriam cruciais na obtenção de votos. Candidatos, afirmam Latner e McGann, seriam alocados na lista de acordo com divisões no interior dos distritos pelos quais concorrem. Ou seja, da representação geográfica decorreriam estratégias partidárias.

Essa alocação estaria relacionada a atributos condicionados por uma lógica espacial que é determinada por fatores sociais e econômicos. O fluxo de pessoas, de informações, de relações de comércio, entre outros, determinaria as regiões em que um partido decidiria alocar mais ou menos candidatos na competição. Posto de outra forma, a conectividade entre eleitores, na forma de “transações, interações e relações” (Neumayer e Plümpner, 2016, 179), causada pela proximidade geográfica seria responsável por formar a base na qual tais estratégias são delineadas. Essa abordagem encontra reflexos no caso brasileiro, no qual há evidências de que as listas são formuladas a partir de estratégias que consideram esse contexto da conectividade (Silotto, 2016).

Essa influência contextual atuaria tanto na esfera partidária como na dos eleitores. Quanto aos partidos, além dos argumentos de Latner e McGann (2005), Cox e Shugart (1996) apontam a tendência em sistemas proporcionais para a busca de grupos pequenos de eleitores em vez do foco num eleitorado grande e disperso, diferente do que ocorreria em sistemas majoritários. Esse argumento ressoa sobretudo na análise de distritos de grande magnitude, já que pequenos grupos de eleitores seriam suficientes para eleger um candidato e, em decorrência da estrutura do sistema eleitoral, seria extremamente custoso fazer campanha em todo o território (Samuels, 2001). Com as grandes distâncias, a consequência

é que os custos de comunicação são multiplicados: campanhas são caras e recursos para fazê-las são escassos, principalmente se elas precisarem cobrir grandes extensões territoriais (Blais e Lago, 2009). Os custos existem tanto do ponto de vista financeiro e temporal como da perspectiva do capital humano para dar conta de um eleitorado distribuído ao longo de estados grandes.

Já quanto aos eleitores, a influência contextual ocorre porque considera-se que são necessárias informações para a escolha entre diferentes candidatos que não existem descoladas do mundo social (Lau e Redlawsk, 2006). Nesse sentido, o voto seria resultante de um processo geográfico amplo, que inclui uma esfera político-eleitoral, mas também em que múltiplos vínculos que políticos e eleitores podem estabelecer entre si por meio da malha geo-socioeconômico-estrutural na qual estão inseridos (Agnew, 1987). Essa “microgeografia do cotidiano diário – casa, trabalho, lazer, etc.” (Agnew, 1996) seria responsável por constranger as escolhas de todos, bem como explicar padrões de votação, porque é a partir dela que fluem informações.

Como consequência, informações são carregadas de tendências locais e fluem por uma estrutura geo-socioeconômica que as direciona para determinados lugares e não a outros. Essa dinâmica é responsável por munir eleitores das informações a partir das quais eles escolhem seus candidatos. Terron (2009) aponta que escalas econômicas, sociais e políticas determinadas geograficamente condicionam o voto e encontra relações entre preferências e contexto social de eleitores. Essa ideia é antiga, e deriva do efeito que Key (1949) chamou de “efeito vizinhança”. Segundo ele, as decisões sobre o voto estariam relacionadas ao local de origem e moradia de eleitores e candidatos, de forma que eleitores têm preferência por candidatos locais. Esse efeito foi também apontado recentemente por Jankowski (2016), que argumenta que, em listas abertas, eleitores não apenas procuram candidatos locais, como já afirmaram Shugart *et al.* (2005), mas preferem sempre votar nesses candidatos em vez de outros que não tenham atributos locais/regionais, como origem, moradia ou trajetória política.

Esse argumento já foi desenvolvido em outro texto (Silva e Silotto, 2018), tendo como foco o caso paulista de representação proporcional. Os achados confirmam que a dispersão dos votos está relacionada ou sujeita ao contexto local que permeia as arenas política e social. A regionalização aparece:

seja como uma estratégia partidária de composição da lista, seja como um efeito da dinâmica informacional através do território – fluxo de informação – o que facilitaria o *credit claiming*, por exemplo, ou ainda pelas diferentes socializações às quais os eleitores estão sujeitos. Ou seja, a

intencionalidade dos políticos reside mais em lidar com a influência geográfica sobre o fluxo de informação do que a de criar distritos informais. (Silva e Silotto, 2018, 19)

Assim, tanto teórica quanto empiricamente, há evidências de que o fenômeno de influência de fatores regionais e contextuais atua sobre a esfera política: partidos otimizariam o uso de seus recursos alocando estrategicamente seus candidatos ao longo dos distritos, e eleitores fariam suas escolhas com base num fluxo de informações tendenciosas que circulam pela e por meio da estrutura sociogeográfica. Esse diagnóstico acontece em decorrência de dois diferentes fatores que interagem entre si. Numa esfera institucional, os partidos seriam forçados pelas regras da competição – monopólio da representação, representação proporcional de lista aberta e magnitudes elevadas – a agirem de tal forma, e, numa esfera de dimensão sociogeográfica, os fluxos dirigiriam informações para diferentes direções, que variam de acordo com a extensão territorial e relações de conectividade favorecidas pela proximidade.

Por outro lado, no escopo de análise deste trabalho que se volta para uma grande cidade apenas, o quadro varia em nuances. O incentivo institucional continua presente. As regras de alocação de cadeiras, de atribuições partidárias e de estrutura da competição continuam iguais. Vereadores são selecionados exatamente da mesma forma que os candidatos ao Legislativo federal, alvo central das análises supracitadas. Entretanto, há uma diferença no caso de Curitiba. A dimensão sociogeográfica difere, em muito, da dimensão de distritos eleitorais para o Congresso Nacional, objeto central de avaliação da literatura.

Se o argumento funciona daquela forma para os estados brasileiros, como ele deve se comportar num contexto cuja dimensão espacial é diferente? É base daquele argumento que adotar estratégias é fruto da dinâmica de uma competição que se dá em extensões territoriais amplas, nas quais concorrer é custoso e a melhor estratégia é conquistar um eleitorado circunscrito espacialmente. Ou seja, há dois vetores determinando o fenômeno da regionalização das estratégias nessa análise: um institucional e outro contextual/espacial. Eles apontam na mesma direção. Mas, com dimensões espaciais menores, esses vetores passam a apontar para sentidos opostos: incentivos que emanam das regras permanecem, mas aqueles que se originam da dimensão espacial se alteram; são dois diferentes incentivos operando em direção contrária. Afinal, tanto os candidatos têm condições de realizar a sua campanha por todo o distrito eleitoral com menor custo do que um candidato a deputado federal, bem como os eleitores circulam por regiões proporcionalmente mais amplas desse território, participando de um fluxo informacional mais difuso e

integrado. Assim, como se dá a dinâmica da regionalização das candidaturas e da concentração/dispersão dos votos num espaço menor? Teoricamente, espera-se que haja algum tipo de alteração no fenômeno, mas qual? Na próxima seção, passaremos para a avaliação empírica dessas relações.

Hipóteses e dados

A identificação de estratégias de regionalização de candidaturas e da dispersão de votos é verificada por regiões e municípios no nível do Legislativo federal. Nesses trabalhos, cada candidato é associado a uma determinada área geograficamente delimitada de duas diferentes formas: ou com base em informações que os próprios candidatos fornecem, isto é, com base em resultados de *survey* (Górecki e Marsh, 2012, 2014); ou com base numa *proxy* dessa resposta em casos em que ela inexistente: dados de sua trajetória pessoal e política – por exemplo, local de nascimento, ou de atuação política local passada (Jankowski, 2016; Shugart *et al.*, 2005; Silva e Silotto, 2018). Para o caso desta pesquisa, os municípios foram substituídos por bairros. Curitiba tem 75 bairros que concentraram 1.289.215 eleitores nas eleições municipais de 2016. Estes elegem, a cada pleito, 38 vereadores.

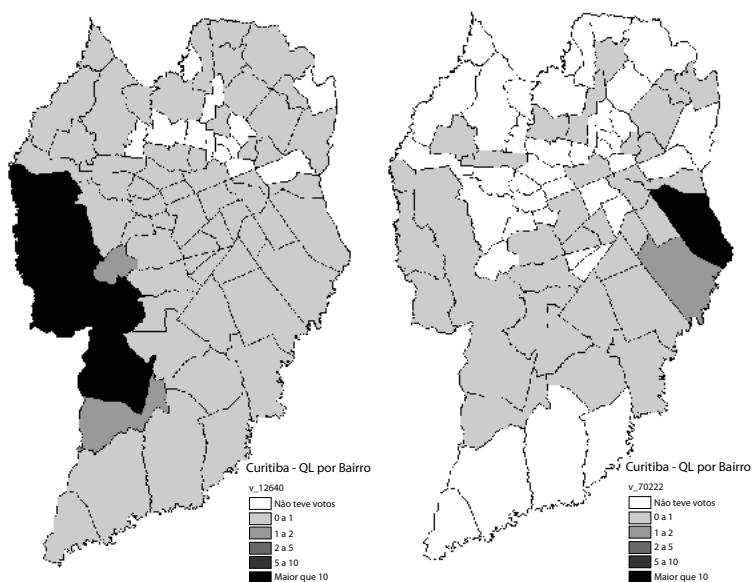
A vinculação de um candidato a um bairro foi feita de acordo com o *survey* “Quem decide concorrer?”. Os 776¹ candidatos entrevistados deveriam responder, em primeiro lugar, qual era o bairro ao qual pertenciam, e, posteriormente, qual era a sua motivação para se candidatar. A resposta a essa questão, fechada, incluía uma opção de “Representar a região/bairro em que atuo”, dentre outras cinco respostas possíveis. Ao todo, 376 candidatos, ou 48,15% da amostra, responderam que pretendiam representar seu bairro ou região. Destes, 19 foram eleitos, isto é, metade dos vereadores de Curitiba afirmaram ter intenção de se eleger para representar sua região ou bairro.

O objetivo do trabalho será verificar a existência de estratégias regionalistas tanto de parte dos partidos quanto a resposta de eleitores a elas. Vale ressaltar, antes, que essa conceituação de estratégia é apenas uma das várias possíveis em consonância com a afirmação empírica de Nicolau (2006). Da mesma forma (ou, como uma consequência), diferentes resultados também são igualmente possíveis: dispersão e concentração de votos podem variar na cidade por diversos fatores, conforme a Figura 1 revela.

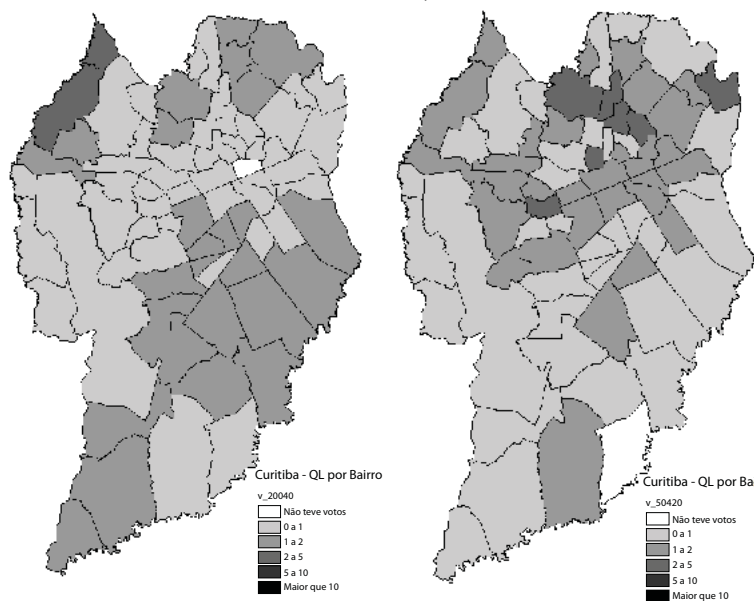
1. Ainda que o número da amostra seja, de fato, 781, apenas 776 tiveram suas candidaturas deferidas pelo TSE.

**Figura 1 – Concentração e dispersão de votos por
QL – Legislativo municipal, Curitiba, 2016**

1.I – Padrões concentrados



1.II – Padrões dispersos



Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE. Shape Ippuc.

Os dois primeiros mapas da Figura 1 exemplificam padrões de votação concentrados, isto é, cujas concentrações de voto (mensuradas pelo quociente locacional – QL) mais altos são geograficamente localizados em bairros próximos. O primeiro mapa desse padrão à esquerda corresponde à votação de José Ortiz Lins, que concorreu sob o número 12640, e foi eleito. Lins, que afirmou ser do bairro Cidade Industrial, no extremo oeste da cidade, também manifestou no *survey* o intuito de representar seu bairro. Como consequência, foi exatamente nesse bairro que sua votação foi mais concentrada. Por outro lado, o segundo mapa, à direita, do candidato Dorvalino Pinto (número 70222), também apresenta um padrão concentrado, mas o candidato não obteve sucesso eleitoral e também atestou outra motivação que não a da representação geográfica. Ainda assim, seus votos se concentraram no bairro ao qual o candidato pertence, ou seja, Cajuru, no extremo leste da cidade.

Já os dois mapas seguintes referem-se a exemplos de padrões de votação dispersos. O primeiro, à esquerda, corresponde ao candidato Wolmir Cardoso de Aguiar, que concorreu com o número 20040. Aguiar, que apresenta um padrão disperso de votação, foi eleito. No *survey*, o candidato disse que sua candidatura era motivada pelo seu bairro, Batel, que se localiza no centro. Entretanto, como é possível verificar, não há diferencial de concentração de votos em nenhum bairro da área central da cidade. Da mesma forma, o candidato do mapa à direita, James Kava (número 50420), também não apresenta concentração elevada no bairro central do qual vem, Seminário. Kava, diferentemente, não foi eleito e também não justificou sua candidatura de forma geográfica.

Reiterando Nicolau (2006), muitos fatores interagem ao mesmo tempo numa eleição. Esses múltiplos fatores influenciam a distribuição dos votos dos candidatos ao longo do território do distrito. O ponto aqui é que a explicação cunhada na conectividade engendrada pela geografia é um desses fatores. Em uma análise agregada, é possível perceber evidências desse argumento, ainda que em casos individuais isso possa não acontecer.

Nesse sentido, e de acordo com o previamente exposto, há três hipóteses a serem exploradas. A primeira decorre da ideia de que, com a existência de um duplo incentivo, um em favor da concentração de votos e outro na direção contrária, informações que associem um candidato a determinada região da cidade devem revelar maior importância do incentivo à concentração de votos. Assim, a primeira hipótese a ser avaliada pode ser formulada da seguinte maneira:

H1: Candidatos que se associam a um bairro tendem a ter sua votação mais concentrada do que aqueles que não se vinculam a uma localidade particular.

Como os incentivos para a espacialização dos votos decorrem de um componente geográfico, é esperado teoricamente que o padrão de dispersão de votos de candidatos de mesmas regiões seja semelhante. Ainda que o efeito contrário possa diluir a importância do componente geográfico, a rede de relacionamentos estabelecidos entre os eleitores formando um tecido pré-eleitoral sobre o qual os políticos devem trabalhar formaria padrões de votos semelhantes. Dessa forma, a segunda hipótese pode ser assim apresentada:

H2: Indivíduos de mesmos bairros possuem um padrão semelhante de distribuição de votos pelo território.

Por fim, espera-se que a importância da regionalização seja reconhecida pelos políticos como um ativo importante em suas estratégias. A formação da lista de candidatos, por conseguinte, deve incorporar essa dimensão, uma vez que a coordenação regional seria aspecto importante para a capacidade de vencer a eleição por cada partido e seus candidatos. Então, pode-se formular a última hipótese da seguinte forma:

H3: Os partidos políticos formam listas de forma a evitar disputa entre os candidatos em suas regiões específicas.

Vale dizer que a investigação dessas hipóteses será feita de maneira exploratória, já que não há pretensão de aferir causalidade de nenhuma forma.

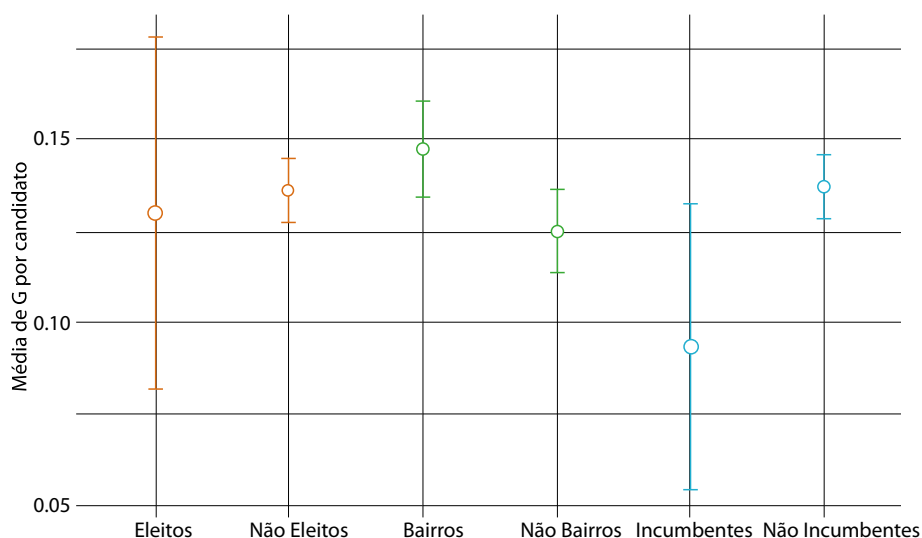
Para avaliar a primeira hipótese, foram calculados índices de concentração espacial de votos – o índice G (Avelino *et al.*, 2011, 2016). Esse indicador foi calculado por bairro para cada um dos candidatos analisados e é expresso da seguinte maneira:

$$G_i = \sum_m \left(\frac{V_{im}}{V_i} - \frac{V_m}{V} \right)^2 \quad (1)$$

em que G_i é o índice medido para o candidato i ; V_{im} é a votação obtida pelo candidato i no bairro m , V_i é o total de votos do candidato i ; V_m é o total de votos do bairro m e V é o total de votos da cidade. Os dados descritivos são apresentados no Gráfico 1.

O valor médio para o conjunto dos 776 candidatos a vereador da amostra é 0,135, indicando uma moderada concentração regional. Não há praticamente diferença entre os valores médios para os grupos de eleitos e não eleitos – 0,130 e 0,136, respectivamente, ainda que a variância entre os eleitos seja expressiva. Já entre os incumbentes e não incumbentes, a diferença entre os valores médios é substantiva e estatisticamente significativa: 0,093 e 0,137, respectivamente. Esse achado vai ao encontro do apresentado por Avelino *et al.* (2016) e por Silva (2017), que sugerem que os deputados que se recandidatam ampliam espacialmente a sua votação entre as eleições. De maior interesse aqui, os dados mostram que, entre os que se definem como representando um bairro específico diante daqueles que não o fazem, a votação dos primeiros é mais concentrada do que a dos segundos: 0,147 e 0,125, respectivamente. Esses valores são diferentes estatisticamente, e estão na direção teoricamente esperada: os que dizem associar-se a um bairro possuem votação mais concentrada do que aqueles que não o fazem, em consonância com a hipótese 1 anteriormente formulada. Assim, os dois grupos – políticos identificados com um bairro e os incumbentes – apresentam valores médios para a concentração de votos que estão de acordo com o esperado teoricamente. Já para o grupo dos eleitos, embora se espere que aqueles que se elejam sejam os que conseguem desconcentrar seus votos, a grande variância não permite que se observe essa ocorrência.

Gráfico 1 – Estatísticas para o índice G para grupos de candidatos



Fonte: TSE e LAPeS/Nusp (UFPR).

Já com o intuito de avaliar a correlação espacial cruzada, isto é, avaliar a pertinência da hipótese 2, foi utilizado o indicador proposto por Chen (2015) e que está indicado a seguir:

Em que R_c é o índice de correlação espacial cruzada, x^T é o vetor normalizado transposto dos valores do índice de quociente locacional por bairros, ou QLS², de um candidato i , W é uma matriz de distância e y é outro vetor normalizado dos valores dos QLs do candidato j . Deve-se destacar que nos casos em que $i = j$, R_c , é idêntico ao I-Moran local. Assim, esse indicador mostra como a distribuição de votos de um candidato está espacialmente correlacionada com a distribuição de votos de outro candidato. Aqui foram calculadas as correlações para todos os pares de candidatos analisados. A Tabela 1 mostra os dados médios dessas correlações para grupos distintos de candidatos, excluindo-se a correlação de cada candidato com ele mesmo.

Tabela 1 – Média da correlação espacial cruzada por grupos de candidatos

Todos		Intervalo de confiança		
	Média	Mínimo	Máximo	<i>p-value</i>
Mesmo bairro	-0,0005	-0,0011	0,0002	.437
Bairros diferentes	-0,0002	-0,0003	-0,0001	
Mesmo bairro		Intervalo de confiança		
	Média	Mínimo	Máximo	<i>p-value</i>
Eleitos	0,030	0,012	0,0048	.004
Não eleitos	-0,001	-0,002	-0,0003	
Eleitos		Intervalo de confiança		
	Média	Mínimo	Máximo	<i>p-value</i>
Mesmo Bairro	0,030	0,012	0,048	.001
Bairros diferentes	-0,001	-0,003	0,002	

p-value se refere à diferença entre as médias dos grupos a que se refere

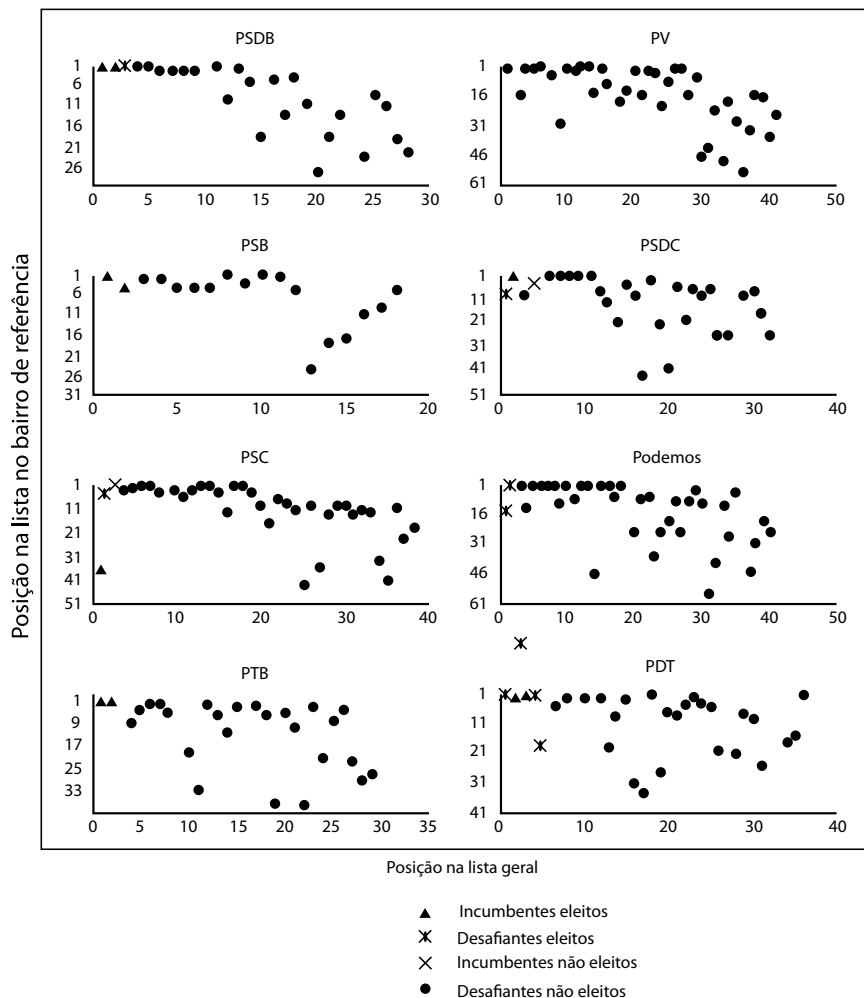
Fonte: TSE, elaboração própria.

2. O QL tem sua adaptação para dados eleitorais na seguinte formulação: $QL_{ic} = \frac{V_{ic}}{V_i} / \frac{V_c}{V}$, sendo V_{ic} o total de votos do partido i na cidade c , $V_c = \sum_i V_{ic}$, $V_i = \sum_c V_{ic}$ e $V = \sum_c \sum_i V_{ic}$.

O que se nota na primeira parte da Tabela 1 é que, dentre todos os candidatos, aqueles que almejam representar o mesmo bairro possuem média de correlação espacial cruzada estatisticamente igual à daqueles que manifestam a pretensão de representar bairros diferentes. Porém, quando se separa os candidatos considerando o resultado da eleição, a diferença entre as médias surge: dentre os pares de candidatos que se declaram do mesmo bairro, os que se elegem possuem média superior e estatisticamente diferente daqueles que não se elegem. Dentre os eleitos, a lógica é a mesma: a correlação espacial tem média positiva para os eleitos que se declaram representar o mesmo bairro de outro candidato eleito, enquanto para os não eleitos, mesmo quando dizem representar o mesmo bairro, a correlação é negativa e estatisticamente diferente. Porém, o ponto a ser destacado aqui é que as médias, para todos os grupos, são muito baixas. Ainda que para o grupo dos eleitos – a maior média – ela seja estatisticamente diferente do valor teórico esperado para o I-Moran local, são valores médios ainda bastante baixos. Então, se, por um lado, os eleitos apresentam correlação espacial de votos distinta da dos demais, o valor médio dela não é elevado.

Por fim, resta analisar a terceira hipótese, isto é, avaliar a coerência das listas partidárias com estratégias regionalistas. Para essa finalidade foram selecionados os partidos que obtiveram a maior votação na eleição de 2016. Em cada uma das listas, foram associados os bairros que os candidatos diziam representar. A partir dessas informações, foram observadas a posição de cada candidato individualmente na lista geral do partido e a posição entre todos os candidatos no bairro de referência. Essa construção, similar à feita em Silotto (2016), visa apontar para a coerência interna dessas relações. Evidências de coordenação são verificadas nos casos em que os candidatos ficam no topo dos gráficos, simbolizando que são mais votados no bairro que dizem representar do que os demais candidatos lançados pelo mesmo partido. O Gráfico 2 mostra os resultados:

Gráfico 2 – Posição do candidato na lista geral do partido e em seu bairro por partido



Fonte: TSE, elaboração própria.

Os gráficos indicam que há, sim, coordenação na lista, mas esta não é tão forte quanto aquela encontrada por Silotto (2016) ao tratar dos candidatos paulistas a deputado federal. Além disso, os resultados aqui variam também pelo *status* do candidato: se incumbente ou desafiante; e pelo resultado da eleição: eleito ou não. Pode-se notar, por exemplo, que incumbentes eleitos pelo PSC e PSB não alcançaram a posição de liderança em seus bairros. A variação entre os desafiante eleitos é ainda maior: no PSDC, no PSC, no PDT e no Podemos, desafiante não foram os líderes em seus bairros. De outra parte,

chama atenção a variação entre os resultados de cada partido. No geral, os mais votados são os líderes em seus bairros. Isto vai ao encontro do esperado teoricamente. Porém, em alguns, como o PSDB, o PSC e o Podemos, os candidatos mais votados foram também os líderes em seus bairros. Esse resultado sugere coordenação na formação da lista. Já no PV e no PDT, a coordenação foi menor, com os mais votados no partido não vencendo os seus bairros.

Seria necessário identificar quem são os indivíduos que se sobressaem em outros bairros que não o seu para avaliar qual o recurso utilizado com esse fim. Há duas possibilidades aqui: ou os candidatos possuem meios próprios de divulgação de seu nome para além de seu bairro, como um radialista, por exemplo, ou ele está situado em um bairro que tem uma posição privilegiada no fluxo de informação entre os eleitores.

Ainda assim, há indícios de coordenação das listas, mesmo que não esteja tão clara quanto na avaliação para deputados (Silotto, 2016). De toda forma, era teoricamente esperado que candidatos incumbentes, aqueles cujos eleitores têm mais informações sobre e podem, assim, usá-las de forma heurística na sua escolha, ficam no topo esquerdo dos gráficos. Esse achado aponta que, ainda que esses candidatos não se elejam, é no interior dos bairros dos quais eles vêm que reside a maior parte de seus votos. Retomando Neumayer e Plümpner (2016), a conectividade entre o contexto do candidato e dos eleitores reverbera nos votos que ele consegue conquistar e, sobretudo, onde ele consegue conquistá-los.

Discussão dos resultados

As análises, no geral, apontam para a importância do componente geográfico nos resultados eleitorais: candidatos que alegam como motivação a representação de seus bairros possuem votação mais concentrada do que os demais, os incumbentes apresentam votação mais desconcentrada do que os desafiantes (Avelino *et al.*, 2011), a correlação espacial dos votos entre os eleitos é diferente da dos não eleitos e os candidatos tendem a ser os vitoriosos em seus bairros nas listas de seus partidos. Porém, vale dizer que alguns desses resultados não são tão fortes: a correlação espacial entre os eleitos é baixa e a posição na lista não é tão consistente em todos os partidos. A existência do duplo incentivo – o institucional e o geográfico – se reflete nesses resultados e implica a avaliação mais detalhada dessa interação e de suas consequências.

A distinção dos indivíduos identificados com um bairro e dos incumbentes sugere duas interpretações que a justifiquem. A primeira é a de que o fato de um político ter seu nome conhecido, seja por suas atividades em um bairro

específico, seja pelo mandato, afeta a sua distribuição de votos: os auto-associa-
dos a um bairro têm votação mais concentrada; os incumbentes, votação mais
dispersa. A argumentação geográfica atende aos dois resultados: os indivíduos
que se vinculam a um bairro são mais conhecidos ali e por isso sua votação se
concentra, enquanto o incumbente, por ter ocupado o cargo, apresenta votação
mais dispersa. A segunda interpretação é a da intencionalidade dos políticos: sua
votação é exclusivamente resultado de ações deliberadas. Assim, seria possível
dizer que o incumbente, por meio de seu mandato, age com o intuito de espalhar
seus votos pela cidade. Porém, essa afirmação não é facilmente associada aos
políticos que dizem se identificar e pretender representar seu bairro. Uma estratégia
clara de definir um bairro como sendo o *locus* de sua representação é arriscada
no sentido de limitar o contingente de eleitores a uma área clara da cidade. O
candidato está estreitando o universo de eleitores potenciais e, salvo em casos
de elevado contingente populacional no bairro referido, a estratégia é limitadora.

Com relação à correlação espacial, chama atenção o fato de o resultado
mais elevado acontecer apenas para os eleitos, pois, teoricamente, se a rede
de relações existe, ela deve influenciar a todos os participantes. Uma hipótese
plausível derivada desse resultado se dá pelo fato de que os eleitos recebem
um montante de votos maior que os demais. Isto pode denunciar que o efeito
geográfico que afeta a dispersão de votos só seria perceptível para votações
mais expressivas. Porém, nada nos autoriza a afirmar que este seja o caso,
exigindo maiores investigações. Ademais, é importante destacar que nesta
pesquisa não foram excluídos candidatos da análise. Isto implica dizer que
candidatos que tenham recebido poucos votos foram mantidos e esse critério
pode explicar ao menos parcela do resultado observado.

Já quanto à formação das listas, a variação entre os partidos possivelmente
decorre da sua capacidade de coordenação e, nesse sentido, espera-se que a
estrutura partidária tenha efeitos. Partidos mais centralizados ou mais coor-
denados tendem a apresentar listas mais coerentes do que aqueles com maiores
dificuldades de coordenação. Ademais, há também um problema com relação
aos candidatos potenciais, que é um estoque com o qual a certa altura o partido
deve lidar e não tem muita margem para reorganizar. Nesse sentido, a organi-
zação de um partido político e os meios pelos quais ele constrói a sua oferta
de candidatos afetará diretamente as chances de eleição de seus candidatos
exatamente porque a disputa territorial pode dividir votos ao invés de somá-los.

Assim, ainda que os achados não sejam tão consistentes como aqueles
encontrados por Silotto (2016) e Silva e Silotto (2018), a diferença é teorica-
mente prevista: é preciso considerar quem faz as estratégias e, principalmente,
em qual contexto. Na conjuntura de análise, ainda que a estrutura institucional,

cristalizada no arranjo formal das regras, se mantenha, o universo no qual a dinâmica eleitoral ocorre é diverso: mais uma vez, um incentivo duplo de vetores opostos. A forma como partidos organizam suas estratégias não se descola do meio social-geográfico no qual elas ocorrerão. Assim, Curitiba tende, evidentemente, por apresentar um cenário geograficamente menor, no qual custos são também menores, a alterar a dinâmica das estratégias delineadas. Se num cenário maior e mais oneroso a exigência de coordenação é alta porque os custos de não o fazer é também elevado, é natural esperar que os achados divirjam.

Considerações finais

Este trabalho pretendeu investigar o efeito de duas forças que atuam sobre a concentração de votos. Os resultados aqui indicam que a interação entre a dimensão institucional e a dimensão geográfica é fator explicativo da dispersão espacial de votos. O território reduzido de Curitiba em relação aos distritos para o Legislativo federal altera a importância relativa de cada uma daquelas dimensões. Assim, as observações feitas aqui dão indícios da atuação daquelas dimensões, ressaltando a necessidade de mesclarmos o aspecto contextual ao institucional no que tange à compreensão da espacialização dos votos.

Pesquisas que sigam por esse caminho dependem da evidenciação de alguns aspectos da dinâmica populacional da cidade. Por exemplo, seria essencial conhecer o fluxo de pessoas dentro da cidade a partir de dados como uma matriz origem-destino. Sua avaliação seria interessante para a identificação de quais são as regiões que atraem as pessoas diariamente e quais são aquelas de menos trânsito ou que têm o papel de dormitório.

Para além do desenvolvimento de dados que retratem a rede sociogeográfica sobre e por meio da qual o mundo político interage em um período eleitoral, há outros caminhos pelos quais as pesquisas devem trilhar. Talvez o desdobramento de maior destaque seja o de se observar a relação que um político uma vez eleito estabelece com o seu bairro. Qual o tipo de relação estabelecida e a importância dessa relação para a sua carreira política é de suma importância para que se entenda a extensão do incentivo institucional sobre o comportamento dos políticos. As relações observadas devem variar de acordo com características individuais dos políticos, mas também em consonância com a região na qual os eleitores estão. Certas relações serão mais ou menos prováveis e viáveis a depender de aspectos regionais. A suposição de relações unívocas derivadas a partir das regras adotadas é incompleta.

Outro desdobramento interessante a ser explorado se volta a avaliar qual é o impacto sobre as chances de eleição de um político que se associa a um bairro específico. Bairros populosos ou centrais em termos do fluxo de pessoas tendem a ser aqueles nos quais os políticos terão vantagem eleitoral por conta do vetor geográfico, se assemelhando à importância das capitais (Latner e McGann, 2005) e às regiões metropolitanas (Silva e Silotto, 2018). O ponto está em avaliar se essa expectativa se confirma e, uma vez existindo, mensurá-la.

Por fim, é também central observar a organização interna dos partidos na cidade de Curitiba para verificar a sua capacidade de coordenação. Os dados sugerem que a coordenação na composição da lista varia entre os partidos e a organização interna é potencialmente a causa dessa variação. Esta investigação conjuga a espacialização dos votos dos candidatos com o papel que os partidos são capazes de exercer em uma eleição proporcional no país.

Evidentemente, os apontamentos feitos aqui não esgotam os diferentes temas de pesquisa que podem ser analisados sobre essa temática. Parece-nos promissora a avaliação da relação entre os aspectos institucionais e os geográficos para compreender os resultados eleitorais no Brasil, tema tão caro aos cientistas políticos que estudam o país.

Referências

AGNEW, J. A. (1987). *Place and politics: the geographical mediation of state and society*. Boston: Allen & Unwin.

AGNEW, J. (1996). Mapping politics: how context counts in electoral geography. *Political Geography*, vol. 15, n. 2, 129-146.

AVELINO, G. et al. (2011). A concentração eleitoral nas eleições paulistas: medidas e aplicações. *Dados*, vol. 54, n. 2, 319-47.

_____. et al. (2016). A concentração eleitoral no Brasil, 1994-2010. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, vol. 59, n. 4, p. 1091-1125.

BLAIS, A.; LAGO, I. (2009). A general measure of district competitiveness. *Electoral Studies*, vol. 28, n. 1, p. 94-100.

BOLOGNESI, B. (2013). The candidate selection in DEM, PMDB, PSDB and PT in the Brazilian's 2010 federal legislative elections: candidates perception from party list building. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, n. 46, p. 45-68.

BRAGA, M. do S. S. (2008). Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *Opinião Pública*, vol. 14, n. 2, p. 454-85.

CARNEIRO, A. (2009). *Processo de seleção de candidatos ao cargo de deputado federal no Estado do Rio de Janeiro: organizando as “peças” do quebra-cabeça*. Tese (Doutorado) – IUPERJ, Rio de Janeiro.

CHEIBUB, J. A.; SIN, G. (2015). Order in chaos: intraparty coordination in open list pr systems. Apresentado na 73rd MPSA Annual Conference, Chicago, EUA.

CHEN, Y. (2015). A new methodology of spatial cross-correlation analysis. *Plos One*, vol. 10, n. 5, e0126158.

COX, G. W.; SHUGART, M. S. (1996). Strategic voting under proportional representation. *Journal of Law, Economics, & Organization*, vol. 12, n. 2, p. 299-324.

GÓRECKI, M. A.; MARSH, M. (2012). Not just “friends and neighbours”: canvassing, geographic proximity and voter choice. *European Journal of Political Research*, vol. 51, n. 5, p. 563-82.

_____. (2014). A decline of “friends and neighbours voting” in Ireland? Local candidate effects in the 2011 Irish “earthquake election”. *Political Geography*, n. 41, p. 11-20.

GUARNIERI, F. (2004). *Partidos, seleção de candidatos e comportamento político*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo.

JANKOWSKI, M. (2016). Voting for locals: voters’ information processing strategies in open-list PR systems. *Electoral Studies*, n. 43, p. 72-84.

KEY, V. O. (1949). *Southern politics in state and nation*. Nova York: A. A. Knopf.

LATNER, M.; MCGANN, A. (2005). Geographical representation under proportional representation: The cases of Israel and the Netherlands. *Electoral Studies*, vol. 24, n. 4, p. 709-34.

LAU, R. R.; REDLAWSK, D. P. (2006). *How voters decide: information processing in election campaigns*. Cambridge: Cambridge University Press.

LEMBO, C. (1999). *O futuro da liberdade: estudos e circunstâncias*. São Paulo: Loyola.

NEUMAYER, E.; PLÜMPER, T. (2016). W. *Political Science Research and Methods*, vol. 4, n. 1, p. 175-93.

NICOLAU, J. (2006). The open-list of electoral system in Brazil. *Dados*, vol. 49, n. 4, p. 689-720.

NORRIS, P. (1993). *Gender and party politics* (annotated edition). Londres; Thousand Oaks, Calif: Sage.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. (2009). Paths to Congress: candidates running for and elected to the Brazilian Chamber of Deputies in 2006. *Dados*, vol. 52, n. 2, p. 301-33.

SAMUELS, D. (2001). Incumbents and challengers on a level playing field: assessing the impact of campaign finance in Brazil. *Journal of Politics*, vol. 63, n. 2, p. 569-584.

SHUGART, M. S. et al. (2005). Looking for locals: voter information demands and personal vote-earning attributes of legislators under proportional representation. *American Journal of Political Science*, vol. 49, n. 2, p. 437-49.

SILOTTO, G. (2016). *A dimensão regional das estratégias partidárias em eleições proporcionais de lista aberta no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, G. P. da. (2017). Mesmas instituições, mesmos resultados? Comparando o efeito da competição eleitoral sobre os níveis de concentração de votos. *Opinião Pública*, vol. 23, n. 3, p. 682-713.

SILVA, G. P. DA; SILOTTO, G. (2018). Preparando o terreno: condicionantes da regionalização do voto para deputado federal em São Paulo. *Brazilian Political Science Review*. (No prelo.)

TERRON, S. L. (2009). *A composição de territórios eleitorais no Brasil: uma análise das votações de Lula (1989-2006)*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).

Candidatos da fé: bases sociais e estratégias eleitorais dos partidos confessionais

Tiago Daher Borges, Flávia Roberta Babireski e Bruno Bolognesi¹

Introdução

A representação política evangélica faz parte da nossa atual experiência democrática. Desde a redemocratização, tornou-se significativa a quantidade desses representantes nas principais arenas legislativas. Portanto, nosso objetivo é tratar o fenômeno como um processo de representação em nosso sistema partidário e investigar o modo como nossos partidos políticos se relacionam com esse grupo.

Nosso trabalho parte de uma transformação recente, que tem desafiado algumas das antigas interpretações a respeito de nosso sistema político: a emergência de partidos declaradamente vinculados às Igrejas evangélicas. Destoando do diagnóstico usual de nosso sistema partidário, caracterizado como pouco conectado às clivagens sociais, esses partidos afirmam ter uma agenda conservadora e expõem estreitos vínculos com determinadas denominações religiosas. Esses partidos confessionais representam alguma novidade em nosso sistema político, quando lidamos especificamente com algumas características organizacionais?

Apesar de quase três décadas de estudos sobre os “representantes de Deus”², chama atenção a ausência de estudos aprofundados a respeito do modo como eles se conectaram com nossos partidos políticos. Trata-se de uma discussão que envolve pensar não apenas as dinâmicas internas no campo

-
1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
 2. Talvez o primeiro estudo sobre os evangélicos na política partidária-parlamentar seja o de Antonio Flávio Pierucci, “Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte” (1996), publicado originalmente em 1989.

evangélico, mas também das organizações a que pertencem e mobilizam a fim de se inserirem na disputa democrática: os partidos políticos. No presente capítulo, olharemos apenas a face organizacional dos partidos a partir da percepção dos candidatos a vereador em Curitiba em 2016 e investigaremos a possível singularidade desses partidos em relação aos demais. Afinal, esses partidos possuem um modo diferente de se organizar e lidar com seus candidatos? Ou seja, estamos lidando com uma novidade quando olhamos para dinâmicas organizacionais de alocação de poder?

Para isso trabalharemos com três elementos da organização partidária, no nível municipal: (1) estrutura de apoio, isto é, a capacidade de as legendas servirem aos seus candidatos; (2) lealdade entre candidatos e partidos; e (3) relação do partido com o ambiente por meio da representação eleitoral de candidatos com ligações fora do partido. A hipótese é que candidatos de partidos confessionais são um meio-termo da representação personalista e da partidarista, abrangendo o tipo societalista de representação eleitoral.

Na primeira parte discutiremos brevemente a literatura que tratou do fenômeno da representação política evangélica, apontando algumas características e lacunas da produção recente. Em seguida, apresentaremos algumas definições a respeito dos partidos confessionais e sua organização, e os critérios utilizados no recorte de pesquisa. E, na última parte, responderemos, a partir dos dados do *survey*, a indagação a respeito da singularidade organizacional desses partidos em relação aos pares. Como ficará claro, os resultados guardam menor aproximação dos candidatos em relação a estruturas partidárias diferenciadas e maior relação com o *party environment*.

O fenômeno evangélico e a novidade estratégica

Desde a década de 1980, mesmo antes de partidos mais claramente associados aos evangélicos, os representantes “de Cristo” já estavam presentes em nosso sistema político, conseguindo uma expressiva quantidade de votos e, muitas vezes, se pronunciando em nome de Igrejas e orientações religiosas.

Em relação aos dados populacionais, o crescimento dos evangélicos impressiona, passando a englobar quase um quarto da população brasileira: no último censo, “os evangélicos saltaram de 6,6% em 1980 para 22,2% da população em 2010” (Mariz e Gracino Jr., 2013, 161). Mesmo em um país predominantemente cristão, o quadro apontado é de pluralização da adesão religiosa, com a “derrocada constante da hegemonia católica concomitante à consolidação institucional e demográfica dos grupos pentecostais” (Mariano, 1999, 15).

Assim, o país tem assistido a uma transformação populacional que reconfigurou o campo religioso de maneira ampla, influenciando em diversos aspectos a vida social e política.

Paralelo a esse crescimento, verifica-se uma representação significativa no Congresso Nacional. Segundo levantamento do Diap, o número de representantes da “bancada evangélica” eleita em 2014 chegou a 75, superando em dois a já expressiva quantidade da legislatura anterior. Em seu clássico estudo sobre a atuação evangélica na Constituinte, Antônio Flávio Pierucci já constatava 33 “parlamentares que se autoproclamavam evangélicos” (Pierucci, 1996, 164). Para o autor, a novidade desse fenômeno residia em uma clara estratégia de tornar os seus vínculos e demandas visíveis para os eleitores. Assim, a novidade política consistia em se anunciar como “parte”, com sólidos vínculos com determinadas Igrejas e com claros interesses conservadores.

Porém, esse movimento de inserção na política partidária se deu de forma dispersa nos anos 1980 e nas duas décadas seguintes. A relação das Igrejas com os partidos é ainda pouco tratada, sendo destacada apenas sua proximidade com os principais partidos brasileiros nos embates presidenciais (Campos, 2005, Oro, 2003, Freston, 1993; 2006). Tendo um capital eleitoral significativo, desde 1989, Igrejas são procuradas por candidatos aos cargos executivos. Por outro lado, a literatura refere-se à ausência de uma concentração em um ou mais partidos declaradamente religiosos (Borges, 2009). Ou seja, até o início da primeira década do século XX, o diagnóstico era de dispersão de candidatos e representantes em uma grande quantidade de partidos políticos, que não expunham claramente seus vínculos com as Igrejas.

Além desses aspectos, outra característica nesse momento inicial foi a novidade promovida pela Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que transformou significativamente o modo de inserção política das Igrejas e dos líderes evangélicos. Desde a década de 1990, a sua atuação é marcada pela construção de uma sólida organização política, com um forte controle de candidaturas e dispersão geográficas dos esforços no seu lançamento: “Nas grandes cidades [...], a Igreja tem dividido os templos entre os seus candidatos oficiais, sendo que essas ‘paróquias’ se comportam como se fossem ‘distritos eleitorais’” (Campos, 2005, 61). Trata-se de uma prática marcada por um rígido controle exercido pelas principais lideranças, que avaliam a viabilidade e, em seguida, definem como a campanha será estruturada nas Igrejas³. Assim, a estratégia surgia no sentido de atender à ambição de obter

3. Nesse ponto, é importante destacar a ação do Conselho de Bispos, responsáveis por organizar a seleção de candidaturas. A composição desse Conselho é determinada por Edir

maior visibilidade e influenciar na produção legislativa, com uma compreensão de como o sistema político opera.

Tal esforço organizacional da lurd levou a um significativo êxito nas urnas⁴, o que proporcionou um “efeito mimético” dessas práticas para outras Igrejas (Oro, 2003, Dantas, 2011). Um grande exemplo é o da Assembleia de Deus (AD), que, desde a Constituinte, possuía representantes no Congresso Nacional. Mesmo com essa presença inaugural, as estratégias eleitorais só foram tomadas posteriormente pela Igreja, em uma clara inspiração do sucesso obtido pela lurd (Dantas, 2011). Todavia, essa influência não resultou em um mesmo modelo de organização. Como a AD é caracterizada por muitas dissidências e ramificações, foi necessária a criação de uma estrutura mais descentralizada de seleção dos candidatos, a partir do Conselho de Pastores, que contava com representantes de todas as subdivisões da Igreja, os Ministérios. Assim, apesar de importante, o efeito mimético conviveu com as especificidades de cada Igreja no modo de se organizar eleitoralmente e escolher as candidaturas.

Mesmo partilhando de muitos valores religiosos e políticos, esse grupo não pode ser pensado como coeso e homogêneo. Apesar da influência da lurd, falar da inserção política dos evangélicos é tratar de um grupo heterogêneo, dividido em diferentes Igrejas, cada uma com suas especificidades organizacionais. Em uma tentativa de estreitar os laços entre os “representantes de Deus” no Congresso Nacional, em 2003 foi criada a Frente Parlamentar Evangélica. O seu início não foi muito frutífero, chegando a encerrar suas atividades alguns anos depois, devido à ausência de mecanismos de sanção das ações de seus membros, dado que muitas vezes suas iniciativas não eram seguidas por todos, perdendo a sua força e papel agregador e determinante do comportamento parlamentar. Em 2015, a Frente foi refundada e fortalecida, com o aumento do número de deputados evangélicos nas últimas legislaturas, contando com 198 deputados e quatro senadores, sendo, atualmente, uma das mais atuantes na Câmara.

O presente trabalho parte de uma transformação desse quadro e a partir do surgimento de partidos mais claramente vinculados com as Igrejas evangélicas. Nos últimos anos, em partidos como PSC, PRB, Patriota, DC e PTC, verifica-se

Macedo, o que indica forte centralização da máquina eleitoral da lurd.

4. Já em 1998 é constatado o protagonismo da lurd nas eleições legislativas. Como aponta Paul Freston, “a novidade [nesse pleito] é o surgimento da Igreja Universal do Reino de Deus como força hegemônica. Catorze deputados federais são membros da lurd, e mais dois filiados a outras Igrejas devem sua eleição à Universal. A lurd terá uma bancada efetiva de 16, quase metade de todos os evangélicos” (2006, 113).

que o vínculo é cada vez mais visível e os esforços parecem estar cada vez mais concentrados em partidos pequenos e médios. Trata-se de um elemento novo, que deve ser compreendido sob a luz de uma discussão que pouco é levantada entre os trabalhos sobre a inserção política desse grupo social. É fundamental tratarmos esse problema levando em conta a arena em que os candidatos e Igrejas têm atuado: no sistema partidário brasileiro, condicionado por determinadas regras e práticas que podem, obviamente, influenciar a estratégia desses atores.

Sistema partidário brasileiro: são todos iguais?

A investigação contida neste texto se assenta no desenvolvimento dos diagnósticos a respeito da organização dos partidos brasileiros. De maneira geral, é possível identificar na literatura um movimento de progressivo reconhecimento de especificidades de nossos partidos, tradicionalmente tratados como frágeis e desvinculados da sociedade (Mainwaring, 2001; Ames, 1995).

Na mudança de visão, talvez impulsionada por avanços metodológicos ou descobertas em outras áreas de atuação, em especial no Legislativo, percorremos um diagnóstico de uma quase indiferenciação dos partidos para um quadro mais complexo, com importantes singularidades e movimentações que contradizem as antigas expectativas (Meneguelo, 1989; Keck, 1992; Hunter, 2008; Braga, 2009), com alguns estudos focados no caso do PT (Ribeiro, 2009, 2010; Amaral, 2013). Destoando dessa interpretação, Guarnieri (2010) sustenta a existência de um quadro mais complexo do que o identificado, definindo a organização do partido em termos da existência de uma estrutura sólida e não condicionada às vontades de poucas lideranças. O autor aponta que não apenas o PT pode ser classificado como mais organizado e descentralizado (poliárquico), mas também o PMDB entraria nessa categoria. Trata-se de partidos com uma estrutura mais sedimentada em torno de diretórios e não tanto em comissões provisórias⁵. O PSDB, PDT e DEM entrariam em um grupo intermediário e o PTB e o PP seriam aqueles que se enquadrariam no grupo dos menos estruturados organizativamente. Assim, o diagnóstico de Guarnieri destoaria da interpretação hegemônica identificando o conjunto das organizações partidárias brasileiras

5. Essas comissões antecedem a formação dos diretórios e, segundo o autor, tornaram-se um dispositivo que acaba sendo um recurso importante para as lideranças partidárias: “como são os dirigentes partidários que escolhem os membros das comissões provisórias, são eles também que escolhem os delegados às convenções. Quando as comissões provisórias formam parte significativa dos órgãos partidários esses dirigentes possuem grande controle sobre as convenções, pois controlam parte significativa dos votos” (Guarnieri, 2010, 242).

mais heterogêneas do que se imaginava, com gradações e diferenças que não se restringem à especificidade petista.

Logo, é possível identificar duas visões a respeito das organizações dos partidos brasileiros. Embora tenham sido retratadas a partir de uma “linha evolutiva”, persiste a força do diagnóstico que constata a indiferenciação de nossos partidos políticos, ainda que algum esforço tenha sido feito para dar contornos mais definidos para nossas legendas. Partindo de uma interpretação que preza pela força explicativa das instituições nas estratégias dos atores políticos, é impossível ignorar a força da configuração de nosso sistema eleitoral no modo como nossos partidos se organizam.

Diante do recente fenômeno da entrada das Igrejas evangélicas na vida político-partidária, é necessário problematizar suas estruturas e estratégias de atuação, isto é, seriam elas parte da visão que indiferencia o sistema partidário ou guardariam especificidades em suas estruturas? Assim, se os vínculos societais foram determinantes para a configuração do PT como um partido diferente de seus pares, será que podemos dizer o mesmo de outros partidos que possuem clara ligação com a base social de votantes? Diferente do que sustenta Panebianco (2005), entendemos que a conformação social do partido pode servir como esteira para a conformação organizacional do mesmo. Isso não quer dizer que há aqui uma relação causal, mas sim que a dependência da estrutura partidária por parte de seus membros pode estimular a necessidade de uma organização capaz de sustentar candidaturas desprovidas de capital eleitoral (Calvo e Murillo, 2004; Tavits, 2012).

Contudo, concordamos com Panebianco no sentido de que a *falácia sociológica* não deve orientar a compreensão da organização partidária, ou seja, não propomos reduzir os partidos à sua composição social. O que apontamos aqui é apenas a necessidade de olharmos para um tipo específico de partido e como se dá a organização deste dada a sua particular ligação com a base de representação. Para tanto, propomos olhar um agrupamento partidário específico a partir da presença da doutrina religiosa como parte de seu ideário, em específico a doutrina cristã de viés neopentecostal.

Partidos confessionais: definição e organização

É central estabelecer com maior clareza o que se compreende como “partido confessional”. Em um texto clássico, publicado originalmente de 1967, Otto Kirchheimer (2012) define esses partidos como aqueles que exercem tanto a função de integração no sistema político como em outras esferas da vida social. É importante destacar que, nessa definição, tais partidos não possuem

diferenças dos tradicionais partidos de massa, que são associados àqueles que possuem relação com associações trabalhistas. Ainda que pontuando a heterogeneidade no interior desse grupo⁶, trata-se de uma abordagem também feita por Larry Diamond e Richard Gunther (2003), que compreendem tais organizações como portadoras de estreitos vínculos com uma determinada camada da sociedade: a religiosa.

Assim, antes de qualquer precisão terminológica, é importante pontuar que estamos lidando com um fenômeno de conexão do sistema político com a sociedade, de canalização de conflitos que ocorrem no interior da sociedade e se plasmam no sistema partidário (Sartori, 1980). Então, pensando no esforço de tratar empiricamente quais são esses partidos, como classificá-los como confessionais?

Em seu estudo a respeito das famílias de partidos, Peter Mair e Cas Mudde (1998) empregam quatro critérios para estabelecer as categorias⁷: (1) nome; (2) plataforma política e ideologia; (3) ligações transnacionais/externas; (4) origem dos partidos. Trata-se de um conjunto de critérios que combina a simples nomenclatura com traços derivados da história e vínculos com grupos sociais. Scott Mainwaring e Timothy Scully (2010), em trabalho sobre os partidos democrata-cristãos, utilizam como critério a autodenominação das legendas (democrata cristãos), afiliação a organizações transnacionais (Congresso Internacional da Democracia Cristã) e o conteúdo de seus documentos. É importante destacar que ambos os modos de classificação são razoavelmente flexíveis, comportando combinações para adaptação dos tipos aos tempos e locais. Além disso, trazem elementos tanto endógenos às estratégias dos políticos quanto vínculos exógenos ao sistema político.

Com algumas adaptações, utilizaremos os seguintes critérios para definir quais partidos serão classificados como confessionais no contexto brasileiro:

1. nomenclatura: Democracia Cristã (DC), Partido Social Cristão (PSC) e Partido Trabalhista Cristão (PTC) apresentam em seu nome a palavra cristão, indicando ligação religiosa;

6. Para os autores, os partidos confessionais dividem-se em “pluralistas” e “fundamentalistas”. Enquanto no primeiro grupo há maior tolerância e respeito às regras do jogo, no segundo há propostas de reorganizar o Estado e ter a sociedade sob seus preceitos religiosos, de acordo com o modelo teocrático.

7. Dentre as famílias partidárias mais comuns nas democracias estão as dos partidos progressistas, partidos comunistas, partidos socialistas, partidos verdes, partidos social-democratas, partidos cristão-democratas etc.

2. conteúdo: presença de conteúdo, menções a entidades/órgãos religiosos em seus documentos. DC⁸, PSC⁹ e PTC¹⁰ apresentam menções ao cristianismo nos seus programas partidários;
3. ligação externa: o Partido Republicano Brasileiro (PRB) tem ligação com a Igreja Universal do Reino de Deus¹¹; DC e Patriota com a Assembleia de Deus¹². No caso do Patriota, o partido tem na sua organização partidária o cargo secretário executivo ecumênico, que até outubro de 2016 era ocupado pelo pastor Lelis Washington Marinho, na época presidente do Conselho Político da Convenção Geral das Assembleias de Deus; de outubro de 2016 até setembro de 2017, o cargo foi ocupado por Oséias Santos da Silva, pastor da Assembleia de Deus em Sumaré-SP; desde setembro de 2017 vem sendo ocupado por Sant Clair Antônio Marinho Filho, membro da Assembleia de Deus de Barrinha-SP;
4. origem: o DC tem sua origem no antigo Partido Democrata Cristão (PDC) de 1945, extinguido em 1965 pelo Ato Institucional nº 2. Depois da reabertura democrática, o PDC ressurgiu com o mesmo nome, em 1993 se funde ao Partido Democrático Social (PDS) formando o Partido Progressista Reformador (PPR). Descontente com a fusão, em 1995 Jose Maria Eymael funda o PSDC, hoje DC, e ainda permanece no cargo de presidente nacional do partido;
5. atuação parlamentar: verificada a partir do pertencimento de algum deputado federal do partido à frente específica. A presença num grupo de interesse que defende a doutrina cristã publicamente é um critério importante, mas não suficiente. Isso porque há partidos que não conseguem representação na Câmara dos Deputados mas atuam em outras esferas eleitoral e legislativamente. Nesse sentido, esse critério

8. Trecho do Programa do Partido Social Democrata Cristão (PSDC): “proclama como sua doutrina, a Democracia Cristã, que realiza a Justiça sem destruir a Liberdade, tornando possível a convivência desses valores através da prática da Solidariedade” (Senado Federal, 2014, 271).

9. Trecho do Programa do PSC: “Assim nascia o Partido Social Cristão, sustentado na Doutrina Social Cristã, inspirado nos valores e propósitos do Cristianismo, em busca de uma sociedade justa, solidária e fraterna. O Cristianismo, mais do que uma religião, representa para o PSC um estado de espírito que não segrega, não exclui nem discrimina” (Senado Federal, 2014, 177).

10. Trecho do Programa do PTC: “O PTC se propõe a defender no cristianismo autêntico, firmado na trilogia: ‘fraternidade-paz-amor’! [...] ‘A liberdade é a essência da vida’” (Papa João XXIII, referido no “Manifesto”) (Senado Federal, 2014, 173).

11. <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-07-15/voz-da-universal-no-congresso-prb-quer-dobrar-numero-de-prefeitos-e-mira-2014.html>.

12. <https://noticias.gospelmais.com.br/assembleia-deus-responsavel-criacao-partido-politico-38007.html>.

contribui com a caracterização do partido mais do que o partido na sua composição legislativa.

Quadro 1 – Partidos confessionais e critérios de pertencimento

Partido	Nome	Conteúdo	Ligação externa	Origem do partido	Frente Parlamentar Evangélica
PRB	Não	Não	Sim (lurd)	Não	Sim
PSDC	Sim	Sim	Sim (AD)	Sim	Não
PSC	Sim	Sim	Não	Não	Sim
PEN	Não	Não	Sim (AD)	Não	Sim
PTC	Sim	Sim	Não	Não	Não

Fonte: elaboração própria.

Como fica claro no Quadro 1, utilizamos como critérios de classificação aspectos que envolvem a organização partidária, combinando a nomenclatura, a atuação parlamentar e os seus vínculos com as Igrejas. É importante destacar que essa classificação não comporta todas as possíveis candidaturas evangélicas, pois a presença de candidatos evangélicos não é exclusiva desses partidos¹³. Entretanto, aqui destacamos a existência de partidos que têm expressado símbolos e vínculos com determinadas Igrejas evangélicas. Ao considerarmos outras características que não apenas as de atuação parlamentar, estamos contemplando partidos menores. Para que um partido seja então classificado como “confessional” deve atender pelo menos dois dos cinco critérios estabelecidos no Quadro 1. Apenas aquelas cinco agremiações possuíam ao menos dois critérios contemplados, de modo que as outras trinta legendas brasileiras foram excluídas por apresentarem apenas um (frequentemente, deputados federais membros da Frente Parlamentar Evangélica) ou nenhum dos estabelecidos pela literatura.

Depois da definição teórica e do nosso objeto, a questão que trazemos é: qual o grau de organização esperado para esse tipo específico? Se os partidos, a partir de elementos da sua estrutura, se apresentam num *continuum* entre fortes e fracos, onde estariam os partidos confessionais?

Panebianco (2005), ao tratar da organização dos partidos, diferencia as legendas em tipos ideais institucionalmente fracos e fortes. Na sua definição,

13. Há trabalhos que apontam que a presença de deputados federais evangélicos ocorre em diversas legendas (Borges, 2009; Lacerda, 2017).

partidos fortes apresentam a cooptação pelo centro, a estruturação é via caminhos intrapartidários de sentido hierárquico, lealdade partidária, e são constituídos por alta presença de profissionais na sua estrutura. Somente os fortes é que podem apresentar aspectos de partidos de integração social, devido ao desenvolvimento de uma forte subcultura partidária. Já os partidos fracos possuem baixa presença de profissionais, maior tendência a relações clientelistas com o ambiente externo (baixa ou nenhuma lealdade), integração horizontalizada, ou seja, capital externo é convertido em capital político, sendo possível ocupar diretamente níveis mais altos, e não chegando a desenvolver uma subcultura partidária.

Porém os partidos confessionais, segundo Panebianco, são uma exceção a essa classificação. Estes apresentam características de organizações fortes: lealdade partidária, ampla e ramificada subcultura partidária, processos de integração social – que também está presente na definição de Kirchheimer (2012) –, porém são classificados como fracos institucionalmente (Panebianco, 2005, 116). A ligação desses partidos com organizações externas, as Igrejas, coloca-os numa posição bastante diferente em relação aos demais. São organizações que apresentam vínculos com grupos sociais e que possuem ampla e ativa estrutura de base; a lealdade partidária é aparente, porém apresentam integração horizontal, baixo profissionalismo e atuação de grupos externos no partido, ou seja, uma maior permeabilidade. A lealdade ao partido, no caso dos confessionais, é apenas um meio de expressar a lealdade à organização externa. Se, num primeiro momento, o comportamento parece estar alinhado à legenda é porque a legenda orbita em torno da organização religiosa, a qual deve lealdade. A sua integração é horizontalizada, ou seja, ocorre em qualquer nível da hierarquia, pois o capital externo é convertido em capital político. O recrutamento das elites é feito de forma centrífuga; há uma pluralidade de grupos, diversos entre si, na posição de aliados ou conflitantes, que detêm recursos de poder. Na constituição da sua estrutura apresentam baixa presença de profissionais, predominando a justaposição de burocratas do partido com líderes das organizações confessionais que compõem o *environment* partidário.

Se a organização dos partidos confessionais, segundo Panebianco, é a exceção entre os tipos ideais partidários, podemos supor que o modo de representação e recrutamento desses partidos também mereça atenção e tipificação. Assim, unindo a organização partidária, entendida como incentivo institucional, com os perfis possíveis de recrutamento de candidatos ao Legislativo, chegamos a uma tipologia teórica que une ambas as pontas soltas no modelo do autor italiano (Quadro 2): partidarista, societalista e particularista.

Quadro 2 – Incentivos organizacionais e tipologia teórica dos recrutados

Incentivos organizacionais	Resposta comportamental tipológica		
	Voltada ao partido	Voltada à organização externa	Voltada à base eleitoral
Foco de atuação			
Lealdade	Sincera	Aparente	Ausente
Vínculo externo	Intenso ou moderado	Intenso	Ausente
Subcultura partidária	Presente	Indireta	Ausente
Institucionalização partidária	Forte	Fraca	Fraca
Tipo ideal	<i>Partidarista</i>	<i>Societalista</i>	<i>Particularista</i>

Fonte: elaboração própria.

O tipo partidarista é esperado quando incentivos organizacionais direcionam os representantes a tomar o partido como uma instituição de integração, no qual a lealdade é para a organização, o vínculo, quando externo é de pertencimento (à classe social, ao sindicato, por exemplo) e a atividade representativa atende ao programa da legenda. Em resumo, em partidos de forte institucionalização, com desenvolvimento de subcultura partidária. O particularista, mais próximo de um comportamento personalista, é decorrente de partidos de fraca institucionalização, sem vínculo com grupos sociais específicos, e o recrutado age no sentido apenas da maximização da obtenção de votos e direciona sua lealdade ao agrupamento amorfo de eleitores que deram a ele seu voto.

Usualmente, a teoria partidária se desdobra entre esses dois polos. Ou os representantes estão preocupados em representar diretamente seus eleitores ou os representantes estão representando seu partido. A díade eleitoral-partidária se dá entre partidarismo e personalismo (Carey e Shugart, 1993; Balmas *et al.*, 2012; Holtz-Bacha, Langer e Merkle, 2014). Contudo, formas alternativas de representação têm mostrado como partidos políticos se relacionam de forma diferente e podem apresentar incentivos intermediários nesse intervalo (Poguntke, 1987; Mansbridge, 2003). Nesse sentido, o tipo societalista tem como central a vinculação com o seu grupo social específico, a organização externa é o centro gravitacional do partido e das suas ações e lealdade, sendo esta indireta, relativa à organização anexa ao partido. Esse tipo não está totalmente descolado de vinculação, como o particularista, porém também não tem o partido como a organização central, como no caso do partidarista.

Societalista é o comportamento característico dos recrutados em partidos confessionais, devido à forte ligação externa que se sobrepõe ao partido; não é nem completamente personalista, nem totalmente partidarista.

Se os partidos brasileiros tendem, como reação aos incentivos, a comportarem-se como um apanhado amorfo que busca ter a menor estrutura possível para captar a maior diversidade de candidatos e eleitores, os partidos com clara ligação com uma doutrina e perfil específico de eleitorado devem ser examinados no sentido de descobrir se suas estratégias e formas de fazer política diferem.

Assim, a hipótese que trazemos é que os partidos confessionais, por se caracterizarem por uma organização permeada pela vida religiosa, fora da vida partidária, apresentam no recrutamento dos seus candidatos características distintas dos demais partidos, recrutando majoritariamente o tipo societalista.

Perfil dos recrutados, distribuição de recursos, lealdade e vinculação externa dos partidos confessionais

Partindo da diferença da organização como determinante na distinção do perfil dos candidatos, ao olharmos para os partidos confessionais vemos candidatos que destoam das demais legendas. A primeira informação que trazemos sobre os candidatos que decidem concorrer por partidos confessionais é sobre a religião declarada. Olhando a Tabela 1, percebemos que confessionais possuem uma concentração acima do esperado de candidatos a vereador oriundos das fileiras pentecostais.

Tabela 1 – Frequência relativa e resíduos padronizados por religião e tipo de partido nas eleições de 2016 em Curitiba

	Tipo de partido	
	Laico	Confessional
Evangélico pentecostal	18,9%	32,3%
	-1,2	2,8
Outras religiões	81,1%	67,7%
	0,6	-1,4
Total	641	130
	100%	100%

– phi – .123; *p-value* .001.

Fonte: LAPeS/UFPR

Como podemos ver pelos resíduos padronizados positivos (2,8), acima do limite crítico de 1,96 ($\alpha = 0,05$) (Pestana e Gageiro, 2008), os partidos confessionais tendem a recrutar mais candidatos evangélicos do que o esperado. Quando olhamos para a estatística de risco relativo, observamos que as chances de um candidato evangélico estar em um partido confessional é 1,78 vezes maior do que de um candidato não evangélico¹⁴. Assim, o perfil religioso dos candidatos é uma característica distintiva nesse tipo de partido.

A concentração desse tipo de candidato aponta para a caracterização do perfil do candidato evangélico nessas eleições. Nesse sentido, quando candidatos evangélicos concorrem por partidos laicos, apenas 10,6% deles possuem ensino superior, já quando concorrem por partidos confessionais, esse número salta para 25,8%, o que mostra que a maioria esmagadora de candidatos com ensino superior pertence a outras denominações religiosas. Ainda, a concentração de evangélicos com ensino superior em partidos confessionais aponta que esse universo possui uma subcultura na qual a religião é valorizada como critério de discriminação positiva, não estando relacionada com os preconceitos que tratam religiosidade como um fenômeno proeminente entre os mais pobres e menos educados.

Além disso, entre os candidatos evangélicos está a maior concentração daqueles que se classificaram como negros (12,9%), ao passo que, entre os candidatos não evangélicos, essa proporção é menos da metade (5,6%).

Em resumo, são nas candidaturas evangélicas que se concentram as piores condições sociais da cidade de Curitiba durante o último pleito. Em geral, trata-se de um candidato de baixa escolaridade, negro ou pardo, o retrato dos pertencentes ao estrato social inferior de qualquer cidade brasileira. Dada essa sociografia dos candidatos pentecostais, o partido, caso se organize e distribua recursos de forma a maximizar a eleição de seus membros, poderia, como fez o PT durante anos (Costa, Bolognesi e Codato, 2015), aumentar a representação política desse grupo oferecendo suporte para os menos favorecidos. Como é explorado na literatura, partidos distribuem de forma desigual seus recursos durante as campanhas eleitorais, privilegiando determinados candidatos e não outros (Norris e Lovenduski, 1993; Schaefer, 2017).

Assim, partidos possuem diferentes estratégias para fazer valer os recursos dispersos pela lista de candidatos. O que vemos na Tabela 2 é a primeira evidência de que os partidos confessionais brasileiros possuem especificidade organizacional.

14. Calculada a partir do teste de *risk* estatístico.

Tabela 2 – Apoio obtido nas eleições de 2016 por tipo de partido¹⁵

Apoio para a eleição	Tipo de partido	
	Laico	Confessional
Recursos para campanha	43,3%	46,1%
Std. res.	-0,2	0,4
Espaço nos <i>spots</i> na TV	16,8%	13,3%
Std. res.	0,4	-0,8
Apoio da militância	11,2%	8,6%
Std. res.	0,3	-0,7
Desfrutar do prestígio do partido	6,5%	7%
Std. res.	0	0,2
Assessoria jurídica	15,8%	7%
Std. res.	1	-2,2
Não obteve apoio	6,4%	18%
Std. res.	-1,7	3,8
Total	100%	100%
	644	128

Cramer's V .179 / *p-value* .000.

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Os partidos confessionais, em sua maioria, atendem seus candidatos como os demais partidos; distribuem o que é regido por lei, dão espaço para seus candidatos no horário eleitoral gratuito e garantem que terão direito a um mínimo material de campanha, como panfletos e santinhos. Porém, como o resíduo positivo de 3,8 denota, o que diferencia os partidos doutrinários de seus pares laicos reside no fato de que boa parte de seus candidatos não obteve nenhum tipo de apoio da organização para sua campanha eleitoral. Ou seja, são candidatos que se lançam a uma disputa eleitoral sem receber recursos de seus partidos, a ausência do aporte do partido é bastante considerável para esse grupo. Como também são essas as legendas que oferecem uma proporção acentuadamente menor de assistência jurídica para seus candidatos, outro tipo de recurso, não obrigatório, mas de grande valia.

Isso pode ocorrer na medida em que as lealdades partidárias nos partidos confessionais são direcionadas não para o interior da organização, e sim para organizações externas. Os candidatos desse tipo de partido precisam contar com fontes externas à agremiação para patrocinar sua carreira política.

15. Durante o *survey* foi perguntando aos candidatos: “Dentre as opções que irei apresentar, qual foi o principal apoio que você recebeu de seu partido nestas eleições?”.

Tentamos mensurar isso ao perguntar aos candidatos entrevistados quem foi o responsável por selecioná-los para a lista de pleiteantes à cadeira na Câmara Municipal. As respostas constam na Tabela 3.

Tabela 3 – *Selectorate* e tipo de partido nas eleições de 2016 em Curitiba

Quem selecionou?	Tipo de partido	
	Laico	Confessional
Filiados do partido	38,1%	34,4%
Std. res	0,3	-0,6
Delegados eleitos	20,7%	18,4%
Std. res	0,2	-0,5
Líder partidário	38,9%	40%
Std. res	0	0,2
Organização ligada ao partido	2,3%	7,2%
Std. res	-1,2	2,6
Total	622	125
	100%	100%

Cramer's V .110 *p-value* .030

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Como podemos ver, a maior parte dos candidatos é selecionada dentro do partido. E, dada a exigência legal para que a candidatura seja partidária, impedindo candidaturas independentes, isso é mais do que esperado. O que foge à regra é quando candidatos afirmam, mesmo que proporcionalmente representem pouco, que foram selecionados por indicação de uma associação ou organização ligada ao partido. Se ainda esse dado fosse uma constante para qualquer tipo de partido, o comportamento não surpreenderia. Mas o que vemos é que os candidatos de partidos confessionais são indicados mais frequentemente por organizações externas do que nas legendas laicas. Os resíduos positivos de 2,6 mostram que a quantidade de casos concentrada nessa situação se encontra acima do esperado. Ou seja, o *selectorate*, os *gatekeepers* (Norris e Lovenduski, 1997; Braga, 2008; Bolognesi, 2013), operam fora da organização partidária, o que promove lealdades pouco associadas ao partido político em si e direcionadas ao *environment* partidário (Siavelis e Morgenstern, 2009).

Em um teste de comparação de médias, encontramos que o tempo de filiação médio dos candidatos de partidos confessionais é 1,05¹⁶ ano menor

16. F test 16,871, *p* < .000| t 3.195, *p-value* .002 α .05.

do que nos partidos laicos. A média de filiação anterior à eleição nos partidos laicos é de 2,7 anos. É claro que, no interior da categoria “partidos laicos”, encontram-se partidos de forte apelo ideológico, de forte institucionalização e com tendência a um comportamento partidarista, mas há também inúmeras agremiações fisiológicas e eleitoralistas, nos quais a lealdade partidária não é a tônica. Porém, nos confessionais, a tendência que se demonstra é de uma integração horizontal, em que se chega aos altos níveis da estrutura local pela conversão de recurso externo em capital político, não sendo necessária a construção de uma trajetória intrapartidária, passando por um recrutamento de elite tipicamente centrífugo (Panebianco, 2005).

A curta carreira da vida partidária, além de demonstrar características do tipo de integração e de recrutamento, também é mais uma evidência de que os candidatos dos partidos confessionais, ao menos no que se refere ao nível municipal, possuem baixíssimo potencial de lealdade partidária.

Os candidatos de partidos confessionais tendem a possuir lealdades direcionadas para outros elementos que não o partido pelo qual estão disputando a eleição. Para onde, então, estão direcionadas as lealdades dos candidatos nos partidos confessionais nas eleições da capital paranaense?

Tabela 4 – Participação em associações civis por tipo de partido dos candidatos nas eleições de 2016 em Curitiba*

Associativismo	Tipo de partido	
	Laico	Confessional
Outras	8,1%	8,5%
Std. res.	0	0,1
Organizações laicas	63,8%	55,8%
Std. res.	0,4	-1
Organizações religiosas	15,9%	24%
Std. res.	-0,8	1,9
Organizações de trabalhadores	12,0%	11,6%
Std. res.	0,1	-0,2
Total	643	129
	100%	100%

*A pergunta feita foi: “Quem foi o principal responsável por selecioná-lo como candidato em seu partido?”.

Cramer’s V .083 *p-value* .015

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Como a Tabela 4 mostra, o padrão associativo dos candidatos à vereança é dado pela participação em associações de bairro, associações culturais, grupos de recreação ou organizações de minorias, como mulheres e negros, agregadas na categoria “organizações laicas”. Quando perguntamos sobre a participação em organizações religiosas, os únicos candidatos que a apresentam como uma segunda proporção de participação são justamente os candidatos dos partidos religiosamente doutrinários. Apesar de a frequência ser ainda minoritária, foi acima do esperado, dado o resíduo padronizado apresentado. Ou seja, há ali uma maior concentração de inserção nessas organizações do que entre candidatos de outros partidos.

Isso reforça a conclusão de que os laços de lealdade e de sociabilidade política desse grupo estão inseridos fora do partido político. Há uma especificidade na relação dos candidatos de partidos confessionais: o seu comportamento está ligado a uma esfera fora do partido, mas não de forma atomizada. São candidatos que tendem a representar com maior frequência o mundo religioso e não o mundo partidário, uma vinculação societalista. Quando os comparamos com os candidatos de partido laico, a representação é individual e indireta em relação às organizações que circundam o partido.

Portanto, três elementos da organização partidária no nível municipal foram aqui observados. O primeiro, a capacidade do partido de servir como estrutura de apoio para seus candidatos, tornando-se um elemento central para a relação deste com a organização. O segundo, o estabelecimento de lealdade entre a agremiação e o candidato, revelado aqui pela seleção e o tempo de filiação. O terceiro, a relação do partido com o ambiente, o peso que organizações fora da vida partidária possuem na representação eleitoral de seus candidatos.

Conclusões

Não há diferenças radicais entre a forma com que os partidos confessionais se organizam e seus pares laicos; as diferenças são residuais e encontram-se sempre na margem do sistema representativo.

Se nossa intenção aqui era mostrar como os partidos confessionais estão ligados às estruturas fora do ambiente partidário, para além da reputação pessoal de candidatos, podemos dizer que a hipótese se confirma, ainda que não de forma bastante peremptória. Olhando ponto a ponto a estruturação organizativa das legendas denominacionais, vemos que, assim como as outras, elas não possuem capacidade de oferecer a seus membros nada além daquilo que os demais partidos oferecem. Um apoio limitado na forma de um parco material de campanha. Contudo, nos partidos confessionais, a estrutura tende a ser

ainda minorada, relegando para o candidato ou para arenas externas a função de inseri-los na tarefa representativa (Carvalho, 2003). O segundo ponto, a capacidade do partido em estabelecer relações de lealdade com seus candidatos fica em pé de igualdade na maior parte das vezes, com os candidatos de partidos confessionais sendo escolhidos, e, portanto, conectando-se, com os líderes partidários. Diferentemente de outras agremiações, principalmente nos partidos de esquerda europeus (Hazan e Rahat, 2006), nas quais a direção da lealdade é partidária, pelo fato de a seleção ser feita por delegados ou colégio de líderes, aqui não esperamos qualquer comportamento nesse sentido, mas sim uma relação que se dá no topo da organização. Mesmo que o *corpus* de candidatos seja escolhido por diferentes métodos, numa seleção mista (Rahat e Hazan, 2001), cada indivíduo direciona suas lealdades de forma difusa, sem uma referência, o que certamente tende ao personalismo. Contudo, não podemos deixar de notar que é justamente entre os confessionais que o peso de uma organização externa ao partido apresenta maior importância do que nas legendas laicas. Isso é evidenciado pelo espaço dado para uma instância fora da vida partidária.

Por fim, o associativismo dos candidatos em partidos confessionais pode ser uma resposta parcial sobre onde os candidatos desses partidos buscam capital eleitoral. Enquanto a maioria dos candidatos está envolvida com associações laicas e religiosas em menor proporção, os candidatos de partidos confessionais são aqueles que mais militam em organizações religiosas. Não é preciso estabelecer aqui uma relação de causalidade entre tais elementos, mas a teoria dá suficiente sustentação para que possamos afirmar que esses comportamentos estão conectados.

Não há um achado definitivo em nosso trabalho. O que mostramos são pequenas diferenças que possuem a limitação no tempo e no espaço. Por outro lado, fica claro o peso da organização externa e da quase inobservância dos partidos políticos como *players* na contenda eleitoral. A nota que é ouvida em cada questionário respondido é de um comportamento individualista, autocentrado e preocupado apenas em conquistar votos para as representações que interessam somente ao candidato. A autoimputação política como capaz de representar o eleitor investido na reputação pessoal e nos recursos atomizados do candidato é a principal característica da política eleitoral na esfera municipal.

Referências

AMARAL, O. E. do. (2013). *As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009*. São Paulo: Alameda/Fapesp

AMES, B. (1995). Electoral strategy under open-list proportional representation. *American Journal of Political Science*, vol. 39, n. 2, p. 406-33.

BALMAS, M. et al. (2012). Two routes to personalized politics: centralized and decentralized personalization. *Party Politics*, vol. 20, n. 1, p. 37-51. doi: 10.1177/1354068811436037.

BLONDEL, J. (1956). *Comparative government: a reader*. Nova York: Macmillan Education.

BOLOGNESI, B. (2013). A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, n. 46, p. 45-68.

BORGES, T. (2009). Identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros. *Revista de Ciências Sociais*, 35. São Paulo: Perspectivas.

BRAGA, M. do S. S. (2008). Organizações partidárias e seleção de candidatos no Estado de São Paulo. *Opinião Pública*, vol. 14, n. 2, p. 454-85.

BRAGA, M. do S. S. (2009) Partido dos trabalhadores: condições de origem e variações estaduais. In: ANGELO, V.A, VILLA, M. A., *O partido dos trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos: EdUFSCar.

CALVO, E.; MURILLO, M. V. (2004). Who delivers? Partisan clients in the Argentine electoral market. *American Journal of Political Science*, vol. 48, n. 4, p. 742-57.

CAREY, J. M.; SHUGART, M. S. (1993). Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas. *Electoral Studies*, vol. 14, n. 4, p. 417-39.

CARVALHO N. R. (2003). E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan.

CAMPOS, L. S. (2005). De políticos de cristo: uma análise do comportamento político dos protestantes históricos e pentecostais no Brasil. In: BURITY, J.; MACHADO, M. D. M. *Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil*. Recife: Massangana.

COSTA, L. D. et al. (2015). Onde estão os trabalhadores nas listas de candidatos dos partidos brasileiros? *Newsletter*. Observatório de elites políticas e sociais do Brasil. vol. 2, n. 2, NUSP/UFPR.

DANTAS, B. S. A. (2011). *Religião e política: ideologia e ação da bancada evangélica na Câmara Federal*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

FRESTON, P. (1993). *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. (2006). *Religião e política, sim; Igreja e Estado, não – os evangélicos e a participação política*. Viçosa: Ultimato.

GUARNIERI, F. (2011). A força dos partidos “fracos”. *Dados*, Rio de Janeiro. vol. 54, n. 1, p. 235-258

GUNTHER, R.; DIAMOND, L. (2003). Species of political parties: a new typology. *Party Politics*, vol. 9, n. 2, p. 167-99. doi: 10.1177/13540688030092003.

HAZAN, R.; RAHAT, G. (2006). The influence of candidate selection methods on legislatures and legislators: Theoretical propositions, methodological suggestions and empirical evidence. *The Journal of Legislative Studies*, vol. 12, n. 3-4, p. 366-385. doi: 10.1080/13572330600875647

HOLTZ-BACHA, C. et al. (2014). The personalization of politics in comparative perspective: campaign coverage in Germany and the United Kingdom. *European Journal of Communication*, vol. 29, n. 2, p. 153-70. doi: 10.1177/0267323113516727.

HUNTER, W. (2008). The Partido dos Trabalhadores: still a party of the left?. In: KINGSTONE, P.; POWER, T. *Democratic Brazil Revisited*. Pittsburg: University of Pittsburg Press.

KECK M. (1992). *The Workers' Party and Democratization in Brazil*. New Haven: Yale University Press.

KIRCHHEIMER, O. (2012). A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 349-85.

LACERDA, F. (2017). Evangelicals, pentecostals and political representation in Brazilian legislative elections (1998-2010). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 32, n. 93, p. e329310.

MAINWARING, S.; SCULLY, T. R. (2010). La diversidad de la democracia cristiana en Latinoamérica. In: *La democracia cristiana en América Latina: conflictos y competencia electoral*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, p. 55-100.

MAINWARING, S. (2001) *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro/Porto Alegre: FGV Editora/Mercado Aberto.

MAIR, P.; MUDDE, C. (1998). The party family and its study. *Annual Review of Political Science*, p. 211-28, Jan. doi: 1094-2939/98/0616-0211\$08.00 211

MANSBRIDGE, J. (2003). Rethinking representation. *The American Political Science Review*, vol. 97, n. 4, p. 515-28.

MARIANO, R. (1999). Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola.

MARIZ, C.; GRACINO JR., P. (2013). As igrejas pentecostais no censo de 2010. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Petrópolis: Vozes.

MENEGUELO, R. (1989). *PT: a formação de um partido, 1979-1982*. São Paulo: Paz e Terra.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. (1993). If only more candidates came forward: supply-side explanations of candidate selection in Britain. *British Journal of Political Science*, vol. 23, n. 3, p. 373-408.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. (1997). United Kingdom. In: NORRIS, P. (ed.). *Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 158-86.

ORO, A. P. (2003). A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. *RBCS*, vol. 18, n. 53, p. 53-69.

PANEBIANCO, A. (2005). *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. (2008). *Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS*. 5 ed. Lisboa: Sílabo.

PIERUCCI, A. F. (1996). Representantes de Deus em Brasília: a bancam da evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, A. F.; PRANDI, R. *A realidade social das religiões no Brasil*. São Paulo: Hucitec.

POGUNTKE, T. (1987). The organization of participatory party: the German Greens. *European Journal of Political Research*, n. 15, p. 76-88.

RAHAT,G; HAZAN, R. Y. (2001). Candidate selection methods. *Party Politics*, vol. 7, n. 3, p. 297-322.

RIBEIRO, P. F. (2009). O PT, o Estado e a sociedade. In: ANGELO, V. A.; VILLA, M. A. *O partido dos trabalhadores e a política brasileira (1980-2006): uma história revisitada*. São Carlos: EdUFSCar.

SARTORI, G. (1980). *Partidos y sistemas de partidos*. Madri: Alianza.

SCHAEFER, B. M. (2017). Como os partidos brasileiros distribuem os recursos do Fundo Partidário ? Evidências a partir das eleições de 2014. *Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil*, vol. 4, n. 5, p. 1-16.

SENADO FEDERAL (2014). *Partidos políticos brasileiros: programas e diretrizes doutrinárias*. Brasília.

SIAVELIS, P. M.; MORGENSTERN, S. (2009). Reclutamiento y selección de candidatos en América Latina: un marco para el análisis. In: FREIDENBERG, F.; SAÉZ, M. A. (orgs). *Selección de Candidatos, política partidista y rendimiento democrático*. 1ª ed. México: Tribunal Electoral del Distrito Federal/Instituto de Iberoamérica.

TAVITS, M. (2012). Organizing for success: party organizational strength and electoral performance in postcommunist Europe. *The Journal of Politics*, vol. 74, n. 1, p. 83-97. doi: 10.1017/S0022381611001198.

Financiamento dos candidatos nas eleições de 2016 em Curitiba

Rodrigo Horochovski, Ivan Jairo Junckes e Luiz Fernando Zelinski da Silva¹

Introdução

A eleição municipal de 2016 no Brasil apresentou particularidades que a tornaram única, no que concerne ao financiamento eleitoral, em função de alterações importantes no desenho institucional relativo ao tema a partir de 2014.

A primeira mudança, de repercussões importantes sobre a transparência do processo de prestação de contas de campanhas, foi a necessidade de identificação dos doadores originários dos recursos repassados a outros atores do processo – candidatos, partidos e comitês financeiros² – imposta pela Resolução 23.406/2014 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e que já surtiu efeitos sobre as eleições gerais daquele ano. Até então, não havia como rastrear o caminho exato dos recursos que eram transacionados mais de uma vez.

A segunda mudança, de caráter estrutural e com efeitos certamente muito mais significativos, foi a proibição do financiamento privado empresarial de campanhas políticas, ou seja, a vedação de doações oriundas de pessoas jurídicas, imposta, inicialmente, como resultado do julgamento favorável à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.650/2015, impetrada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) junto ao Supremo Tribunal Federal. A vedação às

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
2. Comitês financeiros são organizações formais criadas especificamente para captar e gerenciar recursos financeiros durante o período eleitoral, possuindo registro próprio na Receita Federal do Brasil (RFB), sendo-lhes, portanto, atribuído número de CNPJ. Podem ser comitês financeiros únicos (cada partido pode ter um por distrito eleitoral) ou comitês de candidaturas, sendo um por cargo e partido (por exemplo: comitê financeiro nacional para presidente da República, comitê financeiro para governador e assim por diante).

doações provenientes de pessoas jurídicas seria posteriormente recepcionada pela Lei 13.165/2015, a chamada minirreforma política. Para os propósitos deste capítulo, é importante transcrever parte da epígrafe desse diploma: “para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina”.

Essa mudança é estrutural porque retirou do processo o principal agente financiador de campanhas em todas as eleições desde 1994, quando as doações empresariais passaram a ser permitidas e as empresas se tornaram responsáveis pela maior parte do dinheiro que circulou nas eleições desde então.

Ambas as mudanças geraram uma configuração única para o financiamento da eleição de 2016, porque não houve, naquele pleito, qualquer mecanismo para atenuar os impactos da súbita proibição formal do investimento político empresarial. Naquele ano, o financiamento público limitou-se a recursos do Fundo Partidário, cujos montantes são muito inferiores aos historicamente transacionados pelas pessoas jurídicas. É necessário lembrar que, nas eleições gerais de 2018, uma configuração muito diferente terá lugar, na esteira da criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que, com um aporte de R\$ 1,9 bilhão, repõe parte significativa do que os competidores perderam com a proibição das doações empresariais.

Que efeitos essas mudanças trouxeram para o financiamento das candidaturas nas eleições municipais de 2016? Elas modificaram substancialmente o perfil de financiamento das campanhas dos candidatos? Este capítulo tem como objetivo principal responder essas questões a partir do caso da cidade de Curitiba, especialmente para a disputa ao cargo de vereador. Três hipóteses orientaram a pesquisa:

H1: Entre 2012 e 2016, as receitas obtidas pelos candidatos reduziram-se de maneira significativa em função da proibição do financiamento empresarial.

H2: Pessoas físicas passaram a ser os financiadores centrais das candidaturas.

H3: As mudanças institucionais promoveram uma disputa mais igualitária, com uma associação menor entre as quantidades de dinheiro arrecadado e votos obtidos.

Para verificar nossas hipóteses, debruçamo-nos sobre duas bases de dados. A primeira foi o Repositório de Dados Eleitorais do TSE, de onde extraímos as planilhas de receitas de candidatos e de resultados das eleições de 2012 e 2016, em Curitiba; a segunda, o banco de dados gerado a partir de um survey com 780 candidatos participantes do último pleito, realizado durante o período eleitoral e a partir do qual realizamos análise de atributos sociodemográficos.

O capítulo está organizado em três partes além desta introdução. A próxima seção é uma breve revisão de literatura sobre o tema do financiamento eleitoral, acompanhada de uma descrição do arcabouço normativo do financiamento eleitoral nas eleições de 2016. Na terceira parte descrevemos, de maneira mais detalhada, os procedimentos metodológicos da pesquisa e apresentamos e discutimos os resultados. No encerramento, tecemos nossas considerações finais.

Financiamento eleitoral: aspectos teóricos e normativos

O financiamento de campanhas eleitorais tem ganhado relevância dentro da ciência política nas últimas décadas, constituindo, atualmente, um campo próprio de investigação. Trata-se de perscrutar o papel do dinheiro na política, tema que há tempos fascina estudiosos, os quais frequentemente o analisam sob a égide empresarial e a partir dos impactos causados por esse tipo de financiamento na dinâmica dos resultados eleitorais (Scarrow, 2007, 193).

Pode-se localizar a motivação teórica para o aumento das pesquisas sobre o tema na crescente preocupação com a influência do capital corporativo sobre a política, especialmente diante da estrita correspondência entre poder econômico e poder político (Przeworski, 2012) e em face das ameaças à equidade de condições de disputa política, elemento crucial para a qualidade da democracia (Dahl, 1997).

Estudos realizados em países os mais diversos têm demonstrado a preponderância do dinheiro sobre os resultados eleitorais em contextos de prevalência do financiamento privado de campanhas, desde estudos como os de Jacobson (1978, 1985) sobre eleições para o Congresso dos EUA nas décadas de 1970 e 1980, até recentes trabalhos em perspectiva internacional comparada (Bourdoukan, 2009; Falguera, Jones e Ohman, 2014).

Se, de um lado, é patente que a preocupação social e acadêmica explica o crescimento do campo de pesquisa em apreço, de outro, as transformações nas tecnologias da informação e comunicação combinadas com o aumento da transparência pública constituem a infraestrutura que o consolida. Estas são as bases que, em grande parte, sustentam o aumento exponencial dos estudos no Brasil a partir de 2002, com a disponibilização pelo TSE de todos os dados de prestação de contas de campanhas em seu Repositório de Dados Eleitorais. Uma das insígnias do fortalecimento dessa agenda de pesquisas é a constituição de um grupo de trabalho sobre o tema nos Encontros Nacionais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), em funcionamento ininterrupto desde 2011.

O acúmulo de trabalhos permitiu a constituição de balanços, como o levantamento que Mancuso (2015, 155) recentemente produziu sobre a literatura acadêmica brasileira. Nele, o autor identificou três principais vertentes de investigação: “i) relação entre investimento e desempenho eleitoral; ii) relação entre investimento e a concessão de benefícios aos investidores; e iii) quais os fatores determinantes do investimento eleitoral”.

Os estudiosos da primeira vertente demonstram, a partir de diferentes modelos estatísticos aplicados em todos os níveis de disputa no Brasil (federal, estadual/distrital e municipal), a forte correlação entre a quantidade de dinheiro arrecadado e os votos válidos obtidos pelos partidos e candidatos. Em outros termos, verificam que o sucesso de uma campanha eleitoral é função direta dos recursos financeiros nela aportados, especialmente por empresas privadas, independentemente de esses aportes chegarem diretamente aos candidatos ou serem intermediados por outros agentes, como partidos políticos (Cervi, 2010; Heiler, 2011; Mancuso, 2015; Mancuso, Horochovski e Camargo, 2016; Marcelino, 2010; Peixoto, 2014, 2010; Samuels, 2001; Speck & Cervi, 2016).

No tocante à segunda vertente, a literatura tem sido unânime em considerar as doações de campanha como investimento eleitoral ou financiamento eleitoral, tratados como sinônimos. Assume-se que quem financia campanhas eleitorais o faz em troca de benefícios futuros ou passados (Fonseca, 2017, Bandeira-De-Mello e Marcon, 2005; Boas, Hidalgo e Richardson, 2014; Mezzarana, 2011; Rocha, 2011). Pela ótica da relação entre investimento e concessão de benefícios aos investidores, o problema vai além dos impactos causados na disputa eleitoral, na medida em que afeta o próprio exercício da representação, dado que, potencialmente, se beneficia e defende os interesses de poucos grupos de grande poder financiador, em detrimento dos interesses de uma maioria presente apenas no momento do voto. Santos *et al.* (2015, 52), em estudo que analisou o comportamento dos deputados federais brasileiros no processo legislativo entre 1999 e 2007, afirmam que:

a proporção de recursos corporativos influencia positivamente a cooperação dos parlamentares brasileiros [...] O dinheiro vindo dos empresários para as campanhas dos deputados federais no Brasil importa para explicar como eles se comportam nas votações nominais no parlamento. Em suma, quanto maior a proporção de recursos vindos de empresas, maior é a cooperação dos deputados.

Em pesquisa orientada pela relação entre investimento eleitoral e concessão de benefícios ao investidor, Fonseca (2017, 31) aponta para um processo que

demonstra o caminho inverso do habitual e assevera: “o efeito sobre retornos contratuais após as eleições é baixíssimo, mas os valores contratuais recebidos por empresas antes das eleições estão associados às doações de modo expressivo”.

A terceira vertente de estudos, voltada às determinações do investimento eleitoral, possibilita identificar o perfil dos agentes beneficiados pelo financiamento das campanhas a partir de seus atributos, tais como gênero, profissão, renda, escolaridade, capital político entre outros. Em geral, os trabalhos dentro dessa vertente mostram que os financiadores não distribuem os recursos igualmente entre partidos e candidatos de estratos sociais diferentes. Ao contrário, privilegiam perfis determinados – homens, ricos, altamente escolarizados e com experiência política prévia recebem mais recursos e, dada a forte correlação entre dinheiro e voto, acabam por ser significativamente mais competitivos que outros candidatos (Junckes *et al.*, 2014, Santos, 2009; Sacchet e Speck, 2012; Samuels, 2001).

A linha de investigação em tela demonstra, contudo, que, superadas as barreiras do baixo financiamento, as diferenças nas possibilidades de sucesso eleitoral sofrem importante redução. O caso das mulheres é emblemático: quando bem financiadas, suas votações e chances de eleição equiparam-se às dos homens competitivos. Para tanto, é necessário, porém, que elas disponham de outros recursos, como capital político familiar, e, na prática, o número de mulheres que ultrapassam as referidas barreiras é muito pequeno.

Nas três vertentes citadas, as pesquisas sobre o financiamento eleitoral no Brasil corretamente repercutiram o peso do investimento privado empresarial nas campanhas políticas pela óbvia razão de que as pessoas jurídicas constituíam o principal agente financiador e, ato contínuo, os resultados das disputas eleitorais costumavam refletir a dependência praticamente total dos recursos por elas aportados.

As eleições municipais de 2016 são as primeiras em que a presença de um agente essencial nos pleitos anteriores foi interdita, de modo que os pesquisadores apenas começam a tratar da temática do financiamento de campanhas eleitorais sem a participação de pessoas jurídicas. Essa condição, por sua vez, pode produzir efeitos significativos, seja nas dinâmicas de financiamento e nos montantes que envolvem os atores comuns a esse processo, seja no desempenho dos candidatos. Faz-se necessário, portanto, descrever o modelo de financiamento que presidiu a campanha daquele ano.

Em 2016, manteve-se um modelo misto de financiamento eleitoral público e privado. No caso da primeira modalidade, os recursos de campanha originaram-se do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos,

mais conhecido como Fundo Partidário. Regido pela Lei 9.096/1995, ele é composto, praticamente em sua totalidade, por dotação orçamentária anual da União – uma pequena parte provém de multas e penalidades pecuniárias e de doações. Seu valor mínimo é obtido pela multiplicação de R\$ 0,35³ pelo número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária. A distribuição do fundo, pela Justiça Eleitoral, obedece à seguinte fórmula: 5%, igualmente entre todos os partidos; 95%, pela proporção de votos dos partidos na última eleição para deputado federal. As siglas podem aplicar parte do remanescente dos recursos em campanhas eleitorais após fazerem frente às suas despesas correntes (por exemplo, custos administrativos, jurídicos e contábeis, a obrigação de manter fundação de estudos etc.).

Na modalidade privada de financiamento, com a ausência das pessoas jurídicas imposta pela Lei 13.165/2015, restaram dois tipos de doadores. As pessoas físicas em geral, ou seja, o cidadão/eleitor comum, e os próprios candidatos. É importante frisar que, em 2016, as regras essenciais para as doações por parte desses agentes permaneceram inalteradas, regendo-se pela Lei 9.504/1997. Ou seja, se, de um lado, a legislação trouxe uma mudança estrutural, tornando defesa a participação das empresas, de outro, não introduziu qualquer modificação substantiva que afetasse de maneira decisiva o comportamento dos demais agentes.

De acordo com a Lei 9.504/1997, os limites às doações de pessoas físicas correspondem a 10% de sua renda declarada à Receita Federal no ano anterior à eleição. Para os candidatos, o limite é o total de rendimentos declarados. Desse modo, para o pleito analisado, não houve teto nominal para as doações – tanto pessoas físicas quanto candidatos puderam doar conforme sua capacidade econômica, havendo apenas barreiras às despesas de acordo com o teto de gastos registrado por partidos e candidatos na Justiça Eleitoral no início da campanha.

Com a pesquisa relatada neste capítulo, pretendemos analisar a eleição municipal de 2016 em Curitiba à luz do desenho institucional descrito. Trata-se, portanto, de investigar os efeitos das mudanças e permanências das regras do jogo sobre a relação entre dinheiro e voto na capital paranaense. Antes, porém, de discutir os resultados, detalhamos, na próxima seção, como os dados foram coletados e analisados.

3. Em valores de agosto de 1995, corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

A pesquisa: metodologia e apresentação dos resultados

Esta seção está dividida em duas partes: na primeira, descrevemos os procedimentos de coleta, organização e análise dos dados; na segunda, apresentamos e discutimos os resultados da pesquisa.

O passo inicial foi nos debruçarmos sobre dados das planilhas de prestação de contas e de perfil de candidaturas, com foco no cargo de vereador de Curitiba, nas eleições municipais de 2012 e 2016, disponíveis no Repositório de Dados Eleitorais do TSE. Com elas, foi possível efetuar uma análise comparativa das relações entre montante de dinheiro arrecadado por candidatos e seu desempenho nos dois pleitos, com vistas a testar nossas duas primeiras hipóteses:

H1: Entre 2012 e 2016, as receitas obtidas pelos candidatos reduziram-se de maneira significativa em função da proibição do financiamento empresarial.

H2: Pessoas físicas passaram a ser os financiadores centrais das candidaturas.

Cada unidade federativa possui planilhas de receitas de prestadores de conta com a seguinte classificação: *candidatos*, que são as Pessoas Jurídicas constituídas pelos candidatos para receber as doações; *comitês*, que são os comitês financeiros (no caso, comitê financeiro único, comitê financeiro para prefeito, comitê financeiro para vereador); e *partidos*, que são direções nacionais, estaduais/distritais e municipais. Como esta pesquisa volta-se especificamente aos candidatos, executamos o *download* da primeira planilha referente ao estado do Paraná, sobre a qual aplicamos filtros, selecionando apenas as receitas que se encaixavam no recorte que estabelecemos para a investigação⁴. Com o software Microsoft Accesstm, cruzamos a planilha resultante com as planilhas de informações dos candidatos e de resultados das eleições, formando um banco de dados único.

Na medida em que o propósito central da investigação é identificar e mensurar efeitos de mudanças institucionais sobre a arrecadação dos candidatos, optamos pela aplicação de modelos de regressão linear simples, suficientes para verificar a direção e a força da correlação entre receitas e desempenho eleitoral entre uma eleição e outra. Com isso, pudemos pôr à prova a terceira hipótese:

4. Os montantes referentes ao ano de 2012 foram reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor – Amplo (IPC-A), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outubro de 2012 e outubro de 2016. Ou seja, todos os valores referentes ao primeiro pleito tiveram acréscimo percentual de 34,56%.

H3: as mudanças institucionais promoveram uma disputa mais igualitária, com uma associação menor entre as quantidades de dinheiro arrecadado e votos obtidos.

Com essa última hipótese, almejamos, principalmente, verificar se a alteração normativa que proibiu o financiamento empresarial em nome da redução do peso do poder econômico nas disputas (ver o voto dado pelo Ministro Luiz Fux no julgamento da referida ADI 4.650/2015) reduziu assimetrias de disputa, o que poderia acarretar mudanças no perfil de representantes políticos. Para refinar tal análise, utilizamos, num segundo momento, o banco de dados resultante da aplicação do *survey* respondido por candidatos à Câmara Municipal de Curitiba durante a campanha de 2016.

Se as análises do primeiro banco visavam à constituição de um panorama mais amplo do fenômeno investigado, o segundo conjunto de informações possibilitou visão mais refinada do perfil dos eleitos e dos não eleitos nas eleições de 2016, tendo o financiamento de suas campanhas como fio condutor das análises, dada a multiplicidade de variáveis relacionadas ao perfil desses informantes coberta pelo instrumento de coleta. Passamos, então, à apresentação dos resultados.

A eleição de 2016 em Curitiba registrou um salto considerável no número de atores envolvidos em relação à de 2012 (Tabela 1), resultado ainda mais notável quando lembramos que as pessoas jurídicas foram excluídas do processo e que o número de vagas permaneceu constante. Destacam-se, nesse sentido, o aumento de 49,3% no número de candidatos deferidos para a disputa da vereança e o aumento de 61% no número de doadores do tipo pessoa física.

Tabela 1 – Candidatos, agentes partidários e financiadores em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016

Cargo	2012	2016	Vagas	Variação (%)
Prefeitos	7	9	1	28,6
Vereadores	702	1048	38	49,3
Partidos e comitês financeiros	14	15	–	7,1
PJ	646	0	–	–
PF	2.889	4.652	–	61,0
Total	4.258	5.724	39	34,4

Fonte: TSE, elaboração própria.

A Tabela 2 apresenta a soma das receitas, ou seja, tudo aquilo que foi doado para candidatos, partidos e comitês financeiros, com a devida correção

da inflação. Observamos que, entre uma eleição e outra, o montante caiu de aproximadamente 58 milhões de reais para pouco mais de 18,3 milhões de reais, uma diminuição de 68,4%. A queda de receitas, que atingiu expressivos 67,7% entre os candidatos, foi ainda maior para partidos e comitês financeiros, que viram seus recursos minguaem em quase 82%. Esses resultados permitem afirmar que a redução nas somas envolvidas é o primeiro efeito causado pela ausência do financiador empresarial, o que confirma nossa primeira hipótese.

Tabela 2 – Receitas de candidatos e agentes partidários em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016

Tipo	2012		2016		2012 Δ 2016
	Total de receitas	%	Total de receitas	%	Variação %
Candidatos	55.303.524,63	95,32	17.841.818,03	97,61	-67,74
Partidos e comitês financeiros	2.714.758,63	4,68	492.402,70	2,69	-81,86
Total	58.018.283,26	100	18.334.220,73	100	-68,40

Fonte: TSE, elaboração própria.

A partir da Tabela 3, iniciamos uma análise mais pormenorizada sobre os montantes que compõem as receitas dos candidatos ao cargo de prefeito e vereador. Observamos que os principais afetados pela ausência do financiamento empresarial foram os candidatos a prefeito. O montante que compõe as receitas desses candidatos sofreu redução de 76,14%. Para candidatos a vereador, a queda foi bem menor, da ordem de 45,20%. Essa redução nas receitas dos candidatos promoveu uma divisão mais equânime entre os cargos em 2016, com 53,82% das receitas sendo de prefeitos e 46,18% de vereadores. Vale registrar que, apesar da proximidade das receitas, o número de candidatos – ver Tabela 1 – e o poder relativo de arrecadação são bastante diferentes.

Tabela 3 – Receitas dos candidatos a prefeito e vereador em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016

Cargo	Eleições 2012		Eleições 2016		2012 Δ 2016
	Total de receitas	%	Total de receitas	%	Variação %
Prefeito	40.267.351,58	72,8	9.601.956,07	53,8	-76,1
Vereador	15.036.173,05	27,2	8.239.861,96	46,2	-45,2
Total	55.303.524,63	100	17.841.818,03	100	-67,7

Fonte: TSE, elaboração própria.

As tabelas 4 e 5 apresentam detalhadamente a origem da receita, ou seja, o tipo de doação realizada. Frise-se mais uma vez que, conforme a nova regra eleitoral, não há a presença de recursos provenientes de pessoas jurídicas no ano de 2016 e, nesse ano, registram-se doações via internet. Os valores relativos às doações realizadas para cada fonte de recurso e os totais de registros de doações e de doadores também estão especificados para cada fonte de recurso. Os doadores foram filtrados e minerados para evitar duplicatas na contabilização por meio de seus respectivos CPF/CNPJ de doador.

Tabela 4 – Origem das receitas dos candidatos em Curitiba – Eleições de 2012

Tipo de receita	Soma das receitas	%	Registros	Doadores
Recursos de origens não identificadas	4.576,53	0,01	3	2
Recursos de outros candidatos/comitês	1.863.988,69	3,37	2.025	17
Recursos de partido político	19.226.151,83	34,76	614	26
Recursos de pessoas físicas	8.657.348,76	15,65	3.504	2.889
Recursos de pessoas jurídicas	16.891.483,70	30,54	1.138	646
Recursos próprios	8.659.920,32	15,66	1.127	336
Rendimentos de aplicações financeiras	54,81	0	13	#Nulo
Total	55.303.524,64	100%	8.424	3.916

Fonte: TSE, elaboração própria.

Tabela 5 – Origem das receitas dos candidatos em Curitiba – Eleições de 2016

Tipo de receita	Soma das receitas	%	Registros	Doadores
Doações pela internet	51.750,04	0,29	152	138
Recursos de origens não identificadas	435,56	0	6	#Nulo
Recursos de outros candidatos/comitês	809.040,37	4,53	2.145	25
Recursos de partido político	3.097.333,31	17,36	640	32
Recursos de pessoas físicas	8.859.776,39	49,66	6.306	4.652
Recursos próprios	5.023.461,74	28,16	1.149	404
Rendimentos de aplicações financeiras	20,62	0	31	#Nulo
Total	17.841.818,03	100	10.429	5.251

Fonte: TSE, elaboração própria.

Um primeiro resultado a se destacar aqui é a maior participação das pessoas físicas entre os doadores. Apesar de os montantes aportados por esses

atores para os anos de 2012 e 2016 serem aproximados, com uma diferença pouco maior que 2% – respectivamente R\$ 8,65 milhões e R\$ 8,85 milhões –, em 2016 a receita formada por esses financiadores representou praticamente a metade do total das receitas dos candidatos. O número de doadores desse tipo teve aumento muito expressivo: em 2012, eram 2.889 e representavam 73,77% dos doadores; e, em 2016, foram 4.652 e representaram 88,59% dos doadores, um incremento de 61%. Outro critério analisado é o número de registros de doações, que passaram de 3.504 para 6.306, uma variação de quase 80%.

Um resultado importante também é a participação dos recursos próprios dos candidatos, ou seja, a participação desses agentes por meio de autodoações. Em 2012, somavam cerca de 8,65 milhões de reais para 709 candidatos; já em 2016, foram pouco mais de 5 milhões de reais, sendo 1.057 candidatos. Tais valores representam uma queda de 41,97% na receita. Porém, em 2016, esse valor representa 28,2% do total das receitas, e, em 2012, era de apenas 15,7%. A soma dos recursos provenientes de pessoas físicas e recursos próprios dos candidatos alcançam 77,81% do valor total de receitas disponíveis em 2016, ao passo que nas eleições de 2012 representaram 31,31% do total.

Um dado que chama a atenção é a abrupta queda na participação dos partidos políticos, que haviam sido os principais doadores nas eleições de 2012 – na verdade, intermediadores de recursos originários de pessoas jurídicas. Naquela ocasião, doaram para candidatos pouco mais de 19,2 milhões de reais, sendo responsáveis por 34,76% das receitas dos candidatos. Com doações que mal ultrapassaram os 3 milhões de reais em 2016, esses agentes reduziram em 83,9% seus aportes, reduzindo sua participação para 17,4%. Em decorrência, as agremiações deixaram de ser a principal fonte de recurso das candidaturas, ou seja, aquela que mais impacta na dinâmica do financiamento eleitoral.

A redução dos recursos provenientes de partidos políticos é um possível efeito direto da ausência do financiador empresarial e de um substituto à altura, o que traz à tona o debate do financiamento indireto de candidatos por empresas, o mais comum no Brasil até 2014. Até as eleições daquele ano, desconfiava-se que as empresas usavam os partidos políticos para mascarar relações diretas entre empresa e candidato, ou seja, para ocultar a doação.

É interessante observar, contudo, que nas eleições de 2014, apesar da necessidade de identificação dos doadores originários de recursos transacionados por partidos políticos, estes não perderam centralidade e até aumentaram sua participação relativa no financiamento de campanhas eleitorais na comparação com as eleições de 2010 (Junckes, Horochovski e Camargo, 2016).

Aparentemente, não era para escamotear relações que as empresas abasteciam partidos políticos. É mais provável que o papel central destes na coordenação dos processos de produção de políticas públicas tenha maior vigor explicativo – frise-se, por exemplo, o papel das lideranças partidárias nas casas legislativas ou da tesouraria das agremiações na distribuição de recursos os mais variados, como tempo no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) ou do dinheiro em si. A redução das receitas dos partidos políticos pode ser, direta ou indiretamente, tratada como um terceiro efeito da ausência da participação empresarial, pois de fato ocorreu uma enorme queda nos montantes envolvidos (Tabela 6).

Tabela 6 – Origem das receitas de doação de partidos políticos para candidatos

Descrição	2012	2016
Fundo Partidário Eleitoral	491.917,51	2.970.152,60
Outros recursos não descritos	18.734.234,32	127.180,71
Total	19.226.151,83	3.097.333,31

Fonte: TSE, elaboração própria.

Observamos que, em 2016, há uma maior participação da quantia advinda diretamente do fundo partidário, o que fortalece o papel dos recursos públicos como ferramenta necessária para suprir a ausência do capital empresarial e, dessa forma, continuar a proporcionar a partidos e candidatos condições para um alto padrão de consumo de bens e serviços que movem uma eleição.

A seguir, as tabelas 7 e 8 apresentam a composição da receita dos candidatos a prefeito e vereador e descrevem o montante originário para cada tipo de doador. Tal qual já havíamos apontado, em ambas as eleições estudadas os candidatos a prefeito têm a maior arrecadação financeira.

Tabela 7 – Origem das receitas dos candidatos a prefeito em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016

Tipo de receita	Prefeitos		Variação percentual
	2012	2016	
Recursos de origens não identificadas	-	-	-
Recursos de outros candidatos	177.903,44	7.598,76	-95,73%
Recursos de partido político	17.574.807,68	2.756.070,72	-84,32%
Recursos de pessoas físicas	4.311.791,20	4.996.293,13	15,88%
Recursos de pessoas jurídicas	13.434.834,68		—

continua

Tabela 7 – Continuação

Tipo de receita	Prefeitos		Variação percentual
	2012	2016	
Recursos próprios	4.768.014,57	1.815.968,94	-61,91%
Rendimentos de aplicações financeiras	—	—	—
Doações pela internet	—	26.024,52	—
Total	40.267.351,58	9.601.956,07	-76,15%

Fonte: TSE, elaboração própria.

Tabela 8 – Origem das receitas dos candidatos a vereador em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016

Tipo de receita	Vereadores		Variação percentual
	2012	2016	
Recursos de origens não identificadas	4.576,53	435,56	-90,48%
Recursos de outros candidatos	1.686.085,25	801.441,61	-52,47%
Recursos de partido político	1.651.344,15	341.262,59	-79,33%
Recursos de pessoas físicas	4.345.557,55	3.863.483,26	-11,09%
Recursos de pessoas jurídicas	3.456.649,02	—	—
Recursos próprios	3.891.905,74	3.207.492,80	-17,59%
Rendimentos de aplicações financeiras	54,81	20,62	-62,38%
Doações pela internet	—	25.725,52	—
Total	15.036.173,05	8.239.861,96	-45,20%

Fonte: TSE, elaboração própria.

A Tabela 9 mostra o fluxo de doações oriundas de pessoas físicas. A quase totalidade dessas doações, em ambas as eleições, foi feita diretamente para candidatos em detrimento da doação para agentes partidários. Há um equilíbrio na destinação para os dois cargos em disputa (ainda que, vale lembrar, haja muito mais candidatos a vereador do que a prefeito).

Tabela 9 – Para quem doam as pessoas físicas

Fluxo	2012	%	2016	%
PF Para candidatos	8.657.348,76	96,59	8.859.776,39	98,93
A prefeito	4.311.791,20	49,80	4.996.293,13	56,39
A vereador	4.345.557,55	50,20	3.863.483,26	43,61
PF Para partidos e comitês financeiros	305.655,53	3,41	95.779,00	1,07
PF Total	8.963.004,29	100	8.955.555,39	100

Fonte: TSE, elaboração própria.

Esses números permitem a inferência de que, em face da ausência da participação empresarial, as pessoas físicas, ao manterem os patamares de doação entre as duas eleições analisadas, assumiram clara centralidade em 2016, o que confirma nossa segunda hipótese. A questão que se coloca a essa altura é se a referida ausência poderia refletir-se nos resultados eleitorais, com uma menor assimetria nas condições de disputa, visto que antes esta era causada pelo investimento de empresas, direto ou indireto.

Pergunta-se, então, se candidatos fora do alvo do financiamento empresarial enfrentariam condições de disputa menos desiguais em relação àqueles financiados pelo capital empresarial, numa maior pulverização do voto e, consequentemente, a redução do peso da incumbência e de outras variáveis de capital político dos candidatos. Para tanto, é necessário medir o impacto do financiamento eleitoral no desempenho dos candidatos para a conquista de votos pós-proibição de doações de pessoas jurídicas.

Para aferir a relação entre desempenho eleitoral dos candidatos e arrecadação de recursos, empregamos análise de regressão linear simples entre duas variáveis: receita financeira disponível ao candidato e votos conquistados. Para essa análise, trabalhamos apenas com candidatos a vereança, para reduzir os efeitos dos *outliers* representados pelos candidatos a prefeito mais competitivos e produzir uma distribuição mais normalizada dos dados.

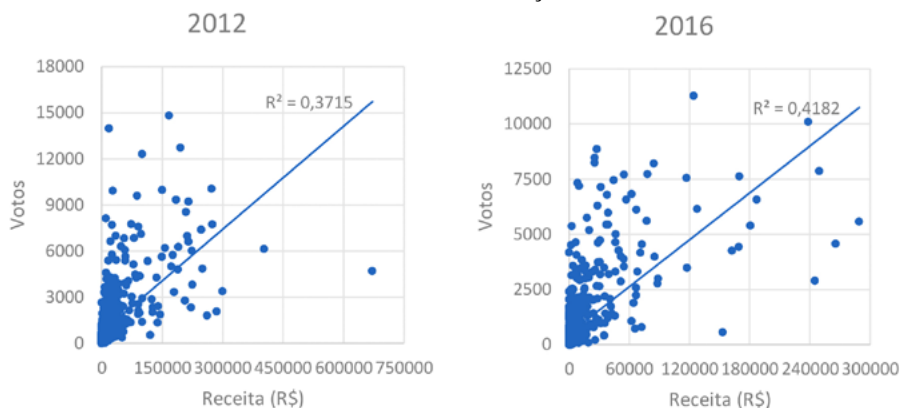
Na primeira parte desta seção, observamos o crescimento no número de participantes que disputam uma vaga no pleito eleitoral. Entre as eleições de 2012 e 2016, Curitiba não apresentou aumento no número de cadeiras em disputa. Consequentemente, a ideia é de que, com o mesmo número de vagas e o aumento de competidores, a disputa tenha sido mais intensa e acirrada, com uma distribuição mais equitativa dos recursos. Será que aconteceu isso?

Como se pode observar na Figura 1, a despeito do aumento no número de participantes no pleito de 2016 e da redução das receitas globais, a correlação entre receita e votos conquistados sofreu alteração positiva, com o $R^2 = 0,37$, em 2012, passando para 0,41, em 2016. Isso significa dizer que, nas eleições de 2016, a variável receita exerceu mais influência na conquista de votos do que na eleição anterior, o que sugere a necessidade de rejeitar a hipótese de uma eleição mais equitativa com a ausência do dinheiro empresarial. O que está na raiz desse resultado? Aparentemente, a resposta encontra-se justamente no comportamento dos doadores pessoas físicas.

A correlação entre receitas advindas de pessoas físicas e votos conquistados sofreu significativo crescimento entre 2012 e 2016, com o R^2 variando de 0,19 para 0,31 (Figura 2). Esses números não permitem apontar esses doadores como sendo responsáveis únicos e diretos pelo sucesso dos

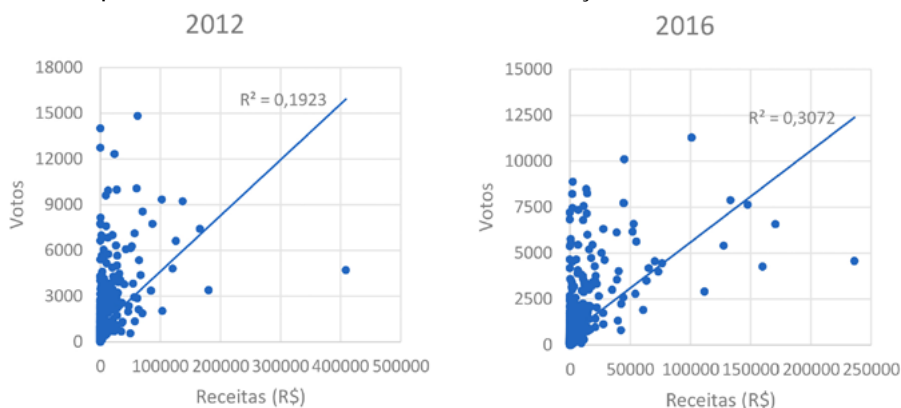
eleitos, porém claramente mostram um aumento expressivo da influência desse tipo de doador sobre os resultados eleitorais.

Figura 1 – Gráficos de regressão linear simples – Receita × Votos em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016



Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Figura 2 – Gráficos de regressão linear simples – Receitas de pessoas físicas × Votos em Curitiba – Eleições de 2012 e 2016



Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Esses achados podem parecer, em alguma medida, contraintuitivos. Ao menos uma pesquisa (Avis *et al.*, 2017) chegou a conclusões razoavelmente distintas para cidades pequenas, nas quais, em função de limites mais rígidos de gastos impostos pela Justiça Eleitoral, teria havido maior igualdade de condições nas disputas municipais em 2016, que se teriam tornado mais competitivas e com maiores possibilidades de sucesso para candidatos desafiantes, sobretudo nas disputas majoritárias.

No entanto, em cidades grandes, como Curitiba, a vedação ao financiamento empresarial com a manutenção dos demais aspectos do financiamento de campanha não teria alterado, até mesmo agudizara o padrão de competitividade para as eleições proporcionais. O aumento observado no grau de correlação existente entre receitas e desempenho eleitoral em 2016 sinaliza a manutenção dos padrões encontrados na literatura discutida na seção anterior, pelos quais os resultados eleitorais estão fortemente associados às receitas eleitorais. Ao menos no que tange ao nosso objeto de estudo, as regras estabelecidas para as eleições municipais de 2016 teriam favorecido ainda mais quem comparativamente dispunha de maiores receitas na disputa das eleições proporcionais.

Algumas questões derivam da manutenção da assimetria na distribuição dos recursos e mesmo o fortalecimento de sua relação com o desempenho eleitoral dos candidatos a vereador em Curitiba: quem são os candidatos mais bem-sucedidos, ou seja, os eleitos? Quais são os atributos associados a seu sucesso na política? São distintos dos classicamente observados pelas pesquisas? Para responder a essas perguntas, apresentamos e analisamos resultados referentes a variáveis presentes no *survey* com candidatos, relacionando-os à receita desses candidatos.

A primeira constatação é a de que os vereadores eleitos perceberam receitas muito superiores às dos candidatos que não obtiveram mandatos, conforme se pode observar nas médias apresentadas para os dois grupos na Tabela 10, na razão de 11/1 (respectivamente R\$ 71.623,12 e R\$ 6.471,73). Tal dado explica, em parte, a manutenção da desigualdade econômica nas eleições, mesmo com a ausência do investimento empresarial nas campanhas. Mesmo entre os eleitos, as diferenças de capital entre incumbentes e não incumbentes é bastante expressiva, com os primeiros arrecadando em média quatro vezes mais que os últimos.

A Tabela 10 mostra ainda que uma das razões para o maior aporte de recursos àqueles competidores é o capital político anterior, que constitui vantagem competitiva importante, se não essencial. Enquanto a maioria dos eleitos é formada por incumbentes, ou seja, pessoas que já exerciam o cargo de vereador quando competiram em 2016, entre os não eleitos, o percentual de incumbentes (ou seja, vereadores que tentaram a reeleição) é ínfimo, não chegando a 1%. A importância do capital político anterior é corroborada pelo comportamento de outra variável, a ocupação prévia de algum cargo político. Nesse caso, as posições de eleitos e não eleitos se invertem, com respectivamente 77,1% e 14,0% de respostas afirmativas a essa questão (Tabela 11).

Tabela 10 – Situação final – Financiamento × Incumbência

Incumbente	Eleitos			Não eleitos		
	N	%	Média R\$	N	%	Média R\$
Não	15	42,9	24.704,53	718	98,5	5.871,36
Sim	20	57,1	106.812,06	6	0,8	77.715,50
S/R	0	0	0	5	0,7	535,49
Total	35	100	71.623,12	729	100	6.471,73

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Tabela 11 – Situação final – Financiamento × Ocupação anterior de cargo

Cargo político antes	Eleitos			Não eleitos		
	N	%	Média R\$	N	%	Média R\$
Não	8	22,9	43.146,40	627	86	4.764,70
Sim	27	77,1	80.060,67	102	14	16.573,55
Total	35	100	71.623,12	729	100	6.471,73

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

O eleito geralmente é alguém com experiência no mundo da política, com mais tempo de filiação ao partido pelo qual se candidatou (Tabela 12) e com trânsito por diferentes agremiações, tendo, mais frequentemente, sido filiado a outra(s) sigla(s), conforme se depreende da Tabela 13. No que concerne ao financiamento eleitoral, no caso dos eleitos, tempos maiores de filiação correspondem a maiores valores médios de receita, indicativo da centralidade que o político ocupa quando passa períodos em uma determinada organização partidária.

Tabela 12 – Situação final – Financiamento × Tempo de filiação ao partido

Tempo de filiação	Eleitos			Não eleitos		
	N	%	Média R\$	N	%	Média R\$
0 a 5	21	60	65.265,57	642	88,1	5.938,09
6 a 10	4	11,4	69.882,24	44	6	12.069,40
11 a 15	6	17,1	71.442,96	20	2,7	7.306,36
mais de 15	3	8,6	133.048,53	21	2,9	9.389,03
S/R	1	2,9	28.900,00	2	0,3	927,98
Total	35	100	71.623,12	729	100	6.471,73

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Tabela 13 – Situação final – Financiamento × Filiação anterior a partido

Filiado antes	Eleitos			Não eleitos		
	N	%	Média R\$	N	%	Média R\$
Não	6	17,1	78.785,73	397	54,5	6.023,12
Sim	29	82,9	70.141,20	331	45,4	6.913,34
S/R	0	0	0	1	0,1	2.590,00
Total	35	100	71.623,12	729,00	100	6.471,73

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Ao contrário da opinião bastante disseminada, fazer política demanda grande comprometimento pessoal. A quase totalidade dos eleitos (91,4%) despense mais de quarenta horas semanais nessa atividade (Tabela 14), o que era de se esperar. Chama a atenção, no entanto, o fato de considerável maioria dos não eleitos apresentar comportamento semelhante, ao afirmar que devota à política carga semanal superior a quarenta horas. Um refinamento da questão mostra que os entrevistados mostraram uma compreensão ampla do que isso significa, que vai muito além da vida partidária e da participação eleitoral, incluindo a participação em movimentos comunitários, religiosos, sindicais, entre outros. Tal comportamento é bastante distinto daquele do conjunto da sociedade brasileira; os indicadores de participação nessas ações são tímidos (Ribeiro e Borba, 2011). Outro dado importante é que, para ambos os grupos, mais horas de dedicação à política correspondem, em média, a maior arrecadação, o que indica que o investimento de trabalho é, em parte, recompensado.

Tabela 14 – Situação final – Financiamento × Horas dedicadas à atividade política

Horas/semana	Eleitos			Não eleitos		
	N	%	Média R\$	N	%	Média R\$
Até 5 horas	1	2,9	3.997,52	46	6,3	2.095,41
De 6 a 10 horas	0	0	0,00	42	5,8	2.322,27
De 11 a 20 horas	1	2,9	4.6242,26	65	8,9	3.654,40
De 21 a 40 horas	1	2,9	7.660,20	86	11,8	4.478,72
Mais de 40 horas	32	91,4	78.064,81	478	65,6	7.746,93
S/R	0	0	0,00	12	1,6	13.939,75
Total	35	100	71.623,12	729	100	6.471,73

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Estabelecidos os vínculos da experiência política prévia com o sucesso eleitoral e a arrecadação de recursos para as campanhas, faz-se necessário observar as interfaces entre esses dois últimos elementos e os atributos socio-demográficos dos candidatos. Nesse caso, também há claros sinais de que as mudanças no desenho institucional do financiamento que vigoram em 2016 não produziram alterações em relação aos perfis de beneficiários apontados pela literatura.

A Câmara Municipal de Curitiba que assumiu em 2017 é predominantemente masculina, já que os homens conquistaram 77,1% das vagas em disputa (Tabela 15). Ainda que a sub-representatividade numérica das mulheres não seja tão aguda quanto a registrada no Congresso Nacional (10,6% dos senadores e deputados federais são mulheres), elas ficaram distantes de atingir a porcentagem de cadeiras prevista pela cota de gênero de 30% prevista pela legislação eleitoral. Curiosamente, o percentual de mulheres entre os candidatos não eleitos é bem mais próximo da cota (27,4%) (autores como Barreira e Gonçalves, 2010, e Junckes *et al.*, 2014 mostram como tal dinâmica é produto de mecanismos partidários de exclusão e preenchimento meramente formal das cotas). Ademais, mesmo as eleitas tiveram uma média de arrecadação muito aquém da auferida por seus colegas homens – respectivamente, R\$ 52.759,85 e R\$ 77.212,24 – embora bastante superior à média de suas congêneres que não se elegeram.

Tabela 15 – Situação final – Financiamento × Gênero

	Eleitos			Não eleitos		
	N	%	Média R\$	N	%	Média R\$
<i>Sexo</i>						
Feminino	8	22,9	52.759,85	200	27,4	4.586,71
Masculino	27	77,1	77.212,24	529	72,6	7.169,62
Total	35	100	71.623,12	729	100	6.471,73

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Além de masculino, o Legislativo curitibano é eminentemente branco. Conforme a Tabela 16, praticamente nove entre dez vereadores eleitos são dessa cor e apenas quatro declararam-se pardos (11,4%), quadro destoante em relação ao perfil dos não eleitos, em que pretos e pardos, somados, representam 26,9%. Vale ressaltar que, a despeito do baixo número de não brancos entre os vereadores, o que remete à necessidade de relativizar afirmações mais categóricas, a média de arrecadação dos brancos é bastante superior à dos não brancos (respectivamente R\$ 74.348,26 e R\$ 50.503,29).

Tabela 16 – Situação final – Financiamento × Raça/cor

	Eleitos			Não eleitos		
	N	%	Média R\$	N	%	Média R\$
<i>Cor</i>						
Branca	31	88,6	74.348,26	517	70,9	7.905,47
Preta	0	0	0,00	55	7,5	2.006,58
Amarela	0	0	0,00	10	1,4	2.652,30
Parda	4	11,4	50.503,29	141	19,3	3.201,85
Indígena	0	0	0,00	3	0,4	10.530,10
NR	0	0	0,00	3	0,4	4.057,80
Total	35	100	71.623,12	729	100	6.471,72

Fonte: TSE, elaboração própria

É possível também encontrar diferenças expressivas no tocante à escolaridade dos dois grupos de candidatos, com repercussão no financiamento das campanhas. A Tabela 17 mostra os resultados referentes àquela variável, com os dados agregados por nível de formação escolar, independentemente de o informante ter ou não completado a formação correspondente. Somando-se os eleitos com ensino superior e pós-graduação, 77,1% dos componentes desse grupo podem ser considerados altamente escolarizados. Entre os não eleitos, essa porcentagem é menor (60,6%) – ou seja, nesse grupo, pouco menos de 40% possuem formação correspondente à educação básica, em contraste com os 22,9% com o mesmo nível de ensino entre os eleitos. Vale ressaltar que, entre estes, avanços nas faixas educacionais correspondem a incrementos na arrecadação, com aqueles que possuem pós-graduação atingindo uma média de receitas de R\$ 102.175,77.

Tabela 17 – Situação final – Financiamento × Escolaridade

	Eleitos			Não eleitos		
	N	%	Média R\$	N	%	Média R\$
<i>Escolaridade</i>						
Ens. Fundamental	3	8,6	35.160,75	58	8	3.618,46
Ens. Médio/Técnico	5	14,3	42.715,04	229	31,4	2.089,36
Ens. Superior	18	51,4	70.453,88	309	42,4	6.972,20
Pós-Graduação	9	25,7	102.175,77	133	18,2	13.824,84
Total	35	100	71.623,12	729	100	6.471,73

Fonte: TSE, elaboração própria.

Considerações finais

Com a investigação relatada neste capítulo, cujo propósito central foi identificar e mensurar efeitos de mudanças estruturais nas regras de financiamento eleitoral sobre a arrecadação dos candidatos nas eleições municipais de 2016 na cidade de Curitiba, buscamos contribuir com a literatura da ciência política que trata da temática e, dessa forma, aprimorar o debate em torno dos efeitos da proibição do financiamento empresarial, agenda que apenas começa a se desenhar.

Duas das três hipóteses que orientaram a construção deste material foram confirmadas, a saber, H1 e H2, que tratam respectivamente da redução global no valor das receitas e da centralidade do doador pessoa física. Em suma, parte do resultado que era objetivado pela Lei 13.165/2015, no que diz respeito a reduzir os custos das campanhas eleitorais, foi alcançado. Vale ressaltar ainda a corroboração que os resultados deram à segunda hipótese, que trata da participação mais significativa do doador pessoa física, seja na hora de compor as receitas dos candidatos, seja afetando direta e positivamente a correlação receita disponível e conquista de votos.

No entanto, mesmo com a configuração de um novo arranjo normativo para o financiamento eleitoral, não houve alteração na dinâmica dos resultados da competição eleitoral e o que se evidenciou foi o poder do dinheiro para a conquista de votos, ao menos no âmbito curitibano. E isso mesmo com a maior centralidade do papel do doador pessoa física, em geral com menor poder econômico em comparação com as empresas de maior porte. Logo, em rejeição a nossa terceira hipótese, a capacidade dos candidatos de angariar recursos continua sendo fator que explica parte do desempenho eleitoral e, consequentemente, do sucesso em uma eleição, tal qual afirma a literatura relativa ao tema a partir de pesquisas sobre eleições anteriores.

As assimetrias produzidas pelo financiamento de campanha mantiveram-se associadas a atributos específicos dos competidores, tais como incumbência, tempo de filiação a partidos, horas dedicadas a atividade política, cor e gênero. Essas condições perduram como aspectos que influenciam, em maior ou menor grau, a capacidade arrecadatória que move as disputas eleitorais.

Por fim, é necessário alertar para os limites inerentes a uma aproximação inicial, com propósitos mais descritivos e que tem um caso específico como objeto. Desdobramentos possíveis da pesquisa incluem a aplicação de modelos robustos de análise dos dados de financiamento cruzados aos atributos dos participantes das eleições em recortes territoriais mais abrangentes, incluindo municípios de diferentes portes, de múltiplas unidades federativas do Brasil.

Referências

- AVIS, E.; FERRAZ, C.; FINAN, F.; VARJÃO, C. (2017). Money and politics: the effects of campaign spending limits on political competition and incumbency advantage. National Bureau of Economic Research, Berkeley.
- BANDEIRA-DE-MELLO, R.; MARCON, R. (2005). Unpacking firm effects: modeling political alliances in variance decomposition of firm performance in turbulent environments. *Revista de Administração Contemporânea*, vol. 9, n. SPE1, p. 65-85.
- BARREIRA, I.; GONÇALVES, D. N. (2012). ‘Presença’ e ‘ausência’ de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários”. In: ALVES, J. A.; PINTO, C. R. J.; JORDÃO, F. (orgs). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, p. 315-336.
- BOAS, T. C. et al. (2014). The spoils of victory: campaign donations and government contracts in Brazil. *The Journal of Politics*, vol. 76, n. 2, p. 415-29.
- BOURDOUKAN, A. Y. (2009). *O bolso e a urna: financiamento político em perspectiva comparada*. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CERVI, E. U. (2010). Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral no Brasil: análise das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 nas capitais de estado. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 4, p. 135-67.
- DAHL, R. Robert A. (1997). *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, p. 95-110.
- DOS SANTOS, R. D. (2009). A economia política das eleições 2002. um estudo sobre a concentração de financiamento de campanha para deputado federal.
- FALGUERA, E. et al. (2014). *Funding of political parties and election campaigns: a handbook on political finance*. [s.l.] IDEA.
- FONSECA, T. do N. (2017). Doações de campanha implicam em retornos contratuais futuros? Uma análise dos valores recebidos por empresas antes e após as eleições. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 25, n. 61, p. 31-49.
- HEILER, J. G. (2011). *Democracia: o jogo das incertezas x financiamento de campanhas: uma análise das prestações de contas das campanhas de vereadores*

de SC. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) –Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

JACOBSON, G. C. (1978). The effects of campaign spending in congressional elections. *American Political Science Review*, vol. 72, n. 2, p. 469-91.

JACOBSON, G. C. (1985). Money and votes reconsidered: congressional elections, 1972-1982. *Public Choice*, vol. 47, n. 1, p. 7-62.

JUNCKES, I. J. et al. (2014). Posicionamento das mulheres na rede de financiamento eleitoral e seu desempenho nas eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, vol. 6, n. 1, p. 25-47. Doi: 10.5212/Rlagg. v. 6. i1. 0003.

JUNCKES, I. J. et al. (2016). Redes de financiadores, partidos políticos e candidatos nas eleições de 2014 no Brasil. *Anais. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*, 10, Belo Horizonte.

MANCUSO, W. P. (2015). Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001-2012) e agenda de pesquisa. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, n. 54, p. 155-183.

MANCUSO, W. P. et al. (2016). Empresários e financiamento de campanhas na eleição presidencial brasileira de 2014. *Teoria & Pesquisa*, p. 38-64.

MARCELINO, D. (2010). *Sobre dinheiro e eleições*: um estudo dos gastos de campanha para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília.

MEZZARANA, F. S. (2011). *Poder econômico na política*: a influência dos financiadores de campanha na atuação parlamentar. Monografia em Ciência Política – São Paulo: Universidade de São Paulo.

PEIXOTO, V. (2014). Financiamento de campanhas nas eleições legislativas brasileiras em 2010. *Em Debate*, vol. 6, n. 1, p. 36-54.

PEIXOTO, V. de M. (2010). Eleições e financiamento de campanhas no Brasil. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro.

PRZEWORSKI, A. (2012). Democracy, redistribution, and equality. *Brazilian Political Science Review*, vol. 6, n. 1, p. 11.

RIBEIRO, E.; BORBA, J. (2011). As dimensões da participação política no Brasil. *Teoria & Pesquisa*, vol. 20, n. 2, p. 11-36.

ROCHA, D. (2011). Relações entre dispêndios do BNDES e financiamento eleitoral no governo Lula: uma análise empírica. 35º Encontro da Anpocs, Caxambu.

SACCHET, T.; SPECK, B. (2012). Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: ALVES, J. E. D. *et al. (orgs.). Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, p. 417-52.

SAMUELS, D. (2001). Money, elections, and democracy in Brazil. *Latin American Politics and Society*.

SANTOS, M. L. *et al.* (2015). Financiamento de campanha e apoio parlamentar à Agenda Legislativa da Indústria na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, vol. 21, n. 1, p. 33-59.

SANTOS, R. D. (2009). *A economia política das eleições 2002*. Um estudo sobre a concentração de financiamento de campanha para deputado federal. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SCARROW, S. E. (2007). Political finance in comparative perspective. *Annual Review of Political Science*, vol. 10, n. 1, p. 193-210.

SPECK, B. W.; CERVI, E. U. (2016). Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. *Revista de Ciências Sociais*, vol. 59, n. 1, p. 53-90.

Incerteza eleitoral, estratégia de campanha e voto na disputa para a câmara de vereadores de Curitiba em 2016

Fábio Vasconcellos

A relação candidato/vaga na eleição para a Câmara Municipal de Curitiba em 2016 demonstra que a cidade teve um dos pleitos mais competitivos dos últimos anos¹. A mesma eleição, contudo, apresentou queda na taxa de renovação do Legislativo. Entre 2008 e 2016, a proporção de novos vereadores eleitos caiu de 50% para 39%. Séries muito curtas, como se sabe, são pródigas em apontar conclusões que podem não se sustentar no tempo. Mas consideremos apenas os dados dessa eleição. Apesar de mais competitivo, o pleito para o cargo de vereador da capital do Paraná revelou-se, na verdade, mais propício às estratégias de campanha dos candidatos com histórico político-eleitoral.

Parte da inflexão na taxa de renovação pode estar associada às novas regras eleitorais, aprovadas na reforma de 2015². É provável que o fim do financiamento de pessoas jurídicas e a redução do período de campanha tenham favorecido ainda mais competidores com histórico político-eleitoral, isto é, os mais conhecidos dos eleitores, assim como aqueles com maior capacidade de autofinanciamento e acesso à estrutura partidária. Essa é uma hipótese

1. Em 2004, a relação candidato/vaga havia sido de 16 inscritos para cada uma das 38 cadeiras na Câmara Municipal. No pleito seguinte, subiu para 23, caiu um pouco em 2012 e, na última disputa, chegou a 29 candidatos/vaga. A taxa de renovação, por sua vez, ficou em 39%, ao passo que na eleição passada chegou a 47%, levemente abaixo dos 50% registrados em 2008. Fontes: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e <http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=26952#&panel1-1>. Acesso em: 20 dez. 2017.
2. A Lei 13.165/2015, também conhecida como Reforma Eleitoral 2015, alterou diversos pontos da legislação eleitoral. A norma foi sancionada um ano antes do pleito municipal de 2016, no dia 27 de outubro. Dessa forma, passou a valer já na disputa de 2016. Havia previsão inicial de retomar o financiamento de pessoas jurídicas, no entanto, o artigo foi vetado pela Presidência da República.

que merece ser explorada por estudos comparativos que possam identificar esse impacto.

Embora não ofereça uma resposta direta sobre mudanças nas regras do jogo e efeitos sobre os resultados eleitorais, a análise das estratégias de campanha adotadas pelos candidatos, foco do nosso interesse aqui, pode sugerir algumas pistas interessantes. Começemos pela mais básica premissa. Todo candidato busca formas de reduzir a sua incerteza eleitoral, que poderíamos traduzir como algo derivado das regras do sistema proporcional de lista aberta associada à capacidade do candidato de utilizar recursos que possam lhe trazer vantagem competitiva.

Com relação ao primeiro parâmetro, sabemos que o sistema eleitoral para cargos proporcionais permanece intacto. O segundo parâmetro, contudo, altera de certa forma o cálculo dos candidatos. No limite, pode-se assumir que, no modelo brasileiro de disputas proporcionais, os custos de acesso aos recursos de campanha disponibilizados pelos partidos são desigualmente distribuídos. Competidores com histórico político-eleitoral, especialmente aqueles com experiências exitosas nas urnas, enfrentam provavelmente menos dificuldades para obter recursos da direção partidária em comparação com aqueles sem histórico político-eleitoral ou partidário. Para esse segundo grupo, o modelo incentiva a adoção de estratégias que dependam menos da estrutura e dos recursos partidários, e mais da ação individual dos competidores.

Fatores contextuais entram no cálculo da incerteza eleitoral dos competidores. Os recursos comunicacionais, como a internet e as mídias sociais, por exemplo, são hoje abundantes, têm baixo custo de aplicação, mobilizam fortemente a atenção dos eleitores e independem de uma decisão partidária para serem usados. São, desse modo, um recurso disponível para as duas categorias de candidatos, mas com efeitos distintos.

O contexto das novas tecnologias de comunicação dá aos competidores aos competidores com histórico político-partidário uma segunda vantagem competitiva. Eles podem combinar estratégias de forma a ampliar suas chances, logo, podem reduzir a sua incerteza eleitoral. Em outras palavras, esses candidatos tanto podem recorrer à estrutura dos partidos, se assim preferirem, quanto podem adotar tecnologias da comunicação que os coloquem em contato direto com eleitores.

Problematizar essas questões implica discutir a hipótese segundo a qual o sistema proporcional de lista aberta cria incentivos para as estratégias individualistas que, por sua vez, favorecem eleitoralmente candidatos com capital político. Como uma série de estudos têm demonstrado, essa afirmação parece de fato verdadeira, no entanto, ela tende a não levar em conta possíveis arranjos estratégicos de campanha que podem resultar em uma combinação do

tipo partidarista-individualista e com capacidade de potencializar as chances daqueles com histórico político-eleitoral.

Este estudo procura analisar, portanto, duas questões. Como todo candidato busca reduzir a sua incerteza eleitoral, ele faz escolhas que, supostamente, possam trazer vantagens eleitorais. Desse modo, nosso objetivo aqui é verificar (1) como candidatos a vereador com e sem histórico político-partidário organizaram as suas estratégias de campanha em Curitiba em 2016, considerando o contexto dos novos recursos comunicacionais, e (2) como essas estratégias partidaristas e individualistas se associaram à incerteza eleitoral, isto é, com a massa de votos que os competidores conseguiram mobilizar ao fim da campanha.

Incentivos do sistema proporcional, incerteza eleitoral e estratégias

Talvez uma das interpretações mais interessantes sobre os estudos que se propuseram a analisar sistemas proporcionais seja a incerteza eleitoral à qual os candidatos estão sujeitos. No caso brasileiro, um expressivo número de competidores, forte disputa intrapartidária e dificuldade de acesso ao financiamento de campanha e ao Horário da Propaganda Gratuita Eleitoral (HPGE) sugerem grandes dificuldades e diferentes situações de competição para os candidatos.

A literatura especializada atribui essas condições da disputa ao sistema proporcional de lista aberta (Ames, 1995; Carey e Shugart, 1995; Nicolau, 2010). Dado o conjunto de regras desse modelo, os partidos, quase sempre, buscam lançar muitos candidatos ou apostar em puxadores de votos com o objetivo de obter expressiva soma de votos e, assim, ampliar o seu coeficiente partidário. Para estar bem localizado na lista final, os candidatos, por sua vez, precisam recorrer a estratégias de campanha que possam maximizar a sua votação de forma a ampliar as suas chances dentro do próprio partido ou coligação. A incerteza eleitoral, portanto, está diretamente vinculada às regras do modelo da disputa e à capacidade que os candidatos têm de mobilizar recursos financeiros, políticos e comunicacionais.

Mas outras variáveis entram nesse cálculo. No sistema brasileiro, os partidos políticos continuam desempenhando papel central na organização das campanhas. Como controlam a distribuição de recursos financeiros e espaço destinado aos competidores no HPGE, os dirigentes podem optar por alocar tempo da propaganda eleitoral, dinheiro e estrutura de campanha em candidaturas que, supostamente, têm mais chances de sucesso eleitoral, no caso, os chamados puxadores de votos (Albuquerque *et al.*, 2008; Cervi, 2011; Nicolau, 2010; Samuels, 1997; Schmitt *et al.*, 1999).

A escolha do partido é estrategicamente justificável. Quanto maior a soma total de votos da legenda ou coligação, maiores são as chances de o partido obter mais cadeiras no Legislativo. Isso, contudo, não resolve o problema da incerteza eleitoral dos candidatos. Independentemente da soma total de votos do partido, o candidato, individualmente, precisa recorrer a estratégias que possam garantir uma boa posição na lista final de modo a ampliar as suas chances de ser efetivamente eleito.

Como já documentado pela literatura, os candidatos podem recorrer a dois tipos de estratégias em eleições proporcionais (Carey e Shugart, 1995; Nicolau, 2010). Aquela de natureza partidarista, na qual o candidato busca uma maior associação com a reputação do partido, e aquela classificada como individualista, que consiste em ações em que o competidor tende a enfatizar a sua reputação como forma de mobilizar os eleitores³.

Sem entrar no mérito de qual tipo de reputação os candidatos podem mobilizar em seus discursos, discussão que exige outro tipo de análise, podemos pensar as estratégias do ponto de vista da estrutura de campanha que os candidatos podem acionar. Enquanto na estratégia partidarista o candidato depende exclusivamente do acesso ao HPGE, uso de cabos eleitorais, acesso a recursos financeiros, na individualista teria de desenvolver ações que dependem da estrutura de sua campanha pessoal: uso de mídia sociais, autofinanciamento, encontros e reuniões com eleitores, entre outros.

Chegamos à seguinte questão. As estratégias do partido, ou seja, em quem e como investir recursos de campanha, interferem no grau de incerteza eleitoral dos competidores. Por suposição, aqueles mais próximos aos dirigentes ou com histórico de sucesso eleitoral, terão mais chances de acesso a recursos financeiros, políticos e comunicacionais controlados pela cúpula partidária, podendo, assim, combinar essa vantagem competitiva com o uso de estratégias individuais. Aos demais competidores, isto é, com baixo acesso aos partidos, resta buscar alternativas para compensar essa desvantagem, como o autofinanciamento, construção de redes de relacionamento ou o uso de plataformas eletrônicas de comunicação, como a internet e as mídias sociais.

Num modelo de disputa eleitoral centrado no candidato, ou seja, com vários incentivos a favor da competição entre os candidatos, os atributos pessoais dos competidores passam a ser um elemento importante para os eleitores tomarem uma decisão. Samuels (1997) observa, contudo, que a campanha individualista

3. Nas palavras de Carey e Shugart (1995, 419), “se as perspectivas de sucesso eleitoral aumentam como resultado de ser pessoalmente bem conhecido e apreciado pelo eleitor, então a reputação pessoal importa. Quão mais isso importa, mais valorizada é a reputação pessoal”.

é cara, e nem todos os competidores têm acesso a esses recursos. Nesse caso, quando os custos de financiamento de uma campanha individual excedem os seus benefícios, os candidatos podem optar por estratégias coletivas, isto é, aquelas mais associadas à estrutura dos partidos.

Do ponto de vista da incerteza eleitoral, o trabalho de Schmitt, Carneiro e Kuschnir (1999) oferece outras pistas interessantes. O estudo encontrou evidências de que a exposição na televisão e votação nas eleições municipais para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro em 1994 e 1996 teve resultado positivo. Em outras palavras, candidatos que conseguem espaço no HPGE via direção partidária, portanto a partir das suas relações com o comando das legendas, ampliariam suas chances eleitorais, isto é, vale a pena apostar em estratégias coletivistas. A questão é saber quem pode ter acesso ao comando dos partidos.

Como observa Cervi (2011), “o tempo de televisão é destinado, preferencialmente, a candidatos que já passaram pelo teste das urnas ou que têm influência nos governos e cúpulas partidárias (no caso dos ocupantes de cargos não eletivos)” (Cervi, 2011, 133). Essa afirmação, associada ao trabalho de Schmitt *et al.* (1999) nos leva a duas conclusões. A primeira é que os partidos desempenham papel relevante na indicação de quem serão os candidatos, bem como quais terão acesso e em que proporção ao horário eleitoral. A segunda é que estar no HPGE é uma vantagem competitiva, com impacto sobre a ideia de incerteza eleitoral, sobretudo daqueles com experiência político-eleitoral.

Albuquerque *et al.* (2008), por sua vez, trouxeram mais elementos para essa discussão ao analisarem as eleições para vereador no Rio de Janeiro, o uso do HPGE e o resultado da votação. Eles reconhecem a centralidade do partido na distribuição do tempo de televisão, mas, com relação aos resultados das urnas, apresentam outras conclusões. Sustentam, por exemplo, que aspectos locais também impactam o volume de votos dos candidatos a vereador, isto porque aqueles com inserções no HPGE tenderam a registrar também votos concentrados em determinadas regiões da cidade. Em alguns casos, observou-se que candidatos com pouco tempo de HPGE tiveram também votações expressivas em determinadas localidades da cidade, sugerindo que a ocupação do tempo no horário eleitoral atenderia mais a um acordo de conciliação de interesses entre facções partidárias e dirigentes.

Esses estudos têm o mérito de fornecerem hipóteses sobre como podemos explicar as escolhas estratégicas dos competidores numa disputa eleitoral para cargo proporcional, bem como ao indicar possíveis vantagens de algumas dessas estratégias. Também demonstram que, em razão das regras do

sistema eleitoral, os partidos continuam desempenhando papel central na organização das campanhas. Um ponto importante nesses estudos é que foram realizados numa época em que a televisão era o recurso comunicacional sob o controle dos partidos. Desde então, outros recursos comunicacionais de campanha, em especial aqueles oriundo do universo da internet, têm ampliado as possibilidades dos competidores (Bimber e Davis, 2003; Chadwick, 2006; Braga *et al.*, 2013).

A internet permite não apenas uma outra forma de campanhas para chegar aos eleitores, como, em alguns aspectos, parece ser superior às formas de comunicação *off-line*. O custo de divulgação das informações para os eleitores é mínimo em comparação com os valores dedicados à televisão ou aos anúncios impressos. (Bimber e Davis, 2003, 20, tradução do autor)

A questão que fica em aberto é: se esse modelo de sistema eleitoral centrado no candidato, mas com forte participação dos partidos na organização e distribuição dos recursos de campanha, tem passado por alguma mudança em razão dos recursos comunicacionais de baixo custo para os candidatos, como então candidatos com mais ou menos acesso aos partidos organizam suas campanhas diante desse novo cenário? Como essas estratégias se relacionam com a questão da incerteza eleitoral dos competidores e, evidentemente, com as maiores ou menores chances de serem eleitos?

Certamente, e os estudos parecem apontar para isso, a relação entre estratégia e ganhos eleitorais não é linear. Uma série de outras variáveis se combinam de forma a potencializar vantagens para alguns e desvantagens para outros. Neste estudo, trabalhamos apenas com a variável “acesso maior ou menor aos partidos”, no caso, o histórico político-partidário como uma vantagem inicial que se associa a outras variáveis, tais como as estratégias que de fato os competidores decidem adotar para obter votos.

Testes de hipótese

Como mencionado, o objetivo deste estudo é analisar as estratégias de campanha adotadas pelos candidatos que concorreram ao cargo de vereador nas eleições de Curitiba em 2016, numa disputa em que, embora (1) os partidos desempenhem papel central na escolha e na distribuição de recursos financeiros, comunicacionais e políticos, são os (2) os candidatos, em última análise, que precisam buscar votos para terem uma boa posição na lista aberta, ou seja, para reduzir a sua incerteza eleitoral.

Desse modo, a incerteza eleitoral com que todo candidato precisa lidar é um elemento derivado do sistema eleitoral proporcional de lista aberta, qual seja, um conjunto de regras que organizam a disputa e impõem aos competidores dificuldades de presumir suas chances eleitorais. Cada candidato supõe uma chance eleitoral dado o volume de competidores, intensidade da disputa intrapartidária e acesso a recursos políticos, financeiros e comunicacionais. Incluímos nesse cálculo o histórico político-eleitoral dos candidatos como um indicador que, supostamente, pode interferir na incerteza eleitoral. Dado esse conjunto de variáveis, portanto, cabe aos candidatos escolherem estratégias de campanha que possam reduzir essa incerteza.

Uma fragilidade nesse tipo de análise é que consideramos a estratégia principal dos candidatos sem levar em conta possíveis estratégias combinadas. Outra fragilidade é que não sabemos se os competidores alteraram a sua estratégia após o início da campanha. Assumimos, desse modo, que a escolha informada pelos competidores permaneceu estável no decorrer da campanha. Embora estas sejam dificuldades inerentes a este tipo de estudo, entendemos que o exame desses dados e dos totais de votos fornecem pistas sobre como, em disputas centradas nos candidatos, as escolhas das estratégias interferem na magnitude dos votos de cada competidor, pistas que, evidentemente, podem contribuir para pensarmos as inflexões nas taxas de renovação das câmaras municipais.

Todos os dados utilizados no estudo são do *survey* aplicado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com o jornal *Gazeta do Povo*, PUC-PR e Uninter. O questionário foi aplicado para 781 entrevistados, ou seja, 75% do total de candidatos que concorreram nas eleições para vereador em Curitiba. O questionário foi aplicado de 16 agosto a 1º de outubro de 2016, antes, portanto, do resultado das urnas. O fim da pesquisa antes do dia da votação teve como propósito evitar que as respostas fossem influenciadas pela frustração/entusiasmo da derrota/vitória.

Pretendemos testar no estudo, portanto, três hipóteses gerais:

H1: Não há diferenças significativas entre o total de votos dos candidatos com mais ou menos acesso aos partidos.

Nesse primeiro teste, queremos examinar se candidatos com acesso à estrutura partidária desfrutaram de uma capacidade de mobilizar votos maior do que aqueles candidatos com menos acesso a essa estrutura. Nesse caso, diferenças consistentes indicarão diferenças competitivas distintas, sugerindo, em tese, efeitos do peso dos laços partidários dos competidores.

H2: Não há diferenças significativas entre o total de votos dos candidatos e o tipo de estratégia eleitoral adotada.

O segundo teste leva em conta que a análise anterior fica incompleta se não examinarmos a relação entre estratégia eleitoral (individualista ou partidarista) e votos, ou seja, será que a estratégia eleitoral é capaz de produzir diferenças consistentes no volume de votos dos candidatos? Este é o objetivo do segundo teste.

H3: Não há diferenças significativas entre o total de votos dos candidatos com menos ou mais acesso aos partidos controlando pelas estratégias de campanha.

O terceiro teste procura problematizar o grau de acesso dos candidatos à direção partidária e as estratégias de campanha que eles adotam. Nesse ponto, portanto, examinamos como se comportam os totais de votos segundo as estratégias de campanha, controlando pelo maior ou menor acesso aos partidos. Em resumo, queremos testar se candidatos com menos acesso aos partidos recorrem a estratégias individualistas que resultam em diferenças significativas no total de votos quando comparados com aqueles com mais acesso aos partidos e que utilizam estratégias partidaristas. Novamente, todas as estratégias de campanha estão associadas à incerteza eleitoral que todo candidato procura controlar.

Resultados

Para examinar as hipóteses propostas deste trabalho, quais sejam, como se distribuem as estratégias de campanha dos candidatos com o objetivo de reduzir a incerteza eleitoral, utilizamos como *proxy* a pergunta aplicada aos 781 entrevistados do *survey*, no caso, “O senhor já ocupou cargo político (como assessor, outros cargos eletivos, diretor de empresa pública, cargos de confiança e no partido) antes desta candidatura?”.

A nosso ver, a ocupação de cargo político sugere a seguinte característica. Em sua maioria, trata-se de candidatos com maior vivência da política institucional, tendem a ser mais conhecidos dentro da legenda, além de terem acesso aos dirigentes da estrutura partidária, seja por terem sido indicados para o cargo, seja ao desempenharem funções que favorecem o contato com integrantes. Esse grau de proximidade, portanto, é um fator de vantagem competitiva para esses candidatos, na medida em que têm mais chances de obter recursos políticos, financeiros e comunicacionais do partido para aplicar na campanha.

Do total de entrevistados, 16,5% afirmaram já ter ocupado cargos, entre os quais destacam-se: assessores parlamentares, com 38,3%; vereadores, com 18%; dirigentes partidários, com 5,5%, e outros cargos com 35,9%.

Tabela 1 – Candidatos a vereador que já ocuparam cargos políticos

Cargo	Freq. abs	Freq. rel
Assessor parlamentar	49	38,3%
Vereador	23	18,0%
Dirigente partidário	7	5,5%
Secretário municipal	3	2,3%
Outros	46	35,9%
Total	128	100%

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Com relação às estratégias de campanha, os candidatos tinham a opção de escolher mais de uma estratégia nas respostas do *survey*. Nesse caso, consideramos apenas a estratégia principal, isto é, a primeira escolha dos candidatos, independentemente de ter ou não ocupado cargo político. A distribuição das respostas demonstra que os candidatos, no agregado, optaram mais pelo uso de redes sociais para disseminar suas mensagens, seguida da estratégia de fazer reuniões com os eleitores. Em menor proporção aparece o uso de meios de comunicação como rádio e TV, provavelmente não só pela dificuldade de acesso a esse meio, que depende da escolha dos dirigentes partidários, como do curtíssimo tempo de aparição nas inserções comerciais.

Tabela 2 – Estratégias de campanha dos candidatos a vereador

Estratégias	Freq. abs.	Freq. rel.
Utilização de redes sociais como Twitter e Facebook	357	45,9%
Reunião nas bases e/ou reuniões com eleitores	260	33,4%
Meios de comunicação como rádio e TV	52	6,7%
Mobilização da militância política	44	5,7%
Uso de cabo eleitoral	34	4,4%
Apoio de organizações ligadas ao partido	18	2,3%
Uso da imagem de um político importante do partido	9	1,2
Total	778	100%

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

A primeira hipótese a ser testada analisa a relação entre acesso à direção partidária e total de votos. Para essa análise, adotamos o teste de independência das médias para os dois grupos de candidatos (com e sem acesso aos partidos). Nesse caso, a variável dependente é o total de votos obtidos por esses dois grupos de competidores. O teste, bastante simples, consiste em avaliar se candidatos com histórico de ocupação de cargos políticos têm chances eleitorais maiores quando comparados com aqueles sem histórico de ocupação de cargos. Em outras palavras, enfrentam menor incerteza eleitoral dada a sua posição na lista final de votação.

H1: Não há diferenças significativas entre o total de votos dos candidatos com mais e menos acesso aos partidos.

Pelos dados, há evidências para rejeitar a hipótese nula. As diferenças associadas à posição original do candidato, qual seja, ter ocupado cargo político, são significativamente diferentes. Competidores que já ocuparam cargos políticos tendem a apresentar uma média de votos maior em relação àqueles que nunca ocuparam cargos políticos. O histórico político dos competidores, portanto, conta no cálculo da incerteza eleitoral dos candidatos. É importante, contudo, observar que o desvio-padrão da soma de votos dos candidatos com histórico político-eleitoral é bem superior àquele registrado pelos candidatos sem esse histórico. Esse dado sugere que não é qualquer histórico político-eleitoral que conta para grandes somas de votos, portanto, como um recurso que sempre trará vantagem competitiva.

Tabela 3 – Ocupou cargo político × Votação média

Já ocupou cargo político?	N	Média	Desvio-padrão	Erro-padrão
Não	648	561	976	38
Sim	127	2.211	2.456	217

OBS.: Test t: -7,453 df: 133 *p-value* .000.

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

O segundo teste consiste em avaliar o peso das estratégias de campanha na soma de votos dos candidatos. Para esse teste, as estratégias foram organizadas em duas categorias: aquelas que dependem mais da estrutura e recursos do partido (partidaristas) e aquelas que podem ser realizadas independentemente dos recursos e decisões partidárias (individualistas). Portanto, na primeira categoria há mais chances de a reputação partidária fazer parte da

estratégia discursiva dos candidatos, nesse caso, com ganhos coletivos; na segunda, prevalecem os atributos pessoais dos competidores.

Nesse sentido, a estratégia partidarista é composta por: mobilização da militância do partido, apoio de organizações ligadas ao partido, meios de comunicação como TV e rádio, uso da imagem de um político importante do partido e uso de cabos eleitorais. Já as estratégias individualistas são compostas pela utilização de redes sociais e reuniões nas bases e/ou reuniões com os eleitores.

Com a reclassificação das estratégias em dois grandes grupos (individualista e partidarista), chegamos aos seguintes resultados. Cerca de 80% dos entrevistados podem ser considerados candidatos que optaram por estratégias individualistas, enquanto 20% preferiram estratégias partidaristas. Esse dado está de acordo com a hipótese de que a competição intrapartidária favorece uma forte disputa entre os candidatos. A maioria opta mesmo por recorrer a estratégias que dependam menos do controle das legendas.

A partir desse cruzamento, iniciamos o nosso segundo teste, que consiste em avaliar se as estratégias individualistas ou partidaristas apresentam ou não diferenças com relação à incerteza eleitoral. Em outras palavras, a estratégia eleitoral por si seria incapaz de dar ao candidato algum grau de percepção sobre a sua capacidade de mobilizar votos?

H2: Não há diferenças significativas entre o total de votos dos candidatos e o tipo de estratégia eleitoral adotada.

Os resultados sugerem que há não evidências para rejeitar a hipótese nula. As estratégias individualistas apresentam média levemente superior às estratégias partidaristas, mas essa diferença não é significativa a ponto de indicar uma relação de dependência entre estratégia e voto. Em suma, as estratégias, isoladamente, nos dizem pouco sobre a capacidade do candidato de mobilizar votos.

Tabela 4 – Estratégia de campanha x Média de votos

Estratégia do candidato	N	Média	Desvio-padrão	Erro-padrão
Individualista	615	714	1.510	120
Partidarista	156	865	1.459	58,8

OBS.: Teste t: -1,142 df: 769 *p-value* .254

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

A Tabela 4 sugere que a incerteza eleitoral dos candidatos tem relação maior com seu histórico de ocupação de cargos políticos, como vimos no primeiro teste. A questão que precisa ser analisada, portanto, passa a ser verificar a origem do candidato (se tem ou não histórico político-partidário) e como essa categoria se associa com o uso das estratégias. Curiosamente, os dados da Tabela 5 demonstram que não há qualquer diferença estatisticamente significativa no uso das estratégias pelos dois grupos de candidatos, com ou sem histórico de ocupação de cargos políticos.

Ambos os grupos tendem a recorrer mais a estratégias individualistas, o que contraria nossa ideia inicial de que a proximidade com o partido poderia ser um indicativo da estratégia partidarista adotada por esses competidores. Em outras palavras, como uma série de outros estudos já demonstraram, os candidatos em disputas proporcionais buscam mais estratégias individuais. No nosso caso, os dados demonstram que essa escolha estratégica ocorre independentemente de os candidatos terem ou não um maior acesso aos partidos.

Tabela 5 – Já ocupou cargos políticos × Estratégia de campanha

Estratégia de campanha	Já ocupou cargos políticos?		
	Não	Sim	Total
Individualista	517 (79,9%)	100 (78,7%)	617 (79,7%)
Partidarista	130 (20,1%)	27 (21,3%)	157 (20,3%)
Total	647 (100%)	127 (100%)	774 (100%)

OBS.: Chi-Square 0,89 *p-value* .765.

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPA).

A não diferença estatística observada no tipo de estratégia eleitoral entre os dois grupos de candidatos nada diz, contudo, sobre o potencial de votos ou, mais especificamente, sobre a incerteza eleitoral desses dois grupos. Como vimos, ser um candidato com passagem por cargos políticos é um fator importante de redução da incerteza. Em paralelo, vimos também que as estratégias isoladamente não são capazes de reduzir a incerteza dos competidores. A questão passa a ser verificar o total de votos médio dos competidores dada as respectivas estratégias adotadas, mas controlando por grupos de candidatos com mais e menos acesso aos partidos.

Ou seja, queremos saber se as estratégias continuam sem qualquer impacto consistente na incerteza eleitoral quando os candidatos têm mais ou menos acesso aos partidos. Se essa relação não for verificada, significa que o histórico político-partidário dos candidatos explica mais eficientemente seu desempenho eleitoral, conclusão que sugere o quão relevante é a construção de redes de relacionamento e apoio dos competidores que já tiveram acesso a cargos políticos.

H3: Não há diferenças significativas entre o total de votos dos candidatos com menos e mais acesso aos partidos controlando pelas estratégias de campanha.

Os resultados do primeiro teste de independência entre estratégia de campanha e votos controlando pelo grupo “já ocupou cargos políticos” demonstra que não podemos rejeitar a hipótese nula. Nesse grupo de candidatos, a média de votos não apresenta diferenças significativas, sugerindo que as estratégias não interferem no volume de votos desses competidores. Dito de outro modo, eles têm, na média, mais votos que os candidatos sem acesso aos partidos, e isso seria fruto mais do seu lastro político-partidário, logo do seu capital político, do que em função da escolha da estratégia de campanha.

Tabela 6 – Estratégias de campanha × Ocupou cargo político

Estratégia do candidato	N	Média	Desvio-padrão	Erro-padrão
Individualista	100	2.194	2.408	240
Partidarista	26	2.353	2.692	527

OBS.: Teste t: $-1,294$ df: 124 *p-value* .769.

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

O segundo teste, agora controlando por candidatos que “não ocuparam cargos políticos”, indica, por outro lado, que há evidências para rejeitar a hipótese de não associação. As diferenças médias são consistentemente altas, sugerindo que, nesse grupo, a estratégia de campanha importa. Aqueles que recorrem às estratégias individualistas tiveram mais votos em média que os candidatos que buscaram estratégias partidaristas.

Em outras palavras, para o candidato sem acesso à direção partidária e, portanto, com menos recursos para uma campanha partidarista, vale a pena investir em estratégias individualistas, mas isso está longe de representar uma redução muito forte da sua incerteza eleitoral. Basta lembrar que candidatos com histórico de cargo político e que adotaram estratégias individualistas

atingiram média de votos de 2.194 contra uma média de 607 daqueles que recorreram à mesma estratégia, mas não tinham histórico político-partidário.

Tabela 7 – Estratégias de campanha × Não ocupou cargo político

Estratégia do candidato	N	Média	Desvio-padrão	Erro-padrão
Individualista	515	607	1.009	44
Partidarista	130	386	829	72

OBS.: Teste t: -2,301 df: 643 *p-value* .022.

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Nessa última rodada, controlamos o teste pelo tipo de estratégia para verificar como se comportam as médias dos votos entre os dois grupos: candidatos com mais acesso aos partidos e candidatos com menos acesso. Como é possível perceber, trata-se de uma rodada para reconfirmar os achados dos testes anteriores, além de expressar mais diretamente a média de votos das duas categorias de candidatos.

Tabela 8 – Já ocupou cargos políticos × Estratégia individualista

Já ocupou cargo político?	N	Média	Desvio-padrão	Erro-padrão
Não	515	607	1.009	44
Sim	100	2.194	2.408	240

OBS.: Test t: -6,478 df: 105 *p-value* .000.

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Como esperado, o teste sugere que há associação entre as variáveis. Candidatos com passagem por cargos políticos tendem a registrar maiores médias quando adotam estratégias individualistas, em comparação com candidatos sem passagem por cargos políticos, o que reforça a ideia de que o capital político é um fator relevante no nosso modelo centrado no candidato. Melhor dizendo, a estratégia individualista parece potencializar a vantagem competitiva dos candidatos que já ocuparam cargos políticos. Eles têm o que dizer sobre a sua história de atuação política e por meio de uma estratégia que reforça a sua própria imagem diante do eleitor.

O segundo teste, agora controlando pelo uso das estratégias partidaristas, demonstra que há evidências para rejeitar a hipótese de não associação. Candidatos com ou sem passagem por cargos políticos registram médias com diferenças significativas. Esse resultado corrobora a hipótese anterior

de que o uso das estratégias partidaristas tende também a reduzir a incerteza eleitoral mais dos candidatos com passagem por cargos políticos, que registram maiores médias. Nesse caso, candidatos com histórico político-eleitoral que combinam as estratégias partidaristas e individualistas tendem a apresentar melhor desempenho eleitoral, porque ambas as estratégias reforçariam essa sua vantagem inicial. Em outras palavras, as estratégias de campanha, nesse caso, não seriam determinantes para o seu desempenho, mas um elemento que acentuaria a sua vantagem inicial de ser alguém com algum capital político.

Tabela 9 – Já ocupou cargos políticos × Estratégia partidarista

Já ocupou cargo político?	N	Média	Desvio-padrão	Erro-padrão
Não	130	386	829	72
Sim	26	2.353	2.692	527

OBS.: Test t: -3,691 df: 25 *p-value* .001.

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Algumas considerações

Este capítulo iniciou-se com uma observação geral de que candidatos que disputam cargos proporcionais enfrentam uma forte incerteza eleitoral fruto do modelo proporcional de lista aberta. Muitos candidatos e uma acirrada disputa intrapartidária para obter uma boa posição na lista final de votação sugerem que os candidatos precisam desenvolver estratégias de campanha para reduzir a sua incerteza, ou seja, que os levem a ocupar posições na lista com chances de serem eleitos.

Como sabemos, o modelo proporcional de lista aberta, contudo, ressalta o papel dos partidos como agentes responsáveis pela distribuição de recursos políticos, financeiros e comunicacionais para os competidores. Nesse grupo, temos quase sempre aqueles com histórico de ocupação de cargos políticos e aqueles que nunca ocuparam cargos. Os primeiros competidores são aqueles com lastro político-partidário, o que pode ser visto como uma vantagem competitiva: eles têm mais chances de acessar o comando do partido e mobilizar os recursos necessários para as suas campanhas.

Dadas essas características, este artigo procurou problematizar o uso das estratégias de campanha (partidaristas ou individualistas) pelos candidatos a vereador na cidade de Curitiba, em 2016, considerando os dois grupos de

competidores, quais sejam, aqueles com mais acesso aos partidos e aqueles com menos acesso. O objetivo foi testar se havia diferenças no uso dessas estratégias em relação ao total de votos dos candidatos ou, inversamente, se candidatos com ou sem acesso aos partidos conseguem potencializar essa vantagem competitiva ao usarem esta ou aquela estratégia. Resumidamente, os testes de hipótese demonstraram o seguinte.

Candidatos com histórico de cargos políticos enfrentam uma incerteza eleitoral menor que os candidatos sem passagem por cargos políticos, o que sugere que o histórico desses candidatos à frente dos cargos ajuda a formar uma rede de relacionamento e de apoiadores que respondem positivamente quando são chamados a votar. Em outras palavras, capital político importa.

A estratégia de campanha preferida pelos candidatos é a individualista, independentemente de terem ou não histórico de ocupação de cargos políticos, considerado aqui uma *proxy* de um maior acesso ao comando das legendas. As estratégias de campanha, contudo, não apresentam diferenças consistentes de média de votos. Ou seja, as estratégias não seriam uma boa variável para os candidatos presumirem as suas chances eleitorais, o que demonstra que muitos competidores fazem escolhas sobre estratégias sem levar em conta outras variáveis que afetam as suas chances eleitorais.

Para aqueles que já ocuparam cargos políticos, o uso das estratégias individualistas e partidaristas não apresentam diferenças consistentes no total médio de votos. O candidato que parte dessa posição tende a obter maiores médias de votos independentemente da estratégia. Esse resultado sugere, por outro lado, que há uma vantagem adicional para esses candidatos. Ao combinarem estratégias partidaristas e individualistas, esses competidores, na verdade, potencializam o fato de serem pessoas com lastro político-eleitoral.

Por outro lado, no grupo dos candidatos sem histórico de cargos políticos, o uso das estratégias faz diferença. Aqueles que recorrem a estratégias individualistas tendem a obter mais votos na média quando comparados aos que buscam exclusivamente a estratégia partidarista. Mas a média de votos é bem inferior à registrada por candidatos com histórico político-eleitoral, indicando que o ganho de votos não consegue fazer frente à vantagem inicial dos competidores que têm esse histórico.

Quando controlado pelo tipo de estratégia individualista, os candidatos com histórico de cargos políticos apresentam uma média de votos maior e significativamente diferente daqueles sem histórico político-eleitoral, sugerindo, novamente, que essa estratégia tende a ampliar a vantagem competitiva de ser um candidato já conhecido no mundo político. Não seria, como vimos, única e

exclusivamente em função da estratégia, mas aparentemente em função da associação entre um tipo de estratégia para uma determinada categoria de competidor, no caso, aqueles com reputação política.

Já o controle pela estratégia partidarista demonstra que os candidatos com histórico de cargos políticos tendem, como já visto, a ter mais votos. Novamente, a estratégia partidarista parece também impulsionar candidatos com histórico político-partidário quando comparados com aqueles sem esse passado. Como os outros testes demonstraram, no entanto, essa relação não seria função da estratégia, mas da vantagem inicial de ser um competidor com lastro político-partidário. A estratégia, no caso, parece apenas potencializar essa vantagem.

Referências

ALBUQUERQUE, A. de *et al.* (2008). A outra face do horário gratuito: partidos políticos e eleições proporcionais na televisão. *Dados*, vol. 51, n. 2, p. 459-87.

AMES, B. (1995). Electoral strategy under open-list proportional representation. *American Journal of Political Science*, vol. 39, n. 2, p. 406-33.

BIMBER, B.; DAVIS, R. (2003). *Campaigning online: the internet in U.S elections*. Oxford: Oxford University Press.

BRAGA, S. S. *et al.* (2013). Clientelismo, internet e voto: personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil. *Opinião Pública*, n. 19, p. 168-97.

CAREY, M. J.; SHUGART, M. S. (1995). Incentives to cultivate a personal vote. *Electoral Studies*, vol. 14, n. 4, p. 417-39.

CERVI, E. U. (2011). O uso do HGPE como recurso partidário em eleições proporcionais no Brasil: um instrumento de análise de conteúdo. *Opinião Pública*, vol. 17, n. 1, p. 106-36.

CHADWICK. A. (2003). *Internet politics: states, citizens and new communications technologies*. Nova York: Oxford University Press.

NICOLAU, J. (2010). Sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *Dados*, vol. 49, p. 689-720).

SAMUELS, D. (1997). Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. *Dados*, vol. 40, n. 3, p. 1-20.

SCHMITT, R. *et al.* (1999). Estratégias de campanha no horário gratuito de propaganda eleitoral em eleições proporcionais. *Dados*, vol. 42, n. 2, p. 1-12.

A participação de mulheres nas eleições de 2016 em Curitiba

Maria Cecília Eduardo e Marina Merlo¹

Introdução

Estudos apontam que impedimentos de ordem cultural, socioeconômica e institucional, como o sistema eleitoral e os partidos políticos, têm contribuído para o baixo número de mulheres ocupantes de cargos executivos e legislativos, sejam eleitos ou nomeados, e que existe uma crescente preocupação em relação a esse quadro, tanto na sociedade civil quanto no ambiente acadêmico (Alves e Correa, 2009; Álvares, 2008; Araújo, 2009). Atualmente, não só no Brasil, mas em quase todo o mundo, o percentual de mulheres em cargos políticos eletivos é muito baixo. Fato que mostra os limites do vigente sistema político, uma vez que, como apontam Dahl (1989) e Lijphart (1999), cânones da teoria democrática, a participação de diferentes grupos no processo decisório é um importante elemento para o desenvolvimento democrático de uma nação.

A legitimidade adquirida pela perspectiva de necessidade do aumento da participação feminina nas esferas decisórias, juntamente com a pressão constante do movimento de mulheres, fizeram com que um número grande de países adotasse medidas afirmativas, como as cotas, com o intuito de alterar esse quadro. Atualmente, notamos um aumento significativo no número de mulheres candidatas, porém isso não tem se revertido num aumento do número de candidatas eleitas. Diversos são os fatores que contribuem para isso; dois deles, que têm sido citados com frequência nas pesquisas acadêmicas, são a atuação dos partidos políticos e o financiamento de campanha (Velásquez, 2003; Sacchet, 2011; Sacchet e Speck, 2012; Araújo, 2013).

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Dito isso, o presente capítulo tem como objetivo analisar a participação feminina nas eleições para os cargos proporcionais de 2016 na cidade de Curitiba. Com base nos dados coletados por meio de um *survey*, busca-se levantar os pontos relevantes em relação ao perfil das candidatas, os partidos pelos quais concorreram, seu histórico de filiação, sua dedicação à atividade partidária e política, estratégias de campanha, motivações para a candidatura, processo de seleção, patrimônio declarado e financiamento político.

Nas eleições municipais de 2016, tivemos 1.085 candidaturas aptas a concorrerem a um assento na Câmara dos Vereadores da cidade de Curitiba. Dessas, 750 foram homens e 335 mulheres. Das 38 cadeiras em disputa, oito foram ocupadas por candidatas, número pela primeira vez atingido na história do Legislativo da capital paranaense. Curitiba foi a segunda capital brasileira com maior presença feminina no Legislativo; 21,1% dos assentos é ocupado por mulheres. Das 335 mulheres competidoras, 216 responderam à pesquisa, inclusive as oito vereadoras eleitas.

Perfil das candidatas e das eleitas

Variáveis externas ao processo eleitoral influenciam fortemente o decurso da disputa política. Quesitos de ordem socioeconômica, por exemplo, podem impactar nas oportunidades de competidores se elegerem. Speck e Sacchet (2012) afirmam que mulheres e homens entram na disputa política com certas especificidades sociais que precisam ser analisadas para uma melhor compreensão das desigualdades de disputa pelo voto, entre as quais podemos citar características demográficas, tais como idade, etnia, estado civil, nível de instrução e ocupação. Tais variáveis serão exploradas nesta seção.

Analisando a faixa etária das candidatas, percebe-se que apenas 1,5% delas possui mais que 70 anos, 3% estão entre 20 e 24 anos e 10% entre 60 a 70 anos. Os maiores grupos concentraram-se entre 35 a 44 anos (30,5%) e 45 a 59 anos (44%). A concentração nesses dois grupos etários também foi encontrada nas eleições para a Câmara dos Deputados de 2010 e 2014. Agora, observando o grupo das eleitas, nota-se que houve uma vereadora entre a idade de 35 a 44 anos, já na faixa dos 60 aos 70 anos temos três eleitas e quatro entre 45 a 59 anos. Isso reforça a ideia apontada por Araújo e Alves (2007) sobre a importância do acúmulo de capital político adquirido ao longo dos anos.

Questionadas quanto à sua raça ou à cor de sua pele, 74% das mulheres concorrentes se declararam de cor branca, seguidas de 15,5% que se declararam pardas, 8% negras, 2% amarelas e apenas 0,5% indígenas. Dentre as eleitas, tem-se sete vereadoras brancas e apenas uma parda. O predomínio de mulheres brancas e pardas, sendo as primeiras a grande maioria tanto entre

as candidatas quanto entre as eleitas, segue o padrão das eleições para o Legislativo nacional, no ano de 2014.

A observação do estado civil das candidatas mostra que 47% delas são casadas ou possuem união estável, 28% declararam-se solteiras, 18% separadas ou divorciadas e 7% viúvas. Já no grupo das eleitas, temos uma vereadora solteira, uma divorciada ou separada, duas viúvas e quatro casadas ou em união estável. Os dados mostram que as mulheres que não são casadas se candidatam mais, talvez por possuírem menos atribuições domésticas e consequentemente menos dificuldades para conciliar vida pessoal e carreira política. Porém, as que mais se elegem são as casadas. Isso pode indicar que as mulheres casadas conseguem uma melhor inserção na vida política devido à divisão mais equivalente das responsabilidades familiares com seu cônjuge. Como também pode mostrar que esse estado civil é um atributo importante no grupo dos eleitos, estando as mulheres seguindo o padrão do grupo.

Em relação à escolaridade², dentre as 216 entrevistadas, o maior grupo declarou possuir ensino superior completo (28%), seguido por ensino médio completo (19%), especialização completa (17%) e ensino superior incompleto (13%). No grupo das oito eleitas, três possuem ensino superior completo, três especialização completa e duas ensino primário completo. Tanto no grupo das candidatas, mas principalmente no das eleitas, a hipótese proposta por Miguel e Queiroz (2006) da hiperqualificação das mulheres foi confirmada. Esse mesmo ponto também foi apresentado na pesquisa de Araújo e Borges (2012) e Speck e Sacchet (2012). Para estes, a vantagem das mulheres candidatas quanto ao seu perfil de instrução pode ser interpretada como um retrato da sua melhor colocação na sociedade no quesito escolaridade. Por fim, é válido ressaltar que a educação superior é uma das mais importantes credenciais para se ter acesso aos postos de elite nas democracias ocidentais, de acordo com Perissinotto e Miríade (2009). Nessa mesma linha, Speck e Sacchet (2012) afirmam que a instrução pode ser considerada um fator que influencia decisivamente a carreira dos indivíduos dentro da sociedade, abrindo ou fechando portas para a ascensão social individual, sendo também fator decisivo para a carreira política.

Trabalhando agora com os dados referentes à ocupação das candidatas, a Tabela 1 mostra as profissões mais citadas por elas. Como ilustrado, administradoras e empresárias foram as ocupações mais declaradas (7%), seguidas por donas de casa (5%), advogadas, professoras de ensino fundamental e

2. Os demais percentuais são: 1%, ensino primário incompleto; 2%, ensino primário completo; 4%, ensino básico incompleto; 4%, ensino básico completo; 4%, ensino médio incompleto; 0,5%, ensino técnico incompleto; 3%, ensino técnico completo; 4%, mestrado completo; e 0,5%, doutorado completo.

professoras de ensino médio (4%). O percentual significativo de donas de casa no grupo das candidatas levanta a hipótese de candidatas “laranjas”, que, em princípio, estão ali somente para cumprir a lei e não para disputar o pleito. É interessante lembrar, como afirma Feitosa (2012), que tal fenômeno não ocorre exclusivamente com mulheres, já que essa prática é geralmente utilizada pelos partidos com ambos os sexos, porém, com a inovação jurídica trazida pela minirreforma eleitoral, ficou mais urgente o recrutamento de mulheres para o cumprimento das cotas (Feitosa, 2012).

Tabela 1 – Profissão declarada pelas candidatas à Câmara de Vereadores de Curitiba em 2016

	Total	%
Administradora	16	7
Advogada	9	4
Aposentada (exceto servidora pública)	7	3
Cabeleireira e barbeira	4	2
Comerciante	6	3
Dona de casa	11	5
Empresária	16	7
Jornalista e redatora	5	2
Outros ⁵	36	17
Pedagoga	6	3
Professora de ensino fundamental	8	4
Professora de ensino médio	9	4
Professora de ensino superior	4	2
Servidora pública estadual	5	2
Servidora pública municipal	7	3
Vendedora de comércio varejista e atacadista	4	2
Vereadora	4	2

Fonte: TSE, elaboração própria.

Das oito mulheres eleitas, temos uma empresária, uma dona de casa (outros), uma professora de ensino fundamental e uma servidora pública estadual. As quatro concorrentes que se declararam vereadoras mantiveram o cargo. Aqui pode-se notar que as mulheres que possuem experiência prévia na política atingem um melhor resultado eleitoral, o que corrobora a afirmação de Perissinotto

e Miríade (2009) de que, tanto para homens quanto para mulheres, o mais importante atributo para passar da condição de candidato à de eleito consiste em já ser ou já ter sido político.

Pontuando os principais achados desta seção, notou-se que as mulheres eleitas concentram-se na faixa etária entre 35 a 70 anos, declaram-se de raça branca, são casadas e possuem em sua maioria grau de instrução superior completa e especialização completa. Em relação à ocupação, as mais citadas entre as candidatas foram as de administradora, empresária e dona de casa; já entre as eleitas, a ocupação de vereadora é a que prevalece.

Partidos políticos

Na eleição aqui analisada, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, tivemos 31% de concorrentes do sexo feminino. Percentual um pouco acima daquele estipulado pela lei das cotas partidárias. Ressalte-se que, num país como o Brasil, onde não existe a possibilidade de candidaturas avulsas, os partidos políticos assumem um papel central em todo o processo das eleições. Como aponta Sacchet (2011), são eles os primeiros funis para a entrada na vida pública, pois fazem o recrutamento e a seleção dos candidatos, organizam as campanhas e dão o tom das disputas programáticas e eleitorais.

Observando os partidos políticos das concorrentes, pode-se notar que aqueles considerados pequenos de direita foram os que mais lançaram candidaturas femininas, tanto no número geral das participantes (335) quanto no grupo das entrevistadas (216). Cada uma das eleitas concorreu por diferentes partidos, são eles: Democrata (DEM), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Progressista (PP), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Social Democrata Cristão (PSDC), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Verde (PV) e Solidariedade (SD). Dois partidos considerados grandes de esquerda (PT e PSB), um grande de direita (DEM), três pequenos de direita (PP, PSDC e SD) e dois pequenos de centro (PMDB e PV). Esse achado vai ao encontro do apresentado por Bohn (2009), que, em sua análise das eleições municipais de 2008, constatou que partidos de direita possuem mais mulheres candidatas e eleitas. E difere do relatado por Sacchet (2013) nas eleições municipais de 2012, a qual afirma que a posição partidária de esquerda, de centro ou de direita não impactou significativamente no número de mulheres candidatas e eleitas.

Em relação ao tamanho dos partidos, a análise do número de mulheres candidatas e eleitas, corrobora os achados de Araújo (2011), das eleições para a Câmara dos Deputados de 2010. Segundo ela, partidos pequenos, os chamados “nanicos”, tendem a lançar mais candidaturas femininas. Porém,

a autora complementa afirmando que esses são em geral ideologicamente posicionados à esquerda, ponto que diverge do encontrado nesta pesquisa.

Aprofundando a discussão sobre partidos, vemos que a filiação e a participação dentro destes são indicadas como as formas mais clássicas de participação política em regimes democráticos (Dalton e Wattenberg, 2000). As motivações tanto para um partido buscar filiados quanto para os indivíduos que buscam uma legenda para se filiar depende dos custos e benefícios que o sistema eleitoral e partidário, além do momento político, impõem a esses atores (Scarow, 1994).

A literatura encontra que as mulheres de todos os sistemas democráticos são menos propensas a se envolver em qualquer tipo de atividade política (Burn, Schlozman, Verba; 2001; Inglehart; Norris, 2003). No Brasil, é apontado que as mulheres apresentam taxas significativamente menores de filiação e de envolvimento em atividades partidárias (Speck et al., 2015); Ribeiro (2014, 2015) relata que as mulheres são apenas 33% dos filiados. Em Curitiba, é possível observar que, não obstante sejam a maioria da população e do eleitorado, as mulheres são apenas 44,03% do total de filiados (Tabela 2). Esse número é ligeiramente inferior ao registrado no Brasil, no qual as mulheres são 44,2% dos filiados³.

Tabela 2 – Dados de população, eleitorado e filiados, por gênero⁴

	Total	Mulheres		Homens		Indeterminado		Mulheres/ Homens
		n	%	n	%	n	%	
População	1.751.907	916.792	52,33	835.115	47,67	-	-	1,10
Eleitores	1.289.215	693.964	53,83	595.250	46,17	1	0,00	1,17
Filiados	96.870	42.654	44,03	49.870	51,48	4.346	4,49	0,86

Fonte: TSE e do IBGE, elaboração própria.

Uma das razões para essa diferença residiria nas relações e significados de gênero, que aumentam os custos pessoais envolvidos na participação de cada uma delas (Burns; Schlozman; Verba, 2001; Inglehart; Norris, 2003; Kittilson, 2006; Rosenstone; Hansen, 2002). Segundo a teoria política feminista, é a

3. Dados de filiação de dezembro de 2016. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/eleitores-filiados-por-sexo-e-faixa-etaria>>. Acesso em 7 jul. 2017.

4. A classificação de gênero dos filiados foi feita de acordo com o seu primeiro nome e sua correspondência com uma lista de nomes e gênero gerada a partir das candidaturas a vereador no Brasil todo.

diferença na estruturação entre os espaços público e privado que explica o menor engajamento: os espaços públicos são estruturados e organizados dentro de uma lógica masculina, muitas vezes incompatível com a linguagem e posturas definidas no âmbito privado, relacionado ao feminino (Fraser, 1990; Mansbridge, 1998; Pateman, 1988; Phillips, 1998).

Também há evidências de que as mulheres se filiam mais a partidos políticos localizados à esquerda do espectro ideológico (Htun, 2002; Matland, 2005) – no Brasil, há achados que confirmam essa literatura (Álvares, 2008; Sacchet, 2012) e outros que indicam que partidos de direita são os que apresentam mais filiadas (Bohn, 2009). No caso das eleições de 2016 em Curitiba, como já citado anteriormente, há uma predominância de mulheres filiadas a partidos de direita e centro-direita.

Em nossa amostra do *survey*, tanto mulheres quanto homens se filiaram a um partido político, em média, quando tinham 41 anos de idade. A mediana da distribuição da idade ao se filiar para as mulheres é de 42 anos e a dos homens, 41 anos, indicando que ambos decidem se envolver formalmente com um partido em épocas parecidas da vida. Mulheres e homens também apresentam comportamento similar na troca de partidos, com 46,3% das mulheres entrevistadas e 47,26% dos homens entrevistados indicando já ter se filiado em mais de um partido ao longo de sua trajetória política.

Outro aspecto que difere na filiação partidária e na dedicação às atividades políticas entre homens e mulheres é o estágio da vida da pessoa (Fox, Lawless, 2005, 2014), como já ter ou estar ocupando cargos de liderança em suas profissões ou já ter família constituída. No caso das mulheres, as dificuldades de ocupar postos gerenciais e por desempenharem mais a função de cuidadoras do lar e das crianças faz com que elas desconsiderem se envolver politicamente ou que tenham menos tempo para se dedicar às atividades partidárias.

Na Tabela 3, é possível observar que o tempo declarado de dedicação exclusiva às atividades partidárias é bastante semelhante entre homens e mulheres, com uma ligeira concentração de mulheres mencionando se dedicar até 20 horas semanais (74,04%) e com mais homens respondendo que participam por mais de 20 horas semanais (26,73%). De maneira inversa, ambos declaram despendar mais tempo com atividades políticas como um todo (Tabela 4), com 66,73% dos entrevistados citando que são mais de 40 horas mensais nessas atividades. Não obstante a similaridade de dedicação entre homens e mulheres tanto em atividades partidárias⁵ quanto em outras atividades políticas⁶, é

5. Diferenças não estatisticamente significativas. Teste Qui-Quadrado de Independência: X-squared = 3.1354, df = 4, *p-value* .5354.

6. Diferenças não estatisticamente significativas. Teste Qui-Quadrado de Independência: X-squared = 5.2245, df = 4, *p-value* .265.

importante ressaltar que os candidatos entrevistados alocam mais tempo em atuações não vinculadas ao partido.

Tabela 3 – Tempo de dedicação a atividades partidárias⁷

	Feminino	Masculino	Total
Até 5 horas	33,80%	27,43%	29,19%
De 5 até 10 horas	23,15%	25,13%	24,58%
De 11 até 20 horas	17,13%	19,65%	18,95%
De 21 até 40 horas	8,33%	9,20%	8,96%
Mais de 40 horas	16,67%	17,52%	17,29%
NS/NR	0,93%	1,06%	1,02%

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Tabela 4 – Tempo de dedicação a atividades políticas

	Feminino	Masculino	Total
Até 5 horas	9,26%	5,49%	6,53%
De 5 até 10 horas	6,48%	5,31%	5,63%
De 11 até 20 horas	6,94%	9,73%	8,96%
De 21 até 40 horas	11,11%	11,15%	11,14%
Mais de 40 horas	64,81%	66,73%	66,20%
NS/NR	1,39%	1,59%	1,54%

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Ainda que a amostra de mulheres entrevistadas não seja representativa de todas as filiadas a um partido político em Curitiba, é possível inferir que aquelas que chegam a se candidatar têm uma dedicação na atuação política e partidária semelhante à dos homens – ao menos na quantidade de tempo despendido. Isso não é suficiente para caracterizar as candidaturas femininas e masculinas como semelhantes, uma vez que a maneira como essas atividades são conduzidas pode variar.

Um exemplo dessa variação está nas estratégias utilizadas durante a campanha (Tabela 5). Algumas das estratégias listadas para os entrevistados foram citadas em proporção semelhante, como o caso do uso de redes sociais

7. Questão: “V.15. O senhor poderia nos dizer quanto tempo em média dedica às atividades exclusivamente partidárias (reunião de partido, atividades burocráticas, encontros, convenções, conversas com líderes de partido e filiados, etc.) no período de um mês?” N = 781.

(92,32%), meios de comunicação tradicionais (34,44%) e mobilização da militância do partido (17,54%). Porém, há diferenças significativas⁸, como no uso do apoio de organizações ligadas ao partido, mais importante para as mulheres; e nas reuniões nas bases e com eleitores, mais importante para os homens. Mulheres também citam mais a utilização da imagem de um político (13,9%).

Tabela 5 – Estratégias de campanha mais importantes

	Feminino	Masculino	Total
Mobilização da militância do partido	17,13%	17,70%	17,54%
Apoio de organizações ligadas ao partido	13,89%	9,91%	11,01%
Meios de comunicação como rádio e TV	34,72%	34,34%	34,44%
Utilização de redes sociais como Facebook, Twitter etc.	91,67%	92,57%	92,32%
Uso da imagem de um político importante do meu partido ou coligação	13,89%	11,68%	12,29%
Uso de cabo eleitoral	34,26%	38,05%	37,00%
Reuniões nas bases e/ou reuniões com eleitores	77,78%	81,95%	80,79%
NS/NR/Nenhuma	16,67%	13,81%	14,60%

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

A literatura aponta que homens e mulheres respondem de forma diferente aos incentivos dados pelas regras formais de participação política. Para as mulheres, alguns desenhos institucionais podem dificultar a sua participação, como adoção de regra majoritária, ausência de cotas de gênero e a alocação desproporcional de cadeiras entre os partidos, dentre outras (Norris, 2013). Essas regras criam custos adicionais para as mulheres ingressarem na vida pública e política e, ao mesmo tempo, sinalizam para as lideranças políticas que a participação feminina demanda mais recursos e esforços para se concretizar (Carroll e Sanbonmatsu, 2013; Kittilson e Schwindt-Bayer, 2012; Shvedova, 2005).

As mulheres calculam suas estratégias de entrada na política e na organização partidária ponderando quanta resistência o ambiente oferece e qual o esforço envolvido em superar essas dificuldades (Celis *et al.*, 2016; Childs e Kittilson, 2016; Kittilson, 2006; Sanbonmatsu, 2006). Esse ambiente pode ser tanto a dinâmica interna do partido quanto forma de condução da campanha eleitoral e sua posterior atuação como eleita.

8. Diferenças estatisticamente significativas. Teste Qui-Quadrado de Independência: X-squared = 16.652, df = 7, *p-value* .01978.

Isso pode ser observado na Tabela 6, em que os entrevistados declararam qual é a característica mais importante para conseguir se eleger⁹. Quase metade dos homens (48,14%) citaram que o mais importante é ter uma boa reputação fora da política, contra apenas 36,11% das mulheres. Esse resultado pode ser remetido aos conceito de capital político convertido (Miguel, 2003), que é quando o prestígio ou poder que se tem em outra esfera da vida é transferido para o campo político e consolida a viabilidade da candidatura. Empiricamente, verificou-se que os homens são os que mais se beneficiam e conseguem utilizar a reputação que têm em sua atuação profissional (Miguel *et al.*, 2015).

Tabela 6 – Característica mais importante para se tornar vereador

	Feminino	Masculino	Total
Conhecer como funciona a política	11,57%	8,67%	9,48%
Possuir recursos financeiros próprios para investir na campanha	4,63%	2,12%	2,82%
Ter uma boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política	36,11%	48,14%	44,81%
Possuir convicções ideológicas claras	23,15%	22,48%	22,66%
Ter apoio de movimentos sociais e associações	13,89%	9,20%	10,50%
Ter tempo disponível para se dedicar à política	7,87%	7,96%	7,94%
Outras ⁶	2,31%	0,35%	0,90%
NS/NR	0,46%	1,06%	0,90%

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Mesmo sendo tão ou mais qualificadas que os homens, as mulheres costumam se exigir um preparo superior para cogitar uma candidatura ou acreditar que terão chances de vitória (Krook, 2010). Ainda na Tabela 6, as mulheres, quando comparadas com os homens, citam em maior número a necessidade de conhecer como funciona a política (11,57%) e de ter o apoio de movimentos sociais e associações (13,89%). Esses resultados indicam que a avaliação da competição eleitoral é feita de maneira diferente entre homens e mulheres e, mais ainda, implicam que eles se apresentam de forma diferente para o eleitorado.

Mais diferenças¹⁰ em relação às motivações e estratégias na candidatura emergiram quando os entrevistados foram perguntados sobre a principal razão

9. Diferenças estatisticamente significativas. Teste Qui-Quadrado de Independência: X-squared = 20.547, df = 7, *p-value* .004502.

10. Diferenças estatisticamente significativas. Teste Qui-Quadrado de Independência: X-squared = 10.393, df = 4, *p-value* .03431.

que os levou a sair como candidatos (Tabela 7). A vontade de representar a região ou o bairro de atuação é citada por mais da metade das mulheres (51,39%); há uma proporção maior de homens que citam como razão representar o grupo social ou profissional (34,87%) – alinhado com a percepção dos candidatos de que importa ter uma boa reputação profissional para se eleger.

Tabela 7 – Principal razão para se candidatar a vereador(a)

	Feminino	Masculino	Total
Representar o meu grupo social ou profissional	28,70%	34,87%	33,16%
Representar a região/bairro onde atuo	51,39%	46,90%	48,14%
Representar meu partido	1,39%	4,96%	3,97%
Outros ⁷	2,78%	2,12%	2,30%
NS/NR	15,74%	11,15%	12,42%

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

A razão de se candidatar para poder representar a região – ou a percepção de que essa seria uma atuação política possível – pode ser uma das explicações para que as eleições municipais proporcionais sejam as que mais elegem mulheres no Brasil (Bohn, 2009; Miguel; Queiroz, 2006). Conforme visto nas tabelas 6 e 7, as mulheres citam mais se utilizar do apoio de organizações em sua estratégia eleitoral e veem maior importância nesse apoio de movimentos sociais para viabilizar sua candidatura. É possível aqui levantar a hipótese de que estratégias eleitorais mais localistas como essas podem facilitar a eleição de mulheres nos municípios; porém são menos eficientes na conversão de votos para eleições mais concorridas.

Uma consequência dessas estratégias mais locais também poderia ser observada nos diferentes padrões de carreira que homens e mulheres desenvolvem ao longo de sua trajetória política. São muitos os estudos que encontram que os homens têm maior propensão de desenvolver um perfil de candidatura “provada” ou “testada”, considerada de “densidade eleitoral” e “boa de voto”; as mulheres, por sua vez, teriam forte presença em atividades internas ao partido ou em movimentos sociais, sem, contudo, ganhar o *status* de candidatura experiente (Norris e Lovenduski, 1995; Alvares, 2007; Carneiro, 2009; Araújo e Borges, 2012; Barreira e Gonçalves, 2012).

Os candidatos “provados” são aqueles que já concorreram em eleições anteriores ou já ocuparam cargos na administração pública no Poder Executivo, têm experiências dentro do Poder Legislativo (seja como eleito, seja como assessor), bem como posições de liderança e direção partidária. Entre os

entrevistados, verifica uma diferença inferior a 4% em relação a ter tido ou não um cargo político anterior, tendo os homens mais experiência nesse caso (Tabela 8)¹¹. Observando o número de vezes que já haviam sido candidatos a vereador (Tabela 9)¹², nota-se que a maioria das mulheres não possuía uma experiência prévia (81,48%), a maioria dos homens também se incluiu nessa opção, porém com um percentual menor (71,50%). Nas demais opções, percebe-se um maior número de casos masculinos, o que mostra maior participação dos homens em pleitos anteriores.

Tabela 8 – Ocupação de cargo político anterior à candidatura¹³

	Feminino	Masculino	Total
Sim	13,88%	17,69%	27,65%
Não	86,11%	82,30%	72,34%

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Tabela 9 – Quantidade de candidaturas a vereador antes de 2016¹⁴

	Feminino	Masculino	Total
Nenhuma	81,48%	71,50%	74,26%
Uma	9,25%	13,09%	12,04%
Duas	6,0%	7,44%	7,04%
Três	1,38%	4,08%	3,33%
Mais de três	1,89%	3,89%	3,33%

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Contudo, há diferença na própria percepção das candidatas e dos candidatos sobre o que foi relevante em sua trajetória política para viabilizar a sua candidatura (Tabela 10). Entre as mulheres, o fator mais citado é a atuação na comunidade ou no bairro a que pertence (50,93%), enquanto para os homens

11. Diferenças não estatisticamente significativas. Teste Qui-Quadrado de Independência: X-squared = 0.097499, df = 1, *p-value* .7549.

12. Diferenças não estatisticamente significativas. Teste Qui-Quadrado de Independência: X-squared = 1,635, df = 1, *p-value* .201.

13. Questão: “V.14. O senhor já ocupou cargo político (como assessor, outros cargos eletivos, diretor de empresa pública, cargos de confiança e no partido) antes desta candidatura?”. N=781.

14. Questão: “V.26. O(a) senhor(a) poderia nos dizer quantas vezes já foi candidato a vereador?”. N=781.

é o prestígio que adquiriu em sua atuação fora da política (32,29%)¹⁵. Aqui, fica claro como, para os homens, o capital político convertido é considerado central para viabilizar a candidatura; já para as mulheres, se confirma que sua principal atuação política é em movimentos sociais e de base.

Tabela 10 – Fatores para viabilizar a candidatura¹⁶

	Feminino	Masculino	Total
A atuação junto à minha comunidade ou bairro	50,93%	38,41%	41,87%
Meu envolvimento com a política municipal ocupando cargos públicos	2,78%	1,77%	2,05%
A ligação com a minha igreja e o apoio que ela pode me dar	1,39%	2,30%	2,05%
As boas relações dentro do meu partido	3,24%	1,24%	1,79%
A minha militância no sindicato e/ou em movimentos sociais	7,41%	12,04%	10,76%
O prestígio que adquiri em função da minha atividade fora da vida política	29,17%	39,29%	36,49%
A visibilidade que adquiri pela presença nas mídias (rádio, TV, Facebook)	2,31%	2,48%	2,43%
NS/NR	2,78%	2,48%	2,56%

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Outro ponto destacado pela literatura como crucial na determinação das chances eleitorais das candidaturas femininas e de outros grupos minoritários são as regras internas dos processos de seleção do partido – quanto mais democráticas e participativas, maior a probabilidade de que mulheres sejam escolhidas como candidatas (Norris e Lovenduski, 1995; Alvares, 2007; Krook, 2010; Norris, 2013). As razões elencadas para esse efeito residem no fato de que regras claras e abertas à participação de todos os filiados reduzem as chances de discriminação por gênero que os líderes partidários podem exercer diretamente sobre as candidatas; além do mais, também permite que mulheres *outsiders* da vida partidária possam postular uma candidatura.

Uma das tipologias mais citadas de classificação de democracia e participação interna dos partidos é a de Rahat e Hazan (2001). Segundo os autores, o processo

15. Teste Qui-Quadrado de Independência: X-squared = 11.162, df = 9, *p-value* .265.

16. Questão: “V.21. [ANEXO 7] O senhor poderia dizer qual característica avalia como a mais importante para ser eleito Vereador?”. N=781.

de seleção pode se dar em quatro dimensões: o *selectorate*, as candidaturas, a centralização do processo e o procedimento de escolha. O *selectorate* é o corpo que escolhe os candidatos, podendo ser composto desde uma única pessoa, o *selector*, num grau mais extremo de exclusão, até todos os filiados ou todos os eleitores do país, na ponta oposta do mesmo contínuo, de inclusão completa (primárias ou prévias partidárias estariam no ponto médio). As candidaturas dizem respeito às regras internas do partido que permitem às pessoas que se candidatem. O grau de descentralização do processo de escolha mede o quanto os diferentes órgãos internos podem participar do processo. O procedimento de escolha classifica se a seleção final é feita por nomeação ou por votação.

No caso das eleições de Curitiba, não se observa diferença significativa entre o processo de seleção de mulheres e de homens (Tabela 11)¹⁷. A forma mais citada é a indicação de um líder partidário (37,64%) – que, dentro da tipologia de Rahat e Hazan (2001), seria considerado um processo exclusivo. Em segundo lugar está a indicação de filiados do partido (20,36%), um método um pouco mais inclusivo que o anterior, mas ainda menos democrático que a votação de filiados do partido, que está em terceiro lugar (15,49%). Mesmo se agruparmos os métodos listados na questão por votação ou indicação, ainda não há diferenças entre as respostas das candidatas e dos candidatos¹⁸.

Tabela 11 – Forma de seleção da candidatura¹⁹

	Feminino	Masculino	Total
Votação de filiados do partido	12,50%	16,64%	15,49%
Indicação de filiados do partido	19,44%	20,71%	20,36%
Votação de delegados ou representantes eleitos do partido	10,65%	10,97%	10,88%
Indicação de delegados ou representantes eleitos do partido	7,87%	9,03%	8,71%
Indicação de um líder partidário	39,81%	36,81%	37,64%
Indicação de uma associação ou organização ligada ao partido	4,63%	2,30%	2,94%
NS/NR	5,09%	3,54%	3,97%

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

17. Diferenças não estatisticamente significativas. Teste Qui-Quadrado de Independência: X-squared = 6.3044, df = 6, *p-value* 0.39.

18. Diferenças não estatisticamente significativas. Teste Qui-Quadrado de Independência: X-squared = 33,941, df = 2, *p-value* .713.

19. Questão: “V.27. [ANEXO 10] Qual a forma pela qual o(a) senhor(a) foi escolhido como candidato a vereador por seu partido?”. N=781.

No quesito dificuldade percebida para que a candidatura de mulheres tenha apoio do partido ou da coligação, aproximadamente 50% das entrevistadas acredita que é mais difícil o apoio nos casos femininos (Tabela 12). Fato que corrobora o argumentado na literatura, que as mulheres têm uma discriminação autoimputada em relação às suas chances de ser nomeada e de vencer, uma vez que acreditam que não terão apoio das lideranças partidárias (Norris e Lovenduski, 1995; Araújo e Borges, 2012; Barreira; Gonçalves, 2012; Krook, 2010). Essa percepção difere da encontrada nos pares masculinos, uma vez que 38,93% deles acredita ser mais fácil o apoio partidário para as candidaturas femininas contra 24,60% que considera ser mais difícil.

Tabela 12 – Facilidade e dificuldade de candidaturas femininas nas eleições

	Feminino	Masculino	Total
1. Mais fácil	27,31%	38,93%	35,72%
2. Mais difícil	46,29%	24,60%	30,60%
3. Não há essa diferença	25,46%	34,69%	32,14%
NS/NR	0,9%	1,76%	1,54%

Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Dentre aqueles que responderam que é mais difícil para a mulher se candidatar, as principais justificativas foram a falta de tempo para conciliar a atividade política com a pessoal (10,63%), maior dificuldade para arrecadar recursos e apoios para a campanha (7,43%) e os eleitores preferirem votar em homens (6,53%). Já para aqueles que disseram que é mais fácil para a mulher se candidatar, as razões são a conquista de visibilidade nas atividades políticas (18,05%), e o fato de poder se beneficiar das cotas de gênero para se tornar candidata (13,38%)²⁰.

Patrimônio declarado e financiamento de campanha

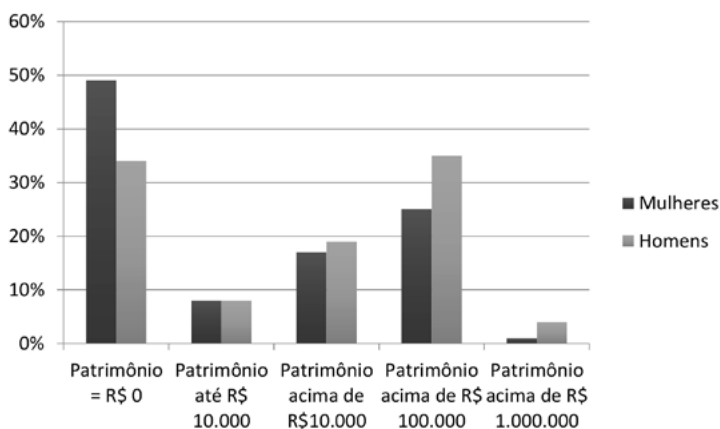
Numa sociedade caracterizada pela desigualdade, como é o caso da nossa, a distribuição de bens entre os candidatos tem impacto direto sobre a disputa eleitoral, visto que representa não apenas a capacidade do candidato para mobilizar recursos próprios na campanha eleitoral, mas também indica sua inserção socioeconômica na sociedade. Pode-se supor que candidatos com

20. Também não foi encontrada diferença estatística significativa para as justificativas.

alto poder material desfrutem de uma rede de relacionamentos sociais com pessoas que possuem as mesmas características (Speck e Sacchet, 2012).

A declaração de patrimônio revela um quadro de grande desigualdade entre os candidatos. De todas as pessoas entrevistadas, somente uma concorrente não informou o valor de seu patrimônio. Quando analisamos a distribuição dos bens pela variável sexo, notamos que há uma maior percentagem de mulheres no grupo dos candidatos que declararam não possuir bens, quase metade das mulheres concorrentes (49%) se enquadra nessa categoria, reforçando a declaração de Sacchet e Speck (2012) de que, em média, as candidatas possuem menos recursos do que seus pares masculinos. No grupo de patrimônio até R\$ 10.000,00, homens e mulheres apresentam o mesmo percentual (8%). Nas demais categorias, observa-se um percentual maior de bens declarados pelos homens (Gráfico 1).

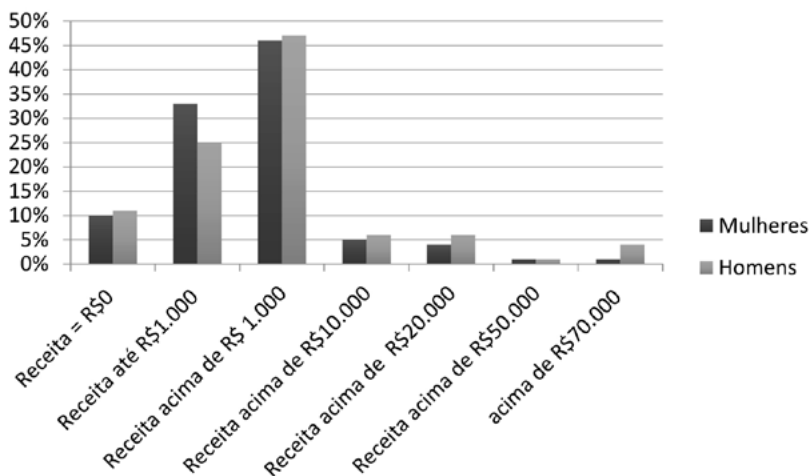
Gráfico 1 – Distribuição dos candidatos, por sexo, segundo grupo de patrimônio declarado



Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Analisando agora as receitas declaradas pelas(os) entrevistadas(os), nota-se que o percentual de diferença entre os sexos é baixo. No grupo daquelas(es) que declararam não possuir receita de campanha, os homens aparecem com apenas 1% a mais que as mulheres (11% e 10%, respectivamente). Entre as(os) concorrentes que declararam receita até R\$ 1.000,00, temos 33% de mulheres contra 25% de homens. Nas demais categorias, candidatas e candidatos apresentaram um percentual muito próximo, com exceção da categoria de receita acima de R\$70.000,00, na qual temos 20 casos masculinos (4%) e apenas dois femininos (1%) (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Distribuição dos candidatos, por sexo, segundo grupo de receita declarada



Fonte: LAPeS/Nusp (UFPR).

Em relação ao grupo dos eleitos, vemos que 11 concorrentes tiveram receita declarada acima de R\$ 70.000,00, sendo que apenas uma mulher fez parte desse grupo. Com receita declarada acima de R\$ 50.000,00, temos quatro concorrentes, dois homens e duas mulheres. Já no grupo que declarou uma receita de campanha superior a R\$ 20.000,00 encontramos 12 casos, três deles declarados por mulheres. Apenas dois homens eleitos declararam receita acima de R\$ 10.000,00 e, finalmente, 6 concorrentes eleitos declararam receita acima de R\$ 10.000,00, dois deles mulheres.

O levantamento do patrimônio mostrou que a grande maioria das concorrentes não possui bens declarados e pouquíssimas mulheres integram o grupo de patrimônios acima de R\$ 1.000.000,00. No tocante à receita declarada, a disparidade entre homens e mulheres foi menor, porém prevalecem os casos masculinos nos grupos de maiores declarações de receita.

Considerações finais

Algumas conclusões podem ser esboçadas sobre os achados discutidos neste capítulo. Iniciando pelo perfil das eleitas, nota-se que as mulheres seguem as características já apontadas do grupo dos que se elegem, ou seja: concentram-se na faixa etária entre 35 a 70 anos, declaram-se de raça branca, são casadas, possuem em sua maioria grau de instrução superior completa e especialização completa e, no quesito ocupação, a de vereadora

é a que prevalece. Assim como o observado por Bohn (2009), os partidos considerados à direita no espectro ideológico foram aqueles que mais lançaram e elegeram mulheres.

Em relação às estratégias mobilizadas, percebeu-se que elas são a principal diferença entre as mulheres e os homens que se candidataram ao cargo de vereador em Curitiba em 2016, tanto para conseguir o registro da candidatura, quanto para obter votos de suas bases eleitorais. As mulheres têm percepções diferentes das dos homens sobre o que importa para conseguir se eleger, declarando apoiar-se mais em organizações, movimentos sociais e no eleitorado do bairro que por meio de sua própria trajetória profissional, como é o caso dos homens. Mesmo declarando ter dedicação semelhante ao partido e às atividades políticas, existe uma diferença qualitativa em como essas atividades são exercidas.

O mesmo vale para a experiência política: ainda que tenham ocupado cargos ou disputado eleições em níveis não tão discrepantes, a forma como avaliam sua trajetória política também é distinta. Os homens creditam muito mais peso às experiências de fora da política que as mulheres, que avaliam com mais importância sua atuação no bairro. Disso, pode-se levantar a hipótese de que a desigualdade na representação política feminina, em alguns casos como o de Curitiba, pode ser devido aos constrangimentos nas opções estratégicas e de atuação disponíveis para as candidatas. Mais dependentes de uma atuação próxima às pessoas e à sua comunidade, as mulheres teriam mais dificuldade em expandir sua base eleitoral o suficiente para conquistar cargos mais concorridos. Somada a essa dificuldade está a menor quantia de recursos recebidos para financiar suas campanhas, aumentando ainda mais a dificuldade de alcançar o eleitorado.

Por fim, sobre o patrimônio e a receita de campanha daqueles que concorrem, sabe-se que análises anteriores mostram que esses fatores têm um profundo impacto sobre o sucesso eleitoral. É claro que ambos não são garantia de um bom desempenho nas urnas, mas aumentam consideravelmente as chances de vitória. Fica clara a predominância das mulheres no grupo dos concorrentes que não possuem patrimônio, ao mesmo tempo que a presença feminina cai à medida que se aumenta o valor dos bens declarados. É interessante pontuar que, ao contrário do encontrado em pesquisas anteriores, a diferença entre as receitas declaradas, apesar de existente, não se apresentou tão gritante. Especula-se que esse fato pode ter acontecido devido à mudança na lei eleitoral que proíbe a doação de pessoas jurídicas. Isso, porém, não invalida a necessidade de uma melhor distribuição de recursos financeiros entre homens e mulheres para uma disputa eleitoral mais justa.

Referências

ÁLVARES, M. L. M. (2007). Formação de elites e seleção de candidaturas: o “jardim secreto” da elaboração das listas partidárias. XXXI Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.

_____. (2008). Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 51, n. 4, p. 895-939.

ALVES, J. E. D.; CORREA, S. (2009). Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. ABEP, Belo Horizonte.

ARAÚJO, C.; BORGES, D. (2012). O “gênero”, os “elegíveis” e os “não-elegíveis”: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: ALVES, J. E. D. et al. (eds.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, p. 337-85.

ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. (2007). Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 50, n. 3, p. 535-77.

ARAÚJO, C. (2009). Gênero e acesso ao Poder Legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 2, p. 23-59.

ARAÚJO, C. (2011). As mulheres e o poder político: desafios para a democracia nas próximas décadas. In: *O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: Cepia.

ARAÚJO, C. (2013). Cotas femininas e financiamento de campanha. *Cadernos Adenauer*, vol. 1, p. 11-30.

BARREIRA, I.; GONÇALVES, D. N. (2012). “Presença” e “ausência” de candidatas: mapeando representações de dirigentes partidários. In: ALVES, J. E. D. et al. (eds.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, p. 315-36.

BOHN, S. (2009). Mulheres brasileiras na disputa do Legislativo municipal. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, vol. 35.

BURNS, N. et al. (2001). *The private roots of public action: gender, equality, and political participation*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.

CARNEIRO, A. R. (2009). *Processo de seleção de candidatos ao cargo de deputado federal no Estado do Rio de Janeiro: organizando as “peças” do “quebra-cabeça”*. Tese (Doutorado) – IUPERJ, Rio de Janeiro.

CARROLL, S. J.; SANBONMATSU, K. (2013). *More women can run: gender and pathways to the state legislatures*. Oxford: Oxford University Press.

CELIS, K. et al. (2016). Regendering party politics: an introduction. *Party Politics*, vol. 22, n. 5, p. 571-5.

CHILDS, S. L.; KITTILSON, M. C. (2016). Feminizing political parties: women's party member organizations within European parliamentary parties. *Party Politics*, vol. 22, n. 5, p. 598-608.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. (eds.). (2000). *Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies*. Oxford; Nova York: Oxford University Press.

DAHL, R. (1989). *Democracy and its critics*. New Haven; Londres: Yale University Press.

FEITOSA, F., 2012. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatos e eleitos. In: ALVES, J. E. D. et al. (eds.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres.

FRASER, N. (1990). Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, n. 25/26, p. 56-80.

FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. (2005). To run or not to run for office: explaining nascent political ambition. *American Journal of Political Science*, v. 49, n. 3, p. 642-659.

FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. (2014). Uncovering the origins of the gender gap in political ambition. *American Political Science Review*, v. 108, n. 3, p. 499-519.

HTUN, M. (2002). *Mujeres en el Parlamento: más allá de los números*. Estocolmo: Internacional IDEA.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. (2003). *Rising tide: gender equality and cultural change around world*. Cambridge: Cambridge University Press.

KITTILSON, M. C. (2006). *Challenging parties, changing parliaments: women and elected office in contemporary Western Europe*. Columbus: Ohio State University Press.

KITTILSON, M. C.; SCHWINDT-BAYER, L. A. (2012). *The gendered effects of electoral institutions: political engagement and participation*. Oxford: Oxford University Press.

KROOK, M. L. (2010). Beyond supply and demand: a feminist-institutionalist theory of candidate selection. *Political Research Quarterly*, vol. 63, n. 4, p. 707-20.

LIJPHART, A. (1999). *Patterns of democracy: government forms and performance in 36 countries*. New Haven: Yale University Press.

MANSBRIDGE, J. (1998). Feminism and democracy. In: PHILLIPS, A. (ed.). *Feminism and politics*. Oxford; Nova York: Oxford University Press.

MATLAND, R. E. (2005). Enhancing women's political participation: legislative recruitment and electoral systems. In: BALLINGTON, J.; KARAM, A. M. (eds.). *Women in parliament: beyond numbers*. Estocolmo: IDEA, p. 93-111.

MIGUEL, L. F. (2003). Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 20, p. 115-34.

MIGUEL, L. F. et al. (2015). Capital familiar e carreira política no Brasil: gênero, partido e região nas trajetórias para a Câmara dos Deputados. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 58, n. 3, p. 721-47.

MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. de. (2006). Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, vol. 14, n. 2, p. 363-85.

NORRIS, P. (1997). *Passages to power: legislative recruitment in advanced democracies*. Cambridge: Cambridge University Press.

NORRIS, P. (2013). Recrutamento político. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 21, n. 46, p. 11-32.

NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. (1995). *Political Recruitment*. Cambridge: Cambridge University Press.

PATEMAN, C. (1988). *The sexual contract*. Stanford: Stanford University Press.

PHILLIPS, A. (1998). *The politics of presence*. Oxford: Oxford University Press.

RAHAT, G.; HAZAN, R. Y. (2001). Candidate selection methods. *Party Politics*, vol. 7, n. 3, p. 297-322, 2001.

RIBEIRO, P. F. (2015). Joining a political party: paths to membership and activism in contemporary Brazil. *Social Science Research Network*, Rochester, NY.

RIBEIRO, P. F. (2014). What do these people want? Membership and activism in Brazilian political parties. In: Contemporary Meanings of Party Membership Workshop. ECPR Joint Sessions of Workshops. Barcelo: ECPR.

ROSENSTONE, S. J.; HANSEN, J. M. (2002). *Mobilization, participation, and democracy in America*. Nova York: Pearson.

SACCHET, T. (2009). Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opinião pública*, vol. 15, n. 2, Campinas, p. 306-332.

_____. (2011). Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, D. (org). *Mulheres, política e poder*. Goiânia: Cãnone.

_____. (2012). Partidos políticos e representação das mulheres em posições legislativas: um estudo sobre recrutamento político e financiamento de campanhas. In: PAIVA, D. (ed.). *Mulheres, poder e política*. Goiânia: Cãnone, 2012. vol. 1, p. 61-188.

_____. (2013). Democracia pela metade: candidaturas e desempenho eleitoral das mulheres. *Cadernos Adenauer*, Rio de Janeiro, XIV, n. 2, p. 85-107.

_____; SPECK, B. W. (2012). Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: ALVES, J. E. D. et al. (eds.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres.

SANBONMATSU, K. (2006). Do parties know that “women win”? Party leader beliefs about women’s electoral chances. *Politics & Gender*, vol. 2, n. 4.

SCARROW, S. E. (1994). The “paradox of enrollment”: assessing the costs and benefits of party memberships. *European Journal of Political Research*, vol. 25, n. 1, p. 41-60.

SHVEDOVA, N. (2005). Obstacles to women’s participation in Parliament. In: BALLINGTON, J.; KARAM, A. M. (eds.). *Women in Parliament: beyond numbers*. Estocolmo: IDEA, vol. 2, p. 33-51.

SPECK, B. W. et al. (2015). Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 23, n. 56, p. 125-48.

SPECK, B. W.; SACCHET, T. (2012). Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. In: ALVES, J. E. D. et al. (eds.). *Mulheres nas eleições 2010*. São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres.

PERISSINOTTO, R. M.; MIRÍADE, A. (2009). Caminhos para o Parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, vol. 52, n. 2, 2009, p. 301-33.

VELÁSQUEZ, L. (2003). Perspectiva de género y financiamiento de campañas y partidos políticos. [s.l.]: OEA. Documento preparado para la investigación sobre financiamiento y campañas.

1.114 candidatos em 38 dias: relato sobre a aplicação de um *survey*

Flávia Roberta Babireski e Luan Orlando Lima Azevedo¹

Optar pela operacionalização de uma ou outra ferramenta em uma pesquisa acadêmica não é uma decisão fácil, mas a construção do conhecimento se faz com base em pesquisa e coleta de dados. Além das dificuldades previsíveis e conhecidas pelos pesquisadores brasileiros, como escassez de recursos e estrutura, há fatores e percalços imensuráveis e imprevisíveis nesse desafio.

Não cobiçamos contar aqui toda a história da pesquisa ou fazer um relato detalhado de todo o período. Este relato busca compartilhar a experiência da aplicação de um *survey*, as estratégias adotadas, peculiaridades, problemas e soluções encontrados, especialmente no caso de candidatos a cargos eletivos.

Dessa forma, este relato se organiza em três seções. Na primeira iremos descrever resumidamente do pré-campo à aplicação: preparação do questionário, treinamento do grupo de pesquisa, período em campo. Em um segundo momento, iremos falar sobre o ambiente de trabalho e a parceria que nos auxiliou no andamento da aplicação. Por fim, ingressaremos na terceira subdivisão com um tópico mais específico, narrando a relação dos pesquisadores com os partidos políticos, candidatos, rotina e os desafios encontrados.

Pré campo: treinamento e aplicação

A pesquisa foi resultado de uma parceria entre o jornal *Gazeta do Povo*, membros dos grupos de pesquisa Laboratório de Partidos e Sistemas Partidários (LAPeS) e do Observatório de Elites Políticas, ambos vinculados ao Departamento de Ciência Política da UFPR, professores e alunos do

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

curso de Ciência Política da Uninter e de licenciatura em Ciências Sociais da PUC- PR.

Do início do planejamento da pesquisa até o último questionário aplicado foram mais de oito meses com foco principal no *survey* sobre a seleção de candidatos; se adicionarmos o período da construção do banco de dados, certamente chegamos a doze meses. A fase de elaboração do questionário, visando atender aos três grupos interessados, exigiu três meses, de abril a junho. O período de treinamento da equipe ocorreu em junho e julho de 2016, com a finalidade de preparar os pesquisadores para o recolhimento das informações com o *survey*, não apenas apresentando a ferramenta de pesquisa, sua forma e técnica de aplicação, como também tirando dúvidas e antecipando possíveis cenários no momento das entrevistas. Nessa fase, foi de fundamental importância o *know-how* de alguns coordenadores em *survey*, e especificamente com candidatos. Após o treinamento, o primeiro passo foi construir uma agenda para as nove semanas de campo.

Cabe observar que, tendo como base as últimas eleições para vereadores em 2012, na qual aproximadamente 650 candidatos se lançaram para conseguir o posto em Curitiba, buscou-se o auxílio de uma grande quantidade de pesquisadores, pois havia uma expectativa similar no número de candidaturas. No total foram mobilizados 33 alunos que realizaram o campo da pesquisa; em sua maioria eram vinculados a cursos de graduação. A coordenação do campo coube aos alunos de doutorado e com experiência em *survey*, e a coordenação do projeto aos professores.

Buscando antecipar o impedimento logístico para abordarmos uma grande quantidade de candidatos espalhados por uma cidade de quase 2 milhões de habitantes, inicialmente se acreditava em um universo de aproximadamente 700 candidatos, somada com a inexistência de recursos para ajuda de custo no deslocamento dos pesquisadores, nesse ponto, a pesquisa só pode se concretizar pela parceria com o jornal de maior alcance do estado.

O jornal como ambiente legitimador

Dentre as dificuldades da operacionalização da pesquisa, o simples convite a um pleiteante para colaborar com a construção da ciência não seria suficiente para atingirmos o universo da pesquisa. Como já foi dito, só foi possível atingirmos o objetivo pela parceria com o jornal *Gazeta do Povo*.

Com o objetivo de agregar informações dos candidatos, a empresa jornalística disponibilizou aos seus internautas um portal interativo que reunia vários aspectos dos postulantes, como partido, região e algumas posições sobre questões que estavam em pauta em Curitiba durante o período eleitoral. O intuito era estimular o engajamento com seus leitores auxiliando suas escolhas

nas eleições. A aplicação das questões propostas pelo jornal foi realizada pelos pesquisadores e, em contrapartida, o jornal forneceu a estrutura física, salas dentro da redação do jornal, disponibilidade de telefones para as ligações de agendamento e impressão dos questionários.

A disponibilidade do espaço dado pelo jornal para o candidato em seu portal interativo, respondendo questões pertinentes, foi o único atrativo aos pleiteantes. Assim, o ambiente do jornal se tornou o legitimador da pesquisa. Sem a existência desse espaço, do convite em nome do jornal *Gazeta do Povo*, e da possível publicidade, não seria possível atrair de boa-fé candidatos para responderem uma pesquisa acadêmica. A certeza dessa afirmação é advinda do que foi testemunhado pelos candidatos ao descobrirem que a grande maioria das questões tinha apenas fins acadêmicos e não publicitários, ou mesmo pelo descontentamento, constrangimento e até desconhecimento ao responderem questões sobre rotina partidária e seleção de candidaturas, temas de pouca atenção para muitos.

A opção da parceria com o jornal foi uma escolha benéfica para os dois lados. Pela experiência acumulada por membros do projeto em pesquisas anteriores sobre seleção de candidatos, já era de seu conhecimento que o acesso e a disponibilidade em responder seria o maior empecilho para a realização da pesquisa, ainda agravado em um cenário sem recursos financeiros para a pesquisa. Ao final, o jornal conseguiu as respostas para as dez questões formuladas por seus editores e nós conseguimos atingir o maior número possível de respondentes no curto período que tínhamos.

Enfim, ir a campo...

Há uma dificuldade intrínseca e inicial na operacionalização de uma pesquisa com este objeto: a lista de candidatos, ou o seu universo de pesquisa. A lista oficial de candidatos se torna pública pouco mais de dois meses antes das eleições e é no mesmo dia que se inicia o campo de uma pesquisa dessa natureza. Ou seja, há sempre uma incógnita sobre o tamanho do universo. Com base nas eleições anteriores, a estimativa era de que seriam cerca de 700 candidatos. No dia 16 de agosto, iniciado o primeiro dia de campo, o TRE-PR divulgou a lista oficial com 1.104 candidatos, aproximadamente 400 candidatos a mais do que tínhamos previsto e para os quais nos havíamos preparado. Isso mudaria as rotinas e estratégias predefinidas, ou seja, parte considerável do nosso planejamento seria desfeito. Nas semanas seguintes, o TRE-PR atualizaria os dados, encerrando o universo em 1.114 postulantes às 38 cadeiras da Câmara Municipal de Curitiba.

... estratégias

Como estratégia de abordagem, inicialmente todos os 35 partidos que apresentaram candidatos para a disputa foram comunicados oficialmente por meio de *e-mail*, com a explicação sobre a pesquisa e antevendo o contato que faríamos para o agendamento das entrevistas. Por ser um universo grande para os poucos dias de pesquisa, a primeira aposta era contar com a colaboração dos partidos. No contato inicial comunicávamos que já estavam reservados determinados dias e períodos para comparecimento dos candidatos, e que a escala poderia ser conduzida pelo próprio partido. Como era de se esperar devido à fraca estrutura organizativa dos partidos no âmbito municipal, com poucos deles essa estratégia gerou os efeitos desejados.

O segundo caminho era solicitar ao partido a lista de contatos dos candidatos para que fizéssemos o agendamento diretamente com o postulante. Então alguns partidos nos passaram as informações e montamos a escala. Um grande obstáculo encontrado no percurso foram as ligações em si; muitas vezes, era necessário ligar para o mesmo candidato mais de dez vezes.

Porém havia partidos sem estrutura, sem organização, surgindo outros tipos de problemas e, muitas vezes, surpresas. Parte considerável dos partidos não tinha em seus diretórios qualquer tipo de contato dos seus próprios candidatos. Nesses casos, predominava a resposta de que essas informações haviam ficado sob responsabilidade do advogado que cuidou do processo formal das candidaturas junto ao TRE. Essa informação até pode ser justificativa, mas não deixa de causar estranheza a falta de interesse e coordenação das legendas em não reter consigo informações básicas sobre seus próprios candidatos. A maior surpresa foi o caso de uma pessoa responsável por determinado partido em Curitiba, que teria todas as informações dos candidatos, mas residia em outra cidade do estado, a 600 quilômetros da capital.

Outro caso é de um partido com um único candidato; os contatos do partido não funcionavam e não havia nenhuma informação disponível na internet que fosse possível entrar em contato diretamente com o candidato. Então restou à equipe fazer buscas nas redes sociais por pessoas que, pelo sobrenome, poderiam ter parentesco com o candidato até que fosse possível conseguir algum contato do candidato, e a estratégia funcionou.

De modo geral, a estratégia foi sempre otimizar os contatos, ou seja, evitar ao máximo a realização de ligações individuais para cada candidato, pois o prazo não nos permitiria esse caminho. Então quando, teoricamente, se conta com uma estrutura centralizadora e coordenadora, nesse caso os diretórios municipais dos partidos, dos indivíduos a serem entrevistados, o melhor caminho

inicial é essa estrutura, deixando apenas para os casos pontuais a adoção de estratégias específicas e individuais.

... candidatos

Além de lidarmos com os partidos, também havia os candidatos, a pluralidade de personalidades que se pode esperar de um grupo de 1.114 pessoas recrutadas das mais diversas formas. No geral, os candidatos estavam dispostos a colaborar respondendo as questões da pesquisa. Em muitos casos, a depender da origem do candidato, as reações eram de sentimento de satisfação e visibilidade ao saber que as respostas advindas dele eram de grande importância para a nossa pesquisa, e até mesmo casos de constrangimento, por se julgarem incapazes de compreender as perguntas, supondo um alto grau de dificuldade, nos avisando de antemão: “respondo o que eu conseguir”, o que a maioria das vezes era a totalidade das questões.

Porém, uma parcela pequena parecia não ter a mesma disposição e abertura para contribuir com a construção de uma pesquisa. Ocorreram casos de candidatos tratarem grosseiramente os pesquisadores, desconfiarem da finalidade da pesquisa, contestarem as questões e opções de respostas e até mesmo querendo corrigi-las, exigindo que o aplicador anotasse a resposta por ele desejada e não contemplada entre as opções. Houve alguns casos de candidatos que, depois de responder todo o questionário, utilizavam as redes sociais para difamar e desconfiar de uma pesquisa acadêmica.

É lamentável perceber que o grande esforço de se fazer pesquisa científica, agravado pela condição de todos os envolvidos estarem trabalhando voluntariamente, é tão pouco valorizado por pessoas que pretendem ocupar postos eletivos, e muitas vezes são os mesmos que trazem consigo a pauta da defesa da educação.

... rotina

A sala disponibilizada dentro da redação do jornal funcionava como centro de coordenação da pesquisa. As ligações e agendamentos para os partidos e candidatos eram realizados ali, e em salas e espaços próximos eram aplicados os questionários.

Ao todo foram 38 dias de entrevistas, de segunda a sábado. Iniciou no dia 16 de agosto e encerrou em 1º de outubro de 2016. As entrevistas ocorriam durante a semana das 8h às 18h e aos sábados das 8h às 12h. Ao menos três pesquisadores estavam a postos e se revezando; desse grupo, um deles

ficava responsável pelo contato com os partidos políticos e demais ligações e os outros dois aplicavam os questionários. Em média, o questionário tinha duração de 20 minutos; dessa forma, era possível concretizar até seis questionários em uma hora trabalhando em duas pessoas. Porém, nem tudo apresentava essa exatidão cronométrica ou fácil acesso no que diz respeito aos candidatos. Alguns problemas se tornaram comuns. Com 32 questões a serem feitas, dificilmente os candidatos se concentravam apenas nas perguntas sem dispersar ou discorrer sobre o assunto. As entrevistas poderiam facilmente durar o dobro ou o triplo do tempo médio estabelecido, dificultando o andamento das seguintes. Então recorríamos ao auxílio de outros pesquisadores de plantão para dar continuidade ao trabalho e não deixar que fosse grande a quantidade de candidatos aguardando para responder a pesquisa. Nesse caso, valia o chamado para qualquer pessoa envolvida na pesquisa, professores, coordenadores e alunos.

Para uma rotina de pesquisa desse porte ser bem-sucedida é necessário estipular uma escala de entrevistadores para cada dia e também contar com pesquisadores de plantão. Como o andamento depende de vários fatores, disponibilidade do entrevistado para aquele horário, disponibilidade de um entrevistador e espaço para a aplicação do questionário, uma boa gestão de coordenação é de fundamental importância para antever problemas e manter o fluxo diante de imprevistos.

Muitas etapas foram alcançadas para em um curto período entrevistar o máximo possível de indivíduos. Ao final dos 38 dias de campo e grande esforço, todos os 1.114 candidatos tinham sido convidados para responder ao questionário. Foram respondidos 781 questionários, compreendendo mais de 70% de cada partido.

Embora muitos imprevistos surjam no decorrer de uma pesquisa, ter um planejamento estabelecido serve como um norte para resolver esses problemas. Os próprios resultados deste livro apresentam os esforços realizados para obtenção das informações sobre os candidatos a vereador em Curitiba.

Apêndice - o survey

1. Pesquisa: *Seleção de candidatos para vereador em Curitiba nas eleições municipais de 2016*

2. Coordenadores: Prof. Dr. Adriano Codato (UFPR); Prof. Ms. André Ziegmann (Uninter); Prof. Dr. Bruno Bolognesi (UFPR); Profa. Dra. Eneida Desiree Salgado (UFPR); Prof. Ms. Luiz Domingos Costa (PUC-PR)

3. Pesquisadores: Flávia Roberta Babireski (UFPR); Karolina Mattos Roeder (UFPR)

4. Aplicadores:

Aléxia Andrade	Luan Orlando Lima Azevedo
Amanda Fantato Sangalli	Liza Liana Larriera Rojas
Andressa Buttore Kniess	Maiane Aldlin Bittencourt
Breno Pacheco Leandro	Maykow Luiz Januário
Diego Augusto Silva Ultramari	Milton Wagner da Silva
Diogo Tavares	Mylena Peixoto de Mattos
Eduardo Salomão Gregio Vargas	Pedro Henrique Moura Leite
Francisco Somavilla	Rafael Perich
Gabriel Marcondes de Moura	Rodrigo Antonio dos Santos Dias
Gabriel Percegoni Santos	Tailaine Cristina Costa
Geissa Franco	Thais Madeira
Giorgio Beltrami Gonzalez	Vanessa Ladaniuski
Giovanna Castro da Cruz	Verônica Castro Hiller
Gustavo Martinelli Tanganelli Gazotto	Vinicius Paiva Scott
Juan Arrom Suhurt	Yachan Seiji Takeshita Horra Pinsag
Juliano Pietzack	

5. Dimensões de análise

- Background* político e profissional
- Processo de seleção da candidatura
- Mulheres e eleições

6. Universo

Universo – 1.114 candidatos

Entrevistados – 781

Recusa – 333

Taxa de resposta – 70,10%

Na pesquisa não se trabalhou com amostra, o objetivo era abranger todo o universo de candidatos. Todos os candidatos foram convidados a responder ao survey.

7. Trabalho de campo

Coordenação do trabalho de campo – a coordenação de campo coube aos alunos pesquisadores do LAPeS, doutorandos em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná. A aplicação dos questionários foi realizada por mestrandos em Ciência Política e graduandos de Ciências Sociais da UFPR, graduandos em Ciência Política da Uninter e em Ciências Sociais da PUC-PR.

Modo de entrevista – face a face, com questionário estruturado.

Período de campo – de 16 de agosto a 1º de outubro de 2016

Local – Redação do jornal *Gazeta do Povo*, Curitiba – PR.

Questionário

Bloco A – DADOS INICIAIS

V.1. Nome: _____

V.2. Idade: _____ anos

V.3. Partido: _____

V.4. Bairro de Curitiba pelo qual se candidata: _____

V.5. Sexo: _____

0. Feminino

1. Masculino

99. NR

V.6. Estado civil: _____

1. Casado/União estável

4. Viúvo

2. Solteiro

88. NS

3. Separado ou divorciado

99. NR

V.7 Sua cor de pele ou raça é (utilizando os critérios do IBGE): _____

1. Branca

5. Indígena

2. Preta

88. NS

3. Amarela

99. NR

4. Parda

V.8. Poderia dizer qual a sua religião ou culto? _____

1. Católica

2. Evangélicas pentecostais (Assembleia de Deus, Deus é Amor, Iurd)

3. Protestantes (Luterana, Anglicana, Batista, Metodista)

4. Espírita

5. Umbanda e Candomblé

6. Outras religiosidades [qual?] _____

7. Sem religião

88. NS

99. NR

Bloco B - BACKGROUND POLÍTICO E PROFISSIONAL

V.9. O senhor pode me dizer até qual nível educacional estudou? _____

[Se responder de 1 a 9 pular para a V.10]

- | | |
|-------------------------------|-------------------------------|
| 1. Ensino primário incompleto | 9. Ensino superior incompleto |
| 2. Ensino primário completo | 10. Ensino superior completo |
| 3. Ensino básico incompleto | 11. Especialização completa |
| 4. Ensino básico completo | 12. Mestrado completo |
| 5. Ensino médio incompleto | 13. Doutorado completo |
| 6. Ensino médio completo | 88. NS |
| 7. Ensino técnico incompleto | 99. NR |
| 8. Ensino técnico completo | |

V.9.a. SE superior completo ou acima desse grau, o senhor poderia dizer qual foi o curso? _____

V.10. O senhor poderia nos dizer a sua profissão? _____

[Se responder político profissional, item 14 ou 15, ir para a V.11]

- | | |
|---------------------------------|------------------------------------|
| 1. Empresário urbano | 10. Empregado do setor de serviços |
| 2. Empresário rural | 11. Trabalhador industrial |
| 3. Profissional liberal | 12. Trabalhador rural |
| 4. Professor do ensino superior | 13. Militar |
| 5. Professor dos demais níveis | 14. Assessor político |
| 6. Funcionário público | 15. Político profissional |
| 7. Jornalista | 88. NS |
| 8. Comunicador | 99. NR |
| 9. Padre/Pastor | |

V.10.a. [No caso de profissão NÃO POLÍTICA (itens 1 a 13) na V.10]

O senhor exerce esta profissão junto com a sua atividade política? _____

- | | |
|--------|--------|
| 0. Não | 88. NS |
| 1. Sim | 99. NR |

V.11. Dessas organizações, o senhor poderia nos dizer de qual o senhor faz parte ou colabora? _____

1. Organizações recreativas ou culturais
2. Organizações religiosas
3. Organizações sociais
4. Organizações acadêmicas

- 5. Sindicatos
- 6. Organizações profissionais que não sindicatos
- 8. Organizações de mulheres
- 9. Associação de Bairro
- 10. Outras. Qual? _____
- 88. NS
- 99. NR

V.12. O senhor poderia nos dizer desde quando é filiado ao seu atual partido político? _____

V.13. O senhor foi filiado a outro partido antes deste? _____

- 1. Sim [Ir para V.13.a.] 88. NS
- 0. Não [Ir para a V.14.] 99. NR

V.13.a. Se SIM, a qual outro partido o senhor já foi filiado?

Partido 1 _____ Ano _____

Partido 2 _____ Ano _____

Partido 3 _____ Ano _____

V.14. O senhor já ocupou cargo político (como assessor, outros cargos eletivos, diretor de empresa pública, cargos de confiança e no partido) antes desta candidatura? _____

- 1. Sim [Ir para a V.14.a.] 88. NS
- 0. Não [Ir para a V.15.] 99. NR

V.14.a. (Se SIM na V.14.) Quais? _____

Marcar quantas opções foram necessárias por ordem cronológica (1ª, 2ª etc.):

- _____ Vereador
- _____ Prefeito
- _____ Deputado estadual
- _____ Deputado federal
- _____ Senador
- _____ Governador
- _____ Secretário de estado
- _____ Secretário municipal
- _____ Assessor parlamentar
- _____ Executivo de empresa estatal

_____ Dirigente partidário

_____ Outros cargos político-administrativos. Qual? _____

88. NS

99. NR

V.15. O senhor poderia nos dizer quanto tempo em média dedica às atividades exclusivamente partidárias (reunião de partido, atividades burocráticas, encontros, convenções, conversas com líderes de partido e filiados etc.) no período de um mês? _____

1. Até 5 horas

5. Mais de 40 horas

2. De 5 até 10 horas

88. NS

3. De 11 até 20 horas

99. NR

4. De 21 até 40 horas

V.15.a. Excluindo o tempo que o senhor(a) dedica-se ao seu partido, quanto tempo em média se dedica às atividades políticas? _____

1. Até 5 horas

5. Mais de 40 horas

2. De 5 até 10 horas

88. NS

3. De 11 até 20 horas

99. NR

4. De 21 até 40 horas

V.16. As regras eleitorais são importantes para determinar as possibilidades de vitória ou derrota dos candidatos nas eleições. A partir das regras que lerei abaixo, de quais o senhor sabe da existência?

V. 16.a. As empresas (pessoas jurídicas) estão proibidas de financiar as campanhas eleitorais. Tinha conhecimento? _____

1. sim

88. NS

0. não

99. NR

V.16.b. Para se eleger é preciso conseguir um número de votos equivalente a no mínimo 10% do quociente eleitoral. Tinha conhecimento? _____

1. sim

88. NS

0. não

99. NR

V.16.c. Os candidatos a vereador não aparecem mais no horário eleitoral gratuito em bloco, apenas nos *spots* ao longo do dia. Tinha conhecimento?

- | | |
|--------|--------|
| 1. sim | 88. NS |
| 0. não | 99. NR |

V.16.d. Os votos válidos são contabilizados antes para as coligações e partidos e depois para os candidatos. Tinha conhecimento? _____

- | | |
|--------|--------|
| 1. sim | 88. NS |
| 0. não | 99. NR |

V.16.e. A quantidade de candidatos que cada partido ou coligação pode lançar mudou desde a última eleição. Tinha conhecimento? _____

- | | |
|--------|--------|
| 1. sim | 88. NS |
| 0. não | 99. NR |

V.17. O dia a dia de um vereador envolve muitas atividades, como funções burocráticas, ações políticas, eventos partidários, representação de interesses da sociedade, reuniões com eleitores, relações com os serviços da prefeitura etc. Tendo em vista o cotidiano de um vereador em Curitiba, o senhor diria que: _____

1. Conhece o trabalho político e legislativo de um vereador
 2. Gostaria de conhecer mais do que conhece sobre como trabalha um vereador
 3. Não conhece como é o dia a dia do trabalho de um vereador
88. NS
99. NR

Bloco C – PROCESSO DE SELEÇÃO

V.18. Dentre as razões a seguir, o senhor poderia nos dizer qual a principal motivação que o fez sair como candidato a vereador? _____

1. Representar o meu grupo social ou profissional
2. Representar a região/bairro onde atuo
3. Representar meu partido
4. Aumentar as chances de eleição do candidato a prefeito de meu partido ou coligação
5. Conseguir votos para a lista do meu partido ou coligação

6. Preencher as vagas para formação da lista do meu partido ou coligação

88. NS

99. NR

V. 19. A atividade de vereador(a) exige responsabilidades. Sendo eleito, o que o senhor acha que ganhará pessoalmente? _____

1. O *status* do cargo de vereador

2. A possibilidade de entrar para a política

3. O salário de um vereador

4. A possibilidade de nomear pessoas em cargos de confiança

88. NS

99. NR

V.20. Antes de o(a) senhor(a) ser candidato por seu partido, a trajetória de sua vida foi fundamental para trazê-lo até aqui. Para chegar a ser candidato a vereador, as pessoas utilizam então diferentes estratégias. Entre os fatores que eu lerei abaixo, qual deles mais contribuiu para tornar sua candidatura possível? _____

1. A atuação junto à minha comunidade ou bairro

2. Meu envolvimento com a política municipal ocupando cargos públicos

3. A ligação com a minha igreja e o apoio que ela pode me dar

4. As boas relações dentro do meu partido

5. A minha militância no sindicato e/ou em movimentos sociais

6. O prestígio que adquiri em função da minha atividade fora da vida política

7. A visibilidade que adquiri pela presença nas mídias (rádio, TV, Facebook)

88. NS

99. NR

V.21. O senhor poderia dizer qual característica avalia como a mais importante para ser eleito vereador? _____

1. Conhecer como funciona a política

2. Possuir recursos financeiros próprios para investir na campanha

3. Falar bem em público

4. Ter boas relações dentro do meu partido

5. Ter uma boa reputação pessoal ou prestígio profissional fora da vida política

6. Possuir convicções ideológicas claras

7. Ter apoio de movimentos sociais e associações

8. Ter tempo disponível para se dedicar à política

88. NS

99. NR

V.22. Tendo em vista o comportamento do eleitor, o(a) senhor(a) acredita que ele vota: _____

1. Por simpatia pessoal pelo candidato

2. Por adesão às propostas do candidato

3. Por simpatia pelo partido político

4. Por adesão às propostas do partido político

88. NS

99. NR

V.23. É comum que membros do partido ou da chapa de vereadores entrem em conflito algumas vezes. Para resolver essas situações corriqueiras, qual é o principal mecanismo mobilizado? _____

1. A mediação de um advogado

2. O estatuto do partido para solucionar conflitos

3. A autoridade de uma liderança do partido

4. A intervenção de órgão superior do partido

5. A intervenção de uma organização externa ligada ao partido

6. O conflito é resolvido somente entre as partes envolvidas

88. NS

99. NR

V.24. Caso exista uma divergência pontual entre as orientações políticas do seu partido e as opiniões do(a) senhor(a), o senhor(a) prefere: _____

1. Manter a posição pessoal 88. NS

2. Acatar a posição do partido 99. NR

V.25. Os partidos políticos podem dar suporte para as candidaturas de seus filiados. O senhor poderia nos dizer qual o principal tipo de apoio que obteve de seu partido para a campanha eleitoral deste ano? _____

1. Recursos para campanha eleitoral (dinheiro, panfletos, santinhos)

2. Espaço nos spots na TV

3. Apoio da militância

4. Desfrutar do prestígio do partido

5. Assessoria jurídica do partido

6. Não obtive apoio

88. NS

99. NR

V.26. O(a) senhor(a) poderia nos dizer quantas vezes já foi candidato a vereador? _____

V.26.a. O(a) senhor(a) foi derrotado em alguma dessas eleições? _____

[Se SIM, ir para V.26.b; se NÃO, ir para V.27].

1. Sim

88. NS

0. Não

99. NR

V.26.b. [Se respondeu SIM na V.26.a]

Por que o(a) senhor(a) acha que não se elegeu na(s) última(s) vez(es)?

1. Tinha pouco conhecimento sobre como funcionava a política

2. Não tive apoio financeiro para a campanha

3. Tive muito pouco espaço no horário eleitoral gratuito

4. Não utilizei como deveria as redes sociais e a mídia (Facebook, Twitter, TV e rádio) para fazer campanha

5. Não tinha uma estrutura de campanha profissionalizada

6. A competição nas eleições é muito grande

88. NS

99. NR

V.27. Qual a forma pela qual o(a) senhor(a) foi escolhido como candidato a vereador por seu partido? _____

[PARA O APLICADOR: Executiva ou Diretório do partido é equivalente a “delegados ou representantes eleitos do partido”; “Associação ou organização ligada ao partido” são sindicatos, associação de empresários, movimentos sociais, igreja, NÃO são os órgãos que estão na estrutura do partido]

1. Votação de filiados do partido

2. Indicação de filiados do partido

3. Votação de delegados ou representantes eleitos do partido

4. Indicação de delegados ou representantes eleitos do partido

5. Indicação de um líder partidário

6. Indicação de uma associação ou organização ligada ao partido

88. NS

99. NR

V.28. Durante o período eleitoral, os candidatos se organizam de diferentes formas para realizar suas campanhas, utilizando escritórios do partido, escritórios próprios etc. Qual é a forma que o(a) senhor(a) utiliza para seu comitê eleitoral?

- | | |
|--|--------|
| 1. Escritório do partido | 88. NS |
| 2. Escritório próprio | 99. NR |
| 3. Escritório do partido e também comitê próprio | |

V.29. Qual são as principais estratégias que o(a) senhor(a) utiliza para conquistar votos e ter sucesso na campanha eleitoral? O(a) senhor(a) poderia dizer três destas em ordem de importância?

1ª. _____

2ª. _____

3ª. _____

1. Mobilização da militância do partido
2. Apoio de organizações ligadas ao partido
3. Meios de comunicação como rádio e TV
4. Utilização de redes sociais como Facebook, Twitter etc.
5. Uso da imagem de um político importante do meu partido ou coligação
6. Uso de cabo eleitoral
7. Reuniões nas bases e/ou reuniões com eleitores

88. NS

99. NR

V.30. Normalmente, os temas mobilizados durante a campanha eleitoral são aqueles que estão nas conversas entre eleitores e políticos. Em relação a esses temas, o senhor é a favor ou contra as seguintes propostas:

[ESTA PERGUNTA SERÁ DIVULGADA NA IMPRENSA! COMUNICAR O ENTREVISTADO E PEDIR CONSENTIMENTO]

a) Redução da velocidade para 40 km/h em alguns locais da cidade

_____ FAVOR _____ CONTRA

b) Regulamentação do Uber

_____ FAVOR _____ CONTRA

c) Uso de IPTU progressivo para expropriar imóveis não utilizados

_____ FAVOR _____ CONTRA

d) Pagamento de décimo terceiro salário para vereadores

_____ FAVOR _____ CONTRA

e) Construção de um novo prédio para a Câmara de Curitiba

_____ FAVOR _____ CONTRA

- f) Criação de pedágio urbano e/ou rodízio de carros
 _____ FAVOR _____ CONTRA
- g) Criação de multa para quem não separa lixo
 _____ FAVOR _____ CONTRA
- h) Proibição de fumo em áreas públicas, como parques e praças
 _____ FAVOR _____ CONTRA
- i) Passar para o poder público a obrigação de fazer e manter calçadas
 _____ FAVOR _____ CONTRA
- j) Existência de cotas para minorias em concursos públicos municipais
 _____ FAVOR _____ CONTRA

V.31. Sabendo das posições ideológicas que as pessoas usualmente assumem e tendo em vista uma escala de 1 a 7, onde 1 é a extrema esquerda e 7 é a extrema direita, o senhor poderia me dizer em que posição se situa?

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

88. NS

99. NR

V.31.a. E o seu partido?

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---

88. NS

99. NR

Bloco D – MULHERES E ELEIÇÕES

V.32. Em perspectiva comparada, o(a) senhor(a) diria que as mulheres encontram maior facilidade ou dificuldade em saírem candidatas por seu partido ou coligação? _____

[Se respondeu MAIS DIFÍCIL, ir para V.34.a; se MAIS FÁCIL, ir para V.34.b]

1. Mais fácil 88. NS

2. Mais difícil 99. NR

3. Não há essa diferença

V.32.a [Se respondeu MAIS DIFÍCIL na V.32]

Quais as principais dificuldades que as mulheres enfrentam que julga que seus colegas homens não enfrentaram? _____

1. O partido não incentiva a candidatura de mulheres
 2. Os eleitores preferem votar em homens
 3. Mulheres têm maior dificuldade em arrecadar recursos e apoios para a campanha
 4. Falta de tempo para conciliar a atividade política com a pessoal
 5. As mulheres têm menos preparo para a vida política
88. NS
99. NR

V.32.b [Se respondeu MAIS FÁCIL na V.32] Quais os principais facilitadores que as mulheres recebem que julga que os homens não receberam?

- _____
1. O uso das cotas de partido para tornar-me candidata
 2. Os eleitores preferem candidatas mulheres.
 3. As mulheres conseguem mais apoios e recursos do que os homens
 4. As mulheres conseguem adequar melhor a vida pessoal com a vida política
 5. As mulheres estão ganhando visibilidade nas atividades políticas
88. NS
99. NR

Ficamos muito gratos por sua colaboração. Qualquer dúvida, o senhor esteja à vontade para entrar em contato conosco.

Aplicador: _____

V33. Data da entrevista: ____ / ____ / ____

V.34. Hora: ____ : ____

V.35. Local: _____

